

Módulos 1 e 2

Luís Henrique Abegão

Luiz Mafra

Volume único

Método, Ideologia e Ética nas Organizações





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Método, Ideologia e Ética nas Organizações

Volume único - Módulos 1 e 2

Luís Henrique Abegão
Luiz Mafra



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Administração

UFRRJ - Silvestre Prado

UERJ - Aluizio Belisário

Material Didático

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Paulo Cesar Alves

Romulo Batista

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Janaina Santana

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro

Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Equipe CEDERJ

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Luiz Mafra

Graduação em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (1993), mestrado (2004) em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA). Professor-assistente do departamento de administração da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense, onde leciona as disciplinas Fundamentos de Administração e Modelos de Gestão. Experiência profissional em gestão pública, com ênfase em política e planejamento público, atuando principalmente em projetos de desenvolvimento rural, diagnóstico organizacional participativo e elaboração e gestão de projetos.

Luís Henrique Abegão

Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992) e mestrado (1996) e doutorado (2002) em Engenharia de Produção pela COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor adjunto do departamento de administração da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense. Atuação docente no curso de Administração, na área de marketing, e no curso de Engenharia de Produção, em Marketing e Metodologia de Desenvolvimento de Produto. Experiência na área de engenharia de produção, com ênfase em engenharia de interesse social, trabalhando principalmente com os seguintes temas: elaboração e avaliação de projetos sociais e gestão de iniciativas sociais.

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A138m

Abegão, Luís Henrique.

Métodos, ideologia e ética nas organizações: volume único. / Luís Henrique Abegão, Luiz Mafra. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

254p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-638-1

1. Organização e método. 2. Ética empresarial. 3. Responsabilidade corporativa. I. Mafra, Luiz. II. Título.

CDD: 658

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Método, Ideologia e Ética nas Organizações

Volume único

SUMÁRIO

Aula 1 – Apresentando conceitos.....	7
<i>Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 2 – Um breve histórico da ética	31
<i>Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 3 – Ciência, método e os limites da ação humana na sociedade	53
<i>Luiz Mafra</i>	
Aula 4 – Ciência e tecnologia na sociedade capitalista industrial	73
<i>Luiz Mafra</i>	
Aula 5 – Ética e justiça social.....	97
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 6 – Ética, crescimento econômico e desenvolvimento	115
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 7 – Ética e economia.....	131
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 8 – A condição contemporânea do trabalhador	155
<i>Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 9 – Exploração capital-trabalho e violência nas organizações	175
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 10 – A sujeição e a autonomia do consumidor.....	189
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 11 – Responsabilidade social corporativa	211
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Aula 12 – Uma nova ética empresarial?	229
<i>Luiz Mafra / Luís Henrique Abegão</i>	
Referências	245

Todos os dados apresentados nas atividades desta disciplina são fictícios, assim como os nomes de empresas que não sejam explicitamente mencionados como factuais.

Sendo assim, qualquer tipo de análise feita a partir desses dados não tem vínculo com a realidade, objetivando apenas explicar os conteúdos das aulas e permitir que os alunos exercitem aquilo que aprenderam.

Apresentando conceitos

AULA

1

Meta da aula

Apresentar os conceitos de moral, ética e ideologia, estabelecendo as possíveis correlações entre eles e diferenciando-os quanto aos seus propósitos.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



identificar a importância dos valores morais na constituição da cultura;



diferenciar o significado marxista do termo ideologia do seu sentido comum;



correlacionar os conceitos de moral, ética e ideologia.

INTRODUÇÃO

A finalidade desta primeira aula é fornecer a você alguns dos elementos conceituais que servirão de base para as discussões que se seguirão ao longo da disciplina Método, Ideologia e Ética nas Organizações.

O conceito que queremos colocar em destaque nesta aula é o de *ética*, já que ele permeia todo o conteúdo programático da disciplina. O propósito, neste primeiro momento, é o de chamar a atenção para a relevância da ética no enfrentamento dos impasses da modernidade, gerados pelo desenvolvimento econômico e técnico-científico.

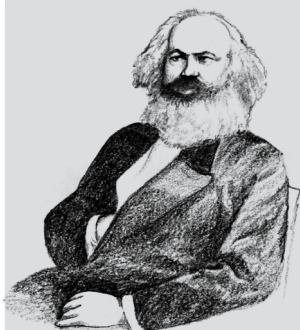
Todavia, na segunda aula faremos um breve histórico do desenvolvimento da ética, desde sua origem no âmbito da filosofia grega da Antiguidade até desembocar nas diferentes vertentes da ética na Modernidade. E quanto aos impasses éticos do mundo moderno, dedicaremos a terceira aula discuti-los em profundidade.

O conceito de ética, no senso comum, confunde-se, em muito, com o de *moral*. Porém, veremos nesta aula que há uma distinção entre ambos, apesar de os dois conceitos, na origem, terem significados semelhantes.

Outra distinção importante que procuraremos estabelecer nesta aula diz respeito ao conceito de ideologia, que na sociologia está fortemente associado à definição desenvolvida por Karl Marx em sua obra, enquanto que, no uso comum e mesmo em outras áreas do conhecimento, o termo não possui uma conotação política tão forte como a proposta pelo marxismo.

Ao longo desta aula, você encontrará questões para reflexão e algumas atividades. Aproveite para filosofar um pouco e procure confrontar os seus conceitos de ética, moral e ideologia com aquilo que discutiremos na aula.

Vamos, então, à apresentação dos conceitos.



Karl Marx (1818-1883)

Mais do que economista, um intelectual alemão com forte influência em várias áreas, como a História, a Filosofia, além de ser considerado um dos fundadores da Sociologia. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário, defendendo a bandeira do comunismo em contraposição ao sistema capitalista. O conjunto de suas concepções é conhecido como marxismo. Sua obra máxima, *O Capital*, teve o Livro I publicado em 1867 e os Livros II e III publicados postumamente, por Engels.

OS CONCEITOS DE MORAL, ÉTICA E IDEOLOGIA E SUAS CORRELAÇÕES

Você já deve ter ouvido ou lido a assertiva de que “vivemos uma crise dos valores morais”. A mídia tem veiculado esta idéia, que, no contexto brasileiro, é corroborada, por exemplo, pelo aumento da criminalidade e da violência, pelos escândalos de corrupção na política e a impunidade dos infratores, pela dissolução das famílias e pelo comportamento inconseqüente de parte da juventude, alicerçado pelo consumismo e pelo individualismo, e traduzido, de modo mais radical, em uma intolerância total com o diferente.

As expressões dessa crise no universo juvenil, em particular, têm figurado nos noticiários brasileiros desde a década de 1980. Você, certamente, tomou conhecimento da violência cometida contra uma empregada doméstica, em junho de 2007, no Rio de Janeiro, que foi agredida e roubada por cinco jovens universitários de classe média alta, moradores de condomínios de luxo da Barra da Tijuca.

Há uma semelhança desse caso com outro acontecido dez anos antes, o do índio pataxó Gaudino Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco jovens de classe média alta de Brasília enquanto dormia num ponto de ônibus.

A semelhança entre os dois crimes não está apenas na gratuidade da violência cometida, mas também na justificativa apresentada pelos agressores. No caso dos jovens cariocas, na tentativa de amenizar a gravidade do ato um dos rapazes afirmou que eles só agrediram a doméstica porque pensaram que ela era uma prostituta. Os jovens de Brasília também tentaram se justificar dizendo que eles acharam que Gaudino era um mendigo.

Quais os *valores* que norteiam as ações desses jovens delinqüentes que, por diversão, ateam fogo em mendigo, agridem e roubam prostitutas e homossexuais? Que referencial é esse que permite uma *distinção valorativa* entre a vida de um mendigo ou de uma prostituta e a vida das demais pessoas?

Essa crise dos valores morais que atinge, em especial, parte da juventude não é um fenômeno exclusivamente brasileiro ou de países em desenvolvimento, nem tampouco está restrita aos jovens da classe média. Os noticiários internacionais também nos informam de violências cometidas por jovens em toda a Europa contra homossexuais e imigrantes,

por exemplo. As agressões e os pequenos delitos cometidos por jovens pobres contra jovens de classe média, numa atitude de imposição social pela disseminação do medo, também revelam uma intolerância ao diferente.

O pai da doméstica espancada pelos jovens da Barra da Tijuca, um pedreiro de 54 anos que mora em Caxias, na Baixada Fluminense, em um depoimento à imprensa, disse:

Sinto um pouco de pena deles (os agressores), pela falta de estrutura, não digo nem familiar, mas mental mesmo. Um rapaz que faz uma coisa dessas não tem estrutura. Mesmo se fosse uma prostituta, ninguém é merecedor de agressão. Eles precisam de tratamento, que os pais olhem para ver se estão dando atenção a eles. Sou pai de quatro filhos, íntegro e trabalhador. Não pude dar uma bicicleta aos meus filhos, mas dei limites. Os jovens hoje têm muita mordomia, liberdade. Os pais devem tentar saber o que os filhos fazem fora de casa, depois das 22h (MEDEIROS, 2007).

O que esse senhor quis dizer, ao afirmar que os agressores não têm estrutura? E ele deixa claro que não está se referindo à estrutura familiar, e sim à “estrutura mental” dos agressores. Ao completar o seu pensamento, ele indica que a falta de estrutura a que se refere está relacionada a uma consciência distorcida dos *valores morais*, na medida em que estes incluem, dentre outros valores, também o da mansidão, que representa o controle da agressividade, da cólera e da violência na convivência social. A virtude da mansidão traz subjacente a si a idéia de que “ninguém é merecedor de agressão”, nem você, nem eu, nem a prostituta, nem o índio, nem o homossexual e nem mesmo o criminoso.

Os dois casos dos jovens delinqüentes chocaram a opinião pública pela violência do ato criminoso em si, mas também, e sobretudo, por tratar-se de rapazes que, supostamente, tiveram uma boa formação familiar, assim como acesso à educação formal de qualidade e a condições de vida privilegiadas.

O que causa perplexidade é a dificuldade de se encontrar um sentido para a violência gratuita desses jovens, que revela um desvio premeditado na sociabilidade dos mesmos, isto é, que indica uma escolha por atitudes baseadas em valores (ou desvalores, como veremos a seguir) que, pelo menos numa primeira aproximação, contrastam com as condições de vida dos rapazes.

Nossa reação é diferente em relação a atos violentos cometidos por criminosos, que, quando veiculados pelos meios de comunicação, causam perplexidade – e indignação – mais pela violência em si do ato, pela crueldade com que foram cometidos, do que pela lógica que está por trás da conduta do criminoso, que, neste caso, fez uma opção pela transgressão das leis e segue um código de “valores” próprio do mundo do crime.

O fato de que as nossas ações pressupõem escolhas baseadas em valores revela uma primeira idéia força desta aula, a de que *a vida humana se estrutura em torno de valores*. Se por um lado a manutenção da nossa vida, a nossa sobrevivência, depende do acesso a condições materiais, nosso pertencimento a grupos sociais se dá a partir da aceitação de valores tidos como normas de conduta pelo grupo. Num sentido mais amplo, a cultura de um povo traz em seu bojo as tradições, os costumes e os valores intelectuais, morais e espirituais que servem como guia para as ações individuais e coletivas no âmbito da referida comunidade.

Quando se fala em valor, toma-se por referência algo que é considerado positivo e desejável. Todo *valor*, no entanto, traz associado a si um dualismo, isto é, há o lado positivo – o valor propriamente dito – e o negativo – o *desvalor* –, como, por exemplo, os opostos, bondade e maldade, beleza e feiúra, mansidão e violência, justiça e injustiça etc. Nesse sentido, pode haver uma gradação/escala quanto à consideração de um valor, que pode ir da excelência da virtude ao cúmulo da depreciação.



Fonte: <http://www.sxc.hu/category/1453/9>

Como a sociedade não é um todo homogêneo e sim composta por diversos grupos sociais e instituições, cada qual podendo ter seu próprio código de conduta, seja em acordo ou desacordo com as regras morais da sociedade em geral, sempre haverá a possibilidade da existência de coletividades marginais que têm no desvalor a sua referência.

No caso dos "pitboys" – como são conhecidos os jovens de classe média alta praticantes de artes marciais e adeptos da violência gratuita como forma de diversão – a permissividade a certos desvalores se traduz em agressividade, busca de prazer por meio da violência, indiferença ao sofrimento do outro e preconceito a homossexuais, negros e pobres.

No entanto, quando dizemos que a vida humana se estrutura em torno de valores, é claro que estamos dando ênfase aqui ao *valor como parâmetro das qualidades humanas e como orientador de nossos atos*, isto é, estamos fazendo referência aos *valores morais*.

Atividade 1

Antes mesmo de definirmos o que é moral, propomos esta primeira atividade, que consiste em duas perguntas, que fazem referência à fala do pai da empregada doméstica agredida pelos jovens na Barra da Tijuca, e abordam a relação entre a moral e a idéia de estabelecimento de limites. Nosso objetivo é fazer com que você, ao responder às questões, confronte sua visão atual sobre moral com o que será apresentado a seguir.

O pai da doméstica agredida na Barra da Tijuca nos oferece uma pista interessante para discutirmos o tema da moral que aqui iremos tratar, ao dizer: "Não pude dar uma bicicleta aos meus filhos, mas dei *limites*." E ele ainda reforçou a sua preocupação quanto à importância da atitude dos pais em dar limites aos filhos ao apontar para o fato de que "os jovens hoje têm muita mordomia, liberdade", ou seja, o fato de alguns jovens de hoje abusarem da liberdade, inclusive transgredindo as leis e desprezando os valores morais, indica a ausência de limites claros na sua formação pessoal.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=limit&p=1>

- a. Que correlação pode ser estabelecida entre a idéia de definição de limites e a moral?
- b. Em sua opinião, os valores morais funcionam como cerceadores da liberdade individual?

Resposta Comentada

Para respondermos as perguntas propostas na Atividade 1, vamos fazer referência a uma situação concreta.

Em nossa sociedade, cuja herança moral é eminentemente cristã católica, a poligamia é moralmente condenada, além de ser proibida por lei. Já em outras sociedades a poligamia é um costume socialmente aceito, e, portanto, algo que é moralmente consentido.

Contudo, como vivemos numa sociedade que reprovava a poligamia, a moral estabelece, para nós, um limite aos possíveis desejos por manter relações conjugais com duas ou mais pessoas, concomitantemente. As nossas literatura e teledramaturgia estão repletas de casos de relações extraconjugais, sempre envoltos por uma aura de paixão proibida. Esse artifício literário tão recorrente desperta a nossa atenção justamente por mexer com o conflito entre o desejo e os preceitos morais.

Pois bem, a moral estabelece limites aos nossos desejos, mas nós somos livres para acatar ou não tais limites. No caso das relações extraconjugais, apesar de moralmente condenadas, muitas pessoas as mantêm, e, em alguns casos, por longos anos, chegando até mesmo a situações como a retratada pelo filme Eu, tu, eles. No entanto, vale ressaltar que essa escolha por ultrapassar os limites ditados pela moral pode levar a consequências tais como o crime passionai, que em alguns cantões desse nosso país é visto como a única maneira de resgatar a masculinidade, a virilidade do marido traído, por exemplo. Além disso, quando há a oficialização da bigamia, o bigamo por ser condenado pela justiça, já que, neste caso, a moral deu origem a uma lei que define a bigamia como crime.



Eu, tu, eles, filme de Andrucha Waddington, produção da Conspiração Filmes e Columbia Pictures, estrelado por Regina Casé, Lima Duarte, Stênio Garcia e Luiz Carlos Vasconcelos. Baseado em um caso real, o filme conta a história de uma mulher que vivia com três maridos na mesma casa, num vilarejo no sertão nordestino. O filme coloca em relevo a gentileza e a tolerância e não faz um julgamento moral sobre a situação vivida pelos personagens.

Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/eu-tu-eles/eu-tu-eles.asp>



Moral

Aproveitando o gancho da Atividade 1, vamos colocar em pauta o primeiro conceito desta aula: o conceito de moral.

ETIMOLOGIA

Estudo da origem e evolução das palavras.

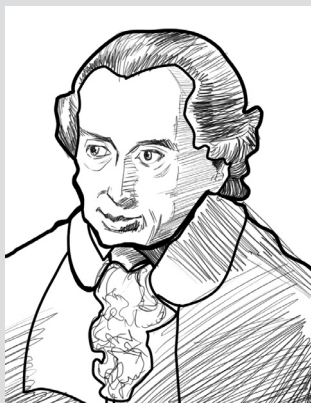
A *moral*, que vem do latim *mores* e cuja ETIMOLOGIA significa costume, modo de agir, *representa o conjunto de valores adotados por um grupo social, de forma a estabelecer, por consequência, uma distinção entre o que o grupo julga ser o bem e a virtude e aquilo que ele considera ser o mal e o vício, aqui incluídas as noções de violência e crime.*

Desse modo, a *moral não é individual*. Ela faz parte do substrato cultural da sociedade. A referência do que é o bem ou a virtude não é uma determinação pessoal, e sim fruto de uma construção social. Os valores morais emergem da experiência concreta da sociedade, e vão se tornando um consenso na medida em que são aceitos e socializados, sobretudo, hoje, pelos meios de comunicação.

Portanto, podemos dizer que a moral refere-se ao conjunto de normas de conduta de uma sociedade, aplicadas às situações particulares e cotidianas. *O propósito social dos valores morais é o de permitir o equilíbrio entre os anseios individuais e os interesses gerais da sociedade.* Nesse sentido, a moral estabelece limites às **PAIXÕES**, desejos e ambições individuais, ao oferecer um referencial de conduta baseado em valores socialmente aceitos e reprovar, por consequência, todo ato que contradiz tais valores.

PAIXÕES

Na filosofia de Immanuel Kant, as paixões representam as inclinações emocionais violentas, capazes de dominar completamente a conduta humana e afastá-la da desejável capacidade de autonomia e escolha racional.



Immanuel Kant (1724-1804)

Pensador influente, nascido na Prússia oriental (Alemanha), cuja obra causou grande impacto na filosofia idealista do século XIX, tendo sido uma referência importante a Hegel e, conseqüentemente, a Karl Marx.

Kant é famoso, sobretudo, pela sua concepção conhecida como idealismo transcendental, que parte do pressuposto de que todos nós trazemos para a experiência concreta do mundo, por meio da razão, formas e conceitos dados *a priori*, isto é, que não partem da nossa experiência concreta. Dessa forma, Kant formulou o conceito de *imperativo categórico* (o qual será apresentado na próxima aula), ao buscar fundamentar na razão os princípios gerais da ação humana, passando a ser o imperativo categórico a base da ética moderna.

Sua obra capital é a *Crítica da razão pura*, que foi publicada em 1781.

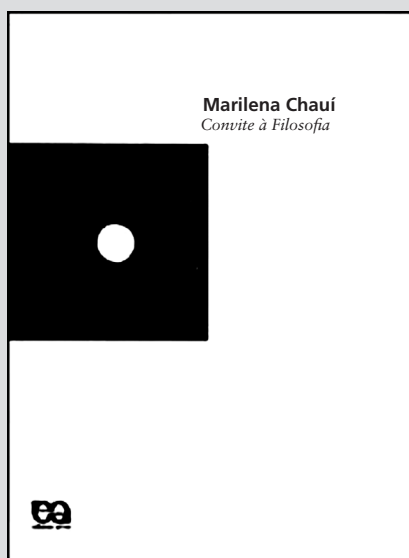
Entretanto, para que a moral funcione como freio das paixões individuais, o agente moral precisa ser consciente das conseqüências de seus atos e ter o discernimento e a vontade de agir segundo os valores morais. No livro *Convite à Filosofia*, Marilena Chauí (2000) nos diz que o sujeito moral caracteriza-se por:

- ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele;
- ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e conseqüências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas conseqüências, respondendo por elas;

- ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa.



Convite à Filosofia, livro de Marilena Chauí, publicado pela Editora Ática, em 2000. Excelente indicação para quem procura um livro de introdução à filosofia. Escrito numa linguagem simples e didática, traz um panorama das principais questões abordadas pela filosofia.



Fonte: <http://www.atica.com.br/catalogo/?i=850808935X>

A partir da apresentação dos atributos do agente moral – que deve ser: consciente de si e dos outros, dotado de vontade, responsável e livre –, é possível fazer a distinção entre o *agente passivo*, que não faz uso pleno destes atributos e se deixa governar por seus impulsos, pelas circunstâncias ou pela opinião alheia. E o *agente ativo* ou virtuoso, que é aquele que

(...) não se submete aos acasos da sorte, à vontade e aos desejos de um outro, à tirania das paixões, mas obedece apenas à sua consciência – que conhece o bem e as virtudes – e à sua vontade racional – que conhece os meios adequados para chegar aos fins morais (CHAUÍ, 2000).

Todavia, cada pessoa tem uma percepção e uma ponderação particulares sobre os valores morais, em razão de sua apreensão do mundo, dada pela sua história de vida, herança familiar e acesso à cultura. Isto quer dizer que cada pessoa pode atribuir pesos diferentes a distintos valores morais.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=balance&p=7>

Além disso, mesmo que plenamente consciente das regras de conduta socialmente aceitas como positivas, o indivíduo é livre para fazer escolhas por ações desviantes da norma e responsabilizar-se pelas consequências de sua decisão. Sendo assim, a conduta moral representa a orientação dos seus atos segundo os valores considerados pela sociedade, o que, de certa forma, pode significar o cerceamento dos seus impulsos individuais, caso o seu desejo se afaste da orientação moral. Mas, de qualquer forma, o indivíduo é livre para transgredir a sua consciência moral e agir de forma desviante, o que pode, em máximo grau, lhe valer uma punição quando se tratar de uma norma tida pela sociedade como dever, obrigação.

Apesar da autonomia do agente moral, que se guia por sua consciência moral e por sua vontade racional na escolha de alternativas de ação, e, apesar de sua total liberdade para se orientar pelos valores morais ou transgredi-los, como já dissemos anteriormente, a *moral não é individual*. Ela faz parte do substrato cultural da sociedade.

Atividade 2

Alguns valores que a sociedade capitalista assume e dissemina exercem forte influência no comportamento individual e nas relações interpessoais, ao enaltecer o sucesso pessoal, a competição, o empreendedorismo, a liberdade individual, o consumismo, a idolatria à beleza física, a busca pelo prazer imediato, dentre outros.

a. Reflita sobre os valores acima referidos e anote sua opinião sobre cada um deles na tabela abaixo, utilizando uma escala de 1 a 5, onde 1 é desvalor e 5 valor.

Valores	Desvalor		...	Valor	
	1	2		4	5
Sucesso pessoal					
Competição					
Empreendedorismo					
Liberdade individual					
Consumismo					
Idolatria à beleza física					
Busca pelo prazer imediato					



Fonte: <http://www.sxc.hu/category/1129/13>

b. Faça uma pesquisa informal junto a 10 pessoas do seu convívio imediato, utilizando a tabela anterior. A partir dos dados levantados, quais foram, dentre os valores apresentados, aqueles considerados pela maioria dos entrevistados como valores, como desvalores e aqueles que são indistintos (os que foram avaliados com a nota 3). O que você pode concluir a partir dos dados levantados?

c. Você pode citar, pelo menos, um exemplo de movimento atuante de CONTRACULTURA, em oposição a algum desses valores da sociedade capitalista? Como esse movimento de contracultura busca exercer influência sobre a percepção dos valores morais?

CONTRACULTURA

Subcultura que rejeita e questiona valores e práticas da cultura dominante da qual faz parte.

Comentário

A Atividade 2 não possui um gabarito. Como dissemos pouco antes do enunciado do exercício, cada pessoa tem uma percepção particular sobre os valores morais, em decorrência de sua história de vida, de sua apreensão do mundo, o que faz com que essa ponderação sobre o valor ou o desvalor de uma atitude seja algo pessoal.

No entanto, também dissemos anteriormente que a moral não é individual. Ou seja, a referência a uma dada atitude como um valor ou um desvalor, pela maioria das pessoas, tem relação direta com o substrato cultural da sociedade a qual elas integram. A valorização do sucesso pessoal, por exemplo, é mais forte nos Estados Unidos do que aqui, em razão de tratar-se de um país com forte herança cultural do protestantismo, que coloca a busca do sucesso pessoal por meio do trabalho como uma forma de **ASCENSE**, como um ideal ascético. Além disso, como a cultura é dinâmica e sofre influências variadas, algo que era tido como desvalor pela maioria no passado pode ser visto hoje como valor. É o caso da competição. Com exceção do mundo do esporte, em que ser competitivo é uma atitude positiva, este não era um comportamento tão valorizado no passado como é hoje em dia, quando as pessoas se preocupam, ao longo de toda a sua vida, em disputar posições com outras pessoas, seja na escola, no trabalho ou nas situações cotidianas, como, por exemplo, a “disputa” dos motoristas por um espaço no trânsito. A valorização desse comportamento acaba por ofuscar outra atitude, que no passado tinha maior destaque: a solidariedade.

De certa forma, todas as atitudes listadas na tabela têm sido valorizadas pela sociedade capitalista, que tem como referência central o indivíduo. A mídia contribui em muito para que tais comportamentos passem a ser vistos como positivos, como valores. Sendo assim, se fizéssemos um levantamento mais amplo e detalhado, talvez fosse possível observar essa tendência a uma valorização de tais comportamentos, o que poderia ficar mais evidente entre as novas gerações. Veremos a seguir que esse fenômeno está relacionado ao conceito de ideologia, no sentido em que há certa uniformização cultural pela imposição de determinados valores pela ideologia capitalista.

Por último, para citar um movimento de contracultura que está em oposição direta a uma atitude listada na tabela, podemos destacar o movimento pelo Consumo Ético ou Consumo Responsável, que se contrapõe ao consumismo, isto é, a um consumo não responsável. Este movimento implica uma maior conscientização dos consumidores sobre os efeitos que uma escolha de compra gera às outras pessoas e ao meio ambiente como, por exemplo, a perpetuação das péssimas condições de trabalho dos envolvidos na produção de um determinado produto, ou os impactos ambientais que certos produtos podem causar.

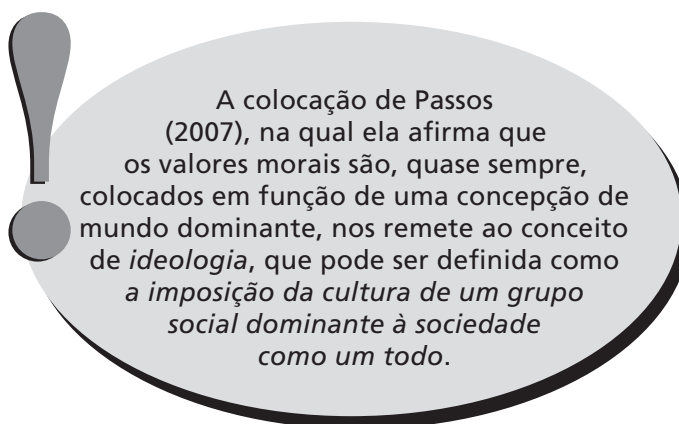
ASCENSE

No cristianismo, protestantismo e em todas as grandes religiões, refere-se ao conjunto de renúncias morais e práticas austeras como forma de exercício espiritual.

Num significado laico, é o exercício da disciplina com o objetivo de alcançar a prática perfeita em determinado ofício, atividade ou arte.

Ideologia

A Atividade 2 procurou mostrar a influência da sociedade capitalista na consolidação de certas atitudes como valores positivos, em detrimento de valores que, no passado, mereceram maior destaque, como a solidariedade, a parcimônia, a perseverança etc. Nesse sentido, a estrutura social, política e econômica da sociedade contribui para a manutenção ou a superação dos valores morais. Podemos dizer, portanto, que os valores morais acabam servindo a determinados fins. Como afirma Passos (2007, p. 23) “...as normas morais são colocadas em função de uma concepção teórica em vigor, que é, quase sempre, a concepção dominante”.



Por viverem sob condições socioeconômicas e culturais diversas, os múltiplos grupos sociais que constituem uma sociedade acabam desenvolvendo culturas próprias, ou seja, hábitos, costumes e valores específicos, compartilhados por seus integrantes. A ideologia procura ocultar a existência dessa diversidade de grupos sociais ao impor a idéia de única cultura, alinhada aos interesses do grupo dominante.

Esse conceito de ideologia foi engendrado por Karl Marx, para evidenciar a prevalência do ideário e da cultura próprias da burguesia na sociedade capitalista. Em contraposição, o marxismo trouxe à luz uma ideologia da classe operária como uma concepção de mundo alternativa àquela imposta pelo capitalismo.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=world&p=9category/1129/13>

A definição marxista contrasta com o significado de ideologia presente no senso comum. Um exemplo do uso corrente do termo ideologia é quando, ao justificar-se a proliferação de partidos políticos ou a mudança freqüente de partidos por alguns políticos, alega-se que os partidos já não mais possuem uma ideologia que defina os seus distintos ideários políticos.

Nesse sentido, vemos que o uso comum do termo ideologia denota: a convicção filosófica, a concepção de mundo, assumidas por um grupo de pessoas. Essa ideologia pode estar lastreada por valores positivos, como, por exemplo, a que congrega os ambientalistas, que lutam por alterar visões e atitudes que contrastem com a perspectiva do uso sustentável dos recursos naturais. Por outro lado, podem existir ideologias que reforcem valores negativos ou desvalores, como é o caso dos grupos neonazistas e sua visão **XENOFÓBICA**.

O conceito de ideologia é um tanto controverso. Como pudemos perceber, ele pode identificar algo *positivo*, como quando expressa as convicções filosóficas, a concepção de mundo e o conjunto de valores, crenças e tradições de um grupo de pessoas, cujas convicções podem ser de ordem política, religiosa, social etc. Como exemplo, podemos citar as ideologias políticas que sustentam certos partidos, a ideologia que orienta os que lutam por justiça social e as ideologias que congregam os fiéis das várias religiões.

Contudo, o termo também pode indicar algo *negativo*, que deveria ser combatido ou criticado. É o caso da conotação dada por Marx ao conceito ideologia, que expressa a dominação da cultura pelo ideário capitalista, o qual acaba levando a relações sociais desiguais e injustas.

No entanto, na concepção marxista, como a ideologia opera? Quais são os seus artifícios para impor à sociedade os valores da classe dominante?

Vamos destacar dois desses artifícios. O primeiro é a inversão entre causas e efeitos. Porém, é mais fácil compreendê-lo por meio de um fato concreto. Uma das idéias sobre a reprodução da pobreza, que permeia o senso comum, procura explicá-la atribuindo a culpa aos próprios pobres, considerados, nesta visão, como indolentes ou ignorantes, ou vítimas de uma inferioridade natural, e que, além disso, ainda acabam tendo um grande número de filhos. Dessa forma, conseqüências da vida miserável – como o fato de muitas pessoas em situação de pobreza não terem acesso

XENOFÓBICA

Que demonstra medo, aversão ou ódio aos estrangeiros ou à cultura estrangeira.

à educação e cultura, acarretando, por exemplo, em frágil discernimento sobre as coisas da vida e prole numerosa, ou mesmo o fato de muitos dos que vivem na miséria terem uma constituição física prejudicada – são transformadas em causas da pobreza pela ideologia.

O outro artifício da ideologia é a produção do imaginário social. Como nos revela mais uma vez Marilena Chauí (2000), é

recolhendo as imagens diretas e imediatas da experiência social (isto é, do modo como vivemos as relações sociais), a ideologia as reproduz, mas transformando-as num conjunto coerente, lógico e sistemático de idéias que funcionam em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores). Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que ela deve e como deve pensar, falar, sentir e agir. A ideologia assegura, a todos, modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, ocultando as contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as idéias que supostamente a explicam e controlam.

A ideologia, no sentido marxista, se utiliza, portanto, de estratégias que facilitam a sua reprodução e dominação. Exemplo disso é o uso da mídia em favor da consolidação desse ideário capitalista, valendo-se, para tal, de estratégias como a da “legitimação” de certas idéias a partir do uso de argumentos científicos, como no caso da apresentação das vantagens dos alimentos transgênicos pelas empresas multinacionais que os desenvolvem,

não dando ênfase às desvantagens e aos prejuízos a eles associados (na Aula 3, trataremos de modo mais específico desta questão). Outra estratégia bastante utilizada é a da “naturalização”, ou seja, da colocação de questões culturais como sendo naturais, isto é, determinadas; e aqui se colocam todos os pré-conceitos contra as minorias, por exemplo.



Fonte: <http://www.sxc.hu/category/1377/1>

Refleta sobre este artifício da ideologia, de produção do imaginário social. Quais são as formas mais utilizadas pela ideologia para esse fim? Você se considera influenciado pelo imaginário social criado pela ideologia? De que forma?

Em nossa sociedade, a ideologia capitalista coloca em evidência, no âmbito da vida pessoal, comportamentos baseados no individualismo – como os que foram destacados na Atividade 2 –, na perspectiva de que tais atitudes dominem o senso comum. Tais comportamentos propagandeados pela ideologia capitalista alteram a percepção quanto aos valores morais e acabam por colocar em segundo plano virtudes como, por exemplo, a solidariedade, o respeito às diferenças e a justiça social. A mudança nessa orientação moral imposta pela ideologia capitalista, que se consolida como senso comum, exige alterações profundas na consciência coletiva, o que significa *colocar em questão os valores morais* enaltecidos pela sociedade capitalista.

Como veremos a seguir, o exame e o questionamento dos valores morais é a função precípua da ética. Porém, antes, vamos a mais uma atividade.

Atividade 3

Certamente você conhece a música “Ideologia”, de Cazuza. Não sei se você já parou para interpretar o que Cazuza quis dizer com essa letra. Vamos fazer isto agora? Leia este trecho da letra da música e depois responda às questões propostas a seguir.

Ideologia

(Cazuza)

Meu partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Eu nem acredito
Que aquele garoto que ia mudar o mundo
(Mudar o mundo)
Freqüenta agora as festas do *Grand Monde*

Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver
Ideologia
Eu quero uma pra viver

- a. No refrão da música “Ideologia”, Cazuza diz: “Eu quero uma pra viver.” Analise a primeira parte da letra transcrita e explique por que Cazuza reivindica uma ideologia para viver.
- b. Qual é a correlação que se pode estabelecer entre a constatação de Cazuza, de que as ilusões estão todas perdidas e que os seus sonhos foram vendidos, com a idéia da prevalência da ideologia capitalista na sociedade contemporânea?

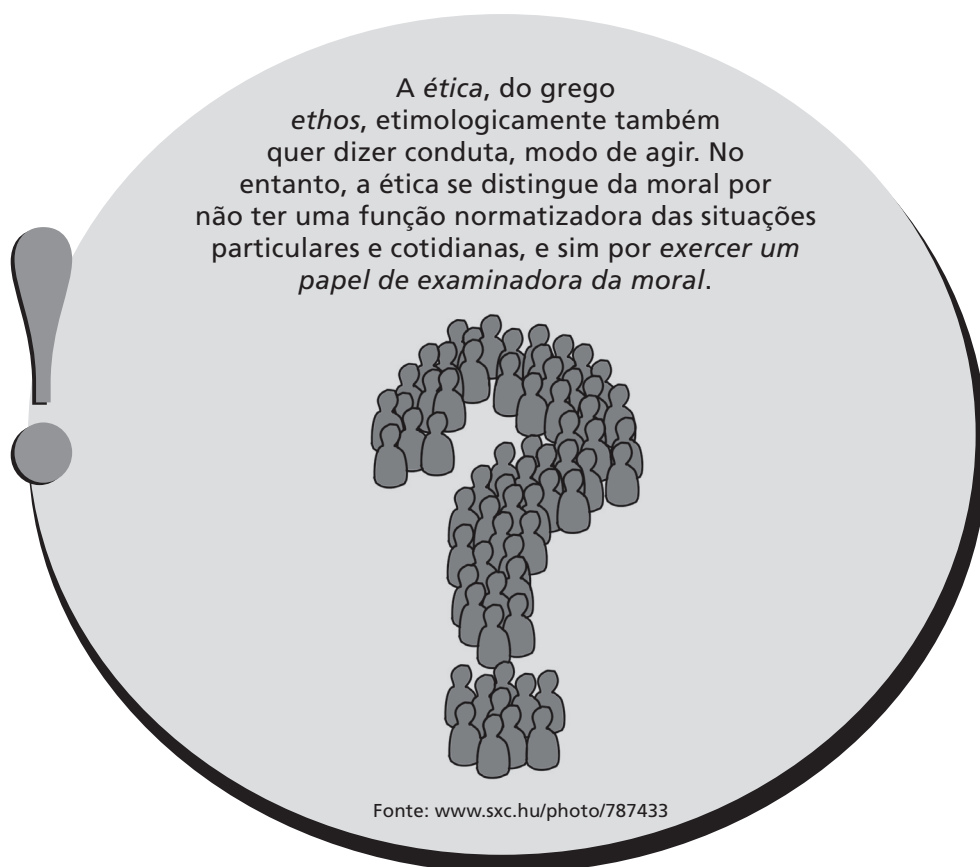
Respostas Comentadas

Quando Cazuza reivindica uma ideologia para viver podemos estabelecer uma correlação com a idéia apresentada no início desta aula: a de que vivemos uma crise dos valores morais, associada à exacerbação do individualismo e da ambivalência na chamada “pós-modernidade” (abordaremos melhor essa questão na próxima aula). A corrupção, a prevalência do individualismo, a violência, a desigualdade social, dentre outros fatores, levam a essa percepção da crise e, por consequência, ao desejo por uma ideologia, no sentido positivo do termo, ou seja, por um conjunto de idéias que possam colocar em questão as causas dessa crise. Muitas letras de Cazuza manifestam o seu incômodo frente a um quadro social adverso no qual vivemos, o que certamente o levou a clamar por uma ideologia na música em questão.

Quanto à segunda questão, a afirmação de Cazuza de que suas ilusões estão todas perdidas e que os seus sonhos foram vendidos pode estar relacionada à hegemonia da ideologia capitalista, em razão da derrocada dos países comunistas. Isto acarretou num certo enfraquecimento das convicções contrárias à concepção capitalista dominante, o que pode ser traduzido por essa metáfora dos sonhos vendidos por muito pouco, como se o ideário capitalista tivesse vencido o idealismo socialista por meio da sedução do consumo.

Ética

Já dissemos, no final do item anterior, que a mudança nessa orientação moral sob influência da ideologia capitalista exige alterações profundas na consciência coletiva, o que implica *colocar em questão os valores morais* enaltecidos pela sociedade contemporânea. Esta é a função da ética, como veremos a seguir.



É nesse sentido que Chauí (2000) afirma que

toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao Bem e ao Mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos os seus membros. No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais.

Assim como dissemos anteriormente, que cada classe social tem ou pode ter uma cultura própria, podemos dizer que diferentes grupos sociais podem ter valores morais distintos como orientadores das ações dos integrantes do grupo. Por exemplo, os fiéis das diferentes religiões assumem valores morais que muitas vezes parecem estar na contracorrente da norma de conduta vigente na sociedade, se suas atitudes são avaliadas segundo o senso comum.

A ética, no entanto, tem um caráter distinto da moral, na medida em que traz em si a idéia da universalidade. Para a ética, a justificativa de uma ação não pode se dar exclusivamente em termos dos interesses de um grupo social em particular. Ao emitirmos juízos éticos, devemos extrapolar nossas preferências ou aversões. Isso significa dizer que um juízo, para ser ético, deve ser formado a partir de um ponto de vista universalizável. A ética deve tratar dos princípios que podem ser estendidos a pessoas diferentes, que possuem valores, culturas e crenças diferentes.

Segundo Barbosa (1998, p. 10),

a ética constitui-se como um sistema de argumentos universalizáveis através dos quais os indivíduos ou grupos justificam adequadamente as suas ações. Para que uma ação seja eticamente fundada é necessário levar em conta os interesses de todos os que serão afetados pelas escolhas realizadas, superando, assim, a esfera exclusiva de nossos próprios interesses individuais/grupais, de modo a maximizar os benefícios decorrentes do curso de ação escolhido.

Desse modo, a ética configura-se como uma forma de solucionar conflitos de interesses por meio de argumentos racionais de caráter universal. Veremos, na próxima aula, quando apresentaremos um breve histórico do desenvolvimento da ética, que é próprio da modernidade a idéia de um referencial ético baseado exclusivamente em argumentos racionais universalizáveis, já que na Antigüidade havia uma referência à virtude e ao bem como um pressuposto, servindo como bússola para o agir humano; e, depois, na Idade Média, com o cristianismo, a atenção à vontade de Deus passa a ser uma obrigação moral.

Como dedicaremos a próxima aula ao aprofundamento do conceito de ética, não iremos nos alongar. No entanto, gostaríamos de destacar um último aspecto fundamental da ética. Não se pode justificar como éticos os propósitos se os meios para alcançá-los não são considerados igualmente éticos. Ou seja, o argumento de que os fins justificam os meios não é um argumento ético.

CONCLUSÃO

Após essa apresentação dos conceitos de moral, ideologia e ética, queremos chamar a sua atenção para a imbricação que se estabelece entre eles.

A ideologia, se entendida como a forma de imposição de valores de um grupo dominante à sociedade como um todo, tem uma imbricação com a moral, visto que sua influência modifica o conjunto de valores da sociedade. Ao refletir sobre os valores morais, a ética acaba por questionar a interferência de ideologias sobre os referenciais de virtude e justiça. Nesse sentido, a consciência sobre o poder exercido pelas ideologias e a busca por alternativas de contraposição às mesmas ganham força por meio de reflexões éticas sobre os valores vigentes.

Compreendido isso, vamos à Atividade Final, buscando correlacionar moral, ética e ideologia.

Atividade Final

Em 1976 uma propaganda trouxe à luz uma conduta subjacente à nossa cultura, manifestada, de certa forma, pelo tradicional “jeitinho brasileiro”, dando a esse comportamento o *status* de um valor positivo. Tratava-se de uma propaganda do cigarro Vila Rica, protagonizada pelo tricampeão pela Seleção Brasileira de 1970, Gérson de Oliveira Nunes, conhecido como o Canhotinha de Ouro. O *slogan* da propaganda era: “Você gosta de levar vantagem em tudo, certo?” Esta propaganda teve uma repercussão tão grande que essa idéia de levar vantagem a qualquer custo ficou conhecida como “Lei de Gérson”. Você talvez não conheça essa expressão, mas seus pais certamente devem ter ouvido falar.



Fonte: <http://virtualiaomanifesto.blogspot.com/2007/11/o-cigarro-e-cumplicidade-da-mdia.html>

- Você considera a Lei de Gérson como um valor moral de nossa sociedade, no sentido de que o comportamento que ela expressa integra a nossa herança cultural?
- Em sua opinião, qual é a principal questão ética suscitada pela Lei de Gérson?
- Que relação você estabelece entre o que foi apresentado nesta aula sobre a ideologia capitalista e a Lei de Gérson?

Respostas Comentadas

Se considerarmos que o “jeitinho brasileiro” expressa, de certa forma, essa intenção de obter vantagem pessoal, e que se trata de um comportamento incorporado à nossa cultura, poderíamos considerar a Lei de Gérson um valor moral de nossa sociedade. Há quem diga que o “jeitinho brasileiro” representa uma maior flexibilidade nas relações interpessoais e que, portanto, deveria ser visto como algo positivo em certas circunstâncias.

A questão é que só se leva vantagem em detrimento do ganho, benefício, direito, oportunidade etc. de um outro ou da maioria. E como vimos antes, os valores morais devem ser vistos como medida das qualidades humanas e como orientador de nossos atos. Além disso, dentre as características do sujeito moral evidenciadas por Marilena Chauí estão: a consciência quanto à existência dos outros e a responsabilidade quanto às conseqüências de sua ação sobre si e sobre os outros. Sendo assim, não poderíamos considerar a Lei de Gérson um valor moral.

Respondendo a segunda questão, o principal dilema ético suscitado pela Lei de Gérson diz respeito à impossibilidade de universalização desta conduta. Levar vantagem é, em essência, defender os interesses próprios em prejuízo dos direitos de alguém ou da maioria, portanto, não se pode considerar tal comportamento como sendo ético, já que ele não contempla os interesses de todos os envolvidos. Mesmo que a busca da vantagem estivesse orientada por uma boa intenção, como, por exemplo, no caso de alguém querer cortar a fila de um transplante de órgão mediante suborno para garantir melhor qualidade de vida a um familiar, os meios utilizados não seriam éticos. Nesse sentido, a afirmativa de que os fins justificam os meios não é um argumento ético.

Quanto à terceira questão, vimos nesta aula que alguns dos valores cultivados pela sociedade capitalista estão ligados ao sucesso pessoal, à competição, à liberdade individual e à busca pelo prazer imediato. Esses valores integram a ideologia capitalista, que estabelece uma relação com a Lei de Gérson, na medida em que esta se traduz em idéias como: “cada um por si”, “os fins justificam os meios”, “o importante é levar vantagem sempre”.

RESUMO

Como vimos, a moral e a ética têm uma origem etimológica semelhante, associada aos costumes e modos de conduta. No entanto, apesar do uso corriqueiro dos termos como sinônimos, os filósofos acabaram por estabelecer uma distinção conceitual entre eles. Desta forma, a moral continuou a ser identificada ao seu sentido etimológico, representando o conjunto de valores que uma sociedade assume, ao estabelecer uma distinção entre aquilo que é considerado como virtude e aquilo que é tido como vício. O propósito da moral é o de assegurar uma convivência social em acordo com o que é tido como bem pela sociedade, definindo limites aos anseios individuais contrários às normas de conduta estabelecidas.

A ética, por sua vez, passou a ser identificada como filosofia moral, ou seja, como a esfera do conhecimento que busca compreender o sentido dos valores morais. Sendo assim, a ética possui um caráter universal, na medida em que procura estabelecer referenciais de bondade e justiça que possam ser assumidos como um pressuposto das condutas humanas. A ética, portanto, não legisla sobre o particular e sim sobre o universal.

Quanto ao conceito de ideologia, vimos que ele é controverso. Pode identificar algo *positivo*, como quando expressa as convicções filosóficas, a concepção de mundo e o conjunto de valores, crenças e tradições de um grupo de pessoas; mas também pode indicar algo *negativo*, que deveria ser combatido ou criticado, como é o caso da conotação marxista de ideologia, que aponta para a dominação da cultura pelo ideário capitalista e suas injustiças sociais.

Até a próxima aula!

Um breve histórico da ética

AULA

2

Meta da aula

Apresentar um breve histórico da ética no Ocidente, desde sua origem no âmbito da filosofia grega da Antigüidade até as diferentes vertentes da ética na Modernidade.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



definir os elementos constitutivos da conduta ética, segundo a compreensão originária da ética;



comparar as concepções de ética na Antigüidade, na Idade Média e na Modernidade;



reconhecer o impasse ético ao qual chegou a Modernidade.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, você pôde compreender a diferença entre os conceitos de moral e ética. A moral se refere ao conjunto de valores determinantes das regras de conduta de um dado grupo social. A ética, por sua vez, desempenha a importante função de refletir sobre os valores morais; por essa razão é também denominada filosofia moral.

Diferentemente da moral, que se aplica às situações particulares e cotidianas, a ética tem um caráter universal, ou seja, constitui-se como um sistema de máximas de caráter universal, que serve, portanto, de referência a todos os indivíduos ou grupos sociais. Nesse sentido, a ética busca superar a esfera dos interesses individuais ou grupais ao propor normas de conduta universais.

Veremos nesta aula que a exacerbação do individualismo no mundo moderno conduziu a filosofia moral a um impasse, que está diretamente relacionado a essa tarefa precípua da ética, que consiste em estabelecer a universalidade dos princípios morais, em acordo com as exigências e o contexto de cada momento histórico.

Contudo, antes de abordarmos esse impasse ético da Modernidade, faremos um breve histórico da ética em três grandes momentos. Começaremos tratando de sua origem na Antigüidade grega, passaremos pela influência do cristianismo na filosofia moral da Idade Média e terminaremos com os questionamentos éticos da Modernidade e seu empenho em estabelecer uma ética baseada exclusivamente na razão.

Pronto para essa breve retrospectiva da ética, do século V a.C. até os dias de hoje? Pois, então, iniciemos por compreender os aspectos centrais da ética no mundo **HELÊNICO**.

HELÊNICO

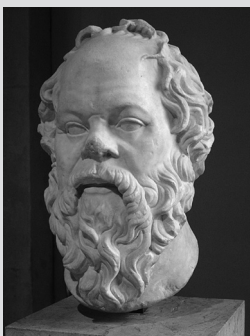
“Relativo à Grécia antiga (Hélade) ou o seu natural ou habitante.”
(HOUAISS, 2002)

O PRINCÍPIO: A FILOSOFIA MORAL NA GRÉCIA ANTIGA

Na Grécia, berço da filosofia, Sócrates dá início à *ética*, entendida como *filosofia moral*, interrogando os atenienses sobre os valores que alicerçavam os costumes de Atenas. O filósofo interpelava os atenienses com perguntas como: “O que é a justiça? O que é a coragem?” E, ao receber como resposta “São virtudes”, ele, então, perguntava: “O que é a virtude?” Se a resposta fosse: “Virtude é agir em conformidade com o bem”, Sócrates chegava ao ponto no qual queria chegar, fazendo a pergunta derradeira: “O que é o bem?”



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=acropolis&p=4>



Sócrates (469-399 a.C.)

Nascido em Atenas, é considerado o pai da filosofia moral, por ter dedicado sua vida à busca da *verdade*. Só pudemos conhecer suas idéias graças aos registros feitos por seu discípulo Platão. Contudo, apesar de não ter deixado nada escrito, ele representa um marco na história da Filosofia. Tanto que os pensadores gregos que o antecederam são denominados de pré-socráticos.

O método filosófico conhecido como **MAIÊUTICA**, baseado na formulação sucessiva de perguntas, levava os interlocutores de Sócrates a indagar sobre o significado, a essência dos valores que orientavam suas ações pessoais e que estavam na base da cultura ateniense. Dessa forma, ele acabava por colocar em xeque valores morais que eram considerados como virtudes apenas por uma questão de tradição, obrigação ou dever. Em seu afã, ele queria compreender como e por que uma dada conduta era considerada boa ou má. Sua busca filosófica, em última instância, tinha por objetivo desvelar a *Virtude* e o *Bem*, oferecendo a seus compatriotas um *juízo universal* capaz de dirimir os equívocos de se considerar uma conduta como virtude sem se questionar qual o seu real valor.

MAIÊUTICA

“Método *socrático* que consiste na multiplicação de perguntas, induzindo o interlocutor na descoberta de suas próprias verdades e na conceituação geral de um objeto” (HOUAISS, 2002). A palavra *maiêutica*, em sua origem, designava a arte de partejar, ou seja, denominava o serviço da parteira. Sócrates escolheu essa palavra para definir o seu método de ensino em homenagem à mãe, que era parteira. Nesse sentido, ele desempenhava uma função de “parteiro de idéias”.

Sócrates induz a sociedade de Atenas a avaliar se seus valores morais estão em conformidade com a *Virtude* e o *Bem*, ao mesmo tempo que instiga os indivíduos a considerar se suas ações são realmente virtuosas e boas. Ao interpelar os atenienses sobre os valores morais tidos como norma de conduta, Sócrates inaugura a ética, na medida em que esta, como já foi dito na aula anterior, desempenha a função de examinadora da moral.

De modo geral, para a filosofia moral da Antiguidade, como nos ensina Marilena Chauí (1992, p. 347), “...a ética, cujo modo era a virtude e cujo fim era a felicidade, realizava-se pelo comportamento virtuoso entendido como ação em conformidade com a natureza do agente (seu *ethos*) e dos fins buscados por ele”.

Os fins que se adequavam ao comportamento virtuoso eram aqueles tidos como *belos*, *bons* e *justos*.

Vale esclarecer que,

em grego, existem duas vogais para pronunciar e grafar nossa vogal e: uma vogal breve, chamada *epsilon*, e uma vogal longa, chamada *eta*. *Ethos*, escrita com a vogal longa (*ethos* com *eta*), significa *costume*; porém, escrita com a vogal breve (*ethos* com *epsilon*), significa *caráter*, *índole natural*, *temperamento*, conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa (CHAUÍ, 2000, p. 437).

Nessa colocação, o vocábulo *ethos* adquire o segundo sentido, ou seja, refere-se à consciência ética individual necessária ao comportamento virtuoso.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=greece&p=5>

Para compreender melhor a assertiva de Chauí, é preciso que se tenha em mente quais eram os três princípios fundamentais da vida moral para os gregos:

- O primeiro afirmava que, “por natureza, os seres humanos são inclinados para o bem e aspiram à felicidade”, que só pode ser conquistada mediante uma conduta virtuosa. Nesse sentido, como diz Maritain (PASSOS, 2007, p. 32): “A arte moral não é a arte de viver bem, tendo em vista alcançar a felicidade, e sim a arte de ser feliz porque se vive bem.” A idéia de felicidade, para os filósofos gregos da Antigüidade, difere da nossa percepção de felicidade, a qual está ligada a contentamento, bem-estar, satisfação de desejos, sorte, sucesso etc. Para eles, a felicidade, como finalidade da vida ética, correspondia ao agir bem, ao agir de modo virtuoso. Sendo assim, só se pode ser feliz vivendo uma vida virtuosa.
- O segundo princípio da vida moral na Antigüidade afirmava que *o homem é, por natureza, um ser racional*, o que significa dizer que o comportamento ético implica controlar as paixões e agir em conformidade com a razão, que conhece a Virtude e o Bem. A conduta virtuosa é definida pela vontade do agente moral guiada pela razão consciente do Bem e capaz, portanto, de domar os instintos irracionais. Nesse sentido, a virtude é a força interior do caráter, da natureza pessoal, do *ethos* do agente moral.
- O terceiro princípio da vida moral falava sobre a *existência de uma ordem universal, em que o ser humano possui um lugar específico*, determinando, assim, a conduta racional dos indivíduos, segundo os fins tidos universalmente como belos, bons e justos. A vida virtuosa implica, portanto, viver não só em conformidade com a natureza pessoal (o *ethos*), mas também em acordo com essa ordem universal, representada pela Natureza (o cosmos).

Os filósofos da Grécia Antiga conceberam uma ética **EUDEMONISTA**, na medida em que o propósito da vida ética era a felicidade. No entanto, essa felicidade só poderia ser alcançada mediante o exercício da virtude, que implica deixar que a razão consciente do Bem oriente a vontade do agente moral, evitando assim os desmandos das paixões. Além do mais, o comportamento virtuoso deveria se dar em conformidade com o *ethos* do agente moral e com uma ordem universal, a Natureza. A ética, nesse sentido, representava a busca por uma medida que contivesse os homens dentro de limites considerados justos.

EUDEMONISTA

Aquele que segue os princípios do eudemonismo, que consiste na busca da felicidade como o fundamento da moral, julgando eticamente positivas todas as condutas que levam o homem a um destino feliz. Do grego *eudaimonia* (*eu* = bom + *daimon* = espírito). De acordo com sua etimologia, a palavra *eudaimonia* expressa bem a maneira como a felicidade era concebida pelos gregos, pois faz referência a um espírito bom, um espírito bem-disposto, como condição para se alcançar a felicidade. Nesse sentido, o eudemonismo compreende que o importante é a arte do bem viver, da boa conduta, do bom espírito, como caminho para a felicidade.

Respostas Comentadas

a. A partir de uma pesquisa no Houaiss (2002), destacamos a seguir algumas acepções para as três virtudes:

Prudência: “virtude que faz prever e procura evitar as inconveniências e os perigos; cautela, precaução”.

Fortaleza: “força moral; firmeza, constância (...), aquilo que resiste à ação ou influências exteriores”.

Temperança: “qualidade ou virtude de quem é moderado, comedido”.

Para prever, calcular, medir as conseqüências dos nossos atos, procurando evitar as inconveniências, os perigos e os possíveis erros ou faltas, precisamos fazer uso da razão. Dessa forma, o exercício da prudência ajuda a preparar a razão para uma conduta virtuosa e ética.

Se a vontade, segundo uma das acepções do Houaiss (2002), é a “faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar certos atos”, buscar a virtude da fortaleza pode nos ajudar a resistir às ações ou influências exteriores, dispondo-nos de uma verdadeira força moral para fazer prevalecer nossa vontade, que, guiada pela razão, consciente do bem, nos leva a um comportamento ético.

Contra os apetites e as paixões, entendidas como os impulsos do corpo e da alma não controlados plenamente pela razão, o exercício da temperança também pode ser uma maneira eficaz de permitir que a razão oriente a vontade em direção à virtude e ao bem, já que a temperança nos predispõe a sermos moderados, comedidos.

b. No entanto, qual das três virtudes deve ser considerada a mais nobre? Se tomarmos como síntese da filosofia moral da Antiguidade a máxima que diz que a conduta ética depende da vontade do agente moral, que, guiada pela razão consciente da virtude e do bem, é capaz de domar os apetites e as paixões, podemos afirmar, sem medo de errar, que a virtude mais nobre é a prudência, pois é ela que permite à razão exercer uma influência ótima sobre a vontade, orientando-a para a virtude e o bem e dirimindo as possíveis influências externas ou desmandos dos apetites e paixões.

AS INFLUÊNCIAS DO CRISTIANISMO: A ÉTICA NA IDADE MÉDIA

O cristianismo vem trazer uma nova compreensão sobre a vida moral, sendo duas as modificações essenciais na concepção ética herdada dos gregos. A primeira é sobre a idéia de uma ordem universal, a qual continua existindo, mas deixa de representar o cosmos e passa a expressar a *vontade de Deus*. Nesse sentido, “a ética cristã traduz a afirmação dos antigos – ‘a virtude é agir em conformidade com a Natureza’ – para: ‘a virtude é agir em conformidade com a vontade de Deus’” (CHAUI, 1992, p. 349).



Fonte: <http://www.sxc.hu/category/1072/17>

A segunda alteração trazida pela ética cristã está relacionada às idéias do *livre-arbítrio* e do *pecado original*. Para a moral cristã, os homens são dotados de vontade livre, mas, como consequência da culpa originária, o vício passa a ser um componente da vontade humana, o que faz o homem oscilar entre o Bem (fazer a vontade de Deus) e o Mal (submeter-se às tentações do pecado). Enquanto que, para os antigos, a vontade, guiada pela razão consciente do bem, era capaz de controlar, de forma autônoma, as desmedidas paixões e os impulsos irracionais, ocasionando uma conduta virtuosa, para os cristãos a vontade livre, desviada pelo pecado original, necessita ser guiada por uma vontade superior essencialmente boa, a vontade de Deus. Dessa forma, a conduta moral passa necessariamente por fazer a vontade de Deus.

A conciliação entre vontade e liberdade – livre-arbítrio – dá-se no âmbito pessoal, definindo o querer bem e o querer mal de cada indivíduo. Porém, a virtude – o querer bem – implica guiar-se pela vontade de Deus, o que parece restringir o grau de liberdade da vontade humana, ao colocar como obrigação e dever do cristão a observância à vontade divina. Essas idéias indicam que a conduta moral do cristão implica uma escolha pessoal e, portanto, uma relação pessoal com Deus. Isso só é possível porque uma das virtudes cristãs fundamentais é a *fé*, que indica exatamente a qualidade da relação com Deus.




Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=bell+tower&p=5>

Esse empenho pessoal por fazer a vontade de Deus revela, porém, outra virtude fundamental do cristianismo: a *caridade*. Esta representa uma atitude universal de amor aos demais e de responsabilidade individual pela salvação dos outros. A caridade é a virtude por excelência no que diz respeito à nossa relação com o próximo. Dessa maneira, a escolha moral pelo Bem implica não só a relação pessoal com Deus, mas também a atitude concreta de amor ao próximo, de responsabilidade em relação ao semelhante.

A ética cristã pode ser resumida numa diretriz essencial: fazer a vontade de Deus, tendo como métrica da ação humana uma regra de ouro, que foi posta em relevo por Jesus, no Sermão da Montanha: “Tudo o que vocês desejam que os outros façam a vocês, façam vocês também a eles” (Mt 5, 13). Nessa ética, há três virtudes essenciais, conhecidas como teologais: *fé*, *esperança* e *caridade* (amor). A fé é a que estabelece e define a relação com Deus. A esperança mantém o propósito cristão da santidade e, por consequência, da salvação, ou seja, de poder participar do convívio de Deus na vida eterna. Já a caridade, a virtude máxima do cristianismo, estabelece a verdadeira medida para a relação com o próximo, fundada no amor.

A regra de ouro não é exclusiva do cristianismo. Nos livros sagrados de todas as grandes religiões, é possível encontrá-la. Para citar alguns exemplos: no Talmude dos judeus está escrito: “Se algo te fere, não o use contra o próximo”; no Alcorão dos muçulmanos, encontra-se: “Nenhum de vós sois um crente até devotar pelo próximo o amor que devotais a vós mesmos”; no Hinduísmo, diz-se: “O dever é, em suma, isto: não façais aos outros aquilo que se a ti for feito causará dor”; e no Budismo, prega-se: “Não atormentes o próximo com o que te aflige.”

Atividade 2

Analise os três fragmentos de textos a seguir, que tratam da felicidade. O primeiro  foi retirado do Livro I da *Ética a Nicômaco*, importante obra do filósofo grego Aristóteles. O segundo foi retirado do Evangelho de Mateus (5, 1-12) e registra parte do Sermão da Montanha proferido por Jesus a uma multidão. O terceiro faz referência ao pensamento de Tomás de Aquino, importante filósofo e teólogo cristão do século XIII, proclamado santo pela Igreja Católica e responsável pela síntese do cristianismo com o pensamento aristotélico.

A julgar pela vida que os homens levam em geral, a maioria deles, e os homens de tipo mais vulgar, parecem (não sem um certo fundamento) identificar o bem ou a felicidade com o prazer, e por isso amam a vida dos gozos. [...]

Ora, nós chamamos aquilo que merece ser buscado por si mesmo mais absoluto do que aquilo que merece ser buscado com vistas em outra coisa [...]

Ora, esse é o conceito que preeminentemente fazemos da felicidade. É ela procurada sempre por si mesma e nunca com vistas em outra coisa, ao passo que à honra, ao prazer, à razão e todas as virtudes nós de fato escolhemos por si mesmos [...]; mas também os escolhemos no interesse da felicidade, pensando que a posse deles nos tornará felizes. [...]

Outra crença que se harmoniza com nossa concepção é a de que o homem feliz vive bem e age bem; pois definimos praticamente a felicidade como uma espécie de boa vida e boa ação. [...]

Sendo assim, as ações virtuosas devem ser aprazíveis em si mesmas. Mas são, além disso, *boas* e *nobres*, e possuem no mais alto grau cada um destes atributos, porquanto o homem bom sabe aquilatá-los bem; [...] A felicidade é, pois, a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo [...] (ARISTÓTELES, 1984, p. 51-58).

Jesus viu as multidões, subiu a montanha e sentou-se. Os discípulos se aproximaram, e Jesus começou a ensiná-los: ‘Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu. Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos, e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim. Fiquem alegres e contentes, porque será grande para vocês a recompensa no céu. Do mesmo modo perseguiram os profetas que vieram antes de vocês’.

(BÍBLIA, 1991, p. 1.242-1.243).

Nesse sentido, a vida virtuosa estabelece uma conexão com o transcendente, na medida em que a recompensa da virtude, a felicidade, é uma dádiva dos deuses.

Já no Sermão da Montanha, a felicidade adquire relevo como uma recompensa futura: o Reino do Céu. Tal recompensa será dada – para resumir numa só expressão – aos puros de coração, entendendo esta pureza como sendo a inclinação ao cumprimento da vontade de Deus.

No entanto, o anúncio da felicidade no Sermão da Montanha não exclui a possibilidade da felicidade terrena. Na verdade, para o cristão, a felicidade se conquista ao fazer a vontade de Deus, na medida em que é dessa forma que se entra em comunhão com Ele. A virtude da fé estabelece o canal para essa comunhão com Deus, que, por conseqüência, faz com que o cristão viva melhor, viva feliz. Não porque estará livre das adversidades, dos sofrimentos, mas porque compreende que nada nesta vida é por acaso.

A virtude por excelência da vida cristã, a caridade, é fonte inesgotável de felicidade. A experiência da caridade verdadeira, proveniente de uma doação despretenhiosa ao próximo, como todos já devem ter experimentado, traz à tona um sentimento de plena alegria, de felicidade, mesmo que o ato caridoso não desperte reciprocidade alguma por parte daquele que recebeu o conforto, o auxílio.

Essa visão é corroborada por Tomás de Aquino, na medida em que os três níveis da felicidade por ele definidos, o da reta conduta, o da sabedoria e o da visão direta de Deus, se mostram complementares. Nesta vida, podemos desfrutar a felicidade advinda dos nobres atos, a qual, por sua vez, é reforçada pela felicidade de uma vida de sabedoria, conquistada por meio da busca da Verdade. A prática da virtude e a busca da Verdade, nesta vida, trarão como recompensa a felicidade completa da convivência direta com Deus na vida futura.

A MODERNIDADE: O IMPASSE ÉTICO

Outro período de alterações profundas na filosofia moral é inaugurado pela **MODERNIDADE**. O primeiro corte com as concepções éticas anteriores se deu em função da rejeição à idéia da existência de uma ordem universal regendo a conduta humana, seja ela imanente (Natureza) ou transcendente (vontade de Deus) ao mundo. Weber cunhou uma expressão para esse movimento contra a idéia de uma ordem universal: “desencantamento do mundo”. Esse fenômeno do “desencantamento” indica, sobretudo, uma limitação *crescente* à influência do transcendente sobre este mundo, que passa a ser visto como sendo governado exclusivamente por leis naturais, que podem ser conhecidas pela razão, ou seja, o “desencantamento do mundo” abre o caminho para o processo de racionalização científica do mundo. Isso permitiu ao homem, em última instância, um domínio técnico sobre a Natureza, inaugurando a perspectiva do contínuo progresso científico (aspecto que abordaremos na próxima aula, quando trataremos das questões éticas relacionadas à ciência e à tecnologia).



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=modern&p=19>

MODERNIDADE

Iniciada no século XV com o Renascimento, a Modernidade denota uma alteração radical no modo de apreensão do mundo, que coloca em evidência a razão e a subjetividade na definição dos parâmetros sociais, políticos e culturais.

Isso implica um processo de secularização, em que a observância da vontade de Deus perde espaço para o subjetivismo na atribuição de propósito e significado aos atos humanos.

Na Modernidade, o homem passa a se reconhecer como um ser autônomo e auto-suficiente e a se mover pela crença de que, por meio da razão, pode-se atuar sobre a natureza e a sociedade. Um aspecto importante da Modernidade, portanto, relaciona-se à centralidade das relações econômicas capitalistas, trazida à tona pela emergência da sociedade burguesa.

Por sua vez, o capitalismo propicia o desenvolvimento científico-tecnológico, como o instrumento de dominação da Natureza.



Max Weber (1864-1920)

Intelectual alemão, jurista, economista e um dos fundadores da Sociologia. Reconhecido, sobretudo, por seu trabalho no campo da sociologia da religião, sua obra máxima – *Ética protestante e o espírito do capitalismo* – é um ensaio no qual ele investiga as razões que levaram ao desenvolvimento do capitalismo moderno em países como a Inglaterra e a Alemanha, concluindo que isso se deveu essencialmente às influências do protestantismo nesses países.

O “desencantamento do mundo” – apresentado por Weber (1989) como sendo um fenômeno próprio da cultura ocidental – compreende dois movimentos complementares. Um, que pode ser entendido como “desmagificação”, implica a retirada progressiva da magia do âmbito da religião, em decorrência do desenvolvimento da mentalidade judaico-cristã no Ocidente. Enquanto as religiões primitivas e/ou orientais vêem o mundo como encantado, em razão da presença e ação de espíritos entre os homens, as religiões judaico-cristãs promoveram uma separação entre o mundo em que vivemos e o mundo divino, o que resultou, por conseguinte, na “desmagificação” de tais religiões. O outro movimento do “desencantamento do mundo” vem na esteira do processo de “desmagificação”, que, ao afastar a magia, promove uma crença na racionalidade, mesmo no âmbito das religiões. Isso permite, ao fim e ao cabo, que a racionalidade científica adquira autonomia em relação às religiões, ao mesmo tempo que as coloca na dimensão do irracional.

Em sua obra máxima – *Ética protestante e o espírito do capitalismo* –, Weber (1989) apresenta a idéia do “desencantamento do mundo” ao investigar a existência de uma correlação entre a difusão das idéias e da concepção de mundo próprias do Protestantismo e o pleno desenvolvimento do capitalismo. Ele mostra que, enquanto o Cristianismo católico estabelecia uma incompatibilidade entre a devoção religiosa (vista como busca da santidade e da vida eterna) e os assuntos mundanos (entre estes a ocupação econômica), certas vertentes do protestantismo (em especial o calvinismo) deram à vida terrena um significado espiritual e moral novo e positivo. O calvinismo trouxe a idéia de que as habilidades humanas deveriam ser percebidas como dádiva divina e por isso incentivadas.

As interpretações dessa nova perspectiva sobre a relação do homem com as coisas deste mundo lançaram as bases para o florescimento da noção de que o sucesso no trabalho deve ser visto como um ideal ascético (ver verbete na Aula 1). Este, por consequência, é totalmente compatível com o acúmulo de riquezas, que acabou por garantir o capital excedente, necessário para expandir o sistema capitalista moderno. É claro que essa não foi a única condição. Segundo Weber (1989), outros fatores associados permitiram o desenvolvimento do capitalismo, como a proeminência do racionalismo na ciência, a sistematização racional da administração, a existência do empreendimento econômico, dentre outros.

Medeiros (2006, grifos nossos), ao escrever uma resenha dessa importante obra de Weber, abordou a questão da ética que desponta com esse movimento de emancipação do capitalismo embasado pela teologia protestante:

Livre da influência direta da religião, esta característica particular do capitalismo ocidental configura toda uma significação cultural e dela emana uma ética de caráter peculiar. Nesse caso, o capitalismo ocidental possui um "ethos particular", pois é dotado de uma *concepção utilitarista*, mediante as qualidades que mais se destacam, como por exemplo: a honestidade financeira; a pontualidade nos pagamentos; a laboriosidade desenvolvida nas atividades profissionais dentre outras congêneres, as quais se tornam virtudes úteis ao cidadão comum, como, por exemplo, somar ou ganhar dinheiro transforma-se, nesse caso, em *finalidade última* na vida dos indivíduos, na medida em que esta prática atinge níveis consideráveis dentro do campo do irracionalismo e do transcendentalismo religioso protestante.



Com o “desencantamento do mundo”, o *universo torna-se infinito*, porém passível de ser conhecido e dominado pelo homem por meio da razão; e o *indivíduo torna-se completamente livre*, por não estar mais sujeito a uma ordem natural ou transcendental. Isso implica dizer que os *valores éticos deixam de possuir um centro ordenador da universalidade*.

Contudo, se a virtude significava até então o domínio das paixões pela vontade guiada pela razão ou pela observância da vontade de Deus, em conformidade com normas ou valores universais, *quem ou o quê estabelece a universalidade dos valores no mundo em desencanto?* Como é possível compatibilizar a idéia do indivíduo completamente livre com a noção de valores universais, que define, em última instância, a essência da ética?

Para complicar ainda mais a questão do domínio da razão sobre as paixões, estas, até então tidas como vícios ou atitudes irracionais, passam a ser vistas como *interesses* dos indivíduos livres, os quais não devem ser desconsiderados ou rejeitados *a priori* pela ética. Isso ocorre em virtude da utilidade que tais interesses passam a ter para o mercado, já que, na Modernidade, com a emergência do sistema capitalista, o mercado passa a ser um importante centro ordenador de valores. Nas palavras de Chauí (1992, p. 351):

O indivíduo livre é, na verdade, membro de uma ordem social definida, agora, por um centro organizador que procura evitar os choques com a hierarquia sociopolítica: o centro organizador é o mercado, que precisa do conceito de indivíduo livre que se relaciona com outros por meio da relação contratual, dotada de validade somente se os contratantes forem livres e iguais.

Ainda segundo Chauí (1992), frente a essa nova perspectiva dada aos interesses dos indivíduos livres, apenas duas alternativas se colocam para a ética. Uma delas, de caráter pragmático, implica a avaliação da utilidade de cada interesse, erigindo em valores morais aqueles que são úteis aos propósitos econômicos, sociais e políticos da modernidade. A outra alternativa foi traçada por Kant (você pode ler sobre ele em um verbete da Aula 1), que separou o *domínio empírico* das necessidades e dos interesses do *domínio transcendental* da liberdade e da finalidade.

Dessa forma, o domínio empírico estaria sujeito a causalidades particulares; e é nele que se estabeleceria a idéia de felicidade, entendida, portanto, como de caráter exclusivamente pessoal. Por consequência, a felicidade poderia ser compreendida, em última instância, como sendo a liberdade de escolha. É-se feliz na medida em que se tem a liberdade de escolher, segundo as próprias necessidades e interesses.

Fica reservada, portanto, ao domínio transcendental a tarefa de estabelecer a universalidade ética. Para tal, Kant concebe um conjunto de máximas, que constituem o seu “imperativo categórico”, procurando, dessa forma, estabelecer a noção de um *dever moral absoluto e autônomo*. As duas máximas centrais são: “Age tendo a humanidade como fim e jamais como meio” e “Age como se a máxima de tua ação pudesse ser realizada por todos os homens e por qualquer homem” (CHAUÍ, 1992, p. 351). A ética kantiana considera, dessa forma, que o condicionamento do uso da liberdade pelo “imperativo categórico” é o que determina a obrigação moral do agir, não sendo necessário um propósito transcendente à ação, ou seja, “...não é a *finalidade* o que determina o valor moral de uma ação, e sim a determinação puramente formal da vontade, segundo o *princípio abstrato da universalidade*” (GÓMEZ-MULLER, 1997, p. 35, grifos nossos).

Enquanto a primeira perspectiva aberta à ética, em razão da consideração dos interesses dos indivíduos livres, leva a um *relativismo*, que pode conduzir a uma moralidade em que os fins justificam os meios, a tentativa kantiana foi a de estabelecer, por meio do *universalismo* do “imperativo categórico”, uma adequação racional entre meios e fins (como já foi colocado na aula anterior, para a ética os meios precisam estar em acordo com a natureza dos fins).

No entanto, a questão que se coloca frente ao “imperativo categórico” kantiano é quanto à sua aplicabilidade na vida prática. A escolha individual

ESCOLA DE FRANKFURT

É como ficou conhecido um grupo de filósofos e cientistas sociais, vinculado ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, fundado em 1929. Esse grupo formulou a Teoria Crítica Social, cujo núcleo é a crítica à civilização moderna, no que tange à sua confiança cega no poder emancipatório da razão e à sua racionalidade técnico-científica, sobretudo quando aplicada ao domínio humano.

de conduta pelo agente moral é baseada numa *generalização hipotética*, que o leva a pensar o que aconteceria se a máxima de sua ação fosse transformada em princípio geral. No entanto, essa lógica não leva em consideração a probabilidade de a escolha privada do agente moral tornar-se regra universal ou poder, de fato, contribuir para tal, ou seja, esse exercício lógico, proposto por Kant, não considera em absoluto as consequências reais, além de se limitar a um exercício eminentemente individual. Não se trata, portanto, da imposição ética de uma responsabilidade objetiva a partir de um valor considerado *a priori* como universal, e sim da constituição subjetiva da autodeterminação moral pelo agente.

Esse é o impasse a que chega a ética na Modernidade: *como garantir a universalidade dos valores morais num mundo onde o primado do indivíduo livre não deve ser questionado?*

Uma tentativa de resposta a esse impasse, para dar apenas uma pista das possíveis abordagens da ética na contemporaneidade, nasceu no âmbito da **ESCOLA DE FRANKFURT**, com a proposta da ética do discurso, de Jürgen Habermas.



Jürgen Habermas (1929-)

Filósofo da segunda geração da Escola de Frankfurt, é considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Ele não conjuga com a visão pessimista dos fundadores da escola sobre a Modernidade. Buscando recolocar o potencial emancipatório da razão, constrói sua reflexão ética a partir da proposta de uma razão e ação comunicativas. O seu intuito, com isso, é o de unir teoria e prática.

Resumindo em poucas linhas o pensamento de Habermas, podemos dizer que ele parte da idéia de que não há uma prescrição de comportamento de forma categórica, ou seja, não há valores morais dados *a priori*. O estabelecimento de um valor ou norma universal deve considerar a vontade de todos. Para Habermas, um valor só pode ser erigido como valor moral quando for possível compatibilizar a posição de todos os implicados, sendo que esse consenso deve nascer não do mero consentimento, mas de uma participação argumentativa efetiva de todos os implicados. É por isso que a ética proposta por Habermas é denominada ética do discurso.

CONCLUSÃO

Mesmo sobre forte influência da filosofia cristã, Kant empreende a difícil tarefa de instaurar uma nova filosofia moral, baseada exclusivamente na universalização de argumentos racionais. Ele inaugura essa nova vertente da ética, que continua em pleno desenvolvimento na contemporaneidade, a exemplo do esforço empreendido por Habermas, com a sua ética do discurso.

No entanto, outros filósofos consideram imprescindível a consideração e adoção de valores universais dados *a priori* como sendo a única maneira de se garantir limites éticos ao agir humano, sobretudo quando esse agir toma como campo de experimentação a própria vida humana. Um nome nessa vertente é o do filósofo Hans Jonas, sobre quem falaremos na Aula 4. Nessa linha da eleição de valores universais apriorísticos, há ainda os filósofos e teólogos que lutam para colocar em evidência a validade de éticas, nascidas no seio das religiões.

No entanto, há uma distinção sutil entre as duas máximas. Na regra de ouro, o próximo é um elemento-chave na consideração ética do meu comportamento. A lógica que está por trás dessa máxima indica que eu devo fazer ao outro o que eu gostaria que fosse feito a mim, ou seja, não há liberdade de escolha e sim um dever moral perante o outro. Segundo a regra de ouro, o caminho para a reciprocidade é o cumprimento do dever moral que eu tenho perante o meu próximo, ou seja, a reciprocidade nasce do meu amor para o outro. Já na máxima do “imperativo categórico”, a avaliação ética do meu agir depende apenas de um exercício individual de abstração, quanto à compatibilidade de universalização do meu interesse.

b. Certamente, a ética do discurso, proposta por Habermas, faz uma aproximação da teoria com a prática, ao propor o envolvimento de todos os implicados na discussão sobre os valores morais. Contudo, não é fácil estabelecer as condições para a efetiva participação argumentativa de todos, na medida em que o acesso aos meios de comunicação e aos fóruns de discussão é completamente desigual entre atores envolvidos. Se considerarmos as três forças fundamentais – Estado, economia e sociedade civil –, notaremos logo a diferença de poder e espaço de argumentação de cada uma delas. O próprio Habermas (1987) aponta para o fato de que os argumentos da sociedade civil ocupam os microdomínios da comunicação cotidiana e apenas de vez em quando condensam-se em discursos públicos mais amplos. Frente a essa dificuldade, resta à sociedade da comunicação criar as condições

...para uma práxis comunicativa cotidiana e para um processo de formação discursiva da vontade, as quais poderiam criar as condições para os próprios participantes realizarem – segundo necessidades e idéias próprias, e por iniciativa própria – possibilidades concretas de uma vida melhor e menos ameaçada” (HABERMAS, 1987, p. 114).

RESUMO

A ética na Antigüidade era eudemonista, isto é, tinha como fim a felicidade. No entanto, esta só poderia ser alcançada mediante o exercício da virtude, que implica deixar que a razão, que conhece o bem, oriente a vontade do agente moral, evitando assim as desmedidas as paixões. Além do mais, o comportamento virtuoso deveria se dar em conformidade com o *ethos* do agente moral e com uma ordem universal: a Natureza. Para tal, os gregos destacavam três princípios fundamentais da vida moral: 1) a inclinação para o bem e a aspiração à felicidade; 2) o apelo à razão, e 3) a existência de uma ordem universal: a Natureza.

A ética cristã continua com a noção da existência de uma ordem universal, mas esta passa a ser a vontade de Deus, ou seja, a virtude é agir em conformidade com a vontade de Deus. A ética cristã se sustenta a partir de três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade. A fé é a que estabelece e define a relação com Deus. A esperança mantém o propósito cristão da santidade e, por consequência, da salvação, ou seja, de poder participar do convívio de Deus na vida eterna. Já a caridade, a virtude máxima do cristianismo, estabelece a verdadeira medida para a relação com o próximo, fundada no amor.

Na Antigüidade, portanto, havia uma referência à virtude e ao bem como um *a priori*, servindo como bússola para o agir humano, e na Idade Média, com o cristianismo, a atenção à vontade de Deus passa a ser uma obrigação moral. Por sua vez, a Modernidade busca estabelecer um referencial ético baseado exclusivamente em argumentos racionais universalizáveis, decorrente da importância que a sociedade moderna dedica à idéia do indivíduo livre. Isso se deu em razão de um processo de “desencantamento do mundo”, quando as religiões perderam espaço para o racionalismo científico, forçando também a ética a buscar estabelecer a universalidade dos valores, sem considerar a influência de uma ordem universal.

LEITURA RECOMENDADA

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

Ciência, método e os limites da ação humana na sociedade

AULA

3

Meta da aula

Apresentar o papel da ética no estabelecimento de limites à ação humana.

objetivos



Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

identificar a importância do método científico no desenvolvimento da ciência moderna;



relacionar os avanços da ciência moderna e sua autonomia com valores éticos e morais da sociedade.

INTRODUÇÃO

Apesar de estarem geralmente associadas, **CIÊNCIA** e **TECNOLOGIA** designam coisas distintas. A ciência consiste, conforme Johnson (1997), em conhecimentos abstratos e teorias sobre como as coisas funcionam, enquanto a tecnologia consiste em conhecimentos práticos sobre como usar, adaptar e atuar sobre ambientes físicos e seus recursos materiais, com vistas a satisfazer os desejos e necessidades humanas.

Nesta aula, veremos que a sociedade contemporânea vem se deparando com dilemas éticos suscitados pelas conseqüências concretas ou potenciais da ação humana. Para contextualizar essa discussão, vamos resgatar um pouco da evolução da **CIÊNCIA** e da **TECNOLOGIA**, e sua importância na história recente da humanidade. Como podemos perceber, as descobertas científico-tecnológicas ampliam horizontes e caminhos pelos quais a sociedade pode trilhar. Como conseqüência, porém, efeitos indesejáveis podem advir da aplicação dos resultados das pesquisas científicas e dos avanços tecnológicos. Além do mais, valores éticos e morais, construídos ao longo do tempo, são constantemente reavaliados quando acontecem novas descobertas pela ciência e tecnologia.

A ciência e a tecnologia na sociedade moderna deixaram de ser um mito e passam, cada vez mais, a fazer parte do cotidiano das pessoas. Aquela imagem criada pelo cinema – e muitas vezes reproduzida pela mídia – em que a ciência era produzida por cientistas, isolados em laboratórios e distante do mundo real, é uma ficção que faz parte do imaginário coletivo. As descobertas científicas, no entanto, estão fazendo parte do nosso dia-a-dia e influenciando o comportamento das pessoas, seus valores e atitudes.

A maioria das pessoas só tem contato com as descobertas científicas quando ela é anunciada e divulgada pela imprensa; mas, até se chegar a um resultado concreto ou a um produto final é necessário muito tempo de pesquisa e realização de vários ensaios. Além disso, nem todas as pesquisas científicas dão resultados satisfatórios da primeira vez ou geram efeitos práticos, como é o caso da chamada “ciência pura”. Isso nos ajuda a compreender que, em essência, a ciência é fruto do trabalho humano e, como tal, está também sujeita a erros e influências externas.

Apesar de muitas vezes a ciência reivindicar um tipo de neutralidade, quanto à sua susceptibilidade a influências externas nas pesquisas, ela é construída socialmente e está sujeita aos valores pessoais dos pesquisadores, influências políticas, interesses financeiros e comerciais, entre outros.

A ética, por sua vez, como apresentado nas duas primeiras aulas, tem a função de questionar o conjunto de valores que determinados grupos compartilham e implica, dentre outras coisas, pensar como as atitudes e as ações de um agente vão interferir na vida de outras pessoas. Nesse sentido, podemos pensar na ética da ciência e tecnologia tanto em relação aos métodos e procedimentos adotados para se chegar a um determinado resultado, como também no impacto que essas descobertas causariam na vida das pessoas ao longo do tempo, seja de forma física (como a agressão ao Meio Ambiente) como também de forma comportamental (afetando os modos de vida humana).

Ao tratar da ética no âmbito da ciência e tecnologia, é importante compreendermos os efeitos que irão repercutir em toda a sociedade. Com o atual avanço da ciência e tecnologia, nem sempre temos todas as informações necessárias para avaliarmos as consequências de novas pesquisas e da introdução de novas tecnologias. Muitas vezes, os impactos de novas tecnologias na vida das pessoas invocam a necessidade de uma reflexão ética. Se não houver debates e a possibilidade de a sociedade avaliar e controlar os impactos das novas descobertas, que podem até mesmo colocar em risco toda a humanidade, as pessoas estarão reduzidas apenas a agentes passivos.

Para falar sobre esse assunto, apresentaremos o conceito de método, que compõe o título da disciplina, juntamente com ideologia e ética. Será dada ênfase ao método científico e sua importância no desenvolvimento da ciência moderna. Veremos como o método científico na modernidade contribuiu e continua contribuindo para o domínio do homem sobre a natureza, e para a construção da idéia de neutralidade ética da ciência.

Em seguida, será apresentado um breve painel, caracterizando a evolução da ciência e sua relação com os valores da sociedade. Articuladas a isso, serão tratadas algumas questões éticas mais específicas sobre uma ciência que reclama mais autonomia em favor da produção do conhecimento.

Fatos históricos ilustram esta aula, como as barbáries dos métodos científicos, utilizados na Alemanha nazista no período da Segunda Guerra Mundial, onde poderemos analisar a fronteira da ética na ciência e os limites da ação humana na sociedade moderna.

O MÉTODO CIENTÍFICO E A AUTONOMIA DA CIÊNCIA

Mesmo as sociedades humanas mais arcaicas possuem **MÉTODOS** ou técnicas que as auxiliam na realização das tarefas necessárias à manutenção da vida e à organização da comunidade. O antropólogo Claude Levi-Strauss, em 1930, esteve no interior do Mato Grosso estudando os índios nambiquaras, os quais considerou os mais primitivos do mundo. No relato que fez dessa expedição, no livro *Tristes trópicos* (LÉVI-STRAUSS, 2000), ele mostra, no entanto, que os nambiquaras possuíam vários instrumentos para cultivo e preparação de alimentos e vários tipos de arco e flecha, dominavam o fogo, possuíam meios de conservação de grãos e desenvolveram modos de vida diferenciados – nômade no inverno e sedentário no verão. A arquitetura indígena

Podemos definir **MÉTODO** como procedimento, técnica ou meios utilizados para se fazer alguma coisa, geralmente baseados num processo organizado de maneira lógica e sistemática.

também utilizava técnicas adaptadas à sua forma de vida, cujas construções poderiam durar até dez anos (ver foto) e comportavam várias atividades no seu interior.



Figura 3.1: Arquitetura indígena: moradias construídas com materiais rústicos duravam até 10 anos.

Fonte: <http://arquiteturaefemera.blogspot.com/2007/07/ndios.html>

Até mesmo a magia pode ser vista como um método, cujo objetivo seria o de possibilitar o controle humano sobre forças e entidades que não agem segundo as mesmas regras que as coisas que observamos na natureza. A magia teve e tem o seu lugar nas sociedades humanas em razão da dificuldade do homem em lidar com a imprevisibilidade da vida, pois sua função era e é justamente a de controlar o imponderável e de modificar o curso dos acontecimentos, seja por meio de fórmulas, rituais ou ações simbólicas metodicamente realizadas.

Método e ciência estão intrinsecamente correlacionados. Segundo Barbosa (1998, p. 6), “a ciência é uma forma eficaz de *descrever a realidade*, de expor, mais ou menos completa e pontualmente, o *como* dos processos naturais e dos sociais, a seqüência regular dos fatos, a composição dos objetos materiais e as leis que regulam os fenômenos observados”. Essa descrição da realidade, contudo, para que esteja livre do subjetivismo, deve ser encaminhada como uma investigação científica, que implica um conjunto de atividades intelectuais e experimentais realizadas com base em *métodos científicos*. O método científico, segundo Chauí (2000 p. 278), permite e garante:

- separar os elementos subjetivos e objetivos de um fenômeno;
- construir o fenômeno como um objeto do conhecimento, controlável, verificável, interpretável e capaz de ser retificado e corrigido por novas elaborações;
- demonstrar e provar os resultados obtidos durante a investigação, graças ao rigor das relações definidas entre os fatos estudados; a demonstração deve ser feita não só para verificar a validade dos resultados obtidos, mas também para prever racionalmente novos fatos como efeitos dos já estudados;
- relacionar com outros fatos um fato isolado, integrando-o numa explicação racional unificada, pois somente essa integração transforma o fenômeno em objeto científico, isto é, em fato explicado por uma teoria;
- formular uma teoria geral sobre o conjunto dos fenômenos observados e dos fatos investigados, isto é, formular um conjunto sistemático de conceitos que expliquem e interpretem as causas e os efeitos, as relações de dependência, identidade e diferença entre todos os objetos que constituem o campo investigado.

A idéia da ciência como descritora da realidade define a sua essência e marca a separação entre a ciência antiga e a moderna. A primeira era uma ciência teórica, por basear-se apenas no raciocínio especulativo, na teoria, construída a partir da contemplação da Natureza – definida como o método para descrevê-la – o que, por conseguinte, não objetivava uma intervenção sobre a mesma. Já a ciência moderna tem como fim último a intervenção na Natureza, ou seja, o propósito de conhecê-la está articulado com o objetivo de apropriar-se dela, de controlá-la, de dominá-la. A afirmação de René Descartes comprova isto: “a ciência deve tornar-nos senhores da Natureza” (CHAUÍ, 2000, p. 255).



Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Descartes.jpg>>

René Descartes (1596-1650): importante filósofo, físico e matemático francês, responsável por lançar as bases da ciência moderna. Na Matemática se notabilizou pela fusão da álgebra com a geometria, dando origem à geometria analítica, cujo sistema de coordenadas – cartesianas – leva o seu nome.

É tido como “o fundador da filosofia moderna” e considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental. O método cartesiano, conhecido como Ceticismo Metodológico, consiste em duvidar, por princípio, de qualquer coisa ou idéia até que se possa provar, respectivamente, sua existência ou consistência. É exatamente da busca por provar a existência do próprio eu que nasce o famoso argumento: “Penso, logo existo.” O método cartesiano lançou as bases da ciência contemporânea.



CAIXA DE PANDORA

Expressão utilizada para designar algo que incita a curiosidade, mas que traz riscos a quem resolve desvendá-lo. Tem origem no mito grego da primeira mulher, Pandora, que abriu o recipiente onde estavam todos os males que passaram a afligir a humanidade, ficando apenas no seu interior a esperança.

Pandora, de Jules Joseph Lefebvre, 1882.

Fonte: <http://oad.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Pandora.jpg>

Sobretudo a partir do século XX, o avanço da ciência moderna possibilitou uma expansão, sem precedentes, da capacidade humana de agenciamento das forças naturais. O homem ultrapassou o patamar da simples utilização dos elementos existentes na natureza e inaugurou a possibilidade de desenvolvimento de novos materiais que jamais existiram, a partir de processos químicos de síntese, gerando, assim, os chamados materiais “artificiais”, como é o caso dos polímeros: plástico, nylon, poliéster, PVC etc.

É também no século passado que a ciência moderna vislumbra a possibilidade de intervir nos processos biológicos, físicos e psíquicos do ser humano, abrindo um novo campo de intervenção das ciências da vida, baseado na perspectiva de reprogramação/reconstrução dos seres vivos. A engenharia genética (sobre a qual discorreremos mais especificamente na próxima aula) inaugura essa possibilidade de reconfiguração da vida por meio da manipulação genética, numa busca por novas terapias, curas de doenças graves e prolongamento da vida. Porém, este novo campo de atuação das ciências da vida pode representar a abertura de uma “**CAIXA DE PANDORA**”, tanto por não se conseguir prever as conseqüências futuras dos experimentos genéticos, como pela possibilidade de manipulação dos seus resultados pelo poder do estado ou do capital.



A perspectiva de um método científico capaz de garantir a *objetividade* aos processos de análise, experimentação e síntese teórica no âmbito da ciência acaba por despertar a idéia da *neutralidade ética* da mesma. Além disso, a ampliação acelerada do grau de inovação da ciência moderna acarretou uma profusão de métodos, técnicas e perspectivas, modificando radicalmente os saberes tradicionais e inaugurando um *sistema tecnocientífico autônomo*, isto é, com uma *racionalidade própria*, e que se caracteriza pela *complexidade*, *autocrescimento* e *ritmo acelerado*, reforçando ainda mais essa visão de uma ciência eticamente neutra. No entanto, esse sistema tecnocientífico tem nos apresentado alguns dilemas éticos da maior relevância, como é o caso das pesquisas genéticas, que trazem à luz questões relacionadas, por exemplo, à utilização de embriões humanos em experimentos científicos; à possibilidade de clonagem humana e a conseqüente alteração na constituição própria do humano; e ao desenvolvimento de espécies transgênicas e seus impactos econômicos e na biodiversidade.



Um dilema recente trazido à luz pela bioética é o da utilização de embriões humanos para a obtenção de células-tronco. O benefício potencial da utilização das células-tronco está no fato delas poderem se desenvolver e se transformar em qualquer tecido do organismo, auxiliando em terapias regenerativas para tratamento, por exemplo, de doença de Parkinson, de diabetes, de traumas na medula espinhal etc. Mas, para que tal benefício se concretize, é preciso que se tenha controle sobre o desenvolvimento das células-tronco, que também poderiam resultar em tecidos indesejados, como tumores. Apesar do domínio dessa técnica representar, potencialmente, um grande desenvolvimento para a medicina, seria justificável a destruição de vidas humanas para a obtenção das células-tronco? Esta pergunta aponta para o âmago da polêmica entorno das pesquisas com células-tronco, na medida em que há perspectivas divergentes quanto ao limiar de instauração da vida humana. Por um lado, há os que entendem que a vida humana se instaura desde o momento da fecundação. Divergindo dessa visão, há justificativas de cunho científico que procuram postergar o limiar da vida humana. Para reforçar tais justificativas, os defensores da utilização dos embriões também se valem de argumentos que apontam para um outro impasse, que é exatamente o do destino dos embriões congelados.

Os questionamentos éticos suscitados pela ciência moderna se apresentam em razão da falta de controle sobre as disfunções próprias do sistema, que, por ser complexo e autônomo, dificulta as ações retroativas.

Atividade 1



Quais as relações que você pode estabelecer entre as quatro frases sobre ciência, a seguir apresentadas – duas frases de renomados escritores com obras importantes no gênero da ficção científica e duas de grandes filósofos, com importantes reflexões sobre ética –, e o que foi discutido no primeiro bloco desta aula? Para encaminhar o raciocínio, há duas correlações importantes entre as frases, uma que trata do aspecto sistemático da ciência e outra que toca numa cisão entre o desenvolvimento do método científico e a vida em sociedade.

"A ciência não passa do bom senso exercitado e organizado." (Aldous Huxley)

"Ciência é conhecimento organizado. Sabedoria é vida organizada." (Immanuel Kant)

"O aspecto mais triste da vida de hoje é que a ciência ganha em conhecimento mais rapidamente que a sociedade em sabedoria." (Isaac Asimov)

“A dualidade entre fatos e decisões leva à validação do conhecimento fundado nas ciências da natureza e desta forma elimina-se a práxis vital do âmbito destas ciências.

"A divisão positivista entre valores e fatos, longe de indicar uma solução, define um problema." (Jürgen Habermas)

[illegible]

Resposta Comentada

As frases de Huxley e Kant expressam a importância do método na condução da atividade científica. Como diz Kant, de modo sintético e preciso, “ciência é conhecimento organizado”. Lembre-se da definição de método aqui apresentada. Trata-se da maneira de se fazer alguma coisa, geralmente baseada num processo organizado de maneira lógica e sistemática. Para complementar, vale lembrar que o método científico tem como função precípua o isolamento do subjetivismo na análise do fenômeno em estudo.

Essa condição indispensável da ciência, a sua objetividade, não garante, no entanto, ao conhecimento científico ser alçado à categoria de sabedoria, entendendo-se esta como o conhecimento da verdade, ou ainda, de forma mais pragmática, como prudência e moderação no modo de agir. As frases de Kant e Asimov fazem referência a isto e, ao separarem o conhecimento científico da sabedoria, indicam que esta é fomentada não no âmbito da ciência, e sim no âmbito da vida prática, da cultura, do diálogo e, em última instância, no terreno da ética. A frase de Habermas arremata esse pensamento, ao colocar que a separação entre os fatos, objetos da ciência, e os valores, objetos da ética, não aponta uma solução, e sim constitui um problema.

A ÉTICA NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O acelerado ritmo de evolução da ciência no último século trouxe a possibilidade de certos confortos e benefícios à população como, por exemplo, o desenvolvimento de medicamentos e vacinas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, bem como o aumento da idade média da população. Estes são apenas alguns dos vários exemplos que podem ser citados, mas, por outro lado, a evolução da ciência e da tecnologia provoca mudanças nos hábitos e costumes de toda a sociedade. Isso vem se acentuando principalmente a partir do século XX.

Até o século XVII, a ciência desenvolvia-se na simples perspectiva de desvendar os mistérios da natureza. Os cientistas dedicavam suas pesquisas à compreensão dos fenômenos naturais, pesquisavam sobre as influências de outros planetas sobre o globo terrestre, a dinâmica das forças que agem na natureza, a evolução dos seres vivos, as reações químicas que acontecem na natureza, entre outros temas correlacionados.

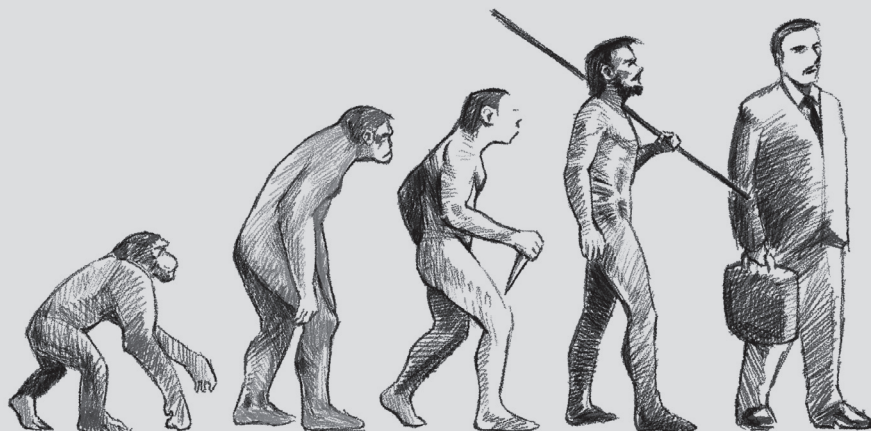
Nesse período, os cientistas eram instigados a desenvolver suas pesquisas por sua curiosidade aguçada e observação desses fenômenos. Os valores éticos e morais que orientavam a prática da ciência estavam limitados, em grande parte, pelos princípios religiosos, pelos hábitos e costumes da época e também pelos monarcas. A transgressão a esses valores poderia acarretar em punições severas aos cientistas.

Esses valores que orientavam – e também limitavam – a conduta dos pesquisadores passaram a ter novos enfoques na sociedade moderna. Essas mudanças podem ser percebidas mais nitidamente a partir do século XVII, período no qual Morin (2000) considera que a ciência criou uma autonomia diante da religião, do Estado e das conseqüências morais que o próprio conhecimento provoca. A ciência precisava emancipar seu imperativo ético próprio e único, “*conhecer por conhecer*”, quaisquer que fossem as conseqüências. Efetivamente, a ciência marginal das sociedades ocidentais do século XVII passou a ser central no século XIX, com a sua introdução não só nas universidades, mas também dentro das empresas industriais e, sobretudo, no coração do Estado que financia, controla e desenvolve as instituições de pesquisa científica.

Para Hobsbawn (1995, p. 507), a “ciência avançada”, ou seja, aquele conhecimento que não pode nem ser adquirido pela experiência diária, nem praticado ou mesmo compreendido sem muitos anos de escola, tinha apenas uma gama relativamente estreita de aplicações práticas até o fim do século XIX, quando as descobertas e os inventos começavam a ser utilizados pelas indústrias e, cada vez mais, as pesquisas científicas eram reconhecidas como essenciais para o avanço tecnológico.

Hobsbawn (1995, p. 507) considera que, embora a tecnologia com base na ciência já estivesse no âmago do mundo burguês do século XIX, as pessoas ainda não sabiam exatamente o que fazer com os triunfos da teoria científica, a não ser transformá-las em ideologias, como o século XVIII fizera com Newton e o final do século XIX com Darwin.

Quando Charles Darwin publicou em 1859 seu livro *A origem das espécies* com os resultados de suas pesquisas, sustentando que o ser humano era uma espécie que havia evoluído de outras espécies animais, rompeu com importantes paradigmas da sociedade da época. Houve um forte impacto nas premissas e concepções da igreja quanto à Teoria da Criação, onde a origem humana teria ocorrido pelo ato de criação de Deus.



Fonte: http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://multimedia.iol.pt/iol/gar_multimedia/objecto_imagem/id/1265/584&imgrefurl=http://mecanico1.nireblog.com/post/2007/04/18/evolucao-humana&h=204&w=584&sz=32&tbnid=TAfgCEVCX4K3zM:&tbnh=47&tbnw=135&prev=/images%3Fq%3D%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bhumana%26um%3D1&start=2&sa=X&oi=images&ct=image&cd=2

Já no século XX, as descobertas científicas do século anterior começam a ter aplicabilidade prática nas indústrias e empresas, passando a se definir os traços da aliança da ciência com o desenvolvimento tecnológico. Via-se agora que as mais revolucionárias descobertas da ciência tinham potencial tecnológico, a exemplo da telegrafia sem fio e o uso médico dos raios X, ambos baseados em descobertas científicas da década de 1890.

Embora a aplicabilidade prática de resultados da ciência no século XX já fosse factível em 1914, ela não era tão importante à vida diária das pessoas. A tecnologia com base em avançadas teorias e pesquisas científicas só veio a dominar o crescimento econômico na segunda metade do século XX. Com mais intensidade no último terço do século passado, segundo Hobsbawn (1995), tornam-se visíveis não apenas os contornos da moderna tecnologia – automóveis, aviação, rádio e cinema – mas também os da moderna teoria científica: relatividade, o quantum, a genética.

Essa possibilidade de aplicação prática dos resultados científicos no desenvolvimento de novas tecnologias, materiais e produtos dá origem à chamada tecnociência. O termo tecnociência denota a associação entre ciência e tecnologia, sem necessariamente anular a distinção que existe entre esses dois campos de conhecimento, mas evidenciando a preponderância da dimensão técnica ou tecnológica. Isso significa dizer que os objetivos científicos passam a ser orientados por interesses associados ao desenvolvimento tecnológico.

Para Barbosa (1998, p. 14), “a tecnociência, enquanto configuração de uma nova ordem natural, consiste numa transformação deliberada e interessada, isto é, *de acordo com determinados fins*, de estados da matéria, independentemente de sua plasmação [modelagem] física, psíquica, energética ou social. Trata-se de conseguir *desequilíbrios* entre os sistemas materiais com o objetivo de fazer surgir associações inéditas que, por sua vez, permitam a invenção de novos materiais e a reprogramação da vida”.

O que vem à tona com o advento da tecnociência é a instrumentalização da ciência, alçando-a como um valor supremo de sociedade contemporânea e atrelando-a à idéia de progresso. Nesse sentido, a tecnociência expressa uma associação entre ciência e poder, na medida em que a dimensão tecnológica passa a ser preponderante. Segundo Zuben (2003, p. 10), a era em que vivemos pode ser caracterizada como sendo a da *civilização tecnocêntrica*.



Figura 3.2: Desenvolvimento da tecnociência em laboratórios.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/214701>

Essa civilização tecnocêntrica vem sofrendo transformações culturais num grau acentuado e em ritmo acelerado. Como expressa Serge Latouche (ZUBEN, 2003, p. 10), “a mega-máquina tecno-científica, como rolo compressor esmaga as culturas, apagando as diferenças e homogeneizando o mundo em nome da Razão”. Essa uniformização das culturas e modos de vida se dá, sobretudo, pela imposição de padrões mundiais de consumo: de bens, de entretenimento, de cultura, de informação etc.

É claro que esta mudança cultural promovida pela tecnociência não trouxe apenas degradação de valores e culturas. Segundo Zuben (2003, p. 11), ela promoveu também o reconhecimento de novos valores como a preservação e a melhoria da vida e a comunicação, por exemplo. No entanto, a conquista de novos valores se deu em detrimento de muitos valores tradicionais importantes, como, por exemplo, o da solidariedade. Além disso, a diversidade cultural também foi reduzida pelo redemoinho das mudanças culturais produzidas pela tecnociência. Culturas tradicionais são minadas pelos produtos da civilização tecnocêntrica. Um exemplo esdrúxulo é o da incorporação da Coca-Cola, como líquido sagrado, em rituais de certas tribos descendentes dos Maias no México, como mostra o documentário intitulado *Mundo-Cola*.



O documentário *Mundo-Cola* (*The Cola conquest*), de 1998, dirigido por Irene Angélico e lançado no Brasil pela Editora Abril – Coleção Superinteressante –, é composto por três filmes, que tratam da história dos refrigerantes conhecidos como colas, com ênfase na Coca-Cola, na construção de seu “império” mundial e na sua disputa com as marcas rivais. Um dos filmes aborda exatamente a questão da colonização cultural promovida pela Coca-Cola e pela Pepsi no mundo.



EUGENIA

O termo foi criado por Francis Galton (1822-1911), que o definiu como: “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente” (GOLDIN, 1998). Essa proposta leva, por consequência, a algum tipo de seleção nas coletividades humanas. No caso dos nazistas, a idéia era a de criar uma raça pura: os arianos. A realização desse objetivo nazista levou ao extermínio cerca de seis milhões de judeus.



A tecnociência ganhou um impulso extra no período de guerra, principalmente na Segunda Grande Guerra. Sob o regime autoritário da Alemanha nazista e inspirados por ideais de **EUGENIA**, os cientistas alemães a serviço do governo de Hitler realizaram pesquisas pseudo-científicas, onde foram cometidas atrocidades com cobaias humanas.

As convenções éticas e morais em experimentos com seres vivos nesse período foram praticamente ignoradas. Seres humanos eram utilizados como “cobaias” para testar hipóteses sobre a utilização de produtos químicos e ver a tolerância e resistência do corpo humano aos mais variados tipos de sofrimentos; seus corpos eram mutilados, queimados e dissecados para posterior análise de seus efeitos.

Para ilustrar a atuação do braço científico do nazismo, uma boa indicação é o clássico filme de Ingmar Bergman, *O ovo da serpente*, de 1977, que mostra experiências de condicionamento do povo alemão realizadas ainda nos anos 1930, indicando o que viria a acontecer posteriormente sob o governo de Hitler. *O ovo da serpente* é a metáfora dessa história, na medida em que a sua translucidez revela o que está para nascer.



Atividade 2

Ainda hoje há muita polêmica em torno das experiências nazistas. Alguns cientistas se valem de informações coletadas nesse período – sob as condições descritas anteriormente – para validar seus estudos. Em sua defesa, o médico John Hayward (REZENDE, 2006), da Universidade de Victoria, no Canadá, que estuda os efeitos do frio no corpo humano, afirma:

“Eu não queria ter de usar os dados nazistas. Mas não existem outras opções para a minha pesquisa. Nem nunca existirão num mundo ético.”

Diante dessa afirmação, correlacione a opção do médico canadense pela utilização de informações nazistas em suas pesquisas com os problemas subjacentes à autonomia da ciência em relação aos valores da sociedade, conforme discutidos ao longo desta aula.

CONCLUSÃO

Apesar das inegáveis contribuições da ciência para a humanidade, alguns limites à ação dos homens se fazem necessários, pois os mesmos podem agir em função dos interesses mais variados. Como visto nesta aula, o avanço da ciência tem superado fronteiras que até bem pouco tempo atrás poderiam ser histórias de ficção.

No entanto, esse mesmo avanço tem se configurado em dilemas éticos, em que a fronteira entre o saber científico e os valores morais da sociedade torna-se um espaço de constante tensão e conflito na definição do que é considerado moralmente correto, principalmente quando se leva em consideração os interesses que definem as prioridades nas agendas de pesquisa.

Assim, veremos, na próxima aula, a importância e a utilização da ciência e da tecnologia no capitalismo industrial. Nesse contexto, as pesquisas científicas transformam-se em ferramenta para a conquista de mercados e para estabelecer diferenciais de competitividade, incidindo sobre os valores, regras e costumes da sociedade.

Atividade Final

Esta atividade é baseada no filme documentário, dirigido e produzido por Marcelo Masagão, intitulado *Nós que aqui estamos por vós esperamos*, e lançado em 1998. O filme foi composto a partir de imagens de arquivos, extratos de documentários e de algumas obras clássicas do cinema, com o objetivo de fazer uma retrospectiva das principais mudanças que marcaram o século XX. As únicas cenas produzidas exclusivamente para o filme foram feitas em um cemitério em cujo pórtico encontra-se a inusitada frase: "Nós que aqui estamos por vós esperamos."

Sugerimos que você veja o filme, que já está disponível em DVD, e depois responda às questões. Você pode, ainda, caso não tenha



acesso ao filme, tentar responder às questões propostas a partir da leitura da resenha sobre o filme (da qual destacamos alguns trechos a seguir), escrita por Nicolau Sevcenko, professor de História da Cultura da Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/filmememoria/txt-nicolau.htm>>.

O filme coloca em evidência o desenvolvimento vertiginoso do sistema tecnocientífico no século XX. Nas palavras de Nicolau Sevcenko (1999), o filme captura o âmago da sociedade moderna, qual seja: “a ruptura de todos os elos com o passado; o imperativo da supremacia tecnológica; a penetração ampla e profunda em todas as dimensões, macro e micro, da matéria, da vida e do universo; o anseio da aceleração, da intensidade e da conectividade; a abolição dos limites do tempo e do espaço”.

Sevcenko (1999) destaca, em contraponto, que o filme soube retratar, de forma sensível e ponderada, “...as perspectivas de gentes simples e anônimas, nascidas no redemoinho das grandes transformações, dragadas pelas engrenagens dos gigantescos complexos industriais, as linhas de montagem, o lazer massificado, a publicidade, os apelos do consumo, as alegrias da dança e do corpo liberado, os rigores trágicos das crises e da guerra”.

Desvendando o enigma da frase que dá título do filme, Sevcenko (1999) expressa que “ela oferece um contraponto tocante às ambições grandiloqüentes do século XX e de sua modernidade. Evoca a fragilidade e os estreitos limites da condição humana, os quais têm sido sistematicamente ignorados por poderes e ambições que atravessaram o período, impondo demandas e sacrifícios exorbitantes.”

Visto o filme ou apenas lida a resenha ou excertos da mesma, aqui apresentados, procure responder às seguintes questões:

- a. O filme faz uma retrospectiva do desenvolvimento tecnológico no século XX. Qual a correlação que você estabelece entre o que foi discutido sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e o que foi apresentado pelo filme ou destacado pela resenha?
- b. Qual é a questão ética central trazida à tona pelo filme? De que forma essa questão se articula com o título do filme?

Respostas Comentada

a. A associação entre ciência e tecnologia pode ser percebida nessa retrospectiva fragmentar e particular do século XX, tanto por meio das conquistas tecnológicas que vão sendo apresentadas ao longo do filme, como pelas consequências da utilização do potencial tecnocientífico para fins eticamente condenáveis, como é o caso do lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki e os experimentos nazistas, entre outros destacados pelo filme.

Além disso, em contraponto ao avanço científico-tecnológico, o filme revela efeitos indesejáveis desse “progresso” acelerado na própria dinâmica social. De maneira dramática entrelaçam-se avanços tecnológicos com condições sociais perturbadoras, como as condições de trabalho nas linhas de produção, o apelo do consumo de massa, as situações de crise e as guerras. Nas entrelinhas, o filme mostra a interferência do sistema tecnocientífico nos valores e no comportamento da sociedade contemporânea, como foi dito por Nicolau Sevcenko (1999), por meio “da modulação dos comportamentos, a rotinização do cotidiano e a galvanização das mentes”.

b. A questão ética central colocada pelo filme é expressa de maneira bem clara por Nicolau Sevcenko (1999), ao dizer que o título Nós que aqui estamos por vós esperamos, revelado no final do filme como sendo a frase de um pórtico de cemitério, “evoca a fragilidade e os estreitos limites da condição humana, os quais têm sido sistematicamente ignorados por poderes e ambições que atravessaram o período impondo demandas e sacrifícios exorbitantes”. Isto é, a questão ética colocada pelo filme diz respeito à necessidade de se estabelecer limites ao sistema tecnocientífico inaugurado no século XX.

RESUMO

Nesta aula, pudemos aprender que a ciência e a tecnologia estão presentes no dia-a-dia das pessoas e que as invenções e descobertas da ciência têm tido um impacto crescente sobre o Meio Ambiente e os modos de vida das pessoas.

Vimos, também, outro importante conceito trabalhado nesta aula, o de método, que significa procedimento, técnica ou meios utilizados para se fazer alguma coisa, geralmente baseados num processo organizado de maneira lógica e sistemática. Mas demos destaque ao conceito de método científico que permitiu à ciência moderna ultrapassar o patamar da descrição para o da intervenção na Natureza, com vistas a dominá-la. Esta possibilidade aberta pelo desenvolvimento do método científico deu à tecnociência uma autonomia que coloca para a sociedade

contemporânea alguns dilemas éticos, em função da dificuldade de se prever as possíveis disfunções desse sistema.

Os métodos empregados nas pesquisas também são fontes de questionamentos éticos por utilizar-se de técnicas que podem prejudicar, maltratar ou colocar em risco até mesmo os seres humanos, como nas experiências nazistas, na Segunda Grande Guerra.

Ciência e tecnologia na sociedade capitalista industrial

AULA

4

Meta da aula

Apresentar, de modo sucinto, os interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos na condução de investigações científicas e no desenvolvimento de tecnologias no mundo contemporâneo, evidenciando questões éticas associadas a essa interferência.

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



relacionar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com o processo de competitividade global;



reconhecer a influência do fator econômico no desenvolvimento da pesquisa e sua utilização pelas grandes empresas;

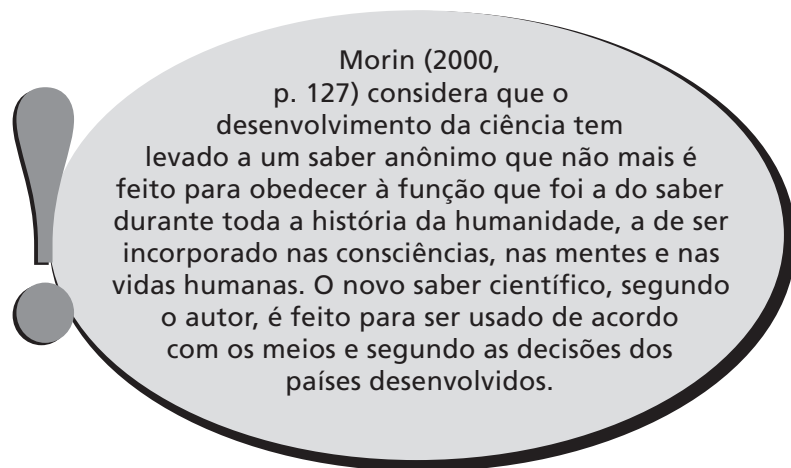


identificar questões éticas que permeiam a utilização da biotecnologia e dos alimentos transgênicos.

INTRODUÇÃO

As descobertas científicas podem ser empregadas para as mais diversas finalidades, inclusive divergindo das concepções iniciais do próprio pesquisador que as descobriu, pois, como visto na aula anterior, nem sempre ele poderá controlar as aplicações e o uso de suas descobertas.

Na atualidade, o fazer científico não se restringe ao trabalho individual de pesquisadores isolados; ele depende, cada vez mais, da constituição de grupos ou equipes de pesquisadores, envolvendo várias especialidades. Esses grupos de pesquisa são geralmente financiados ou mantidos por órgãos públicos ou organizações privadas, sendo que os resultados por eles alcançados possivelmente serão utilizados por indústrias e/ou países na corrida da competitividade global.



Além dos interesses e dos amplos financiamentos efetuados pelos países desenvolvidos, a ciência e a tecnologia passam a incorporar a lógica econômica da competitividade das empresas, em que a inovação tecnológica passa a ser um diferencial importante. Os valores constituídos pelas crenças e pelos costumes, pela religião e até mesmo pelos limites impostos pelo Estado entram em um plano secundário e passam a disputar espaço com as demandas das grandes empresas e dos países desenvolvidos na nova ordem econômica.

Nesta aula, vamos apresentar alguns casos práticos, para que você possa compreender a dinâmica da ciência e da tecnologia no desenvolvimento dos países e também das empresas. Em muitos casos, as pesquisas científicas são o fator-chave da competitividade, o que muitas vezes induz a uma precipitação quanto ao uso de novas tecnologias que, sem estudos suficientes para avaliação

sobre seus impactos nas mais variadas áreas, podem levar a resultados inesperados ou indesejáveis.

O desenvolvimento da tecnociência acarretou a oferta de tecnologias que possibilitam ganhos econômicos mais elevados e imediatos, mas que, como consequência, provocam a degradação do meio ambiente ou impactam sobre os hábitos e costumes tradicionais, comprometendo o modo vida de muitas pessoas. Por essa perspectiva, vamos enfocar em maior profundidade a discussão sobre os organismos geneticamente modificados (ou transgênicos), trazendo ao debate os argumentos que refletem alguns valores éticos e morais nas justificativas favoráveis ou contrárias ao desenvolvimento das pesquisas e à própria comercialização dos alimentos transgênicos.



Figura 4.1: Seqüenciamento do DNA: oportunidades ou riscos à sociedade?

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/914335>

A TECNOCIÊNCIA E A COMPETITIVIDADE GLOBAL: EMPRESAS E PAÍSES NO DOMÍNIO DE NOVAS TECNOLOGIAS

A *competitividade global* ganha força no pós-guerra e vem se firmando como um processo simultâneo ao da *globalização econômica*. Esses processos são caracterizados principalmente pelo aumento do fluxo comercial entre países (fortalecendo as negociações no âmbito dos blocos econômicos) e a expansão das empresas transnacionais, cujos ganhos de capital passam a ter ênfase acentuada.

Nesse contexto, as grandes empresas e os países desenvolvidos investem maciçamente no desenvolvimento de tecnologias que garantam a exclusividade no comércio de determinados produtos (através dos direitos de propriedade) ou, no mínimo, mantenham sua diferenciação no mercado. Esse tem sido um dos pilares de sustentação do avanço do capitalismo moderno, onde a ciência e a tecnologia desempenham um papel essencial na corrida da competitividade entre Estados e entre as empresas.

Mas, a autonomia que os resultados da ciência adquirem frente aos valores éticos e morais do conjunto da sociedade – e muitas vezes dos próprios pesquisadores – suscita a reflexão sobre como as pesquisas científicas e suas descobertas podem influenciar os "destinos" da humanidade; quais mudanças elas provocariam e quem seriam os beneficiários do desenvolvimento dessas pesquisas.

Parte da resposta está contemplada no que o próprio Morin (2000, p. 127) nos explicou anteriormente, que a *ciência adquire uma dinâmica própria ao desenvolver o conhecimento apenas como uma prática de vencer ou ultrapassar os limites que se impunham anteriormente*.

Por outro lado, também, há um intenso investimento dos países ricos no financiamento de pesquisas, como forma de se apropriarem e posicionarem-se na vanguarda do avanço tecnológico e científico. Um exemplo disso é o movimento de migração de pesquisadores dos países periféricos para as grandes potências, acarretando uma concentração de pesquisas nesses países.

Assim, observa-se uma mudança na geografia da produção científica, em que até o início do século XX as pesquisas científicas tinham como origem a Europa e, a partir de então, ela passa a ser produzida principalmente nos Estados Unidos. Isto acontece tanto pelos

problemas políticos que a Europa passou durante os períodos de guerra, como também pelos vultosos recursos investidos pelos Estados Unidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Isso acarretou um fenômeno curioso, que ficou conhecido como "fuga de cérebros" em função da grande migração de cientistas para os países de economias mais desenvolvidas, que ofereciam melhores condições e acesso a tecnologias de ponta no desenvolvimento de suas pesquisas.



Figura 4.2: Fuga de cérebros: pesquisadores migram para países com melhores condições de trabalho.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/373760>

Entre 1900 e 1933, apenas sete Prêmios Nobel de ciência foram dados a cientistas americanos, mas, entre 1933 e 1970, foram 77. Outros países de colonização européia também se estabeleceram como centros de pesquisa independentes – Canadá, Austrália e a, muitas vezes subestimada, Argentina –, embora alguns exportem a maioria de seus cientistas, como é o caso da Nova Zelândia e da África do Sul. (HOBSBAWN, 1995, p. 505).

Para Eichenberg et al. (2004), segundo dados da Comissão Européia, cerca de três quartos dos europeus que obtiveram um título de doutorado nos EUA de 1991 a 2000, aproximadamente 11 mil, não têm a intenção de retornar. As razões para o exílio voluntário são claras: melhores condições de trabalho, melhores perspectivas de carreira, acesso a tecnologias de ponta e mais liberdade para a pesquisa.

PATENTE

É um título outorgado pelo Estado aos inventores ou autores, para garantir-lhes a exclusividade no uso de sua criação ou o pagamento de *royalties* (importância cobrada pelo autor para autorizar a utilização de sua patente) quando utilizada por terceiros.

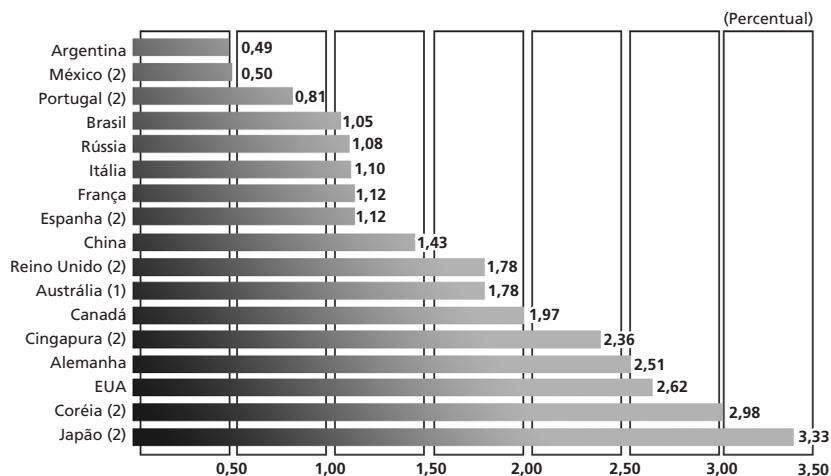
Além dos investimentos feitos pelos países, em pesquisas científicas para o desenvolvimento de tecnologias, as grandes empresas também estão investindo estrategicamente seus recursos na produção científica, para desenvolver seu próprio *know-how* (conhecimento técnico aplicado) e garantir a **PATENTE** de suas novas descobertas.

Assim, a ciência e a tecnologia tornam-se poderosas ferramentas no processo de competitividade das empresas e no interesse dos países em liderar o capital mundial.

Atividade 1

No quadro a seguir, são apresentados os dispêndios de alguns países em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao seu PIB (Produto Interno Bruto). De acordo com o que vimos até então, que relação podemos estabelecer entre o poderio econômico e a acentuação das diferenças no domínio de novas tecnologias no processo de competitividade global?

Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), países selecionados, 2006



Fonte(s): Organisation for Economic Co-operation and Development, Main Science and Technology Indicators, 2007 e Brasil: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7978.html>

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores – ASCAV/SEXEC – Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nota(s): (1) 2004
(2) 2005

Atualizado em: 29/1/2008

Resposta Comentada

A princípio, é preciso chamar atenção quanto ao fato do quadro apresentar os valores em percentuais em relação ao PIB, ou seja, os países que tiveram dispêndios maiores (como Japão e Estados Unidos) também representam um PIB mais elevado do que países considerados em desenvolvimento como Brasil e Argentina. Isso significa que os valores aplicados (em dólares) ficaram bem acima dos demais países.

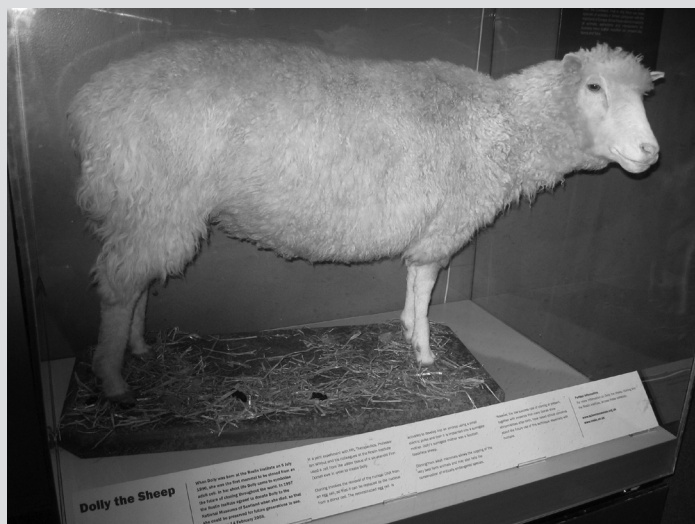
Desta forma, podemos perceber a relevância dos investimentos praticados nos países para a produção científica e no desenvolvimento de novas tecnologias. O efeito que pode se esperar é que os países que mais investem mantenham-se na liderança na corrida pelo desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, consigam direcionar o fluxo de capital para suas economias. E, por outro lado, os países que menos investem (dentre eles o Brasil) reforçam o papel de "consumidores" de tecnologias estrangeiras.

BIOTECNOLOGIA E QUESTÕES ÉTICAS

A engenharia genética vem provocando um longo debate, envolvendo vários segmentos da sociedade. As discussões estão ligadas tanto às questões relativas à condução dos experimentos quanto à aplicação dos seus resultados. As perspectivas abertas pelo desenvolvimento das pesquisas nessa área colocam em pauta a discussão quanto aos seus efeitos sobre os seres humanos e a natureza de uma forma geral.

Os primeiros resultados práticos da pesquisa com genes foram obtidos na década de 1970 e, rapidamente, com o avanço das pesquisas nessa área, tornou-se possível o domínio de tecnologias de manipulação genética. Entretanto, o diálogo entre o conhecimento tecnocientífico e as idéias que definem os princípios éticos ainda está em construção. Um exemplo pôde ser visto no caso da ovelha Dolly, clonada por cientistas suecos em 1996, tornando-se um marco do avanço da engenharia genética, mas gerando grandes polêmicas e acarretando na promulgação de leis em diversos países proibindo, especialmente, qualquer experimento relacionado à clonagem humana.

A ovelha Dolly foi o primeiro mamífero gerado a partir de clonagem. Na técnica, conhecida como transferência somática de núcleo, o material genético de uma célula mamária de uma ovelha adulta (da mesma raça da Dolly), com cerca de seis anos, foi implantado no óvulo (do qual fôra retirado o núcleo) de uma ovelha de outra raça. Uma terceira ovelha serviu como “barriga de aluguel” para o embrião gerado. Dolly viveu por quase sete anos, enquanto uma ovelha pode viver, em média, 11 ou 12 anos. Ela deu à luz um filhote, numa primeira gestação em 1998, e numa segunda gestação no ano seguinte, os três filhotes gerados tiveram problemas. Em 1999, foi anunciado que Dolly havia desenvolvido um processo de envelhecimento precoce e em 2002 anunciaram que ela sofria de uma artrite degenerativa. Alguns pesquisadores relacionam a técnica utilizada como a responsável pelo processo de envelhecimento precoce. Em 2003, Dolly foi abatida para evitar seu sofrimento, pois havia contraído também uma doença pulmonar incurável.



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Dollyscotland.JPG>

Com a Dolly, algumas questões foram colocadas quanto à ética da ciência que, na prática ou no imaginário da sociedade, chegava perto da possibilidade de reprodução do ser humano por meio de técnicas de clonagem. Logo houve uma reação de segmentos diversos da sociedade que se posicionaram nos debates, defendendo tanto pontos favoráveis como contrários a essa nova possibilidade aberta pela biotecnologia.

A própria autonomia adquirida pela ciência em relação a valores morais e éticos da sociedade contribuiu para colocar em pauta uma reflexão sobre quais seriam os limites da ciência. Para alguns, não deveriam ser impostos limites à ciência, pois ela tem a finalidade justamente de produzir conhecimento; no entanto, esse conhecimento pode entrar em conflito com valores que até então faziam parte do cotidiano das pessoas, além de poder produzir efeitos indesejados.

A utilização de embriões humanos em experimentos foi um dos primeiros sinais de alerta a fomentar a discussão sobre a ética na ciência, já que o avanço das pesquisas com manipulação genética dependeria quase que exclusivamente da utilização dos embriões. Entretanto, o embrião é considerado, na perspectiva religiosa, e também para alguns cientistas e uma grande parte da população em geral, um ser com vida, ou seja, já foi concebido e possui os sinais vitais. Esses fatores pesam fortemente na condenação, por parte da sociedade, quanto ao uso de embriões nesses experimentos.

Com a possibilidade de clonagem de seres humanos, a sociedade passou a se questionar sobre quais são realmente os direitos da humanidade, no que se refere à criação da vida. Até esse momento de "ruptura", dado pela possibilidade de clonagem humana, o ato de gerar vida era fruto de uma criação divina (para os *criacionistas*) ou da natureza (para os *evolucionistas*).

A questão não se reduz à possibilidade de geração da vida, mas também abarca a maneira como essas novas descobertas podem ser apropriadas pelos interesses econômicos e políticos. Como visto anteriormente, Hitler acreditava ser possível a “criação de uma raça pura” e não mediu esforços nem recursos em seu projeto de “limpeza étnica”. Dependendo dos princípios que orientam tais interesses, estes podem se sobrepor às condições moralmente aceitas e interferir diretamente em nosso dia-a-dia.

**ORGANISMOS
GENETICAMENTE
MODIFICADOS
(OGMs)**

Os OGMs são organismos nos quais o DNA (Ácido Desoxirribonucléico) foi alterado artificialmente, de forma a adquirir características de outros organismos por meio de técnicas de engenharia genética.

Os experimentos desenvolvidos e difundidos em organismos vegetais, por exemplo, têm causado intensas modificações na produção agrícola e, principalmente, na relação entre agricultores e as empresas que manipulam geneticamente as sementes, levantando-se a discussão sobre o poder dos indivíduos em se apropriar e modificar algo que até então era considerado como um processo da natureza.

Sob o argumento de aumentar a produtividade e também de, indiretamente, contribuir para a erradicação da fome, as empresas investiram no domínio de tecnologias de engenharia genética e na produção dos **ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGM)** ou transgênicos.



Figura 4.3: Sementes geneticamente modificadas: avanço da tecnologia de manipulação genética.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=view&id=823562>

Instaura-se então uma nova preocupação ética: quais seriam as fronteiras éticas a balizar a atuação das empresas na apropriação, para fins comerciais, das tecnologias desenvolvidas a partir da genética? Essa preocupação está atrelada ao fato do desenvolvimento genético não ser mais definido apenas por processos naturais, mas também pela interferência humana, que abre a possibilidade de se alterar processos genéticos sem que possamos determinar, com segurança, as consequências de tal manipulação; lembrando o mito de Pandora, visto na aula anterior.

Nesse sentido, grupos ligados aos movimentos ambientalistas argumentam que ainda é prematura a comercialização de produtos transgênicos, pois os efeitos sobre a natureza e a vida humana ainda não foram devidamente avaliados, correndo-se o risco de haver “contaminação” do material geneticamente modificado em outras plantações. No caso do milho, por exemplo, em que sua polinização é cruzada (entre plantas), o pólen pode percorrer centenas de quilômetros e espalhar-se por várias plantações que não tenham sido semeadas com OGM, provocando a proliferação dos OGMs e uma falta de controle dessa dispersão. Além disso, faltam estudos para avaliar se o consumo continuado ao longo dos anos pode causar efeitos indesejados para a saúde humana.

Os impasses colocados pelo avanço da biotecnologia deram origem a uma série de questionamentos, que têm sido tratados pela **BIOÉTICA**. Os debates nessa área têm girado principalmente em torno da manipulação genética, embora exista também a abordagem de outros assuntos pertinentes à ética da vida de uma forma mais ampla. Fatos que vão desde a relação entre médico e paciente (como proceder, por exemplo, no caso de pacientes que têm poucas chances de sobrevivência?); abortos clandestinos (seria um problema de saúde pública ou uma transgressão de princípios morais?); os métodos utilizados em pesquisas (como o caso onde uma empresa farmacêutica testava suas vacinas contra doenças tropicais em trabalhadores da Amazônia, de forma totalmente clandestina), entre vários outros temas pertinentes que orbitam nas fronteiras do que é considerado eticamente correto.

Vale esclarecer que o termo bioética foi disseminado pelo onco-logista norte-americano Van Rensselaer Potter, no início dos anos 1970. Apesar de nascida no contexto da ética médica, a preocupação inicial da bioética era bastante ampla e ligada à ecologia, pois enfocava a relação entre o homem e o meio ambiente; mais especificamente, a preocupação era com a garantia da sobrevivência da espécie, potencialmente ameaçada pelo avanço da tecnociência.

Num segundo momento, a relação entre ética, **BIOLOGIA** e **MEDICINA** adquire maior expressão no âmbito da bioética. O fato que reforça tal enfoque é o nascimento de Louise Brown, em 1978, o primeiro “bebê de proveta”. A reprodução assistida traz à luz questões éticas como, por exemplo, o destino dos embriões não implantados no útero. O avanço

BIOÉTICA

De modo mais restrito, pode-se dizer que se trata do “Estudo dos problemas e implicações morais despertados pelas pesquisas científicas em biologia e medicina” (HOUAISS, 2002). Mas, para muitos, a bioética “é uma reflexão compartilhada, complexa e interdisciplinar sobre a adequação das ações que envolvem a vida e o viver (GOLDIM, 2006, p. 91).

de técnicas de transplante de órgãos e de outras terapias também colocam questões éticas relevantes, como a priorização dos pacientes a serem beneficiados com tais tratamentos ou a utilização de “cobaia humanas” nos testes para consolidação de procedimentos.

Mais recentemente, a bioética adquire uma importância particular, em razão da possibilidade cada vez mais concreta das modificações genéticas de organismos, que se manifestam nas clonagens de animais, nos alimentos transgênicos e nas terapias gênicas, como as especulações em torno das pesquisas com células-tronco.

A bioética, nascida no bojo da medicina, acaba assumindo, portanto, uma perspectiva multidisciplinar, na medida em que deve considerar, além dos aspectos técnicos próprios das ciências da vida, as condições institucionais, sociais, econômicas e culturais que favorecem ou criam restrições aos avanços da tecnociência.

O caso dos alimentos transgênicos

A evolução dos alimentos transgênicos lançou um amplo debate sobre questões éticas, pois afeta a vida tanto no campo como nas cidades. Na área urbana, diz respeito principalmente aos consumidores, os quais nem sempre têm informações precisas do que estão consumindo. E, no meio rural, afetam tanto a vida dos produtores (forma de produzir, hábitos, costumes etc.) como também a própria natureza (disseminação sem controle de plantas geneticamente modificadas).



Duas características associadas são fundamentais para o aumento da produtividade das sementes transgênicas: a) as mudanças no código genético contribuem para uma maior resistência das plantas às pragas e doenças, e b) a resistência das plantas transgênicas aos herbicidas permite o extermínio das plantas invasoras, sem prejuízos à lavoura principal. É o que acontece no caso da soja transgênica.

Começando pelo meio rural, uma das implicações práticas do emprego da biotecnologia foi a introdução das sementes geneticamente modificadas. Para aquém do objetivo manifestado pelas grandes indústrias – aumento de produtividade e redução da fome – está o fato de as sementes modificadas geneticamente não se reproduzirem de maneira natural, ou seja, uma vez que você introduz uma planta com essas características no campo, suas sementes não poderão ser plantadas no ano seguinte, como se costuma fazer nos plantios tradicionais.

Com isso, a quebra do ciclo reprodutivo das plantas cria uma relação de dependência dos agricultores com a indústria de sementes, na medida em que, tendo utilizado uma vez a semente transgênica, terão de comprar sementes a cada novo plantio. Além disso, é obrigatório o recolhimento de *royalties* para as empresas, pois essas sementes são patenteadas. Isso altera uma relação histórica do homem com a natureza e cria a dependência da produção de alimentos em relação à indústria de sementes e de agroquímicos.

Wilkinson e Castelli (2000, p. 111) apontam que, nos Estados Unidos, as empresas não permitem em hipótese alguma o novo plantio de sementes transgênicas a partir da colheita dos grãos; isso é feito para proteger o seu segredo genético e, estabelecido em forma de contrato, no caso da Monsanto, é denominado *Technology Use Agreement* (ou acordo para uso da tecnologia).

Entretanto, os produtores que compraram essas sementes argumentam que, na medida em que existe polinização de áreas adjacentes, é impossível determinar se houve ruptura de contrato ou meramente se as sementes escaparam do controle por ação da própria natureza.

Essa é uma outra consequência, que tem sido levantada quanto aos efeitos desses OGM sobre o meio ambiente. Uma vez plantado esse tipo de semente, sua propagação através dos ventos e da polinização das plantas teriam consequências difíceis de serem avaliadas no curto prazo.

Além das implicações próprias da sua produção, o consumidor também se pergunta quais efeitos os alimentos transgênicos podem causar à saúde humana a médio e longo prazos, pois as pesquisas realizadas neste sentido são relativamente recentes e não conclusivas.

Frente à dúvida quanto aos efeitos dos alimentos transgênicos, cabe ao consumidor decidir se utiliza ou não produtos que contenham ingredientes transgênicos. Para facilitar o consumo consciente, em 31 de março de 2004, passou a vigorar o decreto federal que obriga a rotulagem de produtos que contenham transgênicos. A regra vale para alimentos destinados ao consumo humano ou animal e consiste na inserção de um triângulo com a letra "T" no rótulo do produto, identificando, assim, todos os produtos que contenham acima de 1% de transgênicos.



Fonte: <http://transgenicos-ufrrj.blogspot.com/2008/07/como-identificar-os-alimentos.html>

Diante dos riscos inerentes à biotecnologia, criou-se no Brasil uma Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio, veja o box a seguir) responsável por decidir sobre as questões relativas à utilização da biotecnologia nos mais variados campos da **BIOSSEGURANÇA**.

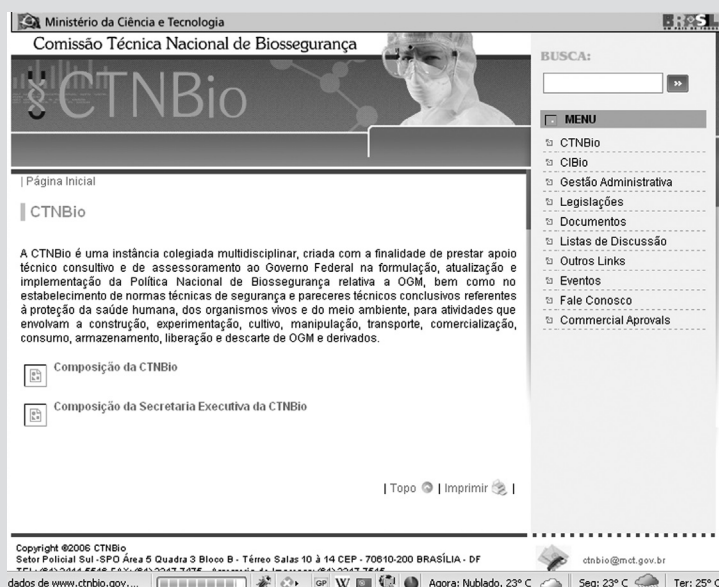
BIOSSEGURANÇA

Neologismo criado na década de 1970 para designar toda ação que tem como objetivo avaliar os riscos de novas biotecnologias e prevenir os impactos decorrentes de sua utilização, a partir da implementação de princípios e leis que regulem o seu uso.



A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

possui um sítio na internet (www.ctnbio.gov.br), com legislação, pareceres, lista de discussão dentre outros conteúdos. Ali está definida a função da Comissão, como a seguir reproduzida:



“A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar, criada com a finalidade de prestar apoio técnico-consultivo e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos conclusivos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados”.

No entanto, há muitas divergências quanto aos temas de biossegurança, gerando conflitos em relação aos limites que devem ser impostos ao avanço da biotecnologia. Mesmo com a criação da CTNBio, não é simples chegar a um consenso, pois os interesses econômicos e os valores morais nem sempre são conciliáveis.

O Greenpeace (organização de proteção ambiental sem fins lucrativos – veja mais no box a seguir) vem atuando de forma enérgica na luta contra a liberalização do uso dos OGM tanto para o plantio, comercialização e consumo humano. Uma medida que vem sendo defendida é que, pelo menos, seja mencionado no rótulo se o alimento contém ou não produtos transgênicos. Algumas empresas já aderiram e

estão adotando esta prática (como a Bunge, por exemplo) e informam se contém produtos transgênicos. Mas nem todas ainda aderiram, em parte por receio dos consumidores reagirem negativamente, apesar de ser um direito do consumidor saber o que está comprando e consumindo.



O Greenpeace Brasil possui em seu portal na internet <http://www.greenpeace.org/brasil/> uma seção dedicada aos transgênicos, com documentos, notícias, fórum de discussão e outros *links* interessantes. Se você quiser saber mais sobre esse assunto, esta é uma fonte interessante de consulta.

GREENPEACE Brasil QUEM SOMOS | PARTICIPE | DOCUMENTOS | LOJA | NOTÍCIAS | TIRE SUAS DÚVIDAS

FAÇA A DIFERENÇA! JUNTE-SE A NÓS JOIN NOW!

AMAZÔNIA CLIMA ENERGIA NUCLEAR OCEANOS TRANSGÊNICOS

→ TRANSGÊNICOS

- Notícias
- Consumidores
- Links
- Documentos
- Entrevistas
- Perguntas e Respostas
- Cronologia da Campanha
- Blog de Transgênicos
- Os 7 pecados capitais dos transgênicos
- Arroz Transgênico
- Ser cobaia não é bom
- CIBERATIVISMO
- PARTICIPE
- JUNTE-SE A NÓS

Ser cobaia não é bom Arroz transgênico NÃO!

Ser cobaia não é bom

O seu prato de arroz com feijão do dia-a-dia vai virar campo de testes da Bayer, que quer plantar e vender no Brasil o arroz transgênico Liberty Link 62. Resistente ao agrotóxico glifosinato de amônio (fabricado pela própria Bayer), o arroz LL62 não é plantado nem comercializado em lugar algum do mundo. Ele representa um risco à biodiversidade, à saúde humana e aos agricultores que optarem por não plantar transgênico.

Guia do Consumidor
Conheça a nova versão online do Guia do Consumidor, consulte se um produto é transgênico e baixe o PDF do guia impresso.

Seção Consumidores
Nova área do site traz informações sobre rotulagem e produtos orgânicos, receitas e entrevistas com renomados chefs de cozinha. Navegue à vontade!

Blog OGM
Quer saber de detalhes do que está acontecendo na campanha de transgênicos e os bastidores das notícias? Confira então o Blog de Transgênicos!

Atividade 2

O livro *A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil*, de Wilkinson e Castelli (2000), traz a descrição de uma tecnologia de manipulação genética na qual o gen introduzido tem o objetivo de esterilizar a semente. Esse gen ficou conhecido como *Terminator* e tem provocado sérias transformações na produção agrícola.

Na ausência de um mecanismo de proteção do segredo genético ou da patente, dadas as peculiaridades das sementes (é quase impossível impedir que os produtores guardem parte da produção para utilização na safra seguinte), o que não ocorria com os híbridos que traziam o segredo embutido na própria metodologia de obtenção do produto, tentou-se reinventar a proteção natural das sementes mediante a introdução do gen *Terminator*.

Esse gen 'inteligente' tem a capacidade de esterilizar os grãos cultivados, fazendo com que as sementes percam a capacidade de germinar quando chegam à maturidade. O processo de elaboração do *Terminator* ocorre a partir da retirada de uma toxina 'assassina' de uma planta e sua introdução no genoma de outra. A toxina serve para matar as sementes. Como é preciso garantir uma certa quantidade de sementes, os cientistas também inserem um DNA bloqueador que suprime a produção da toxina. Antes das vendas, as sementes devem ser imersas em uma solução para induzir a produção de uma enzima capaz de remover o bloqueador. Depois que as sementes são plantadas e a safra chega à maturidade, as plantas produzem uma toxina para matar as novas sementes. Os agricultores interessados em conseguir uma safra semelhante no ano seguinte, devem comprar as sementes novamente (GAZETA MERCANTIL, 1999, citado por WILKINSON E CASTELLI (2000, PG 156).

A partir do texto acima e das discussões desta aula, responda: o que a utilização comercial da tecnologia do gen *Terminator* acarreta ao produtor e ao meio ambiente?

Resposta Comentada

A introdução do gen Terminator provocou uma alteração profunda na produção agrícola e gerou a dependência do produtor em relação à indústria de sementes. Se tradicionalmente as sementes eram reservadas da colheita de anos anteriores para serem plantadas, com a nova semente esta possibilidade passa a não mais existir, pois a cada plantio o produtor terá de comprar novas sementes. Apesar da possibilidade de, em alguns casos, aumentar a produtividade, o produtor torna-se refém desta nova tecnologia, a partir do momento em que não dispõe mais da semente em sua propriedade e também por quebrar o ciclo natural de reprodução das plantas (as sementes colhidas não servem mais para novo plantio). A tecnologia desenvolvida neste caso garante à indústria ganhos constantes, mas pode colocar em risco não só a produção de muitos agricultores, como também diminuir a biodiversidade, pois as plantas não mais se reproduziriam naturalmente em seu ambiente, passando a depender da produção da indústria.

OS POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A BIOÉTICA

As ciências da vida, apoiadas pelo avanço das biotecnologias, anunciam perspectivas otimistas no combate a doenças graves, no tratamento ou reversão de disfunções hereditárias, no aperfeiçoamento de organismos, como animais domésticos e alimentos de origem vegetal, para melhor atender às necessidades humanas. No entanto, a exemplo do que vem acontecendo com os transgênicos, o desenvolvimento das biotecnologias garante cada vez maior poder às indústrias privadas que as desenvolvem, dando a elas não só a possibilidade de explorar as patentes desenvolvidas, como também a capacidade de influir na discussão sobre os rumos da bioética.

Esse contexto, que apresenta por um lado intenções magnânimas de se melhorar a qualidade de vida dos seres humanos e por outro a lógica do capital em obter proveito comercial a partir dos resultados da biotecnologia, revela um ambiente complexo e ambivalente para a bioética. Isso sem tocar em questões ainda mais essenciais, como é o caso da possibilidade de reprogramação do próprio ser humano e todas as implicações éticas que isso traz. A concretização dessa possibilidade implica, no mínimo, numa decisão sobre que *tipo* de ser humano será produzido. Quem teria, portanto, a “competência” para definir as características fisiológicas e psicológicas que deveriam ser consideradas na reprogramação do ser humano, caso isso torne-se factível?

As novas perspectivas abertas pela tecnociência, em especial pela biotecnologia, exigem uma reflexão ética, em particular, por deixarem em aberto as conseqüências futuras de suas intervenções. Assim como não se sabe ao certo quais são os efeitos sobre a saúde humana do consumo de alimentos transgênicos, não se pode afirmar como se comportaria, fisiológica e psicologicamente, um ser humano geneticamente modificado. Mesmo se pensarmos em uma possibilidade que pode parecer, a princípio, boa e desejável, como o prolongamento da vida, várias questões merecem um exame: quem poderia ou deveria ser beneficiado por essa técnica? Se grande parte da população fosse submetida a tal intervenção, como compatibilizar o envelhecimento da mesma com o aumento demográfico? Que características assumiria uma sociedade envelhecida, sem a renovação cultural própria dos jovens? Que novas neuroses viriam à tona em razão de uma longa vida?



Figura 4.4: Novas perspectivas da biotecnologia exigem reflexão ética.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/734189>

A complexidade e ambivalência da sociedade tecnocientífica indica, de saída, três caminhos para a bioética, como nos mostra Barbosa (1998, p. 16). O primeiro caminho seria o da concretização de todas as possibilidades abertas pela biotecnologia. Essa via baseia-se na plena liberdade de ação e justifica-se por meio da suposição de que é possível prolongar e direcionar a evolução da espécie humana, explorando a sua plasticidade de forma a aperfeiçoá-la. Aqui está colocada até mesmo a possibilidade de produção da vida humana, em substituição à reprodução de modo natural.

O segundo caminho é o da preservação do ciclo da vida humana conforme sua ordem natural, seus ritmos e suas limitações. São dois os argumentos centrais e correlatos da via preservacionista. O primeiro remete à idéia da sacralidade da vida humana e à necessidade, por consequência, de sua preservação incondicional. O segundo apela para a lógica da preservação do valor intrínseco do humano, cujo caráter exclusivo da sua dimensão cultural – que possibilita a reflexão ética – consiste na capacidade de escolha e decisão.



Figura 4.5: Quais os caminhos possíveis para a bioética?
 Fonte: <http://www.stockxpert.com/browse.phtml?f=view&id=7434671>

O contra-argumento ao pensamento preservacionista sustenta que, a longo prazo, a espécie humana estaria fadada à extinção. O que somente poderia ser revertido mediante uma intervenção tecnocientífica, a qual afetaria, por consequência, a condição “natural” do próprio homem.

O terceiro caminho é o da prudência, que procura evitar os extremos das duas perspectivas anteriores.

A primeira via, ao permitir a experimentação de todas as possibilidades tecnocientíficas com vistas a acatar aquelas que geram resultados, prioriza o desempenho da ciência sem considerar os meios utilizados e as conseqüências negativas, geradas em decorrência dessa opção. Essa conduta prescinde da ética, pois não leva em consideração a compatibilização entre meios e fins éticos.

Já a via preservacionista apresenta um forte argumento ético ao exigir a preservação incondicional do valor único intrínseco do humano. Hans Jonas (1994, p. 47) mostra esse argumento como um imperativo ético: “agir de tal maneira que os efeitos de tua ação não sejam destruidores da futura possibilidade de vida humana”.

Esse imperativo ético proposto pelos preservacionistas é incorporado à lógica dos defensores da prudência. A divergência encontra-se exatamente na possibilidade de haver ou não alguma intervenção da tecnociência na vida humana. Aqueles que optam pela prudência consideram que o homem deve exercer sua capacidade de escolha e resolver, mediante avaliação dos riscos intrínsecos, quais possibilidades que deverão ser realizadas pela biotecnologia.

A justificativa central dos que defendem a terceira via, da prudência, consiste na idéia de que é próprio do humano a capacidade de modificação da natureza como forma de adequá-la às suas necessidades e desejos. No entanto, o poder de transformação conquistado pela tecnociência pode acarretar, em última instância, um dano irreversível à natureza e ao próprio homem. Esse fato novo revela uma nova dimensão para a responsabilidade até então não prevista pelas éticas tradicionais. Sendo, assim, resta à tecnociência e, em especial, à biotecnologia agir com prudência.

CONCLUSÃO

A tecnociência passa a ser um instrumento na competitividade entre países e empresas os quais investem maciçamente em pesquisas e no desenvolvimento de novas tecnologias. Dessa forma, os interesses econômicos podem prevalecer sobre os valores moralmente aceitos pela sociedade e provocar incertezas quanto aos resultados da aplicação prática dessas novas tecnologias.

Nesta aula, apresentamos os avanços das pesquisas na área de biotecnologia e alguns dos produtos que já estão sendo colocados no mercado. A partir deste exemplo, pudemos identificar a força dos interesses econômicos na apropriação comercial de tecnologias e as incertezas quanto aos riscos que podem trazer tanto à saúde humana quanto ao próprio meio ambiente.

Essas mudanças passam a ser objeto de reflexão de toda a sociedade a qual procura definir novos instrumentos como a bioética para se pensar as fronteiras da tecnociência, o que é permitido e o que se constitui como uma extrapolação do conjunto de valores da sociedade.

Atividade Final

Ao completar dez anos do nascimento da Dolly, o cientista Ian Wilmut, do Roslin Institute, da Escócia, responsável pela pesquisa que levou a cabo a clonagem da ovelha, concedeu uma entrevista à revista *Ciência Hoje*. Destacamos, a seguir, a resposta a apenas uma das perguntas formuladas ao pesquisador.

C.H. – Que limites julga serem aceitáveis para a clonagem? A sociedade tem o direito e/ou o dever de impor limites à investigação científica? E a clonagem deve restringir-se a fins terapêuticos?

I.W. – No que respeita à clonagem humana, deve ser proibida. Para além dos obstáculos físico e biológicos à sua realização, os problemas psicológicos que adviriam da existência de indivíduos clonados seriam intoleráveis.

Sim, a sociedade deve se envolver neste tipo de decisões. Sou de opinião que o sistema britânico, de criação de comissões *ad hoc* (comissões formadas por peritos, de reconhecida competência na área), constituídas por especialistas de várias áreas e cidadãos, é um bom sistema. Veja-se o trabalho da Comissão Warnock, sobre as implicações éticas, sociais e legais dos desenvolvimentos em reprodução medicamente assistida, nos anos 80.

Parece-me um erro impor limites à investigação/pesquisa, pelos efeitos que pode ter sobre a aquisição de novos conhecimentos. A fase mais apropriada para estabelecer limites será a que se segue à investigação, ou seja, a aplicação desses conhecimentos. Ora, tais limites já existem, nos países chamados desenvolvidos.

Preocupa-me mais que as pessoas repudiem (ou se afastem) do conhecimento do que este seja incorretamente utilizado. Os limites devem ser colocados na forma como o conhecimento é utilizado e não na sua produção.

Com base nas considerações feitas por Ian Wilmut responda:

- A perspectiva do cientista se enquadra em qual das três vias para a bioética abordadas acima?
- Quanto à imposição de limites à investigação científica, Ian Wilmut considera que tais limites devem-se restringir à aplicação do conhecimento e não à sua produção. Tomando como exemplo o caso da utilização de embriões em pesquisas de células-tronco, essa visão de Wilmut deve ser corroborada (considere o que foi exposto sobre a questão central das pesquisas com células-tronco na aula anterior)?

Respostas Comentadas

a. A considerar pela declaração categórica inicial quanto à proibição da clonagem humana, poderíamos considerar a perspectiva de Wilmut tendendo mais para a via preservacionista, mas pelas colocações seguintes sobre a imposição de limites à investigação científica ele se coloca em acordo com a via da prudência, pois faz uma ressalva quanto à necessidade de cautela na aplicação do conhecimento, de maneira a se evitar que seja utilizado de forma incorreta.

b. Wilmut é da opinião que não deve haver limites ao processo de produção do conhecimento. No entanto, mais uma vez voltamos à questão da compatibilização entre meios e fins éticos. A pesquisa científica pode ter um objetivo meritório, como é o caso das pesquisas com células-tronco, que têm se mostrado como uma terapia promissora, por exemplo, no tratamento da distrofia muscular. No entanto, a polêmica ao entorno de tais pesquisas está diretamente relacionada aos meios utilizados e não aos seus propósitos. A utilização de embriões humanos nessas pesquisas coloca em discussão, por consequência, a definição sobre o momento exato em que se inicia a vida humana, já que a alegação dos cientistas é a de que os embriões utilizados constituem apenas um conjunto de células ainda não diferenciadas, não havendo ainda uma pulsão vital. Os que entendem, porém, que a vida humana começa no momento da concepção são contrários à utilização dos embriões, pois percebem uma brecha para outras intervenções, dentre elas o aborto.

Nesse sentido, poderíamos considerar que a responsabilidade requerida pela via da prudência deve também abarcar a forma como as pesquisas científicas são conduzidas, e não só como serão aplicados os conhecimentos por elas gerados.

RESUMO

O avanço da tecnociência no mundo moderno foi estimulado pelo processo de competitividade global onde empresas e países disputam o desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar sua participação nos mais diversos segmentos de mercado, assim como em alguns casos, para estimular o fluxo de capitais nos países mais desenvolvidos.

Dessa forma, a tecnociência torna-se alvo dos interesses econômicos e políticos tanto de empresas como também de países – com investimentos crescentes nessa área – que vêem no desenvolvimento tecnológico e no lançamento de novos produtos a possibilidade de garantir ganhos econômicos e a exclusividade na comercialização por meio dos direitos de propriedade.

Esse avanço dos interesses econômicos sobre a tecnociência provoca incertezas quanto aos riscos que podem ocasionar a toda humanidade. Desta forma, as bases éticas estão sendo reformuladas à medida que o avanço da tecnociência traz novas possibilidades de utilização de elementos que, até bem pouco tempo atrás em nossa história, eram processos desenvolvidos pela própria natureza e não pela interferência humana.

Os alimentos transgênicos são um dos exemplos recentes para o qual a sociedade está se mobilizando para avaliar os riscos, limites e também benefícios que pode ocasionar o lançamento destes novos produtos no mercado.

Ética e justiça social

AULA

5

Meta da aula

Estabelecer a correlação entre ética e justiça social por meio da discussão sobre as dicotomias entre a concentração de riqueza e a exclusão social.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



distinguir os conceitos de pobreza (absoluta e relativa);



analisar as injustiças sociais provocadas pelas desigualdades sociais.

INTRODUÇÃO

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL (OU *WELFARE STATE*, EM INGLÊS)

É a denominação dada, de uma forma geral, aos sistemas nacionais públicos ou regulados pelo Estado, que oferecem bens e serviços sociais básicos à população. Esping-Andersen (citado por FIORI, s/d) propôs uma classificação dos *welfare states*, segundo três regimes: o *liberal*, no qual prevê apenas uma assistência aos mais pobres; o *conservador* ou *corporativista*, que estabelece uma distinção de *status* entre classes, em razão de contribuições diferenciadas à seguridade social, e o *social-democrata*, que prega o universalismo na distribuição de benefícios sociais.

A sociedade contemporânea convive com um paradoxo cujo enfrentamento não tem sido fácil: as desigualdades sociais. Enquanto uma pequena parcela da população usufrui dos avanços da modernidade e consegue entrar num processo de acumulação de riquezas, outra parcela vive com dificuldades para suprir as necessidades mais básicas para sua sobrevivência.

O lado mais perverso que se estabelece na relação entre a pobreza e o contexto social é que essas desigualdades se traduzem em injustiças sociais. Seja pelas condições extremamente precárias em que as pessoas vivem ou porque essas mesmas pessoas terão, conseqüentemente, maiores dificuldades para conseguir trabalho, renda, educação e alimentação adequados para sair de uma situação de vulnerabilidade social.

Apesar das mudanças observadas nos últimos anos, principalmente aqui no Brasil, onde os indicadores sociais apresentaram sensíveis melhoras (níveis de renda, educação, mortalidade infantil etc.), as gritantes diferenças sociais têm sido um problema recorrente na história do Brasil.

Desta forma, podemos perceber as desigualdades como conseqüência das opções políticas adotadas. As decisões econômicas e sociais revelam os valores e princípios que estão por detrás dessas políticas. Elas podem reforçar as desigualdades sociais ou favorecer a grande maioria da população, pois nem sempre é possível conciliar as duas situações.

Diante desse contexto, o dilema ético que se coloca é que, mesmo com os contínuos esforços da humanidade em produzir mais riquezas, ainda persiste um percentual significativo de pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Apesar de não haver uma solução única para esse dilema, o que se pretende nesta aula é estimular a discussão sobre as desigualdades sociais e os motivos pelos quais a sociedade passa a reconhecer a pobreza e a concentração econômica como extensão das injustiças sociais.

A CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR, NEOLIBERALISMO E POBREZA

A partir da década de 1970, a ideologia do **ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL**, cuja fundamentação era baseada na perspectiva do pleno emprego e na universalização dos serviços de proteção social, começa a se deteriorar com a crise do petróleo e uma conseqüente redução no dinamismo econômico.

A partir desse momento, o nível de desemprego aumenta, gerando uma pressão sobre os serviços públicos; em especial, sobre o sistema de seguridade social. Essa realidade, que já era comum aos países de economia periférica, passa a fazer parte também dos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e países europeus. Nesse contexto, os países passam a ter de definir prioridades na consecução de suas políticas, estabelecendo-se uma tensão entre investimentos na economia (infra-estrutura, financiamentos etc.) e a área social.

No início da década de 1990, sob pressão internacional (por meio de organismos internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo), a ideologia neoliberal passou a ser introduzida com maior vigor nas políticas nacionais e a provocar mudanças profundas na economia. Para Bate (2003), embora as reformas de livre mercado tenham ajudado a diminuir a inflação para um dígito nos países da América Latina, seu efeito final no crescimento foi desalentador, provocando uma série de crises que deixaram a América Latina em sua pior recessão em décadas, com o crescimento da pobreza e do desemprego, fatores atribuídos ao **CONSENSO DE WASHINGTON**, um termo que se tornou sinônimo de neoliberalismo.

Para Navarro (1991), a proposta de Reforma do Estado, de cunho neoliberal, assenta-se nos seguintes eixos: a) corte dos gastos públicos; b) contenção do crédito; c) diminuição dos tributos sobre as empresas; d) retomada do equilíbrio orçamentário com a eliminação do déficit público e e) redução da regulação sobre as empresas. De forma simplificada, pode-se dizer que, segundo a tese neoliberal, o aparelho de Estado e as atividades estatais devem ser reduzidos ao mínimo, existindo apenas para garantir o livre funcionamento das forças do mercado, deixando de ser uma esfera que disputa recursos escassos com o mercado. Nesta perspectiva, propõe-se também o desmantelamento do Estado do Bem-Estar. Este teria sido responsável pela própria crise, em função de suas características redistributivas, ao retirar recursos de setores economicamente dinâmicos, destinando-os a setores apenas absorvedores de recursos (setor público, setores de baixa renda e segmentos populacionais improdutivos - idosos e doentes).

CONSENSO DE WASHINGTON

Refere-se a um conjunto de medidas de regulação da política econômica na América Latina, criado, em 1989, pelo economista inglês John Williamson, do Institute for International Economics. Tal orientação econômica passou a ser conhecida como Consenso de Washington por ter sido discutida e acordada numa reunião promovida pelo instituto supracitado, em Washington, na qual estavam presentes representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo americano. As dez regras que compõem o Consenso serviram de base para as negociações do FMI com os países latino-americanos, que passavam por forte crise econômica no final dos anos 1980. O Consenso de Washington ficou conhecido como conjunto de reformas neoliberais, centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, e redução do tamanho e papel do Estado.

Paralelamente a essas pressões internacionais pela liberalização do mercado, no Brasil ocorreu uma série de mudanças, já prenunciada pela Constituição de 1988 e, em meados da década de 1990, procedeu-se a uma série de privatizações, principalmente das estruturas produtivas e o enxugamento do aparato estatal com a intenção de reformar o Estado.

Segundo Pereira (1999), a reforma significava reduzir o Estado, limitar suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador. Mas, por outro lado, implicava também ampliar suas funções no financiamento de atividades que envolviam o atendimento aos direitos humanos básicos e na promoção da competitividade internacional das indústrias locais.

A função social do Estado ficaria limitada à assistência às populações mais vulneráveis. Nesse cenário, a focalização seria uma alternativa para destinação dos recursos disponíveis, fazendo com que chegassem até os grupos mais vulneráveis. No entanto, identificar quem mais precisa do apoio do Estado diante da escassez de recursos e a alta demanda por proteção social não é uma tarefa fácil. Santos (1998) considera como “escolhas trágicas”, referindo-se ao fato de que as escolhas dentre diferentes políticas sociais *escapam ao cálculo econômico e ingressam na contabilidade ética, no cerne do conflito entre valores e no trágico comércio entre o bem e o mal*.

Focalizar significa escolher com base em alguns critérios as pessoas e grupos a serem beneficiados. Essas escolhas implicam atender a alguns grupos em detrimento de outros. Farah (2001) considera que a focalização é incorporada pelo reconhecimento da necessidade de se estabelecerem prioridades de ação em contexto de limites de recursos e pela compreensão de que é preciso atender de forma dirigida alguns segmentos da população, que vivem situações de carência social extrema. No entanto, lembra a autora, as políticas seletivas devem ser entendidas como complementares às políticas universais de caráter redistributivo e às políticas de desenvolvimento orientadas para a superação de desigualdades estruturais.

Para Draibe (1998), a focalização constitui um dos ingredientes centrais da proposta de reforma dos programas sociais na perspectiva neoliberal. Consistente na idéia de redução do Estado e de estímulo ao mercado, trata-se de restringir a ação social do Estado de forma a concentrá-la em determinados programas e segmentos da população.

O gasto social só se justifica, assim, para os muito pobres e em programas considerados essenciais e não passíveis de oferta no mercado.

CONCEITUANDO A POBREZA

Uma primeira aproximação à noção de pobreza nos revela que ela está ligada às necessidades dos indivíduos e em que medida elas são supridas; assim, a pobreza pode ser representada pela falta de recursos (materiais e não-materiais) para suprir essas necessidades. Mas essa é uma definição genérica, pois, na prática, a definição do que é pobreza é mais complexa.



A primeira dificuldade está em se saber quais são essas necessidades, pois em cada contexto pode haver padrões diferentes de consumo e disponibilidade de recursos que irão interferir na avaliação da pobreza. O tipo de atendimento exigido também vai depender dos padrões da sociedade, dos recursos disponíveis e também das opções políticas dos governos e da própria sociedade.

O recurso usual da avaliação da insuficiência de renda como um critério para caracterização da pobreza pode trazer uma certa objetividade na medição da pobreza, pois baseia-se em dados quantificáveis. No entanto, a dificuldade está exatamente em se definir as necessidades não atendidas que indicariam uma insuficiência de renda, a qual certamente será diferenciada em função de contextos sociais diversos. O que significa dizer que o fato de um indivíduo não dispor de uma determinada renda não significa necessariamente que ele viva com restrições materiais, ou seja, se compararmos duas situações de pessoas com o mesmo nível de renda, seus gastos e suas necessidades podem ser muito diferentes.

No caso de um morador do meio rural, que tenha condições de produzir para o próprio consumo e ter acesso a serviços públicos como educação, saúde etc., ele terá uma situação diferente de um morador da periferia de uma grande cidade, que necessita de renda para comprar alimentos, pagar transporte para ir ao trabalho (muitas vezes em três conduções), pagar creche, aluguel etc. Nesse sentido, a pobreza em relação às necessidades e à disponibilidade de recursos varia consideravelmente entre os dois exemplos citados.

O morador da cidade, mesmo tendo um rendimento maior, poderia estar numa situação de maior vulnerabilidade do que aquele que mora no meio rural (nas condições do exemplo citado). Nesse caso, mesmo ganhando mais, o morador urbano poderia ter maiores dificuldades em suprir suas necessidades básicas, pois o acesso a esses bens dependeria exclusivamente do acesso a algum tipo de renda.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/810983>

Duas formas de medir a pobreza têm sido predominantemente utilizadas na literatura (apesar de não serem as únicas) como indicadores sociais. Ambas estabelecem uma linha de pobreza, com a diferença de que uma é absoluta e a outra, relativa. A idéia da definição de uma linha de pobreza decorre da intenção de se estabelecer um patamar abaixo do qual estão as pessoas – os pobres – que não conseguem, com a renda que recebem mensalmente, atender às necessidades consideradas básicas no contexto social no qual estão inseridas.



Para um aprofundamento sobre os diferentes enfoques conceituais da pobreza, as formas de medi-la, as relações possíveis entre pobreza e desigualdade, e a situação da pobreza no Brasil leia Rocha (2007).

Fonte: http://www.editora.fgv.br/asp/dsp_detalheProduto.asp?codigo=235



A *linha de pobreza absoluta* refere-se às necessidades físicas e materiais inerentes a uma condição mínima de vida digna dos indivíduos, como alimentação, moradia, transporte, saúde, educação e vestuário. Traduzindo, a linha de pobreza absoluta corresponde ao valor monetário de uma cesta básica, que inclui despesas com alimentação, habitação, transporte, saúde, educação e vestuário. Todas as famílias, com rendimento familiar *per capita* inferior ao custo dessa cesta básica, são consideradas pobres. Esse indicador leva em consideração as diferenças regionais dos contextos sociais, adaptando o custo da cesta básica à realidade local.

RENDA MÉDIA E RENDA MEDIANA

A primeira corresponde à média aritmética dos rendimentos de todos os indivíduos que compõem a população pesquisada. A segunda representa o ponto médio que separa o conjunto de rendimentos de todos os indivíduos, ordenados de maneira crescente ou decrescente, em dois subconjuntos de mesmo tamanho.

A *linha de pobreza relativa* é outro indicador utilizado para se medir o percentual da população que vive em situação de vulnerabilidade social. A diferença é que o patamar que define a linha de pobreza relativa é, quase sempre, em razão da **RENDA MÉDIA** ou **MEDIANA** da população. Dessa forma, trata-se de um valor arbitrário baseado na distribuição de renda, desvinculado da capacidade real de arcar com as despesas relativas a uma cesta básica de bens e serviços. O Banco Mundial, por exemplo, estabelece que uma família cujo rendimento médio diário não chega a um dólar por dia se encontra em dificuldades para suprir suas necessidades básicas. Já o PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento) adota em alguns estudos, para os países desenvolvidos, o valor correspondente de 50% da renda mediana como linha de pobreza relativa. No Brasil, o patamar adotado corresponde a meio salário mínimo. Esse indicador configura-se como uma medida de pobreza mais simples que a linha de pobreza absoluta, mas não leva em consideração as diferenças regionais e sim apenas a distribuição de renda da população.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede global de desenvolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas) e está presente em 166 países. Sua principal linha de atuação é no combate à pobreza a partir da pesquisa e na divulgação de experiências realizadas em vários países, além disso, o PNUD no financiamento de alguns projetos visa ao fortalecimento das capacidades locais e acesso a informações que possam contribuir com o combate à pobreza. Em seu *site* (<http://www.pnud.org.br/pnud/>) é possível encontrar diversos materiais sobre suas pesquisas, documentos e trabalhos. Vale a pena conferir!

The screenshot shows the official website of the United Nations Development Programme (PNUD) for Brazil. The header includes the PNUD logo and the text 'Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento'. Below the header is a navigation menu with categories like 'Primeira Página', 'Segurança e Justiça', 'Administração Pública', 'Cidadania', 'Educação e Cultura', and 'Saúde e Bem-estar'. The main content area is titled 'O PNUD e seus Objetivos' and lists various topics such as 'Mandato, objetivos e resultados', 'Desenvolvimento Humano e IDH', and 'Representante e Administrador'. On the right side, there is a section for 'Objetivos de Desenvolvimento do Milênio' and a 'ENQUETE' (Survey) section with the question 'Quais são os maiores desafios do Brasil?'. The footer contains a 'Calendário de eventos' (Events Calendar) and a 'Governança Democrática' (Democratic Governance) link.

Um indicador derivado da idéia da linha de pobreza é o que estabelece uma *linha de indigência*. Este corresponde ao custo de uma cesta básica composta apenas de alimentos. Dessa forma, todas as famílias com rendimento familiar *per capita* inferior ao custo dessa cesta, que reflete um conjunto de itens da dieta habitual da população, o qual representa um valor calórico diário *per capita* normativo, são consideradas indigentes. Ou seja, são indigentes os indivíduos que não dispõem de uma renda mínima que permita obter uma dieta alimentar de acordo com as necessidades físicas de suprimento energético satisfatório às suas atividades diárias.

A linha de pobreza, quando é estabelecida a partir da capacidade de consumo das famílias, pode gerar dados mais fidedignos. No entanto, a tentativa de se quantificar os recursos necessários à plena garantia das condições de vida das pessoas, apesar de sua importância como um instrumento para a avaliação do estado de pobreza da população, pode também se tornar alvo de manipulações políticas, pois os dados podem demonstrar avanços na sociedade em um determinado período associado a um governo específico e, ao mesmo tempo, encobrir a persistência do quadro de desigualdade social ao longo do tempo, mesmo quando há uma redução sensível no número de pobres e indigentes. O que significa dizer que desenvolvimento econômico pode implicar a redução da população que vive abaixo da linha de pobreza, mas não representa garantia alguma de redução do hiato social entre pobres e ricos.

Nesse sentido, Demo (2003) critica a idéia **POSITIVISTA** da linha de pobreza, utilizada em pesquisas socioeconômicas, quando se tenta construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. Essas medidas não são capazes de revelar um tipo de pobreza que o autor afirma ser uma das mais importantes, que é a pobreza política, em que os indivíduos têm pouca participação na vida social e política do país.

Sendo assim, a pobreza não se traduz apenas em aspectos materiais, ela se expressa também em várias outras carências e afeta inclusive a capacidade de a população mais pobre intervir em sua realidade. A pobreza não se limita apenas à insuficiência de renda. Devemos perceber a pobreza como uma forma de privar as pessoas das capacidades que as habilitariam viver da maneira que elas valorizam e desejam. Nessa perspectiva, a pobreza configura-se como uma situação de vulnerabilidade social.



POSITIVISTA

Refere-se às idéias que estão em conformidade com o positivismo, sistema filosófico desenvolvido por Auguste Comte, no qual as ciências sociais devem se basear apenas nos dados da observação e da experiência, adotando, para tal, métodos utilizados nas ciências físicas. Segundo Johnson (1997), o positivismo de Comte considerava que as teorias da vida social deveriam ser formuladas de forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de fatos verificáveis.

Segundo Sen (2000), a vulnerabilidade social configura-se a partir de duas dimensões. A dimensão mais básica é dada pelas situações de miséria e indigência, que trazem consigo desde problemas relacionados à própria manutenção da vida, como a impossibilidade de contar com uma nutrição satisfatória, até a privação do acesso à educação, às possibilidades de prevenção e de combate de doenças tratáveis e às condições razoáveis de moradia e saneamento. A dimensão complementar refere-se à destituição da sociabilidade, que contribui para colocar em xeque a possibilidade de manutenção da própria coesão social, ou seja, que concorre para o esgarçamento do tecido social.

A vulnerabilidade que desapropria o homem de suas capacidades de satisfação das necessidades vitais ou do acesso a recursos que lhes ofereçam uma vida digna tem como fonte primordial a pobreza e a miséria e está fortemente relacionada à perda da liberdade econômica. No plano em que a vulnerabilidade se expressa como impossibilidade ou precariedade de participação social, pode-se dizer que essa vulnerabilidade representa a privação da liberdade social de participação política e de exercício da cidadania. Os dois planos distintos da vulnerabilidade social estão fortemente imbricados, na medida em que “privação de liberdade econômica pode gerar privação da liberdade social, assim como a privação da liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p. 23).

Compreender a pobreza como privação de liberdades econômicas e sociais, e não apenas como insuficiência de renda, ajuda a compreender que o desenvolvimento e, conseqüentemente, a superação da desigualdade social dependem da ampliação efetiva dessas liberdades. O que significa que não basta estabelecer mecanismos de redistribuição de renda, ainda que se trate de uma estratégia importante, já que a ampliação da renda representa uma maior potencialidade para a conquista das liberdades substantivas. Como indica Sen (2000, p. 39),

a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a ‘qualidade de vida’, a qual se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

Atividade 1

Levando-se em consideração que a concentração de renda dos 10% mais ricos era quase dez vezes maior do que a dos 40% mais pobres no Brasil, em 2000, como podemos interpretar a afirmação de Pedro Demo (2003), na qual considera que “o Brasil não é um país pobre, mas injusto”. Em que sentido podemos compreender essa injustiça a que se refere o autor e qual sua relação com a pobreza?

Comentário

Uma das interpretações possíveis para a afirmação de Pedro Demo é que o Brasil dispõe de riquezas suficientes para que as pessoas possam desfrutar de condições de vida digna, semelhantes (pelo menos materialmente) a de muitos países considerados desenvolvidos. Entretanto, sua má distribuição entre a população o torna injusto, na medida em que há pessoas vivendo em situações extremamente precárias, sem renda suficiente para suprir inclusive suas necessidades alimentares.

RETRATOS DAS DESIGUALDADES: OS INDICADORES SOCIAIS

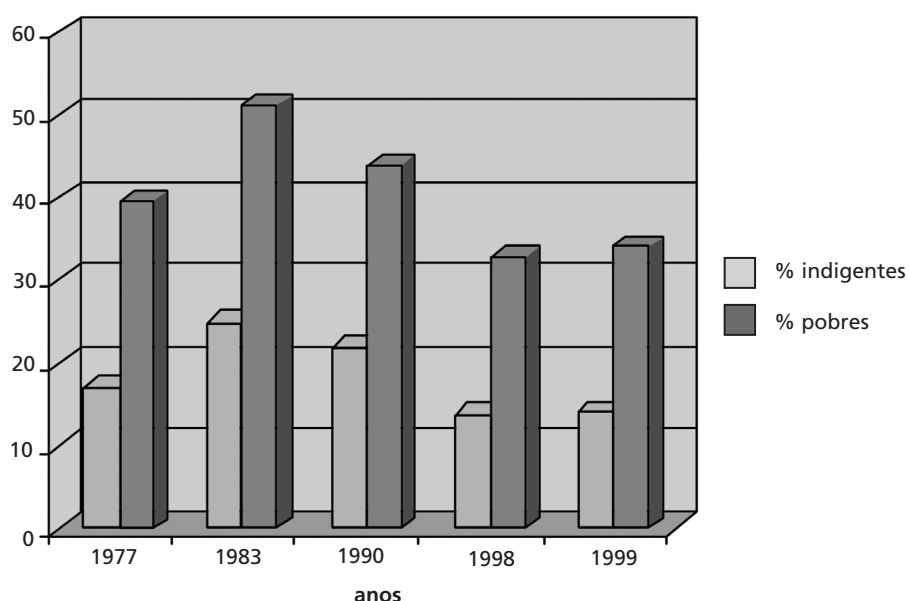
Os **INDICADORES SOCIAIS** apontam que a pobreza sempre esteve presente na história do Brasil. Nos últimos anos, a discussão sobre pobreza e desigualdades sociais ganhou destaque com a divulgação da pesquisa elaborada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 1993, sob o título “O Mapa da Fome”, em que apontava 52 milhões de pessoas pobres no país.

INDICADORES SOCIAIS: São informações sistematizadas em forma de índices, taxas etc. que demonstram algumas características da realidade de uma população. Os indicadores sociais podem demonstrar a evolução econômica e social no decorrer do tempo. Trazem informações condensadas que facilitam a compreensão da realidade e a comparação entre países e regiões, como também sobre a evolução temporal de uma determinada situação. Entretanto, os indicadores são, assim como todas as inferências estatísticas, aproximações da realidade num período determinado. Em consequência disso, é possível existir variações dentro da amostra pesquisada, como também o indicador mostrar apenas uma face da realidade.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Tem como missão produzir, articular e disseminar conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas no Brasil. O IPEA desenvolve trabalhos de cooperação técnica, estudos e pesquisas, assessoria direta aos governos, publicações, etc. Em seu *site* (<http://www.ipea.gov.br>) estão disponibilizados os estudos desenvolvidos pelo Instituto.

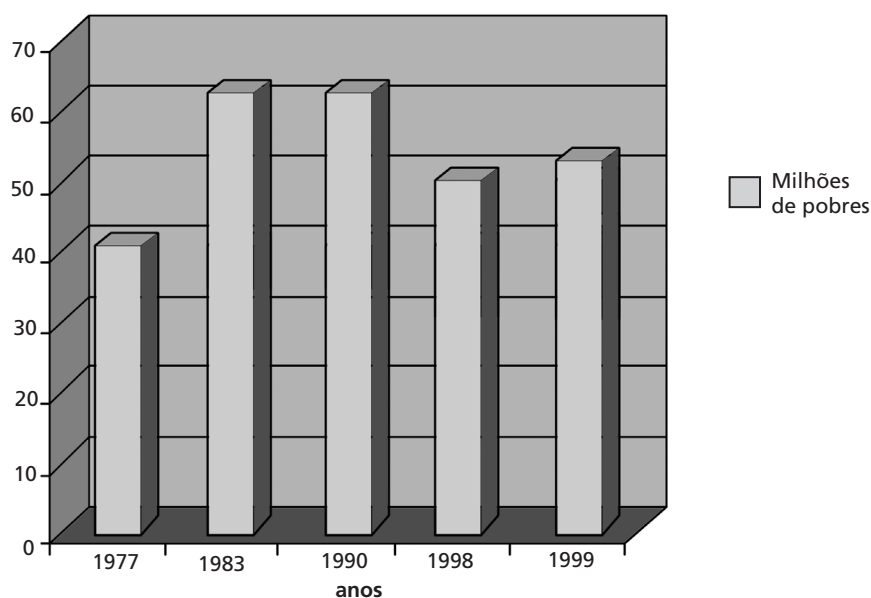


Passados 15 anos da divulgação do relatório sobre o Mapa da Fome, a realidade hoje em dia não está muito distante desses números. Apesar de percentualmente apontar uma queda no número de pobres e indigentes em relação ao total da população, nos últimos anos (Gráfico 1), o número de indivíduos que vive em situação de pobreza continua elevado (Gráfico 2).

Gráfico 1: Evolução da indigência e pobreza no Brasil

Fonte: Dados IBGE. Elaborado pelo autor.

Dois fatores se destacaram na recente diminuição da pobreza no Brasil, um diz respeito ao crescimento constante da economia, permitindo o acesso a emprego e renda para uma maior parcela da população, e o outro são as políticas de redistribuição, as quais, a partir da arrecadação do governo federal, promovem a redistribuição da riqueza, como o **Programa Bolsa Família**, por exemplo.

Gráfico 2: Número (em milhões) de pessoas em situação de pobreza, Brasil, 1977 a 1999

Fonte: Dados do IBGE. Elaborado pelo autor.

Bolsa Família: O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, voltado para famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O Programa prevê contrapartida dos beneficiários, os quais se comprometem a manter os filhos, em idade escolar, matriculados na rede pública de ensino e manter frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; os beneficiários também se comprometem a manter atualizado o calendário de vacinas e, para a erradicação do trabalho infantil, as crianças com esse tipo de risco recebem o acompanhamento de ações socioeducativas.

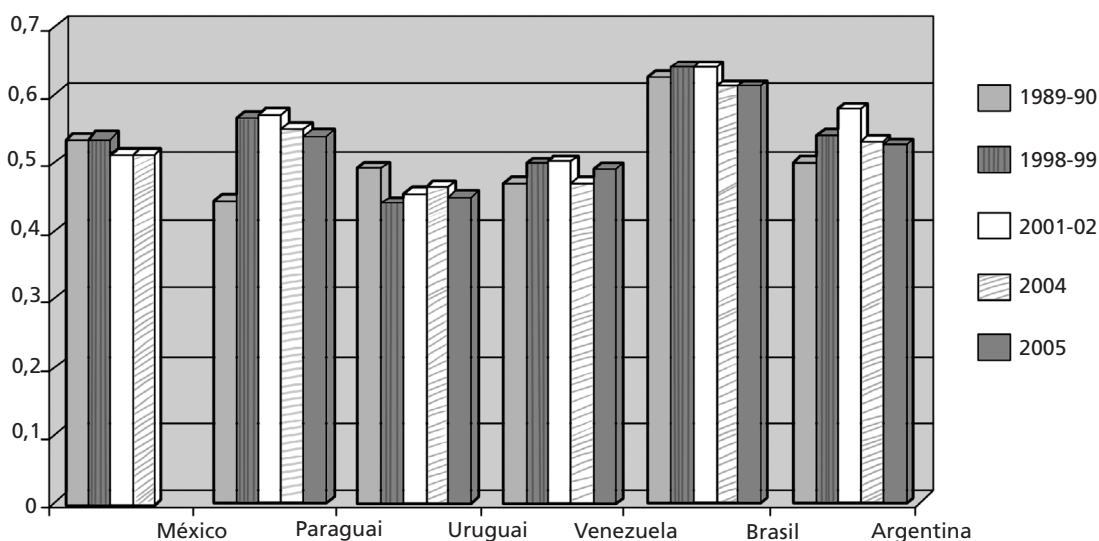
ÍNDICE DE GINI

Mede a concentração de riquezas numa determinada população. Seu indicador vai de 0, que representaria um quadro social onde a renda estaria distribuída equitativamente entre todas as pessoas, até 1,0 (impraticável na realidade), situação em que toda a riqueza estaria nas mãos de apenas uma pessoa.

Mas, ainda assim, os indicadores retratam uma sociedade marcada pela desigualdade social. Indicadores como o **ÍNDICE DE GINI**, que mede a concentração de riquezas, demonstram como a renda é distribuída no interior dos países.

Dentre os países da América Latina, o Brasil é um dos líderes de concentração de renda, de acordo com o Índice de Gini (Como pode ser visto no **Gráfico 3**), divulgado pela CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe). Comparando-se o Índice de Gini do Brasil com o de outros países da América Latina (**Gráfico 3**), verifica-se que o Brasil tem uma concentração de renda maior que nossos vizinhos Paraguai e Argentina.

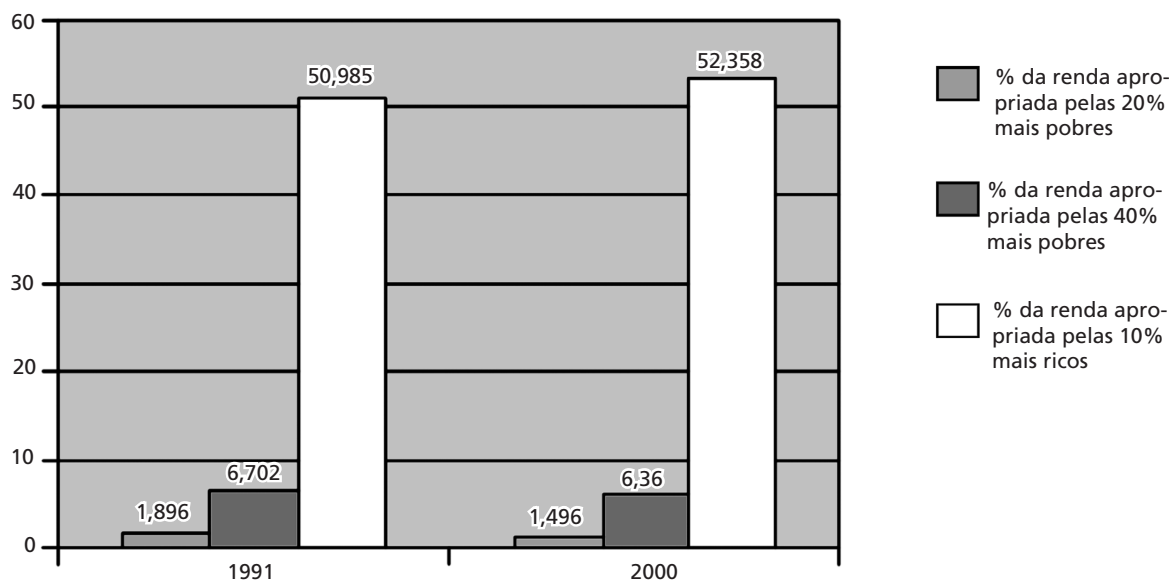
Gráfico 3: Índice de Gini de alguns países da América Latina



Fonte: CEPAL, Panorama Social da América Latina: 2006. Santiago do Chile, fevereiro de 2007. Elaborado pelo autor.

A concentração de renda, medida pela apropriação da renda no país (Gráfico 4), demonstra que no ano de 2000 a renda dos 10% mais ricos era quase dez vezes maior do que a dos 40% mais pobres.

Gráfico 4: Porcentagem da renda apropriada por faixas da população, Brasil, 1991 e 2000



Fonte: CEPAL, Panorama Social da América Latina: 2006. Santiago do Chile, fevereiro de 2007. Elaborado pelo autor.

CONCLUSÃO

As desigualdades se configuram a partir das escolhas que a sociedade como um todo (governos, empresas, populações) faz em função de suas decisões de políticas (econômicas e sociais), tipos de investimentos públicos e privados (em capital financeiro ou produtivo), entre outras decisões que definem os caminhos que podem privilegiar um pequeno grupo social, enquanto uma grande parte da população continua vivendo em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, os indicadores sociais podem expressar um grande número de injustiças sociais, principalmente quando se leva em conta as diferenças sociais entre os estratos de maior e menor renda. As discrepâncias entre as taxas de mortalidade infantil dos estratos de renda mais altos e os de renda mais baixo, assim como a insegurança

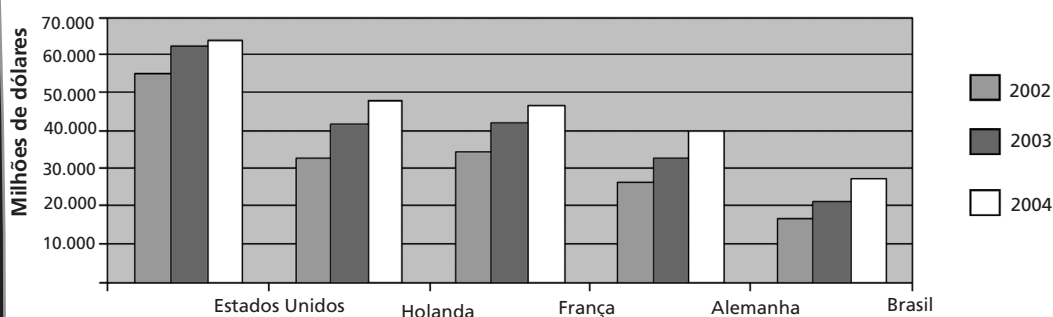
alimentar, a violência em regiões periféricas, analfabetismo, desemprego, etc. denunciam as injustiças sociais presentes em nossa sociedade. Dessa forma, é suscitada a questão ética a respeito de quais interesses prevalecem nas escolhas e opções políticas.

Atividade Final

Segundo o relatório do IBGE sobre a segurança alimentar, os dados da **PNAD (2004)** estimam que 72 milhões de pessoas (34,8% dos domicílios entrevistados) tenham passado por alguma situação de insegurança alimentar (alta, moderada ou leve) nos 90 dias que antecederam às entrevistas.

Ao mesmo tempo em que os dados da PNAD apontam para uma parcela que vive em situação de insegurança alimentar, o Brasil nos anos de 2002 a 2004 participa como o 5º maior exportador de produtos agrícolas (**Gráfico 5**) dentre os demais países.

Gráfico 5: Principais países exportadores de produtos agrícolas, 2002 a 2004, em US\$



Fonte: Fonte: FAO – Food and Agriculture Organization. Ministério da Agricultura.
Elaborado pelo autor.

De acordo com as informações dadas, qual o sentido de justiça social que evidencia esta situação?

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

É uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para levantamento de dados relativos às características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. A PNAD é um importante instrumento de avaliação e comparação entre estados e regiões brasileiras, além de possibilitar também a comparação com anos anteriores.

Resposta Comentada

Os resultados obtidos pela PNAD, os quais apontam que 34,8% da população brasileira tenham passado por alguma situação de insegurança alimentar, demonstram uma falta de efetividade de políticas públicas, bem como a fragilidade do Estado brasileiro, como de toda a sociedade, em erradicar um problema alarmante como a insegurança alimentar.

Esse fato se revela mais "injusto" se levarmos em consideração que o país é por natureza um dos maiores produtores de alimentos do mundo e o quinto exportador mundial de produtos agrícolas – muitas vezes considerado como celeiro da humanidade – mas que não consegue suprir a necessidade talvez mais essencial ao ser humano.

Enfim, a capacidade em produzir alimentos, bem como riquezas, aparentemente não é o principal problema. O problema se refere especialmente ao sistema de distribuição dessa riqueza (ou alimentos) em toda a sociedade, que persiste em ser extremamente concentrador.

RESUMO

Nesta aula, pudemos conceituar e analisar as relações entre pobreza, desigualdades e injustiças sociais, que interferem em nossa vida pessoal e profissional. Em princípio, o esgotamento de um modelo de bem-estar social e a ascensão de um modelo neoliberal deslocam do Estado para os indivíduos a tarefa de superar suas necessidades de sobrevivência.

Entretanto, as desigualdades sociais transformam-se em injustiças sociais à medida que se acentua o hiato entre os mais ricos e os mais pobres na sociedade. Nesse contexto, as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social teriam maiores dificuldades em alcançar melhores condições e qualidade de vida, reforçando assim as desigualdades e não oferecendo oportunidades para que essas pessoas desfrutem ao menos um padrão digno de vida.

Se não são criadas oportunidades para que as pessoas possam viver plenamente, surge um outro tipo de pobreza, a pobreza política, em que os indivíduos não têm participação efetiva nos desdobramentos políticos que irão definir sua própria

realidade. Assim, Amartya Sen propõe a idéia de desenvolvimento como liberdade, ou seja, à medida que as pessoas adquirem mais liberdade e opções de escolhas podem alcançar um melhor nível de desenvolvimento econômico e social.

Ética, crescimento econômico e desenvolvimento

Meta da aula

Apresentar a concepção de desenvolvimento econômico e a evolução das discussões que destacam a importância do desenvolvimento humano e sustentável.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



1 identificar a influência utilitarista na concepção de desenvolvimento econômico;



2 relacionar as diferentes noções de desenvolvimento e as novas perspectivas adotadas em suas dimensões econômica, humana e de sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, discutimos sobre pobreza e pudemos observar como os conceitos podem nos ajudar a compreender uma realidade social que para muitos é tratada de forma natural ou como uma consequência “espontânea” do avanço de nossa sociedade.

Ao discutirmos sobre a noção de desenvolvimento, vamos perceber que ela está intimamente ligada ao processo de escolhas que afeta o futuro da humanidade. A sociedade moderna vivenciou a partir da metade do século XX uma concepção de desenvolvimento fortemente centrada na idéia de que era preciso se desenvolver economicamente para que as populações melhorassem seus padrões de vida.

Entretanto, a experiência vivida nos últimos anos tem levado pesquisadores a questionar essa premissa, colocando em destaque que o desenvolvimento pautado apenas no crescimento econômico não é suficiente para que sejam elevados os níveis de qualidade de vida das populações, pois a riqueza produzida se concentrou nas mãos de poucos, enquanto uma grande parcela da população mundial vive em condições precárias.

Além dos problemas decorrentes da concentração da riqueza, o meio ambiente também dá sinais de exaustão (aquecimento global, perda da biodiversidade etc.) em função do modelo de desenvolvimento adotado nos países mais ricos.

A partir dessas constatações, surgem vários enfoques que procuram ampliar o horizonte das concepções sobre desenvolvimento, não apenas centrado no crescimento econômico. Por essa ótica, vamos estudar nesta aula as críticas quanto à visão “economicista” que predominou sobre noção de desenvolvimento até a década de 1970, tanto nas políticas governamentais como também no próprio comportamento de toda a sociedade. A partir dessas críticas, a noção de desenvolvimento passa a incorporar uma dimensão antropocêntrica, a qual vai focar principalmente o desenvolvimento humano. E terminaremos esta aula com a discussão sobre desenvolvimento sustentável, o qual passa a reconhecer os efeitos que a atividade humana tem provocado sobre o meio ambiente, comprometendo a sobrevivência das gerações futuras.

SOBRE A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A concepção de desenvolvimento, que nasce do pensamento econômico, tem sido constantemente questionada e reformulada pela incursão de diversas áreas do conhecimento nos debates sobre os modelos de desenvolvimento possíveis para a humanidade.

As críticas mais contundentes aos modelos de desenvolvimento refletem a disputa entre diferentes visões de mundo. A noção de desenvolvimento é também cunhada no pressuposto de que é preciso sair de um lugar considerado “atrasado” para um lugar de “progresso” ou de modernidade. Subentende-se disso que haveria um estágio de desenvolvimento (sob certas condições políticas e econômicas) no qual as pessoas pudessem evoluir e alcançar um *status* de desenvolvido.

Este é um dos argumentos pelo qual a noção de desenvolvimento ganha maior destaque, a partir dos anos 1950, em que as nações de economias mais avançadas passam a exercer um papel de ‘modelo’ a ser seguido pelos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Para Escobar (2008), a compreensão do desenvolvimento após a Segunda Guerra era a de um processo dirigido para reproduzir em países da Ásia, África e América Latina as condições que caracterizavam as nações economicamente mais avançadas do mundo – industrialização, alta taxa de urbanização e de educação, tecnificação da agricultura e adoção generalizada dos valores e princípios da modernidade, incluindo formas concretas de ordem, de racionalidade e de atitude individual.

No Brasil, Theodoro (2004, p. 15) destaca que a categoria “desenvolvimento” está historicamente associada à idéia de modernidade e de mudança. De um lado, como elemento central do discurso republicano, estruturando uma determinada concepção ideal de nação a ser perseguida; de outro lado, como ponto elementar do discurso econômico-científico de uma perspectiva evolutiva, que considera o desenvolvimento como consequência dos processos econômicos e sociais.

Há uma constante preocupação com que a busca pela diminuição das diferenças entre os povos possa acarretar uma perda de características próprias da diversidade cultural. Nesse sentido, Escobar (2008) ressalta que o desenvolvimento leva simultaneamente ao reconhecimento e à negação da diferença: ao mesmo tempo que os habitantes do Terceiro Mundo eram considerados diferentes, o desenvolvimento é o mecanismo pelo qual essa diferença deveria ser eliminada, no sentido de atingir os níveis de crescimento e consumo das nações com maior grau de industrialização.

EQÜIDADE SOCIAL

Tem um significado de reconhecer o direito de cada um de forma mais igualitária, não no sentido necessariamente da propriedade (de todos terem as mesmas posses), mas que os indivíduos possam exercer seus direitos de escolha. Uma pessoa que não tem trabalho, por exemplo, está numa situação que a diferencia de outras pessoas, uma vez que não tem outra escolha a não ser ficar desempregado. Isto se aplica também aos outros direitos básicos como o direito à alimentação adequada, participação política, enfim, todos os direitos que são indispensáveis para a vida em sociedade.

Essa redução das diferenças traz algumas implicações que podem gerar uma distorção na forma de compreendê-las. Maluf (2000, p. 76) explica que há o risco de se entender a **EQÜIDADE SOCIAL** como sinônimo da generalização de um certo padrão de consumo ou estilo de vida, o que se contrapõe ao respeito à diversidade. Por sua vez, o autor considera que a diversidade de condições e a desigualdade têm também significado qualitativo, que comporta antes a idéia de “ser diferente” do que a de “ter menos” ou a de “insuficiência” e que essa idéia aplica-se aos casos de diversidade cultural, institucional, humana e a natural.

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO: A CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE?

Até meados do século XX, a idéia de desenvolvimento era freqüentemente associada ao crescimento econômico de um país. Acreditava-se que as populações situadas nos estratos de renda mais baixos seriam beneficiadas pelo crescimento econômico. Mas, não necessariamente o crescimento econômico promove um desenvolvimento mais eqüitativo ou que atenda às necessidades humanas. Muitas vezes, a proposta de crescimento econômico pode ser indutora de injustiças sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho, degradação do meio ambiente, entre outras conseqüências.

Para Maluf (2000, p. 71), A noção de “desenvolvimento” é fruto de uma construção social que traz consigo uma idéia de um processo intermitente e que está em constante transformação. Nesse mesmo sentido, o desenvolvimento pode ser considerado como algo inacabado, que se aperfeiçoa e se ajusta às pressões da modernidade.

Ao se pensar na noção de desenvolvimento como um processo que está em permanente construção pela sociedade, surge a questão: em quais bases éticas estão assentados os princípios que norteiam o desenvolvimento?

Uma das concepções que esteve ligada à noção de desenvolvimento é o conceito de **UTILITARISMO** que, na interpretação de muitos autores, está ligado à idéia de proporcionar satisfação a um maior número de pessoas possível. Entretanto, o que pode ser considerado como bem-estar para alguns para outros pode não ser interpretado da mesma maneira.

UTILITARISMO

Segundo Johnson (1997), o *Utilitarismo* é um método filosófico para compreender a vida humana que enfatiza a importância do pensamento racional individual. Da forma desenvolvida por John Stuart Mill e **JEREMY BENTHAM** (e, de forma mais indireta, por Thomas Hobbes, David Hume e John Locke), o utilitarismo considera o âmagdo da existência humana ideal, o indivíduo motivado por um auto-interesse racional, procurando o prazer e a felicidade, e evitando a dor e a infelicidade. Nessa perspectiva, a sociedade nada mais é do que um conjunto de indivíduos que tentam tirar o máximo do que têm, utilizando para esse fim as relações sociais que mantêm entre si. Os utilitaristas defendiam essa conduta como um sistema ótimo de vida, uma vez que acreditavam que, quando indivíduos agem movidos por interesse pessoal racional, o resultado será o bem maior para o maior número.

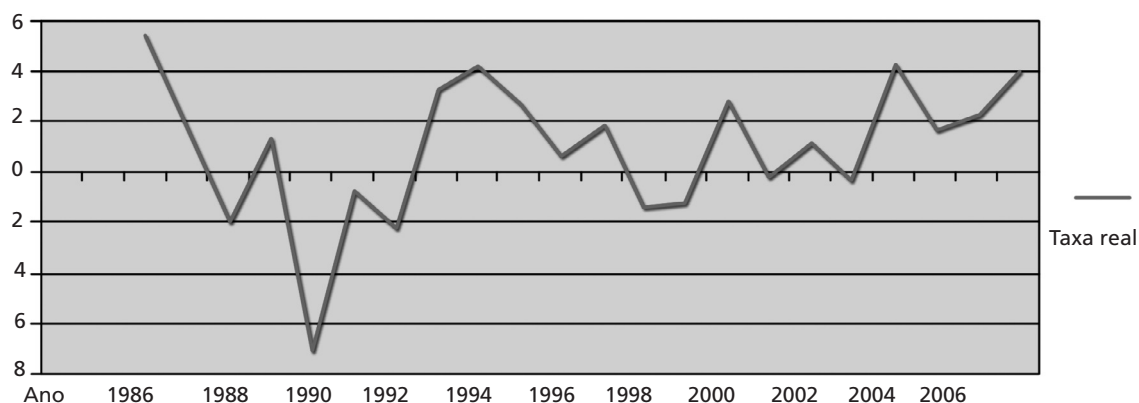


JEREMY BENTHAM (1748-1832)

Filósofo inglês que aprofundou seus estudos sobre o pensamento utilitarista. Foi um dos pioneiros a conceber a deontologia, que se constitui como princípios éticos para o exercício profissional.

No entanto, como pudemos observar na aula anterior, as desigualdades sociais demonstram que os resultados finais não atenderam às expectativas iniciais; embora o PIB (Produto Interno Bruto) no Brasil tenha apresentado momentos de crescimento, não houve propriamente uma distribuição da riqueza, ou que pelo menos as pessoas mais pobres pudessem ter acesso a benefícios sociais (renda, infra-estrutura urbana e rural, entre outros).

Gráfico 1: Crescimento anual do PIB no Brasil, 1986 a 2008 (valores atualizados para 2007 – em percentuais)



Fonte: Banco Central do Brasil, adaptado pelo autor.

A prioridade centrada no crescimento econômico foi justificada durante muito tempo como sendo a única alternativa para que se pudesse elevar o nível de renda e proporcionar melhorias nas condições de vida das populações mais pobres. Hirschman (1996, p. 83) se opõe à idéia que se deva promover “uma coisa por vez”, como visto em muitos países da América Latina onde houve um crescimento econômico sem que fosse acompanhado de um crescimento equitativo da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, para a visão utilitarista os fins justificariam os meios. Mas, com o passar dos anos, percebe-se que o foco centrado unicamente no crescimento econômico não é suficiente para gerar ou induzir o desenvolvimento como um bem-estar da população. Apesar de ter ocorrido o crescimento econômico no Brasil, paralelamente houve a precarização da qualidade de vida de grande parte da população, salvo em anos recentes, quando houve investimentos na área social.

Maluf (2000, p. 71) considera que a noção de desenvolvimento econômico pode incorporar o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, mas chama a atenção para o fato de que os fins e os meios sejam definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando esse processo. Nessa concepção, não há necessariamente apenas um caminho para o desenvolvimento se a sociedade assim entender, ou pode haver a adoção de soluções abertas, ou sem que haja uma única “solução salvadora”.

Mais recentemente, Amartya Sen, economista indiano ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, propõe um enfoque sobre o desenvolvimento a partir da expansão das capacidades dos indivíduos como princípio básico para ampliação das liberdades. Assim, o autor chama a atenção para as reais condições dos indivíduos em conseguir realizar seus direitos com seus próprios recursos. Nesse sentido, Burlandy (2003) ressalta que – tão importante quanto o nível de bem-estar alcançado por uma pessoa é a liberdade de escolha entre diferentes tipos de vida. O nível dessa liberdade desfrutada é o que Sen define como capacidade e diz respeito àquilo que uma pessoa está apta a fazer com seus próprios recursos, oportunidades e direitos.

Atividade 1

No final da década de 1970, a seguinte frase atribuída a um ex-ministro da Fazenda marcou sua defesa por políticas públicas centradas no crescimento econômico: “Primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo.” Como esta frase se insere no discurso utilitarista?

Resposta Comentada

O argumento de “primeiro fazer o bolo crescer” para depois ser dividido demonstra a priorização do crescimento econômico em face de outros fatores tão importantes quanto o econômico, ou seja, o social e o meio ambiente. Podemos perceber nesse discurso que os fins estão sendo colocados em destaque como na idéia utilitarista, mas os processos intermediários para se alcançar o crescimento econômico podem ficar comprometidos, já que o crescimento da economia não implica necessariamente melhores condições de vida para a população.

A concepção de desenvolvimento humano

A concepção de desenvolvimento humano procura enfatizar as condições de vida das populações, incorporando outros critérios que não só uma avaliação da evolução do PIB de cada país.

Dessa forma, foi criado o **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)**, o qual estabelece uma série de fatores mais amplos para diagnosticar o nível de desenvolvimento de um país ou região e que também permite fazer comparações entre esses diferentes locais.

Como pode ser visualizado no mapa-múndi do IDH (Figura 6.1), há países cujo índice apresenta valores acima de 0,950 e países que possuem IDH abaixo de 0,300.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Indicador social que leva em consideração, além do Produto Interno Bruto de cada país, os níveis de educação da população e a expectativa de vida. Apesar de não abranger todos os aspectos do desenvolvimento, representa uma ampliação da análise que vai além de critérios apenas econômicos. O indicador tem uma escala que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

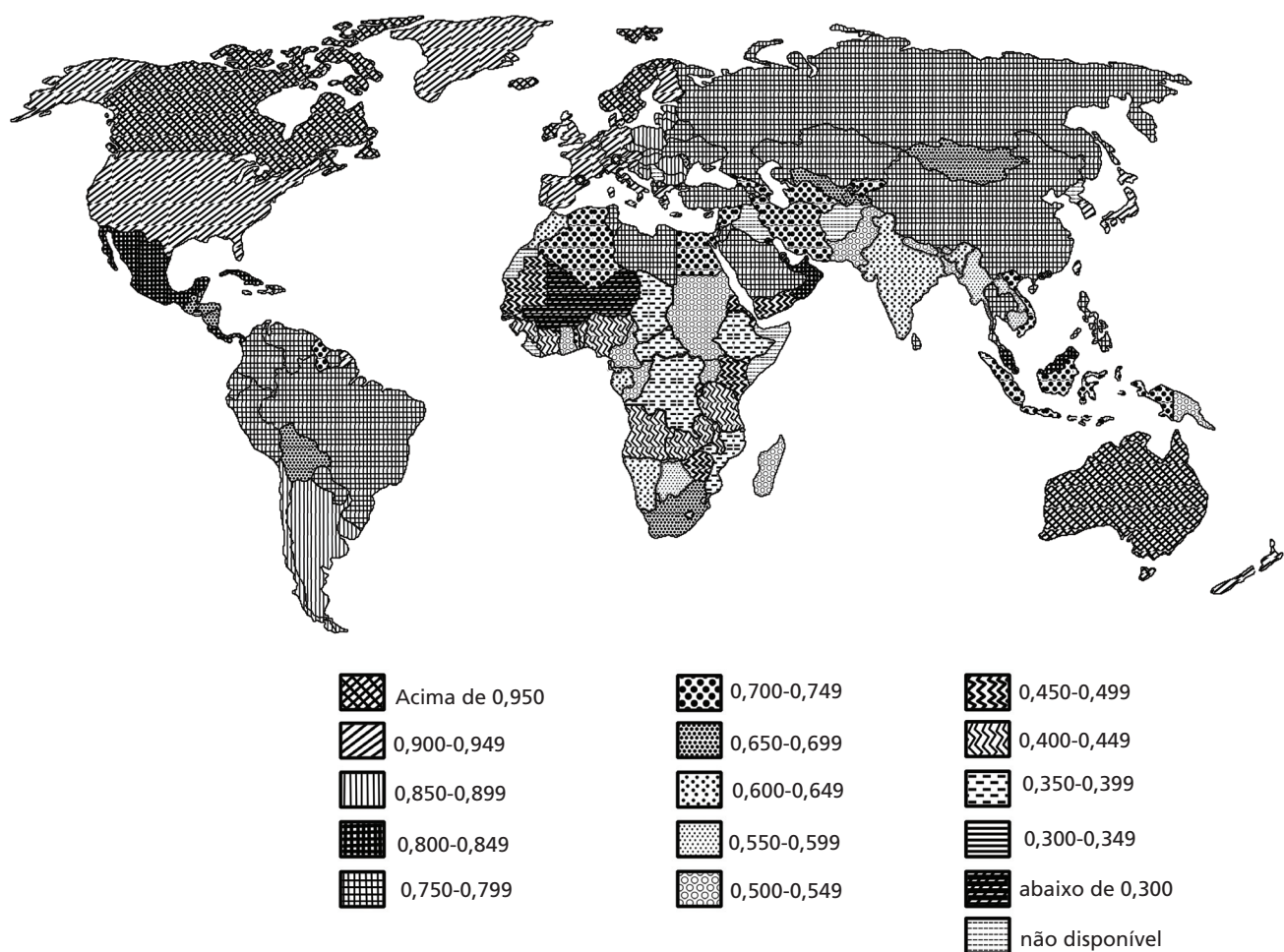


Figura 6.1: Mapa-múndi do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Analisando o mapa-múndi, percebe-se com mais nitidez as diferenças regionais de desenvolvimento humano. Observe que os países do continente africano são os que possuem os índices de desenvolvimento humanos mais baixos, enquanto os países da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) apresentam os índices mais elevados.

Essas desigualdades entre os países refletem a concentração de riqueza no mundo bem como as condições de vida das populações. Entretanto, esse tipo de avaliação é limitado a apenas alguns fatores.

Sen (2000, p. 18), um dos idealizadores do IDH, considera importante que o desenvolvimento seja compreendido como expansão das liberdades individuais. Para o autor, liberdade diz respeito às capacidades do indivíduo poder escolher e optar por alternativas e não ficar confinado a apenas uma única opção para sua sobrevivência.

Nesse sentido, podemos considerar que quanto maior o número de opções de escolhas, maior o grau de desenvolvimento de uma população. Problemas como a fome e a subnutrição significam a privação ou a falta de opções para a pessoa poder se alimentar.

Sen (2000, p. 25) distingue cinco tipos de liberdade, vistos de uma perspectiva mais “instrumental”: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparências e (5) segurança protetora. Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa.

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os **INTITULAMENTOS** econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados.

As oportunidades sociais são disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc, as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor, ou seja, sua capacidade real de fazer escolhas entre diversas opções. As liberdades substantivas incluem, por exemplo, a capacidade de se evitar a fome, a morbidez etc. Sen (2000, p. 95) destaca que uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização (em termos nutricionais) que uma pessoa destituída de recursos, mas a primeira possui um conjunto de capacidades diferente da segunda; a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda.

As oportunidades sociais são importantes não só para a condução da vida privada, mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Finalmente, a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte.

INTITULAMENTO

Neologismo criado para a tradução de *entitlement*, utilizada pelo autor (SEN, 2000).

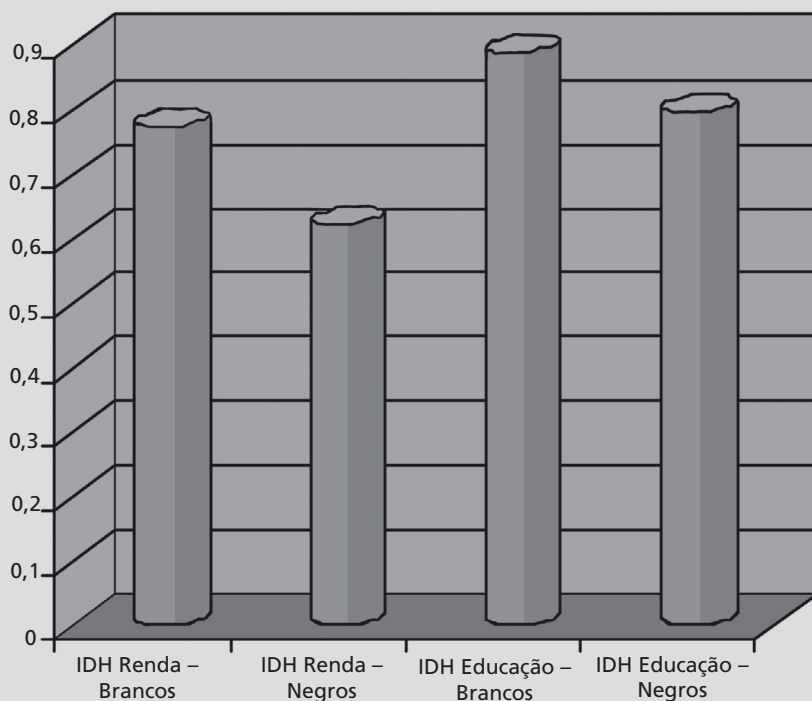
O intitlamento de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa, ou seja, mesmo que uma pessoa disponha de recursos financeiros para a compra de alimentos, mas por motivo de guerra ou alguma catástrofe não possa efetuar a compra desses alimentos, terá um intitlamento menor do que aquele que tenha menos recursos mas que tenha um conjunto de opções muito maior para comprar o alimento que desejar.

É importante destacar que essa visão de liberdade envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ação como também as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais. Mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de se expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo privada de algo que ela tem motivos para valorizar. O processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa incluir a eliminação da privação dessa pessoa. Mesmo se ela não tivesse interesse imediato em exercer a liberdade de expressão ou de participação, ainda assim seria uma privação de suas liberdades se ela não pudesse ter escolha nessas questões.

Atividade 2

Os dados do IDH do ano 2000 (**Gráfico 6.2**) demonstram as diferenças entre brancos e negros na distribuição de renda e na educação formal no Brasil. Qual a relação que podemos fazer quanto à equidade social, levando-se em consideração que houve crescimento econômico?


Gráfico 6.2: Diferença de renda e educação formal entre negros e brancos, IDH (2000)



Assim, a idéia de desenvolvimento passa a incorporar a variável ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável, principalmente a partir da década de 1970, a qual ficou marcada por dois acontecimentos que contribuíram para chamar a atenção da sociedade para os problemas ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado pelos países ricos. O primeiro refere-se à crise do petróleo que, além das disputas políticas, ajudou a reforçar a compreensão de que os recursos naturais são limitados. O outro fator foi a emergência do movimento ambientalista, o qual ganha força na sensibilização da sociedade para as graves implicações dos problemas ambientais.

Em 1972, foi realizada uma conferência internacional em Estocolmo para discutir a problemática ambiental; a partir dessa discussão foi constituído o grupo chamado CMMA (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), o qual produziu em 1987 o relatório Brundtland, que se tornou um marco no reconhecimento dos problemas ambientais e da urgência de medidas que freassem o avanço da degradação ambiental.

O relatório lança a definição de desenvolvimento sustentável, concebendo-o como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.



CMMA – A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi formada em 1983 pela Organização das Nações Unidas. Um dos resultados de maior impacto da CMMA foi o lançamento, em 1987, do relatório “Nosso Futuro Comum”, que ficou conhecido como Relatório Brundtland (em referência à primeira-ministra da Noruega que presidiu a CMMA – Gro Harlem Brundtland). A partir desse relatório, foram realizadas as conferências do Rio de Janeiro em 1992 (conhecida como Eco-92) e a conferência em 2002 na cidade de Johannesburgo, na África do Sul (conhecida como Rio+10) que contou com a presença de 189 países. Nesses encontros os representantes dos países procuraram avaliar os efeitos do desenvolvimento urbano e industrial sobre o meio ambiente e também o quanto se conseguiu avançar no cumprimento das metas convencionadas na Eco-92.

Degradação ambiental provocada pela poluição industrial



No documento elaborado pela CMMA são mencionadas algumas medidas para reduzir o impacto do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Dentre elas estão:

- a. a limitação do crescimento populacional;
- b. a garantia dos recursos básicos em longo prazo;
- c. a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- d. o aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- e. o controle da urbanização desordenada;
- f. o atendimento às necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e o social.


A questão ambiental diz respeito não somente às ações e aos comportamentos individuais; ela implica a mobilização de toda a sociedade para conter o avanço da degradação ambiental. Os governos, as empresas e os cidadãos precisam repensar sua relação com o meio ambiente.

A extração desenfreada dos recursos naturais, a produção e alocação dos lixos urbanos e industriais, o consumo excessivo de toda a sociedade entre outros fatores que sobrecarregam a capacidade de regeneração do meio ambiente passam a exercer uma forte influência sobre a atuação das empresas, dos governos e dos cidadãos.

As mudanças climáticas vêm se acentuando nos últimos anos e têm como uma das principais causas a emissão de CO₂ (gás carbônico) e outros gases poluentes emitidos pela atividade industrial, por veículos, queimadas, etc. Algumas catástrofes de proporções alarmantes, como o furacão Katrina nos EUA, têm sido apontadas como efeito do processo de aquecimento global. Além disso, a biodiversidade e o gelo das calotas polares têm sofrido os impactos do aumento da temperatura no mundo. Todos esses acontecimentos demonstram que os efeitos do aquecimento já estão sendo sentidos pela geração presente e terão impactos ainda maiores para as gerações futuras.

As iniciativas para minimizar a degradação do meio ambiente têm sido discutidas em âmbito internacional, pois a manutenção do ambiente dependerá de um esforço coletivo. A comunidade internacional começa a se mobilizar no sentido de despertar a consciência ambiental entre os países. Uma das principais ações internacionais nesse sentido é o Protocolo de Quioto.

Protocolo de Quioto



Em dezembro de 1997, cerca de 10.000 especialistas e representantes dos países industrializados participaram de um evento realizado na cidade de Quioto, no Japão, no qual decidiram adotar um protocolo internacional em que os países industrializados se comprometeriam a reduzir suas emissões de gases poluentes que estariam provocando o chamado efeito estufa.

Embora especialistas apontem que os EUA sejam responsáveis por 25% dos gases poluentes no mundo, o país não ratificou seu compromisso em reduzir a emissão dos gases poluentes, visto que sua economia seria afetada drasticamente, o que poderia causar o desemprego de milhares de trabalhadores. Como alternativa, o governo americano propõe uma meta para o país reduzir a emissão de outros tipos de poluentes, como o mercúrio, o dióxido de enxofre e os óxidos de nitrogênios.

CONCLUSÃO

É particularmente importante destacar nesta aula dois aspectos sobre a evolução do debate sobre o desenvolvimento: o primeiro é que temos agora condições de avaliar melhor, inclusive historicamente, os efeitos dos modelos econômicos adotados, o que faz com que as discussões não fiquem apenas condicionadas a previsões. Assim, a realidade pode nos mostrar em quê refletiram as decisões tomadas anteriormente. Isso não implica, no entanto, sugerir que haja qualquer consenso em relação às interpretações, que continuarão sendo permeadas de conflitos. Um segundo aspecto da evolução dos debates reflete a importante incorporação de outras variáveis além da visão de crescimento econômico, que deu origem à noção de desenvolvimento; assim, são colocados em evidência o fator humano e o ambiental para o desenvolvimento.

Essas contribuições serviram para melhorar a compreensão sobre o desenvolvimento e podem nos ajudar a orientar as opções a serem feitas pela sociedade, conforme o desenvolvimento desejado. Assim, as novas tendências apontam para a construção de um modelo com maior preocupação com as questões sociais e ambientais.

Atividade Final

Uma das críticas mais contundentes sobre a noção do desenvolvimento sustentável é feita por Daly (2004, p. 3), que considera que, na situação atual, qualquer tipo de crescimento econômico significaria uma sobrecarga ao ambiente natural além da sua capacidade de regeneração. Ou seja, precisaria haver um “crescimento zero” para que os atuais níveis de produção e consumo não excedessem a capacidade do meio ambiente. Diante dessa afirmação, é possível pensar na sustentabilidade do planeta?

Resposta Comentada

A crítica efetuada por Daly (2004) representa o grau de exaustão do meio ambiente. Embora seja difícil de se pensar um tipo de "crescimento zero", isso demonstra a urgência de ações para que as gerações futuras possam desfrutar dos recursos naturais de que hoje dispomos.

De fato, os problemas ambientais como o aquecimento global, a escassez de água e outras fontes energéticas das quais a humanidade tanto precisa para manter-se viva parecem ser insolúveis em curto prazo. No entanto, esses questionamentos nos dão pistas pelas quais passa o tão desejado desenvolvimento sustentável, de modo que essa idéia não seja apenas um discurso vazio e que ações concretas possam ser realizadas.

Assim, é importante o comportamento, tanto de forma individual como coletiva, voltado para minimizar os impactos no ambiente em que vivemos. Seja em atitudes simples como na redução do consumo (seja de água, combustível, embalagens etc.) como também na pressão por políticas e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras. São ações que podem surtir efeitos a médio e longo prazo.

RESUMO

Esta aula apresentou a evolução da noção de desenvolvimento que se inicia a partir do pensamento econômico, o qual por muito tempo foi tomado como sinônimo de crescimento econômico. Entretanto, vimos que o crescimento da economia no sentido de aumento da riqueza não foi suficiente para proporcionar uma maior qualidade de vida para a população.

O aumento da riqueza pode, ao contrário, acentuar as diferenças entre ricos e pobres e também acelerar a degradação do meio ambiente. Assim, torna-se urgente a discussão sobre as concepções do desenvolvimento e que as opções sejam feitas em função de valores não apenas econômicos.

Nesse sentido, a noção de desenvolvimento vem se ampliando e incorporando elementos que a sociedade passa a valorizar cada vez mais. O Índice de Desenvolvimento Humano surge para se analisar, além do aumento da riqueza, outras condições essenciais a uma sociedade mais eqüitativa, como a educação e a longevidade da população.

Ética e economia

Meta da aula

Apresentar as consequências da atribuição de uma neutralidade ética à ciência econômica e a importância do estabelecimento de limites éticos ao processo econômico.

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 reconhecer a influência do aspecto econômico no condicionamento da dinâmica social;
- 2 identificar o porquê da prevalência da concepção racional de uma ciência econômica eticamente neutra;
- 3 identificar os elementos intrínsecos ao processo econômico que levam a uma consideração do coletivo e da sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Esta aula fecha o primeiro livro da disciplina Método, Ideologia e Ética nas Organizações, que traz uma reflexão de caráter bastante abrangente, sobretudo no que se refere à ética.

Pela sequência das aulas, foi possível perceber o concatenamento entre os temas tratados. Recordando: a primeira aula apresentou os conceitos de moral, ideologia e ética. Este último conceito foi retomado na aula seguinte, que apresentou um breve histórico da ética, desde sua origem na Antiguidade grega até sua concepção moderna. A terceira aula abordou o conceito de método e, em particular, a importância do método científico para o avanço da ciência moderna, terminando por levantar questionamentos éticos sobre o proceder tecnocientífico. A Aula 4 aprofundou a temática da aula anterior ao revelar as relações entre a tecnociência e os poderes político e econômico; mais uma vez abordando implicações éticas dessa subordinação da tecnociência aos poderes estabelecidos. Enquanto as Aulas 3 e 4 evidenciaram o potencial de desenvolvimento aberto pela tecnociência, a quinta aula revelou a contradição da perpetuação de desigualdades sociais na contemporaneidade, provocando uma reflexão ética sobre a justiça social. A Aula 6 funcionou como um desdobramento da aula anterior ao procurar analisar, desde uma perspectiva ética, os modelos de desenvolvimento.

Para fechar este livro e seguindo a sequência lógica dos temas, propomos para esta aula uma reflexão sobre as consequências da legitimação de uma racionalidade econômica, considerada eticamente neutra. Esse tema está diretamente relacionado a tudo o que foi tratado até aqui. Das considerações sobre ideologia e ética, em especial, da concepção individualista da ética na Modernidade (Aulas 1 e 2), passando pela sujeição da tecnociência aos poderes econômicos (Aulas 3 e 4), até a contradição entre os projetos de desenvolvimento e a existência das desigualdades sociais (Aulas 5 e 6).

Porém, veremos que a própria racionalidade econômica pode nos dar indicações éticas ao nosso agir. Quer saber quais são? Sigamos em frente então.

APARTAAÇÃO SOCIAL

A palavra apartação vem do latim *partire*, que significa “dividir”. No africâner, uma das línguas oficiais da África do Sul, deu origem ao termo *apartheid*, que indicou, no passado, o conjunto de normas sociais da África do Sul, baseadas na distinção entre brancos e negros. No Brasil, Cristovam Buarque, autor do livro *O que é apartação – o apartheid social brasileiro*, concebeu a expressão apartação social para mostrar que “o desenvolvimento brasileiro não provoca apenas desigualdade social, mas gera uma separação entre grupos sociais” (BUARQUE, 2001, p. 34).

OS DITAMES DO CAPITAL

Um modelo de desenvolvimento que traz como consequência a **APARTAAÇÃO SOCIAL** vem sendo imposto aos países do Terceiro Mundo pela doutrina neoliberal como sendo a única via de participação dos mesmos na ordem econômica mundial, dominada, diga-se de passagem, pelo capitalismo globalizado. O trágico dessa história é que mesmo os países

desenvolvidos já não conseguem manter, orientados por esse modelo, um crescimento econômico satisfatório sem causar rupturas no tecido social. Também lá se expandem as situações de vulnerabilidade social, que englobam desde os indivíduos que mantêm relações precárias com o mundo do trabalho até os considerados desnecessários à engrenagem do sistema produtivo.

Sobre a noção de *desnecessidade*, vale dizer que os trabalhadores sempre foram vistos como indispensáveis à dinâmica do mundo capitalista, como força do trabalho e também como consumidores. Até como desempregados beneficiavam o capital, que se valia da existência desse contingente nas barganhas salariais. Mas, recentemente, os trabalhadores com menor nível de formação estão se tornando desnecessários, pois já não pesam nas negociações salariais e não constituem o público-alvo do consumo.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/645191>

Nos países desenvolvidos, um fenômeno social contemporâneo é o surgimento da chamada “nova pobreza”, composta por aqueles que não possuem mais um vínculo com o mundo do trabalho ou tal vínculo se configura como precário e/ou provisório. Já nos países em desenvolvimento, vemos o hiato entre ricos e pobres se expandir, mantendo para aos primeiros o acesso às “benesses” do mundo globalizado, enquanto que os pobres e miseráveis convivem com carências sociais cada vez mais incongruentes com a moderna realidade do mundo contemporâneo. Em ambos os casos, essas consequências sociais resultam de um modelo de desenvolvimento calcado na *prevalência do aspecto econômico*, que faz com que até mesmo o Estado acabe se dobrando às exigências do capital em detrimento da manutenção da coesão social.

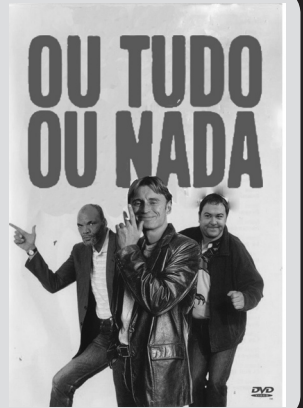


Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/631810>



O filme *Ou tudo ou nada* (1997), de Peter Cattaneo, mostra, de forma bem-humorada, a alternativa de ganho encontrada por seis desempregados que não conseguem mais se recolocar no mercado de trabalho. Inspirados por um *show* de *striptease*, eles decidem que podem ganhar dinheiro montando seu próprio *show*, mas com uma pequena diferença: eles pretendem fazer um “tudo ou nada”, ficando completamente nus. O pano de fundo dessa história é o fechamento das indústrias de uma pequena cidade da Inglaterra, Sheffield, acarretando um grande contingente de homens desempregados na cidade.

Fonte: http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?idf=1253

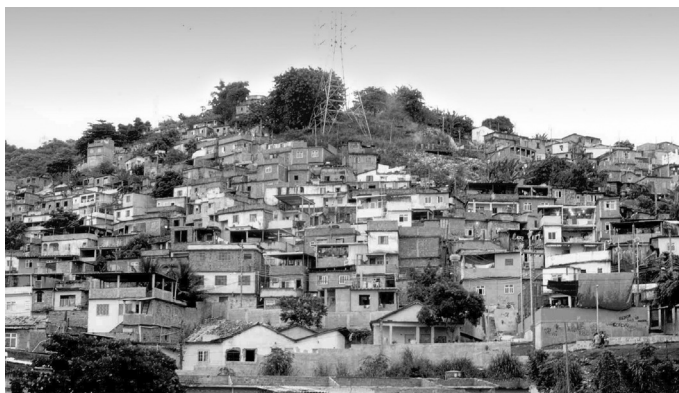


A dinâmica social está intimamente imbricada com o processo econômico, na medida em que ela é afetada diretamente pelas condições exigidas pela produção material e de riqueza subjacentes à economia. No entanto, a dinâmica social não é determinada única e exclusivamente pela economia, ela tem como referência as heranças culturais dos grupos sociais, que condicionam, de certa forma, seus movimentos de mudança. Valores ético-morais também interferem em seu ritmo e em suas orientações – apesar de, em algumas situações, serem solapados pelos ditames do capital. Os impactos do condicionamento da dinâmica social pelos interesses econômicos na contemporaneidade são acentuados pela voracidade da sociedade de consumo em que estamos inseridos, em que os valores culturais acabam submetidos à inconseqüente volatilidade dos fenômenos efêmeros da moda.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/708589>

É necessário e urgente pensar em limites ao processo econômico, já que o mais alto grau alçado por ele tem revelado problemas de diversas ordens e em diferentes esferas. A apartação e a exclusão social de parte da população mundial da ordem econômica são apenas efeitos desse movimento catastrófico, especialmente relacionados à dinâmica social. Mas também estão vinculadas à dinâmica econômica a manifestação e a expansão de valores como o individualismo e o consumismo, isso sem falar nos impactos ambientais promovidos pelo sistema produtivo, calcado sobre a cultura da descartabilidade. Indagar sobre os limites, porém, é questionar a ética – ou a ausência de uma ética, quando não vislumbramos as possibilidades de estabelecimento de limites – que está por trás desse modelo econômico que se fez vigente no mundo contemporâneo.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/926525>

Atividade 1



Leia atentamente as manchetes a seguir e responda às questões.

“Crise da Argentina estressa o mercado e dólar cai a R\$ 2,72” – Tribuna da Imprensa (30/10/2001).

“Mau humor do mercado externo eleva cotação do dólar” – Convergência Digital (26/7/2007).

“Para analistas, Fed (Federal Reserve – banco central dos EUA) deixou mercado nervoso com preocupação sobre economia” – Folha Online (11/12/2007).

“Mercado local opera de bom humor, exceto juros futuros” – Agência Estado (26/12/2007).

“Mercado preocupado com um possível fim da Idade de Ouro do Google” – G1 Globo.com (27/2/2008).

a. O que essas manchetes possuem em comum, no que diz respeito ao modo como se referem ao mercado? E o que isso denota?

b. No último parágrafo do item que você acabou de ler – "Os ditames do capital" –, dissemos que se faz necessário colocar limites ao processo econômico, o que implica questionar a ética subjacente a ele ou a ausência de uma ética, se constatamos não ser possível estabelecer limites. Considerando o que você identificou como sendo o aspecto comum a todas as manchetes anteriores, em sua opinião, o estabelecimento de limites à economia implica questionar a sua ética ou a ausência dela?

Respostas Comentadas

a. Todas as manchetes utilizam uma figura de linguagem, a prosopopéia, para atribuir ao mercado expressões e sentimentos humanos. Essa personificação do mercado evidencia a maneira como o percebemos: como um ente com vontade própria e uma autonomia absoluta para reagir bem ou mal às mudanças nos contextos político, social e econômico.

b. Se considerarmos que a ética, na perspectiva econômica, deveria conduzir a uma equidade social, chegamos à conclusão de que falta ao processo econômico uma diretriz ética, uma vez que esse tem se mostrado gerador de pobreza (não só nos países em desenvolvimento) e promotor de apartação social, tanto no interior dos países como entre países. É possível, todavia, perceber no discurso econômico uma preocupação social, porém esta gera apenas ações compensatórias para minoração dos impactos da pobreza. A lógica intrínseca ao processo econômico não conduz a uma orientação ética da economia, ou seja, não é possível vislumbrar um propósito efetivo de construção de uma maior equidade social pelo processo econômico capitalista.

A relação entre a autonomia do mercado e a lógica econômica do benefício de poucos foi expressa por Frei Beto em um artigo intitulado "Humores do mercado", publicado em voltairenet.org (29/3/2006), do qual reproduzimos um pequeno trecho:

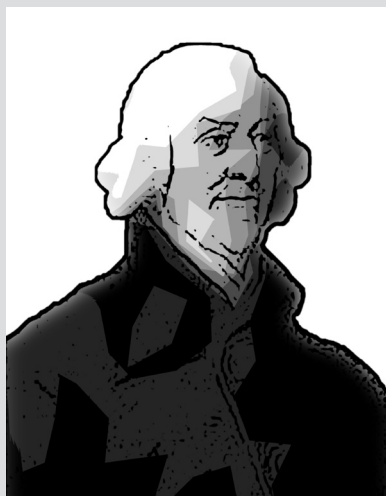
Ora, o Mercado é como Deus, existe, todo mundo fala dele, mas permanece invisível e age sem que possamos perceber. A diferença é que, ao contrário de Deus, promove o bem apenas de uma minoria. E não tem a menor sensibilidade, prejudica a maioria apoiado no dogma de que ele é imutável e inelutável. Como os grandes criminosos, não gosta de se mostrar. Sua principal característica é a freqüente mudança de humor. Com facilidade se irrita, fica instável, nervoso; e, de uma hora para outra, aparece calmo, tranqüilo, sorridente. Nada o alegra mais do que engordar o lucro dos bancos.

No item a seguir, você compreenderá melhor como se consolidou essa visão de uma economia eticamente neutra.

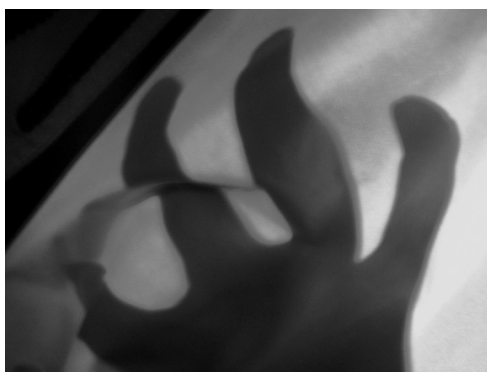
ORIGENS DA RACIONALIDADE ECONÔMICA

Segundo Buarque (1993, p. 21), “foi preciso um professor de ética para liberar a ciência econômica da ética...”. Esse professor de ética foi Adam Smith, com quem, no final do século XVIII, a economia adquiriu status de ciência.

Adam Smith (1723-1790), filósofo escocês, considerado o pai da economia moderna, por difundir os preceitos do liberalismo econômico. Sua obra mais importante é *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, conhecida simplesmente como *A riqueza das nações*. A tese central defendida por Adam Smith nessa obra é a de que a riqueza das nações resulta da atuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse e sem a intervenção do Estado, promovem o crescimento econômico e, por consequência, o bem comum. É aqui que surge a idéia da “mão invisível” do mercado, que funciona como um mecanismo auto-regulado de equalização dos interesses individuais em benefício do coletivo.



Adam Smith foi o responsável por formular as bases da teoria econômica, mas, ao fazê-lo, isolou-a de possíveis condicionantes éticos. A idéia de uma “mão invisível” que regula o processo econômico, mantendo-o numa permanente tendência ao equilíbrio, deu à ciência econômica nascente semelhante independência desfrutada pelas ciências naturais em relação a quaisquer premissas éticas. Com Adam Smith, a economia eliminou os juízos de valor nas explicações do processo econômico, o que significou, na verdade, não assumir uma ética própria. “A ‘mão invisível’, regulando todas as formas de ação dos agentes econômicos retirava de cada um deles toda a preocupação ética” (BUARQUE, 1993, p. 23).



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=shadow+hand&p=3>

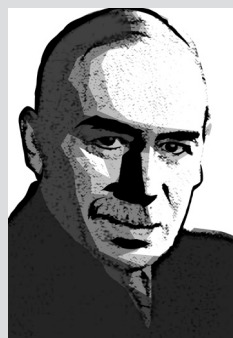
ENGENHARIA SOCIAL

Preocupa-se com as inter-relações de ordem social entre os homens e entre estes e as instituições. Diz respeito, portanto, às formas de convivência social. Nas palavras de Freyre (1987, p. 9), a engenharia social é “aquela arte-ciência que desenvolve a aplicação de conhecimentos, quer científicos quer empíricos ou intuitivos, à criação e ao aperfeiçoamento de estruturas sociais; ou de formas de convivência social, inclusive política ou econômica”.

No entanto, a ciência econômica inaugurada por Smith era puramente descritiva, não tendo pretensões de intervenção no processo econômico, já que este tendia naturalmente, ou, melhor dizendo, era guiado pela “mão invisível”, para o equilíbrio.

Somente nas primeiras décadas do século XX, com John Maynard Keynes, é que a economia deixa de ser vista apenas como uma ciência descritiva do processo econômico e assume sua função de **ENGENHARIA SOCIAL**, com uma ingerência direta na dinâmica social. Em meio às crises do início do século passado, Keynes defende a intervenção do Estado para corrigir os desvios no desejado equilíbrio que, supostamente, deveria ser mantido pela “mão invisível”. Todavia, mesmo tendo assumido um caráter intervencionista explícito, a neutralidade ética da ciência econômica não foi questionada, já que se supunha que toda intervenção por ela proposta beneficiaria a todos, mesmo que de maneira diferenciada entre distintos atores sociais.

John Maynard Keynes (1883-1946): criador da macroeconomia e reconhecido como um dos mais influentes economistas do século XX. Na década de 1920, propôs em sua teoria econômica a adoção de políticas intervencionistas conduzidas pelo Estado como forma de regular o funcionamento da economia, em decorrência da instabilidade dos mercados no pós-guerra. A partir daí, suas idéias causaram grande impacto político em praticamente todas as nações capitalistas.



Comentando sobre o caráter intervencionista assumido pela economia, Buarque (1993, p. 27) afirma que:

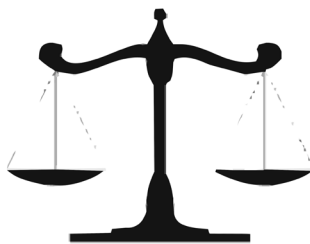
Já não se trata de ajudar a mão invisível no sentido de continuar um rumo social já consolidado. Tratava-se, agora, de intervir para mudar o rumo, construir novas sociedades, através de dinâmicas artificiais em "economias atrasadas". Mais uma vez e de forma bem mais dramática, a ciência assume um papel interventor, abandona a neutralidade diante da natureza e dos valores culturais locais, mantendo a postura de uma neutralidade diante dos resultados. Passa-se a conduzir sociedades inteiras, visando apenas ao crescimento do produto econômico, sem uma reflexão sobre seus destinos e os custos não-econômicos para realizá-lo; sem uma razão ética, condizente com propósitos maiores de um projeto humanista de civilização.

Há uma urgência em submeter o processo econômico a uma ética reguladora. Os economistas agem como se a atual expansão da pobreza decorrente do processo econômico excludente fosse reversível por meio do crescimento econômico, o que, para eles, depende exclusivamente de decisões políticas capazes de concentrar os esforços nessa direção – a velha tese desenvolvimentista de “primeiro crescer o bolo para depois dividir” (como vimos na Atividade Final da aula anterior). Eles agem como se não houvesse empecilhos de ordem econômica interferindo na dinâmica social.

Ignoram, assim, que os valores éticos da sociedade decorrem em grande parte das formulações da economia nos seus juízos sobre o valor. Ao posicionarem-se como neutros diante dos valores éticos, os economistas mantêm uma opção ética de definidores de valores econômicos (BUARQUE, 1993, p. 8-9).

A economia moderna se distanciou da ética ao deixar de lado os questionamentos sobre o sentido da realização social, sobre qual é o bem para a humanidade. Perguntar sobre o sentido da realização social não significa executar uma avaliação sobre a eficiência da economia, ou mesmo sobre a eficácia das decisões políticas. Esse questionamento sobre os propósitos da realização social implica, na verdade indagar sobre a possibilidade de construção de um consenso social com respeito ao *sentido da existência*.

Indagar sobre o *sentido da existência* é a razão primordial da ética. E, nesse sentido, ao questionarmos sobre o propósito da vida estamos perguntando pelo seu *bem*. No entanto, este perguntar pelo bem da vida é um *co-perguntar*. Isso porque a vida é constituída na coexistência humana, mas também porque o interrogar pela vida que merece ser vivida se assenta sobre as perspectivas de sentido que recebemos como herança do passado. Além do mais, esse co-perguntar pelo propósito maior da existência não pretende estabelecer uma meta, um plano a ser concretizado num momento futuro; o que significa que esse questionamento ético é na verdade um permanente compromisso de atualização da essência humana, que extrapola nossa contemporaneidade em direção às gerações futuras. Esse questionamento ético que se manifesta num *co-perguntar pelo sentido da vida* aponta para a busca de um *bem geral*, para um *empenho por justiça*.



A ruptura da economia moderna com a ética e seu propósito essencial de indagar sobre o sentido da existência aconteceu, de maneira especial, com a valoração exacerbada da maximização do auto-interesse como sendo o comportamento racional por excelência nas relações econômicas. Sen (1999, p. 31) questiona esse princípio norteador do comportamento econômico:

Por que deveria ser unicamente racional empenhar-se pelo auto-interesse, excluindo todo o resto? Evidentemente, pode não ser de todo absurdo afirmar que a maximização do auto-interesse não é irracional, pelo menos não necessariamente, mas asseverar que tudo o que não for maximização do auto-interesse tem de ser irracional parece absolutamente insólito.

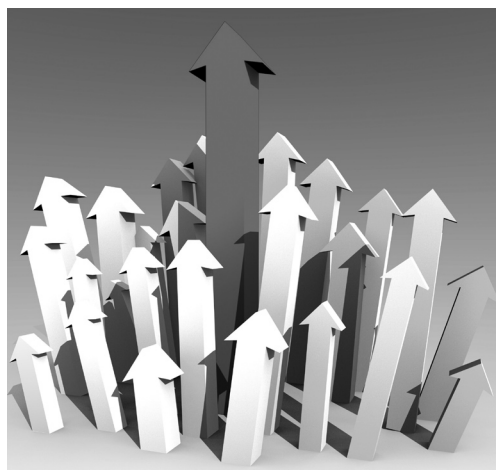


O livro *Desenvolvimento como liberdade*, de Amartya Sen (economista indiano, Nobel de Economia em 1998), lançado pela Companhia das Letras, é uma excelente indicação de leitura para aqueles que anseiam por uma concepção alternativa de desenvolvimento, que leva em consideração a justiça social. Como afirma o próprio autor:

Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão.

Fonte: http://www.companhiadasletras.com.br/20anos/titulos_especificos.php3?cd=11156

A tradução do comportamento econômico racional como a maximização do auto-interesse invalida o intuito ético de buscar o sentido da realização social com base na idéia de um bem geral para todos. O absurdo do vínculo exclusivo entre racionalidade econômica e auto-interesse está no fato de que qualquer objetivo altruísta é tido como irracional, pelo menos no sentido econômico. Isso não quer dizer que as pessoas não procurem de fato maximizar o auto-interesse em determinadas situações e momentos da vida. O que não faz sentido é considerar que esse seja o único motor das relações econômicas entre os homens. Por outro lado, “...negar que as pessoas sempre se comportam de modo exclusivamente auto-interessado não equivale a afirmar que elas sempre agem com altruísmo” (SEN, 1999, p. 35). Daí, decorre que o comportamento racional não pode ser traduzido por uma única motivação.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=winner&p=2>

Outra questão levantada por Sen (1999) é que a contraposição não se dá, de maneira pragmática, entre auto-interesse e preocupações pela humanidade. De maneira geral, os nossos sentimentos altruístas são direcionados pela nossa identificação e o conseqüente compromisso com certos grupos humanos, que vão da família à nação. Nesse sentido, os grupos funcionam como intermediários entre o indivíduo e o todo. Sen (1999, p. 99), ao comentar sobre atitudes individuais que visam ao benefício do grupo, diz que

há indícios de que as pessoas seguem determinadas regras de comportamento que contrariam os objetivos que elas reconhecem e em última análise desejam maximizar, e isso ocorre às vezes sem que elas atribuam nenhuma importância intrínseca à observância dessas regras de comportamento.

Isso mostra que essas atitudes que revelam uma escolha pelo benefício do grupo são próprias das relações sociais e econômicas, e acontecem de maneira espontânea e não como resultado de cálculos estratégicos.

O afastamento da teoria econômica moderna em relação à ética fez com que a economia do bem-estar ficasse relegada a um segundo plano e totalmente sujeita ao cálculo utilitarista.

As proposições típicas da moderna economia do bem-estar dependem de combinar comportamento auto-interessado, de um lado, e julgar a realização social, segundo algum critério fundamentado na utilidade, de outro (SEN, 1999, p. 46).

O bem-estar, na visão utilitarista, é associado à felicidade ou à satisfação de desejos, o que traz em si a impossibilidade da comparação interpessoal, além de possibilidade de equívocos na avaliação quanto à condição de bem-estar. No caso de pessoas tão miseráveis, que, dada sua situação, não se permitem ter grandes expectativas, a concretização de certos desejos não representa necessariamente um estado de bem-estar satisfatório.

Sem solidariedade e cooperação, não teria sido possível ao processo civilizatório avançar até as conquistas materiais e culturais da sociedade moderna. Assim como não será possível prosseguir com esse desenvolvimento, em um mundo globalizado, prescindindo da cooperação e da solidariedade, sem que isso implique degradação da

cultura humana e da coesão social e aumento da violência. Como nos recorda Sen (1999), o comprometimento da solidariedade pela valoração desmedida das escolhas orientadas pelo auto-interesse está relacionado ao fato de que o conflito entre os objetivos individuais pode acarretar uma menor possibilidade de satisfação dos mesmos. Para o autor:

Considerações éticas poderiam induzir à maximização de algum outro objetivo que não o bem-estar da própria pessoa, bem como induzir reações que levem o bem-estar pessoal a alicerçar-se em uma base mais ampla que o consumo do indivíduo (SEN, 1999, p. 97).



Recomendamos que você assista ao premiado curta-metragem *Ilhas das Flores* (1989), do diretor Jorge Furtado, diretamente via internet, no sítio: <http://www.portacurtas.com.br>.

O mote do filme é a trajetória dos tomates plantados pelo Sr. Suzuki e vendidos por ele ao supermercado. Lá, alguns tomates são comprados por dona Anete, uma vendedora de perfumes. Dos tomates comprados por ela, um acaba no lixo por ter sido considerado por dona Anete impróprio para o consumo de sua família. O lixo recolhido na porta da casa de dona Anete vai parar na Ilha das Flores, onde há um criador de porcos que aproveita o lixo orgânico como alimento para seus animais.

Na Ilha das Flores, também há muita gente pobre que sobrevive do lixo. No entanto, o proprietário dos porcos somente deixa as pessoas recolherem restos de alimentos no lixo após selecionar aquilo que servirá como alimento para os seus animais, ou seja, os porcos, na Ilha das Flores, têm prioridade em relação aos seres humanos. Segundo o filme, isso acontece porque as pessoas que vivem na Ilha das Flores, em sua maioria mulheres e crianças, não têm “dono”, como os porcos, nem dinheiro, como as demais personagens do filme.

O filme encerra com uma cena dramática de pessoas, selecionando coisas num lixão e a frase de Cecília Meireles, do *Romanceiro da Inconfidência*, que diz: “Liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”

PORTA CURTAS PETROBRAS

Olá!
 > Já cadastrado? Identifique-se
 > Novo aqui? Cadastre-se.
 Navegue: [dropdown menu]

Ache um curta

☐ Buscar em diálogos >>

Minha Cinemateca
 > Cadastre-se para criar a sua

Mais sobre o filme

- >> Comente o filme
- >> Leia os comentários
- >> Recomende por e-mail
- >> Leia o roteiro (Word)
- >> Pareceres Pedagógicos(4)
- >> Professores comentam uso
- >> Extras
- >> Relatos de Professores(116)

Ficha completa

Ilha das Flores ★★★★★

Gênero Documentário, Experimental
 Diretor Jorge Furtado
 Elenco Ciza Reckziegel
 Ano 1989
 Duração 13 min
 Cor Colorido
 Bitola 35mm
 País Brasil

Um ácido e divertido retrato da mecânica da sociedade de consumo. Acompanhando a trajetória de um simples tomate, desde a plantação até ser jogado fora, o curta escancara o processo de geração de riqueza e as desigualdades que surgem no meio do caminho.

Ficha Técnica
 Produção Mônica Schmiedt, Giba Assis Brasil, Nôra Gulari
 Fotografia Roberto Henkin, Sérgio Amon
 Roteiro Jorge

Adicione este filme na pasta:

Atividade 2

Esta atividade consiste em assistir ao curta-metragem *Ilhas das Flores*, apresentado no box multimídia, procurando:

- identificar no filme idéias e conceitos que vêm sendo trabalhos ao longo desta aula;
- estabelecer um paralelo entre o tema central do filme e o que foi abordado no item “Origens da racionalidade econômica”.

Se você não tem como assistir ao filme, mesmo pela internet, procure ao menos responder ao item b, a partir das informações do box multimídia.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines, typical of notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

Comentário

a. Ilha das Flores *coloca em pauta a discussão acerca da exclusão social e da fome. O que nos remete à idéia de apartação social anteriormente abordada, que evidencia a existência de uma distinção, de um tratamento diferenciado a certos grupos sociais.*

A profusão de imagens e o encadeamento de informações nos levam a refletir sobre certos condicionantes da dinâmica social, como o trabalho e o dinheiro. A centralidade dos mesmos na dinâmica da sociedade capitalista revela a cruel realidade dos novos pobres dos países desenvolvidos, bem como dos desempregados e trabalhadores informais dos países em desenvolvimento, como abordamos nesta aula.

Outros aspectos intrínsecos à racionalidade da sociedade contemporânea e abordados pelo filme são o lucro e a propriedade privada. A combinação dos dois nos conduz à lógica econômica da sociedade capitalista baseada na maximização do auto-interesse, como tratada anteriormente.

b. Fazendo um paralelo com o que foi discutido no item 2 desta aula, o filme mostra a dinâmica da economia, por meio das sucessivas trocas realizadas no filme, e as distintas perspectivas de atribuição de valor aos bens pelos diferentes personagens.

O filme revela também o lado excludente da economia, que coloca as pessoas sem acesso a uma fonte de renda e sem a proteção do Estado ou da sociedade abaixo dos porcos na prioridade de escolha daquilo que foi considerado sem valor na dinâmica econômica.

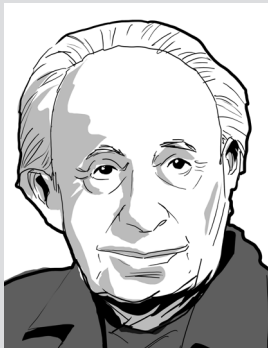
O auto-interesse do dono dos porcos suplanta o seu altruísmo em relação às mulheres e crianças que vivem na Ilha das Flores. Ele apenas segue a lógica econômica, na medida em que não possui capacidade de resolver o problema social daquelas pessoas.

O filme termina dizendo que o que diferencia o ser humano dos animais é o fato de ser livre; e que livre é o estado daquele que tem liberdade. Na perspectiva de Amartya Sen, a justiça social só se conquista com o exercício pleno da cidadania por todos, o que depende da eliminação das restrições de liberdade que limitam as oportunidades e as escolhas daqueles que vivem numa situação de vulnerabilidade social.

CONDICIONANTES ÉTICOS DA ECONOMIA

As considerações éticas poderiam auxiliar os economistas a refletirem sobre qual é a finalidade intrínseca ao processo econômico. Ao considerarem os julgamentos de valor como não-constitutivos da ciência econômica, os economistas falham em não estabelecer avaliações normativas, capazes de subsidiar as decisões quanto aos *propósitos do processo econômico*. Mas, na verdade, a economia está atrelada, de modo fundamental, aos desígnios da condição humana, já que estes são diretamente afetados pelas escolhas realizadas no âmbito da economia.

Hans Jonas (1980) esclarece que há uma finalidade primordial, uma *meta-compromisso*, constitutiva da economia: *prover aos seus membros os benefícios físicos necessários para sustentar as suas vidas ou, no mínimo, sustentar a vida coletiva que compõe a própria esfera econômica.*



Hans Jonas (1903-1993): filósofo alemão de origem judaica responsável por lançar as bases de uma nova ética, intitulada por ele como ética da responsabilidade. Sua preocupação filosófica foi a de estabelecer limites éticos à tecnociência, discutindo questões nos campos da tecnociência, da bioética e da ética ecológica. Sua obra mais importante – *O princípio da responsabilidade* – foi publicada em 1979 e lançada apenas em 2007, no Brasil.

Jonas (1980) nos lembra que a economia está assentada sobre o fato biológico primário de que somos “criaturas de necessidade” e, dessa forma, dependemos da *manutenção do nosso metabolismo* para existirmos. Mas, para o autor, a qualidade de “necessidade” que assume a sustentação do processo metabólico está relacionada ao fato de que o continuar sendo (vivendo) é “desejado” pelo sujeito. Nesse sentido, lutar pelo atendimento das necessidades vitais é uma expressão da *auto-afirmação* da vida, na medida em que representa a condição fundamental da existência. Em última instância, portanto, *a economia está assentada sobre a opção primordial do ser humano em continuar sendo (vivendo)*.

A afirmação dessa continuidade, no entanto, não está condicionada apenas pela realização do auto-interesse, já que o bem-estar de cada um depende de uma intrincada rede de cooperação, própria do processo econômico, responsável por viabilizar, em última instância, o atendimento das necessidades vitais. Nesse sentido, a auto-afirmação da necessidade inclui, além da afirmação da própria continuidade, uma atitude de *responsabilidade pela coexistência dos outros* – incluindo aqui até mesmo os mais vulneráveis –, expressa na proteção das condições do seu existir como membros do processo econômico.



Fonte: <http://www.historiadaarte.com.br/imagens/cenadecaca.jpg>

A ética da *responsabilidade*, segundo Hans Jonas, destina-se à “regulação do agir humano enquanto capacidade de colocar em risco a auto-afirmação do ser expressa na perenização da vida”. Esse deveria ser o referencial ético adotado como balizador das intervenções da ciência econômica, de modo que esta pudesse ser a expressão de uma *engenharia de interesse social*, e não simplesmente de uma engenharia social perversa, promotora de apartação e exclusão social.

Na medida em que a engenharia social – como apresentado num verbete específico nesta aula – toma por seu objeto o homem em suas relações humanas e institucionais, há de se estabelecer um referencial ético capaz de orientar a instituição de modos de convivência social, de maneira a não se incorrer no risco de criar estruturas sociais totalitárias ou excludentes. Não reconhecer isso pode representar o consentimento ao exercício de uma engenharia social instauradora de uma conformação social em que grupos privilegiados, por intermédio de instituições próprias e a partir de uma visão discriminatória e antidemocrática, exercem o controle sobre comunidades de maior fragilidade, dominando-as por completo e/ou excluindo-as da participação social efetiva. Um exemplo radical de engenharia social nesses termos foi a que separou brancos e negros no *apartheid* da África do Sul.

Em tempos de globalização neoliberal, certa engenharia social da apartação vem sendo engendrada com o intuito de separar ricos de pobres – tanto países como cidadãos de uma mesma nação; nacionais de estrangeiros – ou dos “instrangeiros”, como denomina Buarque (2001), os nacionais considerados socialmente estrangeiros, apesar de não o serem civilmente; trabalhadores de desempregados – ou mesmo aqueles que mantêm uma relação formal com o mundo do trabalho e um acesso ao sistema de proteção social daqueles que estão sujeitos a relações de trabalho precárias e/ou temporárias, sem o respaldo da seguridade social; enfim, incluídos de excluídos, sejam quais forem os parâmetros utilizados na demarcação da fronteira que separa aqueles que merecem desfrutar plenamente dos resultados do desenvolvimento, daqueles que dependem da “benevolência” dos que se encontram do lado oposto.

O conceito de *engenharia de interesse social* amplia a idéia de engenharia social, incorporando a ela um referencial ético capaz de evitar a instituição de modos de convivência social totalitários ou excludentes. A incorporação do termo interesse aponta, nesse sentido, para uma atitude básica de consideração e valorização da personalidade, da identidade cultural, dos desejos e necessidades dos atores sociais envolvidos em quaisquer projetos de engenharia social.

Essa responsabilidade pela coexistência dos demais, expressa como princípio da atividade econômica, apóia-se, segundo Jonas (1980), de maneira ainda mais radical, em outra premissa biológica de autoafirmação da vida: a *reprodução*. Aqui, o sentido da autopreservação expande-se para a *preservação da descendência*. A família, unidade econômica inicial, como denomina Jonas (1980), tem como propósito central a proteção da prole, expressão de uma responsabilidade trans-individual, que tem como objetivo a sua perpetuidade regenerativa. Nesse sentido, “...o reconhecimento da responsabilidade pela perenização da vida, fundada no fato elementar da reprodução, é tão constitutivo da economia como o é o interesse próprio, fundado no metabolismo” (BARTHOLO, 1999, p. 33).



Fonte: <http://www.historiadaarte.com.br/imagens/mulhercomcrianca.jpg>

Para Jonas (1980), a reprodução como princípio biológico da responsabilidade implica uma objeção à vida econômica, baseada simplesmente na responsabilidade pelo bem-estar dos indivíduos contemporâneos, sem levar em consideração as gerações futuras. Devemos registrar, portanto,

“...que a ‘responsabilidade’, derivada do fato fundamental da reprodução, é constitutiva da esfera econômica como o é o ‘auto-interesse’ ou ‘necessidade’, derivado do fato fundamental do metabolismo” (JONAS, 1980, p. 93).

A concretização do compromisso primordial de abastecimento subjacente à economia, tendo em mente a nossa responsabilidade perante as gerações futuras, *exige que a ciência econômica tenha a prudência como um imperativo*, segundo nos aponta Jonas (1980). No entanto, esse imperativo diz respeito à própria possibilidade de continuação do processo econômico. Nesse sentido, ser prudente implica não comprometer as condições de continuidade indefinida de uma economia viável, já que fato biológico primordial da manutenção da vida é algo intrínseco ao processo econômico.

Contudo, segundo Jonas (1980), a possibilidade aberta pela moderna tecnologia de oferecer uma solução segura para o cumprimento do compromisso da economia com respeito ao abastecimento fez com que despontassem metas alternativas, mesmo antes de se haver equacionado realmente a questão intra-econômica da garantia de subsistência a todos. Enquanto que o exclusivismo da meta imperativa do abastecimento geral permitia à economia exercer, de maneira determinística, sua competência normativa, o pluralismo de metas eletivas reduz a capacidade da teoria econômica em estabelecer critérios para uma avaliação normativa, na medida em que as perspectivas tecnológicas abrem espaço para o estabelecimento de metas cujo impacto global transcende nossa capacidade de prognosticar sobre os estados finais possíveis.

Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de habilidades dedicadas a traçar prognósticos a respeito dos potenciais impactos esperados como resultado dos possíveis cursos alternativos das ações econômicas. Todas as ferramentas utilizadas na construção de cenários são úteis no desenvolvimento dessa tarefa, sendo que esse exercício de antevisão não deve limitar-se aos efeitos esperados; as conseqüências impremeditadas nem sempre são imprevisíveis, devendo-se também buscar examinar qual a probabilidade de que efetivamente ocorram.

CONCLUSÃO

Nosso propósito central, neste fechamento do primeiro livro da disciplina Método, Ideologia e Ética nas Organizações, é revelar que o *princípio da responsabilidade*, que coloca o “outro” como objeto original de nossa atenção, em especial os que se encontram socialmente vulneráveis e desprovidos de representação social, é intrínseco à economia. Isso está vinculado à razão primordial da economia: a garantia da continuidade da existência humana, dos que hoje vivem, bem como das gerações futuras. Ao resgatarmos esse referencial ético subjacente à economia, pretendemos chamar a atenção para o fato de que o estabelecimento de limites ao progresso, que traz como conseqüência a expansão desenfreada da apartação e da exclusão social, daria à atividade econômica contornos de uma engenharia de interesse social, com preocupações quanto à justiça social.

Atividade Final

Como resposta a essa racionalidade econômica centrada no auto-interesse, que acaba por deixar de lado uma parcela da população com restrição de oportunidades e de escolhas, começaram a despontar, no século XX, formas alternativas de economia, como, por exemplo, a Economia Solidária e a Economia de Comunhão.

Para realizar essa atividade, leia as informações sucintas a respeito de Economia Solidária e de Economia de Comunhão, a seguir.

1. A Economia Solidária constitui-se em modos de produção, consumo e distribuição de riqueza baseados na valorização do ser humano, e não do capital. Essas ações são realizadas coletivamente de forma autogestionada, quase sempre por meio da constituição de associações e cooperativas.

Segundo a definição do Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005, Brasil (2006, p. 11), produzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego, “a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização, destacam-se quatro importantes características: *cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade*”.

2. A proposta de uma Economia de Comunhão nasceu no âmbito do Movimento dos Focolares, um movimento leigo católico fundado por Chiara Lubich em Trento, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Com o título original de Economia de Comunhão na Liberdade, o projeto foi lançado por Chiara Lubich, em 1991, por ocasião de uma visita ao Brasil. Nasceu aqui, mas se espalhou por vários países. Hoje, são aproximadamente 850 as empresas no mundo todo que já aderiram ao projeto. Na América Latina, são aproximadamente 200, das quais 80 encontram-se no Brasil. Na Europa, são 300, e há um número discreto na América do Norte e na Ásia, especialmente nas Filipinas, e algumas outras na África e na Austrália.

A novidade da proposta está na destinação dos lucros de empresas de economia de mercado para três finalidades: 1) consolidação da própria empresa, que deve ter a orientação ética da manutenção de salários justos e do respeito às leis vigentes; 2) ajuda aos necessitados e criação de postos de trabalho; 3) sustento a estruturas aptas para formar homens capazes de viver a cultura da

viabilidade econômica. Há, ainda, certo ceticismo por parte de alguns com respeito a essa última característica, a da viabilidade econômica de tais empreendimentos, mas o fato é que muitos têm mostrado resultados efetivos na geração de renda a seus associados. Além disso, a experiência dos milhares de empreendimentos solidários tem demonstrado a viabilidade e a efetividade dessa modalidade de organização econômica na criação de oportunidades a pessoas que se encontram alijadas do mercado formal de trabalho.

Para mostrar de que forma a Economia de Comunhão se apresenta como uma alternativa ao modo de produção capitalista, lançamos mão das palavras de Ferrucci (1997), empresário italiano pioneiro nesse movimento.

A reviravolta iniciada pelo projeto de “Economia de Comunhão na liberdade” é uma verdadeira reviravolta antropológica de caráter não só econômico, mas também cultural. À base da economia dominante está o individualismo, uma das qualidades fundamentais do homo oeconomicus. Na economia de comunhão, pelo contrário, o modelo do homem econômico é a pessoa em relação de reciprocidade com os outros. É, de fato, uma contribuição que se oferece, em plena dignidade e fraternidade, ao estímulo e ao funcionamento de um programa que une dois mundos que há [sic] muito se ignoravam: economia e solidariedade. Aí nasce a tentativa de descobrir a economia na sua socialidade radical, como caminho privilegiado para reacender o social que se apagou e, juntos, construir uma sociedade solidária, mais humana.

RESUMO

A dinâmica social é profundamente afetada pelas condicionalidades impostas pela produção material e de riqueza próprias da economia capitalista. Mas, como a economia não é o motor exclusivo da dinâmica social, que tem na cultura e nos valores ético-morais seus esteios, há de se pensar em limites a essa prevalência da economia na sociedade, sobretudo porque o modelo de desenvolvimento econômico que se espalha pelo globo tem demonstrado uma total incongruência com a justiça social, na medida em que acentua a apartação social entre incluídos e excluídos.

A perspectiva de uma ciência econômica eticamente neutra nasce com a idéia da “mão invisível”, de Adam Smith. Mas essa neutralidade só se consolida com a proposta intervencionista de Keynes, que propõe a participação do Estado na economia, como forma de auxiliar a “mão invisível” no restabelecimento do equilíbrio econômico. Essa suposta neutralidade ética fez com que a economia deixasse de lado a preocupação quanto à realização social. E isso está associado à valoração exacerbada de uma atitude que define a lógica da racionalidade econômica: a maximização do auto-interesse.

Hans Jonas apresenta dois argumentos que contradizem a lógica da maximização do auto-interesse e que se constituem em fundamentos da economia. O primeiro lembra que a economia está assentada sobre o fato de que dependemos da manutenção do metabolismo para continuarmos existindo. Mas para isso dependemos de uma intrincada rede de cooperação, própria do processo econômico. O segundo argumento é o que coloca a reprodução como um condicionante da economia, na medida em que precisamos considerar a manutenção das condições para a nossa autopreservação e para a preservação da descendência.

Novas formas de produção social, como os exemplos da Economia Solidária e da Economia de Comunhão, podem contribuir para a alteração da lógica da racionalidade econômica predominante, centrada na maximização do auto-interesse, e com isso ajudar a instituir um balizamento ético à atividade econômica.

SITES CONSULTADOS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 2 out. 2008.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 2 out. 2008.

GRUPO de Pesquisa de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>.

MOVIMENTO dos Focolares. Economia de Comunhão. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/PAGEEDC.html>>. Acesso em: 2 out. 2008.

A condição contemporânea do trabalhador

AULA

8

Meta da aula

Discutir as condições e exigências impostas aos trabalhadores contemporâneos nas empresas capitalistas, a partir de um resgate histórico das transformações do trabalho.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



identificar as novas exigências impostas aos trabalhadores, no mundo de hoje, em razão da configuração imaterial do trabalho;



reconhecer as consequências das transformações no mundo do trabalho, no que diz respeito ao vínculo entre trabalhador e empresa capitalista.

INTRODUÇÃO

Esta aula dá início ao segundo livro da disciplina Método, Ideologia e Ética nas Organizações. Coube ao primeiro livro apresentar algumas questões de ordem filosófica e conceitual a respeito de temas centrais da disciplina, sempre procurando desvelar as implicações éticas subjacentes a eles.

A proposta do segundo livro se volta mais para uma discussão da ética no contexto das organizações, sobretudo das empresas capitalistas. Sendo assim, um conceito central que perpassará este livro é o da *ética empresarial*, que será discutida, no decorrer das aulas, a partir de diferentes perspectivas.

É importante destacar, porém, que essas diferentes perspectivas sobre a ética empresarial estarão direcionadas a dois ambientes: o interno às organizações, no qual analisaremos, sobretudo, os relacionamentos com os trabalhadores; e o externo, que envolve todas as relações da empresa com clientes, fornecedores, distribuidores, governo, comunidades e, também, meio ambiente. Começaremos este livro discutindo, a partir de uma análise histórica, a relação entre trabalhador e empresa capitalista, o que implica, por outro lado, discutir a formação desse trabalhador também como consumidor. Isso se dará, respectivamente, nas três primeiras aulas do livro.

Tanto a reflexão sobre as relações no ambiente interno às organizações quanto a reflexão sobre a constituição do mercado consumidor – considerando tudo o que se faz necessário para que este exista e seja regulado – irão servir de base para uma discussão mais pragmática e atual a respeito da ética empresarial e da responsabilidade social das empresas.

Nesse sentido, dedicaremos a quarta aula do volume à discussão sobre a Responsabilidade Social Corporativa, enquanto a quinta aula tratará das exigências à emergência de uma nova ética empresarial, preparando a fundamentação teórica para a última aula do volume, que tratará uma discussão mais aprofundada sobre ética geral e profissional.

DA EXPROPRIAÇÃO DOS MEIOS À EXPROPRIAÇÃO DOS FINS

A possibilidade de transformar em capital a riqueza acumulada por alguns em razão da expropriação de certa camada da população forneceu as condições básicas para o desenvolvimento da economia capitalista. O fato novo nesse duplo processo de expropriação e acumulação, que deu origem ao capitalismo, é que ele não resultou apenas numa redistribuição da riqueza. A transformação da riqueza em capital realimentou o processo, que causou mais expropriações, gerando maior acumulação e, por consequência, maior produtividade do sistema.

O processo de expropriação deu origem a trabalhadores despojados dos meios que lhes garantiam formas autônomas de subsistência e, ao mesmo tempo, livres para venderem a sua força de trabalho, único “bem” que lhes restara. O que foi liberado com os primeiros trabalhadores “livres” da história foi exatamente a força de trabalho, que tem como qualidade intrínseca a capacidade de gerar excedente, ou seja, algo além do necessário à sua reprodução.

A acumulação de riqueza e a possibilidade de transformá-la em capital, por sua vez, fez surgir em cena a figura do capitalista: aquele que compra a força de trabalho e a quem pertencem os resultados da produção.

Ao comprar a força de trabalho o capitalista está interessado em produzir, além de mercadorias, **MAIS-VALIA**, ou seja, ele está interessado no excedente do trabalho, o qual é responsável pela ampliação de sua unidade de capital. O que o capitalista compra, porém,

...é infinito em potencial, mas limitado em sua concretização pelo estado subjetivo dos trabalhadores, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalham, assim como pelas condições próprias da empresa e condições técnicas do seu trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 58).

É fundamental, então, que o capitalista tenha o máximo controle sobre o processo de produção; e aqui se encontra a razão histórica do processo de retirada progressiva do controle sobre os processos de produção das mãos dos trabalhadores.

O próprio Karl Marx (veja box de curiosidade na Aula 1 da disciplina) nos revela como se deu o início desse processo de alheamento do trabalhador na empresa capitalista.

A colaboração duma grande quantidade de operários trabalhando ao mesmo tempo e no mesmo local, [...] sob as ordens do mesmo capitalista, com vistas à produção da mesma espécie de mercadorias, constitui o ponto de partida histórico e formal da produção capitalista (MARX, 1979, p. 47).

As primeiras oficinas capitalistas eram constituídas por pequenas unidades de produção controladas pelos próprios produtores e operadas segundo os modos tradicionais de produção. No que diz respeito à forma de organização do trabalho, pode-se dizer que, nesse primeiro momento, a empresa capitalista apresentava apenas uma diferença quantitativa em

MAIS-VALIA

“A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho.

O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário.

Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista.

É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não pára, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produz agora, e que passa então do montante do salário, se chama mais-valia”

(MARX, 1979, p. 54).



CORPORAÇÕES DE OFÍCIO

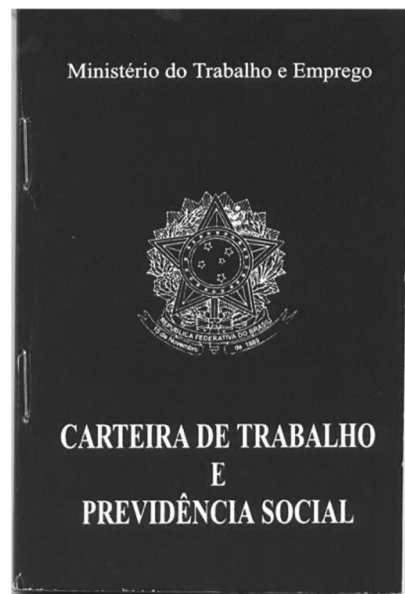
Associações medievais responsáveis por regulamentar – no que se referia a preço, qualidade, aprendizagem, organização do trabalho etc. – o processo produtivo artesanal de cada ofício em específico. As corporações de ofício operavam baseadas na relação mestre-aprendiz. Os mestres detinham o conhecimento do ofício e as ferramentas e forneciam a matéria-prima. Os aprendizes trabalhavam sob a orientação e as ordens dos mestres e não recebiam salário, e sim o aprendizado do ofício.

Fonte: www.saberhistoria.hpg.ig.com.br/.../oficin5.jpg

relação às **CORPORAÇÕES DE OFÍCIO**, na medida em que mantinham um grande número de operários numa mesma unidade de produção.

O capitalista se interpôs entre o produtor e o mercado, por que desta maneira poderia controlar o trabalho e, conseqüentemente, o seu excedente. Não se pode justificar a proletarianização da força de trabalho pelo capitalista em razão de sua capacidade de arcar com os custos dos meios de produção, já que nessa fase inicial as máquinas e as ferramentas eram tão simples que o capital fixo investido nas unidades produtivas não era significativo. O capital aplicado era representado, basicamente, pelos materiais em curso de fabricação e pelos adiantamentos de salários.

À medida que o capitalista consolidava seus poderes na sociedade, os aspectos jurídicos que estabeleciam o modo corporativo/artesanal de produção iam sendo eliminados. Com o tempo oficializou-se o “**CONTRATO LIVRE DE TRABALHO**” entre comprador e vendedor da força de trabalho. A partir de então o capitalista adquiriu total liberdade para determinar o modo de produção. Braverman (1987, p. 67) nos conta que, nesse período inicial, “... a gerência primitiva assumiu formas rígidas e despóticas, visto que a criação de uma ‘força de trabalho livre’ exigia métodos coercitivos para habituar os empregados às tarefas e mantê-los trabalhando dias e anos”.



Fonte: <http://singleshouse.blogspot.com/2007/05/carteira-de-trabalho.html>

CONTRATO LIVRE DE TRABALHO

Forma legalmente instituída de acordo livre entre as partes, onde o dono do capital define as condições de pagamento do salário e o operário decide ou não por vender a sua força do trabalho. O contraditório da expressão contrato livre de trabalho encontra-se no fato de que as condições de escolha já estão predeterminadas e reduzidas para aqueles que não são os proprietários dos meios de produção.

A segunda etapa da produção capitalista é representada pela **DIVISÃO MANUFATUREIRA DO TRABALHO**. O mecanismo específico é exatamente o do trabalhador coletivo formado pela combinação de um grande número de operários parcelares. A novidade suscitada pelo capitalismo não foi, em si, a divisão do trabalho – já que o trabalho na sociedade sempre esteve dividido em especialidades produtivas –, a novidade foi a subdivisão das especialidades em operações limitadas.

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão do trabalho subdivide o *homem*, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e a humanidade (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Reforçando a opinião de Braverman, Marx, numa consideração sobre a divisão manufatureira do trabalho, disse:

A divisão do trabalho na sua forma capitalista [...] não é mais do que um método particular de produzir mais-valia relativa ou de, à custa do trabalhador, aumentar o rendimento do capital, aquilo a que se chama *riqueza social*. À custa do trabalhador, desenvolve a força coletiva do trabalho para o capitalista. Cria as circunstâncias novas que asseguram a dominação do capital sobre o trabalho. Apresenta-se, portanto, como um processo histórico, uma fase necessária na formação econômica da sociedade, e como um meio civilizado e requintado de exploração (MARX, 1974, p. 242).

Há duas possibilidades para a origem da divisão manufatureira do trabalho. Uma delas poderia ter sido a reunião de operários que exerciam ofícios diferentes e independentes, numa mesma oficina e sob o controle do mesmo capitalista, para desenvolverem um objeto que necessitava da intervenção complementar e sucessiva de todos eles. Dessa forma, cristalizou-se cada operação do processo como função de um único operário, que se tornou operário parcelar frente ao conjunto total de operações envolvidas no processo.

Outra possibilidade seria que o trabalho desenvolvido por todos os operários reunidos numa mesma oficina, sendo exatamente o mesmo, foi dividido pelo capitalista em várias operações diferentes, que passaram a ser realizadas por operários distintos. Manifestada, assim, a vantagem da divisão parcelar do trabalho, cada operário deixou de realizar diversas tarefas e passou a executar uma só.

DIVISÃO MANUFATUREIRA DO TRABALHO

Quando os operários, reunidos pelo capitalista na fábrica, passam a executar distintas operações parcelares e específicas, que, associadas, produzem a mercadoria, estabelece-se a divisão manufatureira do trabalho. O que importa nessa nova etapa da produção capitalista é o desenvolvimento da habilidade parcial de cada trabalhador, que se torna quase que uma engrenagem automática do processo produtivo. Quanto às forças intelectuais da produção, ao mesmo tempo em que estão alijadas dos trabalhadores passam a dominá-los.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Ford_assembly_line_-_1913.jpg

Não foi por questões de superioridade técnica que a divisão manufatureira do trabalho foi adotada pelo capitalista, mas sim por que tal método garantia a ele maior controle sobre o processo de trabalho, na medida em que limitava a atuação dos trabalhadores. A fragmentação do trabalhador destruiu o ofício e passou para as mãos do capitalista o controle total sobre o trabalho. Antes, o trabalhador precisava vender a sua força de trabalho ao capitalista por não ter acesso aos meios de produção; com a divisão manufatureira do trabalho ele foi impedido de trabalhar fora das oficinas dos capitalistas, pois se tornou uma parte do trabalhador coletivo.

Na divisão manufatureira do trabalho, o operário não precisava mais dos conhecimentos técnicos necessários à realização de um trabalho integral, pois recebia do encarregado as instruções para a execução de sua tarefa. Para os trabalhadores parcelares da manufatura, as forças intelectuais eram propriedade de outrem e poder que os dominava. A cisão entre as forças intelectuais e as forças de trabalho se deu exatamente quando o capitalista passou a representar a vontade do trabalhador coletivo perante o trabalhador isolado.

A maior expressão com respeito à cisão entre as forças intelectuais e de trabalho envolvidas na produção foi Frederick Winslow Taylor, que nas últimas décadas do século XIX deu início ao movimento denominado “administração científica”. Taylor estava preocupado com os complexos problemas do controle do trabalho nas empresas capitalistas em expansão e se valia de métodos científicos na tentativa de resolvê-los. Não se pode afirmar, porém, que a “administração científica” possuía as características de uma verdadeira ciência, já que Taylor estava empenhado em adaptar o trabalho às condições do capital, e não em investigar o trabalho globalmente.

**FREDERICK WINSLOW TAYLOR
(1856–1915)**

Engenheiro mecânico norte-americano, considerado o “Pai da Administração Científica”. Com o propósito de aumentar a eficiência e eficácia operacional da indústria, Taylor concebeu instrumentos de racionalização da produção, que compõem o arcabouço da administração científica. No centro de seu método encontra-se a idéia da subdivisão dos processos em pequenas operações e a eliminação de todo o tipo de movimentos supérfluos, como forma de poupar tempo e acelerar o ritmo de produção. O conjunto de princípios por ele propostos ficou conhecido como “taylorismo”.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Frederick_Taylor



O que Taylor buscava era a melhor maneira de *controlar* o trabalho alienado. Para ele, a gerência somente poderia obter um controle eficaz sobre o trabalho ao extrair e sistematizar todo o conhecimento técnico do trabalhador, de maneira a poder impor a este não somente uma tarefa, mas também a forma de executá-la.

Taylor organizou toda a sua elaboração sobre a “administração científica” a partir de três princípios, os quais mostram nitidamente a ruptura entre a concepção e a execução do trabalho e a conseqüente alienação do trabalhador. O primeiro princípio afirmava que o administrador deveria reunir todo o conhecimento tradicional possuído pelos trabalhadores e sistematizá-lo. Com isto a administração poderia descobrir e pôr em execução métodos de trabalho mais rápidos e

econômicos. O segundo princípio estabelecia a cisão entre concepção e execução do trabalho, pois rezava que todo trabalho cerebral devia ser retirado da oficina e transferido para um departamento de planejamento. Este princípio propunha a “desumanização” do processo de trabalho como forma de assegurar o controle da gerência e, ao mesmo tempo, baratear a mão-de-obra. O terceiro princípio afirmava que o trabalho do operário devia ser inteiramente planejado pela gerência; a especificação do que devia ser feito, como devia ser feito e o tempo permitido para sua execução devia ser dada ao operário pela gerência.

Com o advento da maquinofatura consumou-se a ruptura entre as forças intelectuais e as forças de trabalho. “A maquinaria oferece à gerência a oportunidade de fazer por meios inteiramente mecânicos aquilo que ela anteriormente pretendia fazer pelos meios organizacionais e disciplinares” (BRAVERMAN, 1987, p. 169). É exemplar, neste sentido, o enorme incremento no controle sobre o processo de trabalho alcançado por Henry Ford por meio da primeira linha de montagem numa esteira rolante. O simples dispositivo de uma esteira transportadora deu ao capitalista o controle sobre o ritmo do trabalho e acentuou, conseqüentemente, a degradação do trabalhador.

Henry Ford (1863-1947)

Fundador da Ford Motor Company, foi o primeiro empresário a aplicar a organização da produção a partir de uma linha de montagem, de forma a produzir em massa automóveis em menos tempo e a um menor custo. O conjunto de suas contribuições para a administração da produção ficou conhecido com o nome de “fordismo”. Na visão de Ford, a produção em massa era um requisito necessário para a consolidação do mercado de massa, o qual era visto como condição básica para o desenvolvimento industrial capitalista.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Henry_ford_1919.jpg

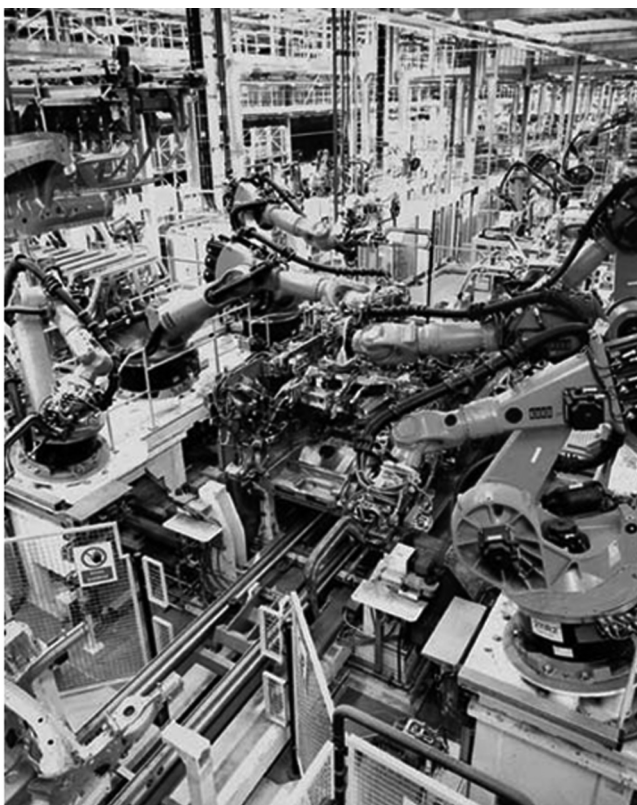


Nessa nova etapa da organização do trabalho, não foi a máquina que foi incluída no processo de trabalho humano, e sim o trabalho humano, reduzido e transformado, é que foi adaptado ao funcionamento da máquina, ocupando as lacunas deixadas por ela.

Dessa maneira, o notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser, para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade, mas de escravização, não a de domínio, mas de desamparo, e não o alargamento do horizonte de trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres servis no qual a máquina aparece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada (BRAVERMAN, 1987, p. 169).

O fato de a máquina passar a controlar o trabalhador nada tem a ver com sua complexidade tecnológica, e sim com certas condições a ela relacionadas: a máquina não é de propriedade do operário; o trabalho em torno da máquina é determinado pelo seu proprietário, e não por aquele que a opera; e, como consequência do uso continuado da maquinaria, há a formação de operários para os quais o conhecimento da máquina torna-se um feito especializado e segregado.

Com respeito à relação entre a evolução da máquina e a contribuição do trabalhador, importa menos a dimensão, complexidade e velocidade da máquina que o modo pelo qual suas operações são controladas. A maquinaria, no sentido moderno, começa quando a ferramenta por ela acionada adquire um ritmo fixo. O segundo passo na sua evolução é representado por um movimento dessa ferramenta que possui ritmo fixo, estabelecendo, assim, um ciclo definido. A atuação da máquina neste ponto de sua evolução é estabelecida pelo seu próprio mecanismo, ou seja, seu movimento é automático e predeterminado. O próximo passo na evolução da maquinaria é representado pelo controle sobre a máquina a partir de variáveis externas ao seu mecanismo. Nesse ponto, as máquinas são desenvolvidas não mais para propósitos universais, mas sim para propósitos particulares. A evolução continua com a associação de diversas máquinas, onde uma entrega à outra a peça em processo de fabricação. O ápice do processo evolutivo se dá quando a associação de várias máquinas adquire tal automatismo que passa a ser identificada como uma única máquina. A cada etapa deste processo evolutivo vemos diminuir a intervenção humana no controle sobre o processo.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dd/Industrial_Robotics_in_car_production.jpg

Atividade 1

Esta atividade constitui uma reflexão antecipada sobre o que abordaremos no próximo item desta aula. Serve, portanto, para avaliar a sua percepção prévia sobre o assunto, de modo que sugerimos que faça realmente o exercício antes de prosseguir a leitura.



Inicialmente, leia os textos a seguir. O primeiro é um trecho de uma fala de Norbert Bensei, diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler. O segundo foi retirado de uma matéria de Vinícius de La Rocha para a revista *Você S/A Online*. O último texto foi extraído da página da empresa MicroPower – a qual oferece soluções corporativas e educacionais baseadas em tecnologia –, e apresenta uma plataforma para Gestão de Capital Humano.

1. Os colaboradores da empresa fazem parte do seu capital (...). Sua motivação, sua competência, sua capacidade de inovação e sua preocupação com os desejos da clientela constituem a matéria-prima dos serviços inovadores (...). Seu comportamento, sua aptidão social e emocional têm um peso crescente na avaliação de seu trabalho (...). Este não mais será calculado pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores (BENSEI apud GORZ, 2005, p. 17).

2. (...) Foi nesse mesmo clima que as companhias resolveram presentear seus executivos com *smartphones*, um computador de mão que carrega um celular. "Quando acontece isso, de certa forma a empresa espera que o profissional esteja disponível para ler os *e-mails* instantaneamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados", diz Ricardo Basaglia, gerente da divisão de TI da Michael Page, empresa de busca de executivos de São Paulo. Com a tecnologia, a produtividade aumentou (LA ROCHA, 2008).

3. O TotalPerformance é um módulo da solução SumTotal Enterprise™ que permite que uma organização estabeleça e comunique de forma padronizada objetivos de negócios individuais e departamentais, além de oferecer mecanismos para a medição e o acompanhamento do desempenho.

O módulo TotalPerformance é um ambiente *web* que permite um elevado nível de alinhamento dos objetivos individuais aos objetivos da organização, garantindo que cada colaborador identifique o valor que o seu trabalho efetivamente agrega aos resultados de uma equipe e da organização. Acompanhe o desempenho de um colaborador em relação aos seus objetivos individuais e departamentais:

- Acompanhe em tempo real e de forma contínua a evolução de um colaborador e/ou de uma equipe nas atividades de aprendizagem e no alcance dos seus objetivos.
- Eventuais ajustes nos objetivos, no plano de atividades e no desenvolvimento de uma equipe podem ser realizados imediatamente de acordo com as mudanças nos negócios.
- Os gestores passam a ter uma visão clara dos colaboradores com desempenho destacado, podem avaliar a eficácia dos planos de desenvolvimento e garantir que bonificações sejam realizadas de forma coerente aos resultados obtidos por um colaborador e/ou equipe (MICROPOWER).

Quanto às condições de trabalho, uma realidade atual que altera, de modo significativo, o ambiente de trabalho é a presença (quase onipresença) das Tecnologias da Informação e Comunicação, que mediatizam relações e controlam máquinas e processos, dando ao trabalho uma característica cada vez mais imaterial.

b) A característica imaterial do trabalho nos dias de hoje faz com que a prescrição de tarefas e a medição de resultados objetivos (número de peças produzidas, números de horas trabalhadas ou coisas que tais) do modelo taylorista-fordista passe a dar lugar, cada vez mais, a uma atribuição de objetivos ao trabalhador, afinados aos objetivos corporativos, ao mesmo tempo em que o seu desempenho passa a ser avaliado mediante a consecução de tais objetivos ou metas.

O primeiro texto expressa muito bem essa concepção, enquanto o último mostra a possibilidade concreta de operacionalização dessa idéia. A plataforma apresentada pelo texto 3 é dedicada à Gestão de Capital Humano, o que revela – já antecipando a discussão seguinte desta aula – a preocupação em avaliar não apenas a consecução de metas, mas o desenvolvimento e o envolvimento contínuo do trabalhador. Nesse sentido, o texto 1 revela sobre esse colaborador que faz parte do capital da empresa, que também o “seu comportamento, sua aptidão social e emocional têm um peso crescente na avaliação de seu trabalho”.

UMA EXPROPRIAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

Ao longo do século XX consolidou-se o modo de produção dado pela mescla de taylorismo e fordismo. As características básicas de tal modelo são: a produção em série de produtos homogêneos, por meio da linha de montagem fordista; o controle taylorista dos tempos e movimentos; o parcelamento do trabalho; a separação entre concepção e execução; e a concentração e verticalização das unidades fabris. Por volta da década de 1970, porém, começa a se difundir, em nível mundial, uma nova forma de organização produtiva que se mostra superior, em resultados, ao modelo taylorista-fordista. Esse novo paradigma produtivo tem como base um significativo desenvolvimento tecnológico associado a uma desconcentração da produção, e deixa para trás a estratégia de produção em massa do sistema anterior, para adotar uma produção

mais flexível, direcionada pelas demandas do mercado. Esse movimento é conhecido, de modo geral, como **TOYOTISMO**.

Alguns autores afirmam que por seu caráter mais flexível e desconcentrado, o novo modelo de produção capitalista contribui para a redução da alienação do trabalhador. Contudo, a diminuição da rigidez hierárquica, o trabalho cooperativo em equipes, a maior participação do trabalhador na organização do processo produtivo, dentre outros aspectos propostos pelo modelo toyotista, apenas dissimulam a alienação do trabalhador. Na verdade, a diferença entre o fordismo e o novo modelo é que este último é mais cooptativo, enquanto aquele era mais despótico. Afinal, em última análise, a decisão do que e como produzir continua alheia ao trabalhador.

Na indústria moderna a complexidade e o desempenho dos equipamentos automáticos coloca o trabalho humano como uma força secundária. As funções de supervisão, reprogramação e correção dos sistemas automatizados são trabalhos intermitentes e imateriais. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho material do modelo taylorista-fordista, que era medido em unidades de produto por unidade tempo, vem sendo progressivamente substituído por um trabalho imaterial, representado pela gestão de um fluxo de informações.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=control&p=2>

TOYOTISMO

Modo de organização da produção capitalista originário do Japão. A concepção do toyotismo é atribuída a Taiichi Ohno (1912–1990) e foi implementada inicialmente na fábrica da Toyota. Nascido logo após a Segunda Guerra Mundial, esse modo de organização produtiva só ganhou *status* de uma filosofia orgânica de produção industrial na década de 1970, quando começa a adquirir projeção mundial. O toyotismo tem como princípio a flexibilização da produção. Ao contrário do modelo fordista, que produzia em massa e mantinha estoques de produtos acabados, no toyotismo só se produz o necessário, reduzindo ao máximo os estoques. Esse princípio é conhecido como *just in time*, que traduz a idéia de se produzir um bem somente no momento em que ele é demandado. Outro aspecto ressaltado pelo toyotismo é a garantia da máxima qualidade dos produtos, facilitada pelo trabalho com pequenos lotes e o suporte de várias ferramentas de qualidade.

Na medida em que o desempenho não pode ser medido segundo resultados objetivos, torna-se mais difícil a prescrição rígida do modo de realização das tarefas – condição central do modelo taylorista-fordista. O que passa a ser valorizado e estimulado no modelo pós-fordista é o envolvimento do trabalhador e suas capacidades de comunicação, cooperação e improvisação na execução do trabalho. Para utilizar uma expressão usual: o que conta é a “motivação” do trabalhador.

Nesse sentido, o trabalho imaterial da produção capitalista moderna acaba por suscitar a instituição de uma “gestão por objetivos”, fazendo com que o trabalhador seja percebido pela empresa como um “prestador de serviço”. Como o seu desempenho está relacionado mais às suas capacidades de comunicação, cooperação e improvisação, e menos ao conhecimento especializado que possui, o trabalhador lança mão de toda a sua bagagem cultural para alcançar um desempenho superior no trabalho.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=target&p=9>

A empresa capitalista moderna se vale desse **CAPITAL HUMANO** como fonte de vantagem competitiva. No entanto, como afirma Gorz (2005, p. 20), o capital humano é “... uma ‘externalidade’ que se produz sozinha, e que continua a se produzir, e da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se *produzir*”. Nesse sentido, a “gestão por objetivos” faz com que o trabalhador se empenhe por aumentar e aperfeiçoar, por conta própria, suas capacidades e suas disposições em obter um melhor desempenho no trabalho, como forma de consecução dos objetivos traçados para ele pela empresa. Alguns autores falam de uma “exploração de segundo grau” do trabalhador pelo capitalismo moderno, ao mobilizar, além de suas competências técnicas na condução de suas tarefas, também suas disposições de alma.

CAPITAL HUMANO

Conceito amplamente difundido nos anos 1980, que, em sua origem, evidencia a contribuição da educação no crescimento econômico. Os investimentos em educação eram vistos como um fator decisivo do desenvolvimento, na medida em que o capitalismo moderno exige elevados níveis de escolaridade por parte dos trabalhadores. Mais recentemente, porém, o conceito foi ampliado com a incorporação, para além das contribuições da educação formal no desempenho do trabalhador, das atitudes e disposições sociomotivacionais na composição do capital humano. A associação da palavra “capital” a seres humanos revela, de forma subliminar, a intenção de transformar as pessoas em capital das empresas, como é o caso do capital fixo constituído pelas máquinas, equipamentos e instalações.



Além do mais, com o avanço tecnológico há uma redução no número de trabalhadores empregados nas indústrias modernas. Além disso, há uma subproletarização do trabalho, por meio de trabalho parcial, temporário, subcontratado, ou terceirizado.

Essas várias categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ANTUNES, 1995, p. 44).

Ironicamente, portanto, até mesmo o desemprego passa a funcionar como uma medida de controle sobre o desempenho dos trabalhadores. Os administradores se valem da crise no mundo do trabalho como estratégia para compeli-rem os trabalhadores a uma maior dedicação à empresa. Enquanto que aos desempregados cabe investir na recuperação de sua empregabilidade. Neste sentido, até mesmo a proposta de um seguro-desemprego transfigura-se num “incentivo de procura de trabalho”, como pode ser visto no filme *Ou tudo ou nada*, indicado no box multimídia da Aula 7, onde os desempregados devem cumprir uma certa carga horária em programas de requalificação e recolocação profissional, para terem direito ao seguro-desemprego.

Seguro-desemprego

O seguro-desemprego tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado sem justa causa. O Programa do Seguro-Desemprego, que integra a Seguridade Social no Brasil, além da ajuda financeira ao trabalhador desempregado, também desenvolve ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional, com o propósito de auxiliar o trabalhador em sua reinserção no mercado de trabalho.

A importância do Estado de Bem-Estar Social (veja verbete da Aula 5, no primeiro livro da disciplina) é indiscutível. No entanto, os esforços, quando se tratam de políticas voltadas aos desempregados, têm sido no estabelecimento de políticas de inserção e não em uma intervenção que possibilite a integração ou reintegração dos sobran-tes.

Uma política de integração deveria promover equilíbrios socioeconômicos a partir do desenvolvimento mais equânime de capacidades entre todos e da garantia de oportunidades de integração social para a maioria.

No entanto, o que se observa com maior frequência são as políticas de inserção que desenvolvem ações específicas para grupos sociais determinados. Neste sentido, os indivíduos que se encontram à margem, por ainda não terem conquistado ou por terem perdido o vínculo com a sociedade salarial, são alvo de políticas que buscam compensar as desvantagens de acesso desses indivíduos aos serviços sociais e ao trabalho.

Muitas vezes, porém, essas políticas tornam-se de discriminação negativa ao colocar os seus beneficiários sob o estigma de cidadãos de segunda classe. Podemos considerar que o seguro-desemprego enquadra-se nessa situação.

CONCLUSÃO

Como resultado de todas as transformações pelas quais passou a empresa capitalista moderna, no que tange ao seu modo de produção, a possibilidade de organizar o trabalho desembocou na adaptação exata do homem ao trabalho.

Respostas Comentadas

a) *O modo pós-fordista de produção e, por conseqüência, de organização do trabalho, enfatiza a importância da participação efetiva do trabalhador no planejamento e execução de seu trabalho, colocando em relevo, inclusive, a sua contribuição na resolução de problemas e na indicação de melhorias no processo produtivo. No entanto, essa participação é desejada e estimulada no trabalhador com vínculo estável com a empresa capitalista. O que certamente não é semelhante no caso dos colaboradores externos, temporários e autônomos citados por Gorz, os quais, segundo ele, já compreendem 90% da força de trabalho das cem maiores empresas americanas – fenômeno que vem se repetindo em empresas de outros países desenvolvidos. Para esses colaboradores sem vínculo estável a “autonomia” não decorre da possibilidade de planejar e executar o trabalho, mas sim do fato de estar sujeito à própria sorte no que diz respeito ao seu desenvolvimento e à inserção profissional no mercado de trabalho, na medida em que representam a nova categoria dos auto-empresendedores.*

Em ambos os casos, sejam trabalhadores estáveis ou temporários, há uma mobilização das capacidades e motivações pelo trabalho, sobretudo no contexto da empresa capitalista, que a alienação se configura não só em relação ao trabalho, mas também no que se refere às perspectivas e interesses pessoais.

b) *Certamente o quadro descrito por Gorz revela um ambiente desfavorável tanto aos trabalhadores estáveis quanto aos colaboradores externos no que tange às conquistas trabalhistas. A flexibilização e a desburocratização dos contratos de trabalho enfraquecem, por um lado, a mobilização dos trabalhadores em sindicatos, na medida em que o número de sindicalizados torna-se extremamente reduzido, e, por outro lado, os colaboradores autônomos não possuem poder de barganha nas negociações, já que não possuem uma representatividade coletiva. Haverá, muito em breve, a necessidade de que esses auto-empresendedores se organizem em sindicatos, para garantir condições de trabalho e remuneração dignas.*

RESUMO

A expropriação dos meios que garantiam aos trabalhadores formas autônomas de subsistência deu à economia capitalista nascente a possibilidade de comprar de tais trabalhadores sua força de trabalho, o que possibilitou ao capitalista produzir, além dos produtos do trabalho, mais-valia. O desenvolvimento da empresa capitalista estava alicerçado sobre essa possibilidade de obtenção do excedente de trabalho.

A oficialização do contrato livre de trabalho entre comprador e vendedor da força de trabalho deu ao capitalista total liberdade para determinar o modo de produção, que se baseia, desde então, na divisão manufatureira do trabalho, que consiste na combinação de um grande número de operários parcelares ao entorno de uma linha de produção. A divisão manufatureira do trabalho pressupôs, no seu início, a cisão entre as forças intelectuais e as forças de trabalho, separando a concepção e planejamento do trabalho e de sua execução, e alijando, portanto, o trabalhador das atividades intelectuais. O advento da maquinofatura contribuiu para consolidar essa ruptura entre as forças intelectuais e de trabalho.

O paradigma produtivo em vigência, o toyotismo, está baseado em estratégias de produção flexível, direcionada pelas demandas do mercado. Em função do desenvolvimento tecnológico, em especial das tecnologias de informação e comunicação, o trabalho nesse novo modo de produção tem adquirido características imateriais, alterando a possibilidade de medição do desempenho dos trabalhadores por meio de resultados objetivos. Isso acaba por suscitar, na empresa capitalista contemporânea, a instituição de uma “gestão por objetivos”, como forma de acompanhamento e avaliação do desempenho do trabalhador. O que passa a ser valorizado e estimulado, então, no toyotismo, é o envolvimento do trabalhador com os objetivos estratégicos da empresa, além de suas capacidades de comunicação, cooperação e improvisação na execução do trabalho. Em razão dessa mobilização de capacidades que vão além das competências técnicas fala-se de uma “exploração de segundo grau” do trabalhador pelo capitalismo moderno.

SITE PESQUISADO

MICROPOWER. Disponível em: (<http://www.micropower.com.br>). Acesso em: 20 ago. 2008.

Exploração capital-trabalho e violência nas organizações

AULA



9

Meta da aula

Evidenciar as situações de conflito no espaço organizacional, decorrentes da exploração da relação capital-trabalho e dos esforços para melhoria da qualidade de vida nas organizações.

objetivos

Ao término desta aula, você deverá ser capaz de:

-  identificar formas de violência (físicas e morais) que ocorrem no ambiente de trabalho;
-  destacar questões éticas que se evidenciam no ambiente de trabalho e problematizar as ações adotadas para o estímulo de condutas e relações mais éticas.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior (Aula 8), as relações entre empregados e empregadores ganham contornos diferentes na exploração da mão de obra como um fator de produção. Em decorrência desse tipo de relação, surgem vários problemas no interior das organizações.

A relação capital-trabalho é particularmente problemática quando algumas organizações transgridem valores e ferem direitos (como os direitos humanos) e não reconhecem no trabalhador um sujeito autônomo, mas mais uma ferramenta para o aumento de produtividade, de incremento produtivo etc. A extrapolação desses valores é revelada pela persistência de problemas que compreendem desde um simples tratamento mais agressivo dado ao funcionário no dia a dia até mesmo a constrangimentos psíquicos e o uso da violência física.

Assim, veremos nesta aula que o comportamento das empresas (com relação aos seus funcionários, bem como aos das empresas terceirizadas) vai muito além do cumprimento das obrigações trabalhistas para se criar um ambiente de trabalho que favoreça relações mais humanas e saudáveis entre os colaboradores.

Porém, a melhoria nas relações de trabalho representa um desafio às organizações, pois se trata de transformar o ambiente de trabalho – fonte da mais-valia para as empresas – em um espaço onde seja possível conciliar o cumprimento dos objetivos organizacionais e as realizações pessoais.

A partir dessa ambivalência – entre o espaço de realização pessoal e as obrigações profissionais –, vamos dizer inicialmente que, embora haja um esforço de humanização nas relações de trabalho, os problemas decorrentes da exploração da relação capital-trabalho ainda são uma realidade a ser enfrentada pelas organizações contemporâneas, comprometidas com uma postura mais ética.

Inúmeras formas de violência expressam-se no ambiente de trabalho, algumas mais sutis (como certos preconceitos e discriminações), outras revelam o drama vivido há séculos pelos escravos, como nos casos de algumas organizações que ainda adotam trabalho análogo ao escravo. É nesse contexto que apresentaremos esta aula, apontando para a complexidade que permeia a relação de exploração entre capital e trabalho, e que repercute diretamente na qualidade de vida dos membros da organização.

A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES?

As relações entre empregados e patrões têm se fundamentado, segundo Marx, na exploração da mais-valia (ver a discussão sobre mais-valia na Aula 8). Este termo foi empregado para representar os ganhos auferidos pelos proprietários em função da maximização dos fatores de mão de obra dentro da organização. Essa lógica que predominou – e que ainda está presente nas organizações – em muitos casos torna-se abusiva.

Nesse sentido, a exploração da mão de obra provoca vários tipos de conflitos nas organizações. Alguns autores consideram esses conflitos como sendo intrínsecos à própria relação entre “empregados e patrões”. A constante busca pelo aumento da mais-valia pode provocar uma degradação nas relações e nas condições de trabalho.

É fato que todas as organizações, de alguma forma, exercem pressão para a realização das tarefas. Elas pode se manifestar de maneira menos explícita, como as pressões psicológicas para que os trabalhadores cumpram metas. Assim, a cobrança e as ameaças por aumentos constantes de resultados – como na produtividade ou no percentual de vendas, por exemplo – podem comprometer seriamente a saúde física ou psíquica dos trabalhadores. Em alguns casos, essas pressões podem se concretizar em violência física, como veremos posteriormente na discussão sobre o trabalho escravo.



Figura 9.1: A pressão psicológica na relação capital-trabalho.

Segundo Robbins (2005), **ESTRESSE** é uma condição dinâmica na qual um indivíduo é confrontado com uma oportunidade, limitação ou demanda em relação a alguma coisa que ele deseja e cujo resultado é percebido, simultaneamente, como importante e incerto.

As constantes exigências profissionais para o cumprimento de longas jornadas e o aumento de produtividade fazem das organizações um espaço no qual as pessoas precisam administrar uma carga de tensão que, geralmente, se transforma em **ESTRESSE**.

Muitos autores não consideram o estresse necessariamente ruim para as organizações, pois em vista de uma limitação as pessoas poderiam reunir forças para superá-la e, agindo dessa forma, teriam um desempenho acima da média. Mas, a longo prazo, esse tipo de atitude pode trazer comprometimento de aspectos da saúde física e mental e também comprometer o clima organizacional dentro da empresa.

Três conjuntos de fatores interferem na potencialização do estresse dentro da organização: os ambientais, os organizacionais e os individuais. Os fatores ambientais referem-se às variáveis econômicas, políticas e tecnológicas; os organizacionais estão relacionados às demandas das tarefas, das relações interpessoais, da estrutura organizacional, entre outros; e os fatores individuais são aqueles relacionados aos problemas familiares, da vida privada e da personalidade de cada um.

O nível de estresse é definido em função dos três conjuntos de fatores, mas as características pessoais vão influenciar em qual medida o trabalhador absorve os problemas e transforma-os em estresse. Entretanto, não é correto entender que o estresse é apenas um problema individual. As pressões do dia a dia do trabalho podem potencializar ou desencadear os problemas de estresse.

Nesse sentido, as organizações desempenham um papel fundamental na gestão da qualidade de vida no trabalho, não só para que se obtenha aumento de produtividade, mas também para que sejam alcançadas melhorias no ambiente organizacional.

ASSÉDIO MORAL: QUAL O LIMITE DA TOLERÂNCIA?

Além da exploração da relação capital-trabalho, outra forma de violência que ocorre nas organizações é o assédio moral, o qual tem se destacado nos últimos anos pelo crescente número de denúncias e pelas discussões sobre a legislação específica para esses casos. Com isso, o assédio moral tem se tornado mais comum e mostra que muitas organizações não dão a devida atenção aos maus-tratos, humilhações etc. dentro do ambiente organizacional.



Segundo o Ministério do Trabalho (disponível em http://www.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_assedio.asp) assédio moral é toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude etc.) que, intencional e frequentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho. As condutas mais comuns, dentre outras, são as seguintes:

- dar instruções confusas e imprecisas ao(à) trabalhador(a);
- dificultar o trabalho;
- atribuir erros imaginários ao(à) trabalhador(a);
- exigir, sem necessidade, trabalhos urgentes;
- sobrecarregar o funcionário com tarefas;
- ignorar a presença do(a) trabalhador(a) ou não cumprimentá-lo(a) ou, ainda, não lhe dirigir a palavra na frente dos outros, deliberadamente;
- fazer críticas ou brincadeiras de mau gosto ao(à) trabalhador(a) em público;
- a imposição de horários injustificados;
- retirar, injustificadamente, os instrumentos de trabalho;
- a agressão física ou verbal, quando estão sós o(a) assediador(a) e a vítima;
 - a revista vexatória;
 - a restrição ao uso de sanitários;
 - as ameaças;
 - os insultos;
 - a imposição de isolamento.


Algumas condições facilitam a emergência de comportamentos violentos, abusivos e humilhantes. Freitas (2007) considera:

Ambientes em que vigoram uma cultura e um clima organizacionais permissivos tornam o relacionamento entre os indivíduos desrespeitoso e estimulam a complacência e a convivência com o erro, o insulto e o abuso intencionais. Um ambiente em que existe uma competição exacerbada, onde tudo é justificado em nome da guerra para sobreviver, gera um alibi permanente para que exceções sejam transformadas em regras gerais e comportamentos degradantes sejam considerados normais.

A partir do momento em que se colocam em destaque os problemas decorrentes desse tipo de violência nas organizações, é possível perceber como eles são comuns e estão envolvidos nas relações cotidianas dentro das organizações. A fronteira que separa uma necessidade de trabalho de uma ação violenta é, em geral, muito fluida, por isso, pode causar confusão entre o que é uma exigência do trabalho e uma extrapolação na relação de forças entre empregados e patrões.

Dessa forma, o conceito de assédio moral prevê que para caracterizá-lo como tal o comportamento seja frequente e intencional, para que não seja confundido com um simples problema de relacionamento no cotidiano.

Para entender melhor o que é assédio moral e acessar interessantes materiais para pesquisa, visite o *site* assédio moral em <http://www.assediomoral.org.br>.



assédio moral no trabalho

chega de humilhação!

[assédio moral](#) | [legislação](#) | [bibliografia](#) | [sites](#) | [notícias](#) | [eventos](#) | [info](#) | [início](#)


Assédio moral

Questionário
E você, está a salvo?
Perguntas que detalham um caso muito especial: o seu! Participe.


Conte sua história
Para relatar-nos seu caso com mais detalhes, [clique aqui](#).

O que é assédio moral?
Veja aqui um guia que define o assédio moral em suas várias formas

Brasil
Endereços das Coordenadorias Estaduais de Saúde do Trabalhador (vinculadas ao Ministério da Saúde) e dos Núcleos de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão (vinculadas ao Ministério do Trabalho)



Perfil dos agressores segundo trabalhadores
Trabalhadores elencam os tipos mais comuns de chefes abusivos. Com muito humor.



Estatística de assédio moral na Europa
Percentual de trabalhadores/as afetados/as em 9 países


A VIOLÊNCIA EXPLÍCITA: A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO

Embora tenha sido oficialmente abolido, o trabalho escravo atualmente apresenta características de uma realidade que parecia fazer parte do passado, mas que ainda persiste no mundo moderno. A situação degradante das condições oferecidas em algumas organizações pode chegar a ser comparada à dos escravos negros e indígenas no período colonial.

Pessoas de diferentes origens são submetidas a condições degradantes no trabalho; empresas recrutam migrantes de países vizinhos como a Bolívia ou de regiões mais pobres (como os Nordeste) e os contratam para exercer trabalhos com pouca exigência de qualificação, baixa remuneração e em condições que se assemelham à escravidão.

Há setores da economia em que são frequentes as denúncias de exploração da mão de obra, principalmente nos períodos de colheita de produtos agroindustriais (cana-de-açúcar, café etc), assim como o trabalho em fornecedores terceirizados de grandes indústrias, como as de confecção e de siderurgia. Os bairros do Brás e Bom Retiro, em São Paulo, ficaram conhecidos por denúncias de trabalho degradante nas indústrias de confecções que eram vendidas no atacado.

Um exemplo é apontado pela revista *Observatório Social* (“Escravos do aço”) que apresenta o drama dos trabalhadores nas carvoarias, onde são submetidos a trabalho árduo e insalubre, a longas jornadas de trabalho, alta temperatura dos fornos, sem habitação, alimentação etc. e qualquer outro benefício. Além disso, muitas vezes ainda são descontadas do salário recebido até as ferramentas que os trabalhadores utilizam em suas atividades.



O “trabalho escravo” foi abolido oficialmente no Brasil em 1888, e com sua promulgação extinguiu-se a propriedade de um indivíduo sobre o outro perante a justiça. Assim, o trabalho escravo deixou de ocorrer em sua forma original, mas adaptou-se aos novos tempos. Por sua vez, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o “trabalho forçado ou obrigatório” como todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não se tenha oferecido espontaneamente.

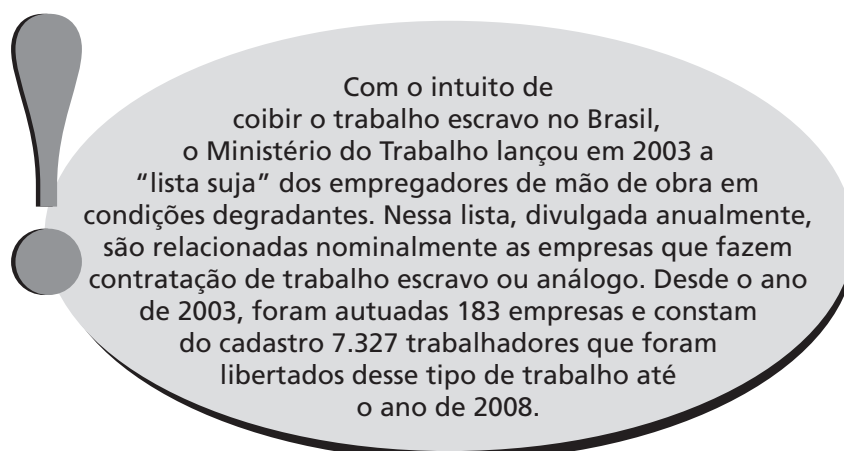
Embora não seja comum o uso de chibatas e castigos físicos, o trabalho forçado ou análogo ao escravo possui características nas quais o trabalhador não tem liberdade para deixar o emprego. Há várias formas de coação para que o trabalhador fique sempre com uma dívida a ser paga com sua servidão.

O Instituto Observatório Social (revista nº 6, junho 2004) destaca que a coação pode ser física ou moral e possui quatro características predominantes: a servidão por dívida, a retidão de documentos, as condições geográficas (dificuldade de acesso) e o uso de armas.

Na servidão por dívida, são cobrados dos trabalhadores preços extorsivos de moradia, alimentação, vestuário, equipamentos etc., fazendo com que o salário não seja suficiente para o pagamento das despesas mensais. Isso pode acontecer tanto na área rural como também nas indústrias das grandes cidades.

Há casos em que as condições geográficas podem também favorecer a prática da coação dos trabalhadores; depois de ir trabalhar em alguma região distante, ele não consegue mais recursos para o retorno. Isso tem sido muito difundido por meio de empreiteiros de mão de obra, conhecidos como “gatos”, os quais contratam trabalhadores em regiões distantes e os transportam para trabalhar em indústrias, fazendas, atividades extrativistas etc. e, ao chegarem ao local de trabalho, percebem que as condições oferecidas não condizem com o que havia sido prometido e são criados obstáculos para poderem voltar ao seu local de origem.

Este tipo de trabalho não acontece apenas no Brasil, mas é também um fato frequente em outros países, inclusive nos “desenvolvidos”, como no caso dos imigrantes mexicanos nos Estados Unidos.



No entanto, o problema complica-se ainda mais, pois muitas empresas adotaram a terceirização e não têm acesso para fiscalizar ou controlar a relação entre os trabalhadores e as empresas terceirizadas, fornecedores de seus produtos. Assim, várias empresas são envolvidas em denúncias cujos fornecedores (geralmente terceirizados) exploraram a mão de obra em condições precárias e até análogas à escrava.

Há, dessa forma, uma crescente preocupação das empresas em exigir de seus fornecedores compromisso no combate e na prevenção da exploração do trabalho análogo ao escravo e também do trabalho infantil, pelo risco de se ter sua imagem vinculada a esse tipo de escândalo.

Esse envolvimento entre as empresas e seus fornecedores reflete uma responsabilidade compartilhada entre aqueles que produzem e os que adquirem esses produtos, oriundos de fornecedores que se utilizam de exploração do trabalhador.

Atividade 1

A guerra tem sido uma metáfora usada com muita generosidade no universo empresarial e ela parece ser extremamente conveniente para os objetivos a serem realizados em um ambiente cada vez mais competitivo e sangrento. É verdade que o sistema capitalista é fundado na competição e tem na pirâmide a sua forma geométrica estrutural (FREITAS, 2008).



A partir do trecho citado, explique como a exacerbação da competitividade pode contribuir com a violência no mundo do trabalho.

Resposta Comentada

O sucesso empresarial é visto e tem sido difundido como um tipo de competição e, muitas vezes, é comparado a uma guerra, na qual os perdedores são eliminados da competição. Essa ideia condiz com uma postura em que os trabalhadores vão para seus postos de trabalho como se fossem para um front de batalha. Isso pode justificar vários tipos de violência, favorecer a hierarquização do comando e os abusos de poder e autoridade dentro das organizações. Dessa situação para a violência no trabalho, é uma linha muito fluida que separa as duas situações. Como visto no texto, organizações permissivas a esse tipo de situação podem contribuir para o estímulo da violência no ambiente de trabalho.

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NAS ORGANIZAÇÕES: OBEDIÊNCIA À LEI OU INTERNALIZAÇÃO DE VALORES?

O discurso empregado na maioria das empresas nos dias de hoje assume a não discriminação e não assume qualquer tipo de preconceito, seja por “raça”, “etnia” (veja a distinção entre raça e etnia no box explicativo), sexo, religião, grupo social, deficiência, etc. Entretanto, ainda é comum encontrar situações que contribuem com a interpretação de que o preconceito ainda está presente em várias organizações.

Raça

O conceito de raça carrega consigo uma compreensão contraditória. Segundo Giddens (2005, p. 205), as teorias científicas sobre raças surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, sendo utilizadas para justificar a ordem social emergente à medida que a Inglaterra e outras nações da Europa tornavam-se potências imperiais que submetiam territórios e populações ao seu domínio. O conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), às vezes chamado “pai do racismo moderno”, propõe a existência de três raças: brancos (caucasianos), negros e amarelos (mongolóides). Segundo De Gobineau, a raça branca possui inteligência, moralidade e força de vontade superiores; são essas qualidades herdadas que subjazem à expansão da influência ocidental pelo mundo. Os negros, em contraste, são os menos capazes, marcados por uma natureza animal, uma falta de moralidade e uma instabilidade emocional. As ideias de De Gobineau e de proponentes da mesma linha do racismo científico mais tarde influenciaram Hitler, a Ku-Klux-Klan e o *apartheid* (na África do Sul). Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a “ciência racial” foi completamente desacreditada. Em termos biológicos, não existem “raças” com contornos definidos, apenas uma gama de variações físicas nos seres humanos. As diferenças de tipos físicos entre os grupos humanos surgem da procriação consanguínea da população, que varia de acordo com o grau de contato existente entre diferentes grupos sociais ou culturais. Os grupos de população humana são um *continuum*. A diversidade genética encontrada dentro de populações que compartilham traços físicos visíveis é tão grande quanto a diversidade entre estes. Em virtude desses fatos, a comunidade científica praticamente abandonou o conceito de raça. Muitos cientistas sociais concordam com essa questão, argumentando que a raça não passa de um constructo ideológico (MILES, 1993). Outros cientistas sociais discordam, alegando que a raça, enquanto conceito, possui significado para muitas pessoas, mesmo que sua base biológica tenha sido desconsiderada. Para análise sociológica, eles sustentam que a raça continua sendo um conceito vital, ainda que altamente contestado; por isso, alguns estudiosos preferem utilizar a palavra “raça” entre aspas, a fim de refletir seu uso enganoso, porém corriqueiro (GIDDENS, 2005).

Para Giddens (2005), enquanto a ideia de raça implica, erroneamente, a noção de algo definitivo e biológico, o conceito de “etnicidade” tem um significado puramente social. A etnicidade refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas que as distinguem de outras. Os membros dos grupos étnicos consideram-se culturalmente distintos de outros grupos da sociedade e, em troca, são vistos dessa forma por esses outros grupos. Diferentes características podem servir para distinguir um grupo étnico do outro, mas as mais comuns são língua, história ou linhagem, religião e estilos de roupas ou de adornos (GIDDENS, 2005).

Mesmo o Brasil sendo um país plural e diverso, composto por comunidades de imigrantes de vários países, o que gerou uma miscigenação cultural própria de sua história, é comum encontrar as piadas preconceituosas, insinuações ou até mesmo a discriminação sociorracial. Isso demonstra que o fenômeno ainda faz parte do nosso dia a dia e não está longe do ambiente organizacional de muitas empresas.

Como agir em situações como esta? Não há uma receita que possa ser aplicada em todas as organizações. É importante que as pessoas possam dialogar em relação a esse problema; se houver espaço para o diálogo franco e aberto – e que esses problemas sejam explicitados – será mais provável evitar tais problemas no futuro.

Apesar de não haver uma discriminação explícita, é muito comum as pessoas agirem de forma preconceituosa. Segundo levantamento da Fundação Perseu Abramo, 87% dos brasileiros consideram que há racismo no Brasil, mas apenas 4% consideram-se racistas. Esse fato levou à mobilização de organizações não governamentais e ao lançamento da campanha “Onde você guarda o seu racismo?” (veja box multimídia).

A convenção internacional para a eliminação de todas as formas de discriminação racial da ONU, ratificada pelo Brasil, diz:

Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou o exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública (IBGE, 2009).

A campanha diálogos contra o racismo e pela igualdade racial procura conscientizar as pessoas quanto à existência do racismo no Brasil, pois apesar de a grande maioria das pessoas acreditar que existe racismo no Brasil, elas não se percebem como racistas.

Veja mais em <http://www.dialogoscontraoracismo.org.br>

The screenshot shows the website 'DIÁLOGOS contra o racismo' with the tagline 'Pela Igualdade racial'. The main survey is titled 'ONDE VOCÊ GUARDA O SEU RACISMO?'. On the left, there is a 'MENU PRINCIPAL' with links to 'Início', 'Sobre a Campanha', 'Artigos', 'Notícias', 'Opine!', 'Download', 'English', 'Español', and 'SOS Racismo'. Below the menu is a poll titled 'Você acha que existe racismo no Brasil?' with options 'Sim.', 'Não.', and 'Não sei.', and buttons for 'Votar' and 'Resultados'. The main content area features a graphic with the text 'ELA SÓ TINHA 3 ANOS. E DISSE QUE DETESTAVA PRETO.' and a quote from a young girl. To the right of the graphic, text states: 'Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostrou que grande parte dos brasileiros - 87% - admite que há discriminação racial no país, mas apenas 4% da população se considera racista.' Below this is the heading 'Há racismo sem racistas?'. On the right side of the page, there is a search bar, a section titled 'VOCÊ SABIA?...' with text about the vulnerability of black women, and a section titled 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS ANOS.' with a 'Leia mais...' link. At the bottom right, there is a 'Lançamento de Pesquisa' section and a 'P&R' section.

Todo esse movimento em torno da não discriminação traduz-se em ações afirmativas, as quais têm como objetivo a inclusão de segmentos da sociedade que ficam marginalizados e acabam por perpetuar um modelo de discriminação, pois os mesmos têm dificuldades de acesso à escola, ao trabalho etc.

Atividade Final

A empresa de ônibus Princesa D'oste vem procurando aumentar a participação das mulheres em seu quadro de funcionários. As vantagens percebidas são justamente uma maior delicadeza no tratamento com os passageiros, menos faltas ao trabalho, maior assiduidade etc. Entretanto, uma das dificuldades encontradas é o fato de que motoristas e cobradores mais antigos não aceitam a vinda dessas novas companheiras. Muitas mudanças foram efetivadas no ambiente para recebê-las. Antes, não havia nenhum banheiro feminino na garagem dos ônibus, muito menos vestiários onde pudessem trocar de roupa e guardar seus pertences em armários próprios. Todas essas reformas foram significativas do ponto de vista de se receber as novas funcionárias.

Entretanto, a mudança no comportamento dos funcionários não foi planejada, e a reação dos mais antigos (praticamente todos homens, à exceção dos serviços de limpeza) surpreendeu toda a diretoria, pois não esperavam tamanha inospitalidade dos funcionários. Assim, a diretoria ficou dividida entre algumas alternativas. Quais sugestões você daria para que esse problema fosse resolvido?

Comentário

Muitos podem pensar em baixar uma "ordem interna", proibindo piadas e brincadeira com as novas funcionárias, ameaçando os funcionários com penalidades, mas é preciso algo mais para que novos valores sejam internalizados. O simples fato de se exigir por um sistema de punição não é suficiente para que as pessoas reconheçam nas outras os mesmos direitos (ao trabalho, ao respeito) que a si mesmas. Para isso, é preciso não somente a obediência às leis, mas a internalização de valores. Nesse sentido, caberia à direção da empresa pensar em oficinas de integração para as novas funcionárias e os antigos funcionários; estabelecer um canal de comunicação entre os funcionários novos e os antigos; programa contínuo de conscientização dos funcionários antigos; avaliação constante de ocorrências, envolvendo discriminação, entre outras ações. E, por último, poderia se pensar num sistema de punição para coibir os abusos dos funcionários.

RESUMO

A exploração capital-trabalho pode causar várias formas de violência nas organizações. Ela pode se manifestar desde um tipo de estresse constante, passando por formas mais veladas de violência até se chegar ao trabalho análogo ao escravo.

A naturalização da violência acontece em muitas organizações como se fizesse parte do próprio ambiente de trabalho, e não há qualquer esforço para se reverter essa situação. É importante observar que a tolerância às formas mais brandas de violência é um primeiro passo para a abertura a outras formas de violência.

Há outras formas de violência, como o preconceito e o "racismo". Apesar de muitas pessoas reconhecerem a existência do racismo, não admitem ser racistas. Isso nos leva a questionar se é apenas uma obediência à lei ou a uma internalização de valores. Assim, são adotadas ações afirmativas para quebrar o ciclo de marginalização e promover a inclusão social de vários segmentos que se encontram à margem da sociedade.

A sujeição e a autonomia do consumidor




AULA

10

Meta da aula

Discutir a formação do mercado de massa e as implicações deste contexto na consciência e poder de decisão do consumidor.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

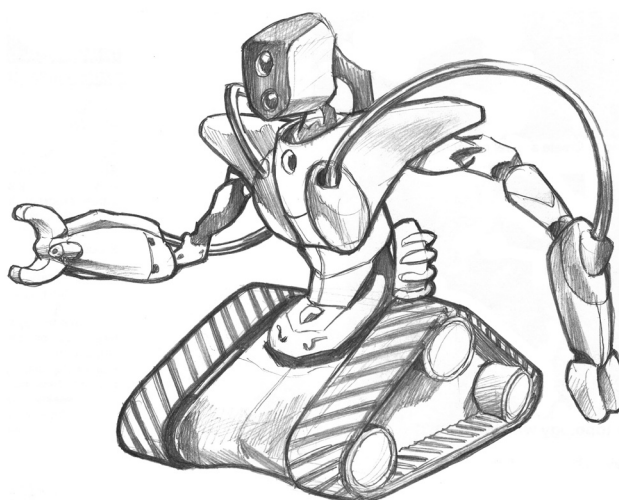
-  1 relacionar a crise no mundo do trabalho com a vivência tutelada do tempo livre pelo consumo de massa;
-  2 descrever e compreender como se dá a "produção" dos consumidores na sociedade capitalista e sua implicação sobre a autonomia deles;
-  3 identificar manifestações favoráveis à autonomia do consumidor, baseada na conscientização e exercício do poder de decisão de compra.

INTRODUÇÃO

O homem domesticou animais, aprendeu a tirar proveito dos ciclos da natureza, criou ferramentas que facilitaram o seu trabalho, escravizou outros homens, inventou máquinas sofisticadas que substituíram e ampliaram a força de seus braços, aprendeu a manipular a natureza para obter novas matérias-primas e maior produtividade, tudo isso num esforço crescente para livrar-se do “sacrifício” do trabalho e das “rédeas” da necessidade. Podemos dizer que, em parte, o homem conseguiu realizar o seu sonho antigo. Processos contínuos de produção completamente automatizados estão em operação há algum tempo. Os robôs atuais certamente podem ser deveras aperfeiçoados, mas já marcam presença na indústria e na vida doméstica.

QUIXOTESCO

Faz referência a D. Quixote de La Mancha, personagem de Miguel de Cervantes. Leitor compulsivo de romances de cavalaria, D. Quixote perde o juízo e decide sair pelo mundo como um cavaleiro, em companhia de seu escudeiro Sancho Pança. Talvez o mais conhecido de seus combates seja a sua investida contra moinhos, que julgava tratar-se de gigantes.



Ironicamente, porém, as máquinas tomaram e continuam tomando o lugar dos homens, e como já não se reconhecem mais aquelas atividades

superiores às quais valeria a pena dedicar o *tempo livre*, o sonho de uma vida liberta das fadigas do trabalho transforma-se num pesadelo **QUIXOTESCO**, no qual o homem luta contra uma máquina que ameaça retirar-lhe o chão.



A nossa incapacidade de pensar o *tempo livre* não apenas como tempo de consumo, em contraposição ao *tempo de trabalho*, e a dependência dessa vivência do tempo livre em relação aos proventos resultantes do trabalho, alimentam uma ilusão anestésica: estamos somente passando por um momento de crise, o qual, num futuro próximo, será superado. A onda de desemprego que varre o globo é vista tão somente como uma conjuntura dessa crise. Com olhos voltados para o futuro, os excluídos pela “MEGAMÁQUINA” alimentam a esperança de poder novamente fazer parte dela por meio da criação de novos postos de trabalho, enquanto que os que estão no poder e os economistas que os assessoram agarram-se à ideia do crescimento econômico. Mas, a pretensão de se alcançar o pleno emprego a partir do crescimento econômico mostra-se falaciosa, na medida em que a crise no mundo do trabalho é alimentada também por um progresso tecnológico dos processos automáticos, além de uma desestabilização do sistema baseado na financeirização do capital.

Que passamos por um momento de crise não há dúvida. Crise, porém, não é apenas um momento difícil que deve ser superado a qualquer custo; crise é também um momento de decisão, um momento que revela sua positividade ao oferecer-nos motivos para uma reflexão sobre o nosso caminhar.

A crise atual revela-nos a expansão de um processo de abolição real do trabalho, bem como da transformação do trabalho em um conjunto de ações imateriais. Cabe-nos, portanto, tomar uma decisão: ou prosseguimos rumo ao “progresso”, atrelados ao aparato produtor de bens e serviços para o mercado, da forma como ele está operando, e fechamos os olhos para as hostes de excluídos que se amontoam ao entorno dos complexos industriais, ou buscamos uma reestruturação da ordem social que seja capaz de criar alternativas inclusivas no mundo do trabalho formal, bem como de abrir ao homem espaços de autonomia produtiva.

Essa decisão que nos é imposta pela crise, quanto à continuidade do modo de operação do sistema capitalista de produção, passa, certamente, por repensarmos também o nosso papel como consumidores.

MEGAMÁQUINA

Conceito desenvolvido por Lewis Mumford, em sua obra *Técnica e Civilização*, sendo que nesse livro, publicado em 1934, o conceito é referido como "A Máquina". A denominação "Megamáquina" somente aparece na obra *O Mito da Máquina*, publicada em 1967. De forma ampla, o conceito faz referência ao complexo tecnológico de uma dada civilização. No entanto, para Mumford, a Megamáquina compreende não apenas o aspecto técnico, mas também as dimensões ideológica e social, que dão sentido ao complexo tecnológico.

Tanto na esfera do trabalho como no exercício de suas escolhas de consumo ou utilização do *tempo livre*, o homem moderno teve sua *autonomia* reduzida. Em sua atividade produtiva, a subjetividade foi reprimida por uma estrutura organizacional que lhe determina a função e a maneira de seu exercício. O homem torna-se útil na medida em que melhor se adapta, mediante treinamento, à posição que lhe foi destinada no sistema. Ao se adaptar completamente ao instrumental produtivo, porém, ele se apaga enquanto potência criadora.

O que interessa, porém, a esse homem inteiramente adaptado ao trabalho são tão somente os rendimentos do seu labor, os quais são consumidos na satisfação de necessidades, na maioria das vezes, a ele impostas pelo mercado. Ou seja, nem mesmo no que diz respeito às suas necessidades ele é capaz de exercer sua completa autonomia, já que uma estrutura complexa de bens e serviços invade-lhe a vida em seus mais variados âmbitos.

Pode experimentar felicidade verdadeira tal homem “controlado” tanto no trabalho quanto no seu tempo livre? Qual a satisfação de uma vida totalmente determinada por elementos heterônomos?

Na introdução da primeira aula deste livro, comentamos que, após uma análise da relação entre trabalhador assalariado e empresa capitalista (abordada nas duas aulas anteriores), discutiríamos também a formação desse trabalhador como consumidor, o que será feito nesta aula. No entanto, antes de abordarmos a temática da formação do mercado consumidor, vamos utilizar a primeira atividade desta aula para analisar rapidamente quatro perspectivas para a crise da sociedade salarial apresentadas por Castel (1998). Essa atividade serve, portanto, como um breve indicativo de alternativas discutidas por especialistas sobre a crise pela qual passamos.

Atividade 1



Robert Castel é um importante analista do mundo do trabalho. Em seu livro *As Metamorfoses da Questão Social*, ele vislumbra quatro cenários em matéria de política econômica, organização do trabalho e intervenções do Estado social, possíveis de se assomarem, diante das vicissitudes que afligem a sociedade salarial e o sistema de proteção social vigentes.

A atividade consiste em associar cada um dos quatro cenários concebidos por Castel (1998) a conclusões do próprio autor sobre tais cenários.

Os cenários de Castel:

1. *Em consequência da aceitação sem mediações da hegemonia do mercado, a degradação da condição salarial continua a se acentuar.*

Esse cenário, que coloca à sociedade a exigência de conformar-se de maneira categórica à expansão do mercado através da flexibilização e precarização das relações de trabalho, é incompatível com a manutenção das proteções sociais na forma como elas estão configuradas hoje. Nas sociedades salariais, com a industrialização e a urbanização intensas, as formas de solidariedade, de exercício da alteridade, foram se enfraquecendo e dando lugar às relações mediadas pelo Estado e pelo mercado. Portanto, erradicar as formas de proteção construídas pelo Estado Social representaria a ruptura da moderna forma de coesão social. Esse é o maior risco apresentado por esse primeiro cenário.

2. *Tentar controlar a degradação da sociedade salarial, multiplicando os esforços para estabilizá-la.*

Isso é o que se pretende com as políticas de inserção e de combate ao desemprego. No entanto, essas ações não têm demonstrado resultado efetivo na redução do desemprego em massa. Será que o Estado poderia manter o *status quo*, ampliando o financiamento à iniciativa privada vitimada pela crise e, ainda assim, multiplicar as ações voltadas para a manutenção da coesão social? É pouco provável que esse cenário venha a resultar em uma alternativa de sucesso, pois é imprescindível, nesse caso, que a situação atual do mundo do trabalho não se degrade mais. Além disso, deve-se esperar que as vítimas continuem a resignar-se frente à situação que lhes é imposta, pois nesse cenário uma parcela da população sempre continuará como beneficiária das políticas de inserção produtiva, sem conseguir necessariamente uma (re)colocação no mundo do trabalho.

3. *Reconhecer a perda da centralidade do trabalho e a degradação da condição de assalariado, tentando encontrar alternativas e compensações.*

Onde buscar alternativas de compensação ao enfraquecimento do suporte salarial, que não é apenas o salário, mas também as proteções ligadas ao trabalho e à utilidade social a ele associada? Há várias tentativas de economias não mercantis – terceiro setor, economias solidárias etc. – que são vistas por muitos como alternativas para o enfrentamento do desemprego em massa. Fala-se numa jazida de empregos no campo dos serviços de ajuda à pessoa, no entanto isso leva, no limite, a converter formas anteriores de solidariedade em mercadorias. Não se pode pretender uma sociedade de plena dignidade apenas dando a todos uma ocupação.

4. Preparar uma redistribuição dos “raros recursos” que provêm do trabalho socialmente útil.

A opção mais rigorosa exigiria que todos os membros da sociedade conservassem um elo estreito com o trabalho socialmente útil e com as prerrogativas que lhe são vinculadas. A força dessa posição baseia-se no fato de que o trabalho continua sendo o principal fundamento da cidadania enquanto esta comporta, até prova em contrário, uma dimensão econômica e uma dimensão social (CASTEL, 1998, p. 580).

Mas essa posição não conduz à ideia simplista de redução da jornada de trabalho, o que deve haver é a redistribuição dos atributos da cidadania social. Além disso, a repartição dos sacrifícios geralmente penaliza os que se encontram numa situação mais difícil. O que nos cabe, portanto, é “tentar pensar as condições de uma metamorfose da sociedade salarial, mais do que se resignar à sua liquidação” (CASTEL, 1998, p. 593).

Associe as frases abaixo, do próprio Castel (1998), aos cenários por ele delineados:

[] a) “É preciso entender as propostas para uma partilha do trabalho como a resposta mais lógica a essa situação: fazer com que cada um encontre, conserve ou reencontre um lugar no *continuum* das posições socialmente reconhecidas a que estão associadas, na base de um trabalho efetivo, condições decentes de existência e direitos sociais.”

[] b) “Impor de uma forma incondicional as leis do mercado ao conjunto da sociedade equivaleria a uma verdadeira contrarrevolução cultural de consequências sociais imprevisíveis, porque seria destruir a forma específica de regulação social instituída há um século.”

[] c) “Uma sociedade ‘de plena atividade’ não é, apesar disso, uma sociedade de plena dignidade...” (...) “Tanto mais que o que funda a dignidade social do indivíduo não é necessariamente o emprego assalariado, nem mesmo o trabalho, mas sua utilidade social, isto é, sua participação na produção da sociedade.”

[] d) “É por isso que dizer que a questão suscitada pela invalidação de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo mundo não é só fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas, sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abalo da sociedade salarial.”

Resposta Comentada

Cenário 1 - Frase b

Cenário 2 - Frase d

Cenário 3 - Frase c

Cenário 4 - Frase a

Percebe-se que Castel não é favorável à proposta liberal de uma desregulamentação total do trabalho, assim como se mostra um tanto cético quanto à possibilidade de geração de empregos via políticas públicas de inserção produtiva ou pelo terceiro setor. Ele considera que o trabalho é um componente essencial da cidadania e que, portanto, deveria ser redistribuído entre todos.

Os cenários de Castel encerram a discussão sobre a situação do trabalhador na sociedade capitalista moderna. Vamos explorar a partir de agora o outro lado da moeda, o papel que esse trabalhador desempenha, no seu tempo livre, como consumidor.

A EXISTÊNCIA MASSIFICADA

A idade da máquina, que é também a idade do trabalho organizado, traz consigo a ideia de *progresso* como possibilidade de domínio progressivo da natureza e, conseqüentemente, como possibilidade de um crescente bem-estar material. O progresso, nesse sentido, é encarado como a evolução de uma reação em cadeia, que uma vez iniciada aumenta sempre em intensidade e extensão.

Do ideal iluminista de progresso restou, como herança, certo ganho em qualidades morais necessárias a uma convivência social aceitável. “O caráter civilizado se torna agora a constituição interna de imensa maioria dos homens e é submetido pela força ao sistema vigente de instituições e modos de vida” (FREYER, 1965, p. 53). A vida do indivíduo passa a ser organizada e controlada não somente no trabalho, mas também em todas as demais circunstâncias de onde ela decorre.

A possibilidade de civilizar o homem, alcançada com o “progresso” da sociedade industrial, significa possibilidade de limitar as ações individuais, ou seja, de excluir do interior do homem os impulsos de autocontrole, descartando com isso soluções arbitrárias e imprevistas. Para tal, as instituições sociais oferecem uma série de impulsos que atuam de forma sumária e presunçosa, dispensando o esforço pessoal à elaboração de decisões originais. “As instituições atuam mediante a criação de motivos para a ação. Fazem surgir no homem séries de motivos que não poderiam ser explicadas a partir de sua própria intimidade, de sua ação concreta mesmo, de sua intenção” (FREYER, 1965, p. 45).

Essas motivações institucionalizadas devem dar ao homem certo *equilíbrio ético*, sem causar conflitos de consciência. As instituições, portanto, são estruturadas com a finalidade determinada de obter desempenhos satisfatórios e previsíveis.

Se o indivíduo não oferece resistência e, pelo contrário, compartilha do conteúdo moral da regra, isso



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=line+people/7p=1>

somente contribui para a sua universalização e consolidação. O segredo do processo civilizatório é exatamente o fato de que o homem “(...) é constantemente impulsionado pelo desejo de adaptar-se, e de que, por sua vez, ele alimenta permanentemente esse desejo” (FREYER, 1965, p. 52).

“Sistemas secundários” é a denominação dada por Hans Freyer (1965), em sua obra *Teoria da Época Atual*, aos sistemas de ordens sociais que se projetam até o interior do sujeito humano. “O homem é tornado dócil às instituições e adaptado a elas. O que ele deve ser, e mesmo o que ele é, não é decidido em função dele mesmo, e sim a partir de sua posição e função dentro do processo objetivo” (FREYER, 1965, p. 79).

O conceito de proletário adapta-se perfeitamente a esse homem do sistema secundário, um homem limitado a laborar e consumir segundo regras e interesses alheios.

A alienação intrínseca ao sistema secundário tem por particularidade a capacidade de gerar uma *existência massificada*.

Ordens sociais que só atingem o homem de forma casuística e parcial, que o classificam em grupos variáveis e efêmeros de indivíduos atingidos pelo mesmo prisma, de tal modo que ele só é considerado em função de determinadas categorias e números de série, ordens desse tipo é que produzem massas. Da mesma forma, homens que são submetidos à lei da empresa e, portanto, reduzidos a funções absolutamente determinadas, constituem massa, num sentido muito preciso, ou seja, são substituíveis, organizados em tipos... (FREYER, 1965, p. 195).

Mas, certamente, a abrangência e o poder de subjugação da estrutura atual do consumo engendram massa de maneira ainda mais determinada, ao convocarem os indivíduos à satisfação de necessidades imputadas de forma massificada a todos.

As vivências coletivas da existência em massa dificilmente geram vínculos permanentes de relacionamento humano. Sendo assim, o sistema secundário é responsável por uma atomização radical dos homens. Porém, o *individualismo* que se entranha progressivamente na sociedade contemporânea indica que os homens estão cada vez mais voltados a *si mesmos* e que se sentem cada vez mais *isolados em meio à massa* e não que os homens estejam cada vez mais individualizados, ou seja, mais *distintos um do outro*. Pelo contrário, as pessoas consideram a perda da

medianidade social, isto é, daquilo que é tido como estado de normalidade, como uma perda de si mesmas. Leszek Kolakowski (1981) utiliza o termo “egoístas-conformistas” para descrever a posição ambígua experimentada pelos homens que, esvaziados de seus impulsos pessoais, não se sentem responsáveis pelo mundo, por si ou pelos demais e, portanto, esperam da sociedade a satisfação de suas necessidades egoístas graças ao conformismo de todos.

Quando se restringe a possibilidade de certas experiências pessoais, o homem vê-se obrigado a viver numa existência parcial. As pressões do sistema secundário podem fazer com que impulsos adormecidos venham despertar na forma de neuroses, tão comuns em nosso tempo. A angústia perante os mais diversos aspectos da vida está relacionada à

(...) perda da capacidade para enfrentar a existência, assim como das ferramentas com cujo auxílio o indivíduo, apoiado em seu acervo espiritual, poderia recuperar o equilíbrio frente às derrotas e aos sofrimentos; enfim, a crescente dependência com respeito a um complicado sistema de instrumentos que regulam do lado de fora a **HOMEOSTASE** psíquica perturbada (KOLAKOWSKI, 1993, p. 81).

Nos momentos em que deveríamos nos firmar diante da vida, a angústia revela a dúvida sobre possuímos a capacidade de suportar possíveis derrotas. Na tentativa de superar o alheamento de sua existência massificada, o homem foge, se reprime, ou, então, lança mão de medidas analgésicas que lhe possibilitam uma superação aparente de seu sofrimento. O problema é que essa convivência narcotizada não é capaz de resistir aos embates da sociedade humana real.

HOMEOSTASE

“Processo de regulação pelo qual um organismo mantém constante o seu equilíbrio” (HOUAISS, 2002).



O filme *O Show de Truman, O Show da Vida* (1998), dirigido por Peter Wier, conta a história de Truman Burbank, um vendedor de seguros, que, sem ter consciência, é, desde o seu nascimento, a estrela de um *reality show*.

O filme faz uma crítica à existência massificada, manipulada pela mídia, e mostra, por um lado, a alienação dos telespectadores, que não se preocupam com o fato de Truman ser prisioneiro em mundo criado para entretê-los. Ironicamente, Truman personifica os telespectadores, na medida em que sua vida alienada é totalmente controlada pelos produtores do programa.

O fato de o homem tornar-se completamente adaptado ao sistema secundário não descarta a possibilidade de no seu íntimo o homem se sentir alheio ao sistema ao qual se incorporou. A força do conceito de adaptação se mostra no fato de que se procura a todo custo manter-se, sobreviver, não interessando qualquer reflexão do como ou para que se deva viver. Nesse sentido, o homem pode adaptar-se a um sistema civilizatório e ainda sim senti-lo distante de si. “A questão não mais consiste em saber se o homem pode continuar a existir no sistema secundário, mas se ele está à altura desse sistema, isto é, se ele pode existir aí como homem” (FREYER, 1965, p. 200).

A PRODUÇÃO DOS CONSUMIDORES

A alienação causada pelo mercado está intimamente relacionada com a evolução do modo de produção capitalista, na medida em que este foi, com o passar do tempo, desabilitando os indivíduos a realizarem por eles próprios os objetos de uso de que necessitavam.

No início, a empresa capitalista controlava uma quantidade bem limitada das mercadorias em circulação: alguns poucos artigos para uso doméstico, matérias-primas para outras manufaturas, bens de transporte, ferramentas e implementos. Com o desenvolvimento na maquinofatura, um número cada vez maior de produtos do trabalho doméstico foi sendo transformado em bens industrializados. Consequentemente, cada nova mercadoria posta em circulação desabonava a sua respectiva produção autônoma, ao mesmo tempo em que cooptava o trabalhador doméstico para o modo de produção capitalista.

Além dos bens materiais, a civilização industrial transformou atividades próprias das relações inter-humanas em serviços oferecidos pelo mercado: a educação, a saúde, a assistência às crianças e aos idosos, o lazer, a cultura, o prazer e outras, tornaram-se mercadorias. A estrutura mercadológica passa, então, a se aproveitar do esvaziamento constante das relações sociais para lançar novos bens e serviços que são oferecidos como supressores das lacunas abertas (a Internet revelou-se como um meio privilegiado para essa finalidade, a exemplo do sucesso de sistemas ou redes como o Orkut, o Second Life, dentre outros). A expansão desse processo favorece a alienação, na medida em que as relações individuais, familiares e comunitárias passam a ser substituídas por relações mediadas pelo mercado.

Nossa vida cotidiana está repleta de formas cruciais de alienação que experimentamos através das imposições do mercado. A educação institucionalizada desabona o autodidata; os sistemas de saúde desabilitam as formas tradicionais e domésticas de cura; o transporte motorizado monopoliza o espaço urbano dificultando a locomoção não motorizada; a regulamentação da habitação pelos engenheiros e arquitetos restringe a autoconstrução da moradia; a complexidade do sistema judiciário obriga a consulta ao advogado quando da necessidade de decisões legais; até mesmo a morte está na mão dos **TANATOCRATAS** competentes, a exemplo das máfias dos papa-defuntos.

O desenvolvimento da sociedade industrializada engendra uma estrutura mercadológica imensa, responsável unicamente pela “produção” de clientes, ou seja, responsável pela geração de necessidades. Fenômenos como a publicidade e a moda são apenas alguns dos aspectos gerenciados pelo mercado.

Na verdade, cada profissional especializado contribui, consciente ou inconscientemente, para o despertar de novas necessidades, na medida em que “... proclamam um conhecimento especial, incomunicável, não somente sobre o que as coisas são e como devem ser feitas, como também sobre a razão por que se deve necessitar de seus serviços” (ILLICH, 1979, p. 39). A complexidade da estrutura mercadológica faz com que as necessidades imputadas aos consumidores tornem-se tão específicas e enleadas que os indivíduos não são mais capazes de moldar os seus desejos conforme suas próprias experiências, tornando-se cada vez mais dependentes das indicações dos especialistas. Essa situação se torna, a cada dia, mais complexa, na medida em que as necessidades se fundem em problemas multidisciplinares que requerem soluções multiprofissionais.

O sujeito, portanto, foi sendo moldado pelo mercado, na medida em que foi considerando como carência aquilo que os especialistas lançavam em sua conta como necessidade. O efeito disso é que, a cada nova necessidade imputada pelo mercado, o sujeito foi se tornando inabilitado para a criação autônoma. Com isso, são podadas, a cada dia, a liberdade, a criatividade, e quem sabe até a dignidade humana.

Na economia de desperdício da sociedade contemporânea, não existe uma variável que dê conta dos valores de uso não mercantilizáveis. O “homem-consumidor-passivo” perde sua capacidade de criação e de satisfação, e goza ao se deixar levar pelas imposições do mercado.

TANATOCRATAS

Relativo à tanatocracia, proveniente da junção do prefixo tanat(o), do grego *thánatos* – morte, e do sufixo cracia, do grego *krátos* – força, poder ou autoridade.

“O homem deixa de ser reconhecível como tal quando já não pode dar forma a suas próprias necessidades, usando as ferramentas, mais ou menos competentes, que sua cultura lhe proporciona” (ILLICH, 1979, p. 62).

Atividade 2



Inicialmente, leia com atenção os três trechos selecionados. O primeiro foi extraído da matéria "Quando estética não rima com ética", de Raquel Aguiar, publicada no portal Brasil Medicina.com. O segundo foi extraído do artigo de Júlio César Monteiro dos Santos Jr., intitulado "Avaliação Médica: o consumo na medicina e a mercantilização da saúde", publicado na *Revista da Sociedade Brasileira de Coloproctologia*. E o último foi extraído do artigo "Análise crítica sobre especialidades médicas e estratégias para integrá-las ao Sistema Único de Saúde (SUS)", de Gastão W. S. Campos; Maurício Chakour & Rogério de C. Santos, publicado em *Cadernos de Saúde Pública*.

1. Um grupo de mulheres conversa e bebe champanhe no que parece uma festa comum. Na verdade, elas aguardam aplicações de botox, um produto químico injetado na pele para eliminar rugas. A festa do botox é apenas um exemplo dos abusos cometidos em nome da beleza, da juventude e da magreza, que levantam o debate sobre a mercantilização da medicina. (...) “Quando um médico não questiona a ausência de necessidade de uma cirurgia desejada pelo paciente, ou não chama a atenção para os riscos implícitos nos procedimentos, deixa de lado os preceitos éticos e se torna um comerciante da medicina. Este é um problema de saúde pública que não pode ser resolvido facilmente. Se por um lado o desejo de um corpo perfeito é constantemente estimulado por estereótipos divulgados na mídia e o fato de fazer uma cirurgia plástica deixou de ser motivo para segredo, por outro a mercantilização da medicina não está ligada ao despreparo dos profissionais, que recebem formação ética, mas à ganância de alguns deles”.
2. Há muito tempo, a Saúde vem sendo ameaçada pela colonização empresarial do médico a qual, iniciada dentro da Universidade, se prolonga no ambiente de trabalho. Essa ação tem origem na propaganda voraz e no ensino defasado da realidade científica. Se não for assim, origina-se na asserção de tendências individuais expressando opiniões isoladas e não abalizadas. Pode ser, também, pela extensão de cunho popular, como influência dos atos educativos sobre as pessoas que aprendem a buscar por intervenções que visam tratar problemas somáticos (“terapêuticas ensinadas”). Essas influências provocam a mesma intensidade de desejo que demonstra qualquer outro tipo ou espécie de consumidor em relação a um determinado bem de consumo. Exames de laboratórios, para alguns médicos e para os pacientes, de um modo geral, são bens de consumo.
3. A criação de especialidades médicas tem sido mais ou menos “livre” no Brasil. A Associação Médica Brasileira (AMB) tem deixado a cargo dos médicos a iniciativa pela abertura de novas Sociedades de Especialistas. (...) Verifica-se clara tendência da maioria das sociedades de especialistas de definir de modo extremamente rígido a área de competência das especialidades, consequentemente negando aos demais médicos capacidade para realizar procedimentos incluídos na área de competência regulamentada por cada especialidade. (...)

Sendo assim, quando se adotam processos de trabalho centrados na lógica da especialização, há sempre uma tendência ao esvaziamento de função e posterior desaparecimento das “especialidades mais gerais”.

Tomando a área da saúde como um caso específico, qual a relação que se pode estabelecer entre o que foi dito no item 2 desta aula sobre o processo de produção dos consumidores e os três trechos selecionados?

Resposta Comentada

A medicina, segundo a argumentação de Ivan Illich (1976), transpôs um limiar a partir da segunda década do século XX, quando o paciente passou a ter mais de 50% de chance de um médico diplomado lhe proporcionar tratamento eficaz. Consequentemente, a população aprendeu a sentir-se doente e a ser atendida de acordo com as categorias em moda nos círculos médicos. A quantificação dominou a clínica e os médicos começaram a medir seus êxitos por critérios que eles próprios tinham estabelecido. Foi assim que saúde se tornou uma mercadoria.

Quanto mais simples se tornam os meios de diagnosticar a necessidade de certos tratamentos e também o correspondente instrumento terapêutico, mais insiste a profissão médica em conservar o seu monopólio. O monopólio médico alarga a sua ação a um número cada vez maior de situações da vida cotidiana. Passa a ser cada vez mais justificável o tratamento para situações vulgares, em consequência da multiplicação das especializações, cuja única finalidade é de manter a instrumentalização terapêutica sob o controle da corporação médica. A trágica consequência é que, na medida em que aumenta o valor do serviço de saúde, mais difícil torna-se a possibilidade de assistência não institucionalizada.

O atendimento a uma população submissa e dependente, que em certas situações torna-se consumidora compulsiva de serviços de saúde, transforma-se na preocupação principal e no grande negócio da profissão médica. Os planos de saúde representam nitidamente o nível de controle alcançado pela corporação médica. A administração da saúde é controlada por uma organização complexa de especialistas, que se dizem empenhados em produzir uma saúde melhor. Frente a esse imenso e complexo aparato médico, torna-se quase que impossível ao homem sentir-se plenamente saudável.

SATISFAÇÃO COMPULSÓRIA

OBSOLESCÊNCIA

“Diminuição da vida útil e do valor de um bem, devido não ao desgaste causado pelo uso, mas ao progresso técnico ou ao surgimento de produtos novos” (HOUAISS, 2002).

Um claro sinal de que realmente vivemos em uma sociedade de consumidores é o caráter de desperdício que assumiu nossa economia. Como condição para a manutenção e a expansão do aparato produtivo, somos incitados a consumir, tão logo esteja disponível, tudo aquilo que nos é oferecido pelo mercado. A tônica exata dessa economia do desperdício é dada pela **OBSOLESCÊNCIA** acelerada dos produtos industrializados. Uma sociedade que convive com a vertiginosa expansão das tecnologias da informação – expressão máxima da obsolescência – aprende a adquirir e descartar segundo o ritmo que lhe é imposto.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=waste&p=1>

A oferta de um número crescente de mercadorias e serviços sedimenta na civilização industrial a ilusão de que se conquista, a cada dia, uma maior liberdade com respeito à necessidade. O equívoco de tal percepção está em considerar que o grau de liberdade do indivíduo é determinado pela amplitude de sua escolha. No entanto, “a eleição livre dos senhores não abole os

senhores ou os escravos” (MARCUSE, 1982, p. 28).

A verdade é que, como consumidores, os indivíduos estão cada vez mais sujeitos às necessidades imputadas pelo mercado e, ao mesmo tempo, são cada vez menos capazes de determinar suas necessidades com base em suas experiências pessoais. Por trás da liberdade de escolha aberta pela variedade de bens e serviços, esconde-se a alienação de homens e mulheres incapazes de um autodirecionamento de seus desejos e aspirações.

Parece incorreto aplicar o conceito de alienação ao se descrever a situação de um indivíduo que se identifica totalmente com as condições de existência que lhe são impostas. O que ocorre, porém, é que a realidade objetiva na qual se



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&w=1&txt=advertising&p=5>

insere o sujeito torna-se apenas uma etapa onde a alienação adquire uma maior complexidade. “O sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada” (MARCUSE, 1982, p. 31).

Muitas das necessidades exploradas por produtos ou serviços anunciados pela **MASS MEDIA** são, na verdade, irrelevantes, mas acabam influenciando o desejo e o comportamento dos consumidores por meio de falsas expectativas de satisfação. O lugar-comum dessas necessidades são as superfluidades que se sucedem através dos fenômenos de moda.

Para se conquistar certa liberdade em relação às forças econômicas, deve-se vencer a resistência imposta pelas necessidades materiais e intelectuais que perpetuam a existência alienante. A servidão somente pode ser vencida a partir do momento em que se toma consciência da servidão. Tarefa difícil se considerarmos que os indivíduos incorporam grande parte de tudo aquilo que lhes é imposto como necessidade ou propagandeado pela mídia.

É claro, porém, que existem necessidades elementares que devem ser reproduzidas imprescindivelmente; mesmo porque é a partir da satisfação de tais necessidades que se pode alcançar a satisfação das demais. No entanto, a civilização industrial já atingiu certo nível de progresso técnico capaz de estabelecer as bases de uma sociedade na qual o aparato produtivo poderia suprir facilmente essas necessidades básicas, contando ainda com uma redução considerável no tempo de trabalho imposto a cada trabalhador. Garantida a satisfação das necessidades básicas, o indivíduo disporia de um tempo livre ampliado, que serviria para o exercício de sua autonomia, por meio, quem sabe, de uma autoprodução dos meios para satisfação de suas necessidades pessoais superiores.

O sentido utópico que emana dessas ideias indica o quanto estamos embotados pela administração repressiva do nosso tempo de trabalho, do nosso tempo livre e, inclusive, de nossa cultura. A administração repressiva estende-se a todos os âmbitos das vidas pública e privada no momento em que atinge o ponto em que “a mais alta produtividade do trabalho pode ser usada para a perpetuação do trabalho, e a mais eficiente industrialização pode servir à restrição e manipulação das necessidades” (MARCUSE, 1982, p. 37).

MASS MEDIA

O conjunto dos meios de comunicação de massa: televisão, jornal, rádio, Internet etc.

CONSCIÊNCIA E PODER DOS CONSUMIDORES

Apesar do quadro descrito anteriormente, há movimentos que, conscientes dessa imposição mercadológica sobre nossas necessidades e desejos, buscam despertar a reflexão e discussão sobre temas como, por exemplo: o *consumo consciente ou responsável*, que leva em consideração os efeitos da decisão e do ato de consumo; e o *comércio justo*, que revela a dimensão política do consumo, ao buscar condições mais favoráveis a produtores sem acesso a mercados.

Contrários à alienação, tais movimentos pretendem despertar a liberdade, a autonomia, o protagonismo dos consumidores via conscientização a respeito do seu papel de promotores de relações econômicas e sociais mais justas e da utilização de recursos naturais de forma sustentável. Pretende-se com isso dar uma perspectiva ética ao consumo.

Tais movimentos, portanto, procuram discutir o consumo em todas as suas implicações, já que o ato de consumo não se restringe à compra do bem ou serviço. Há, nesse sentido, uma série de decisões anteriores que, se exercidas de forma responsável, podem minimizar efeitos negativos associados ao consumo, como, por exemplo, a escolha de produtores que respeitam a força de trabalho, seus colaboradores, seus concorrentes, o meio ambiente e seus clientes. Ou seja, consumir implica decidir *o que* consumir, *por que* consumir, *como* consumir e de *quem* consumir. Somente depois de refletir a respeito desses pontos é que se deveria decidir e realizar a compra. E, mesmo após a compra, as implicações do uso e do descarte do que foi adquirido devem ser consideradas constituintes do ato de consumo.

Em linhas gerais, esse exercício de reflexão a respeito das diversas implicações e impactos (que podem ser negativos, mas também positivos), provocados por nossos atos de consumo, é o que procura estimular o movimento do *consumo consciente ou responsável*. Esse movimento tem como preocupação fundamental a garantia da sustentabilidade da vida humana no planeta, não apenas em seu aspecto ambiental, mas também econômico e social. Nesse sentido, nossas escolhas como consumidores deveriam levar em consideração não apenas os impactos negativos ao meio ambiente decorrentes dos nossos atos de consumo, seja no que tange à exploração dos recursos naturais como insumos de produção, quanto à deposição no meio ambiente de resíduos derivados da produção e do consumo.

As consequências econômicas e sociais das nossas escolhas devem ser igualmente ponderadas. Mas esses são elementos mais difíceis de serem avaliados pelos consumidores, pois as informações não são tão claras e disponíveis quanto é o discurso ambiental sobre a importância da economia e preservação dos recursos naturais. É por isso que algumas entidades de defesa do consumidor, no Brasil, passaram a disponibilizar informações, tanto sobre produtos/serviços como sobre seus fabricantes/prestadores de serviço, que nos auxiliam nas decisões de consumo, como é o caso do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PRO TESTE).



INSTITUTO akatu
Pelo consumo consciente

english espanhol português

Buscar por: Digite sua busca... OK

Página Inicial Quem Somos Parceiros & Associados Perguntas Frequentes Trabalhe Conosco Fale Conosco

Você está aqui: Página Inicial → Consumo Consciente → O que é

O que é

Pense rápido: o que é consumo? A palavra é bem conhecida de todos e, seguramente, tem algum significado para você. Consumir implica em um processo de seis etapas que, normalmente, realizamos de modo automático e, mais ainda, muitas vezes impulsivo. O mais comum é as pessoas associarem consumo a compras, o que está correto, mas incompleto, pois não engloba todo o sentido do verbo. A compra é apenas uma etapa do consumo. Antes dela, temos que decidir o que consumir, por que consumir, como consumir e de quem consumir. Depois de refletir a respeito desses pontos é que partimos para a compra. E após a compra, existe o uso e o descarte do que foi adquirido.

Considerando todos esses aspectos do consumo, você vai ver que ele está presente praticamente o tempo todo em nossas vidas. Ao acordar, vamos ao banheiro e consumimos água, eletricidade, pasta de dente e sabonete. Depois tomamos café-da-manhã e lá vai café, pão, manteiga, geléia, frutas, água, eletricidade. E mais água para fazer o café e para lavar a louça. Quando saímos para o trabalho, a menos que se vá a pé ou de bicicleta, consumimos combustível, mesmo que seja do ônibus, e no caso do metrô, energia elétrica. Dependendo da ocupação de cada um, haverá diferentes tipos de consumo, mas é quase certo que haverá uso de eletricidade, papel e cafezinho, por exemplo. Portanto, mesmo que você passe o dia todo sem sequer abrir a carteira, terá consumido muita coisa.

O Instituto Akatu dedica-se especificamente à conscientização e mobilização da sociedade brasileira para o consumo consciente. Vale a pena visitar o seu sítio na Internet – [HTTP://www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br) –, onde você pode encontrar um vasto material sobre esse assunto. O Instituto Akatu vem realizando, há cerca de uma década, pesquisas em torno da questão do consumo consciente do Brasil. Inclusive, você pode responder online ao Teste do Consumidor Consciente, que indica seu grau de consciência e apresenta dicas de como melhor atuar como consumidor.

Quanto ao movimento por um *Comércio Justo* (Fair Trade), este teve início na década de 1960, de forma pragmática, com entidades (ONGs, agências de cooperação, grupos de consumidores e outras) europeias e norte-americanas, viabilizando a comercialização de produtos feitos por pequenos produtores de países em desenvolvimento, vítimas da pobreza ou do isolamento comercial.

Em paralelo, iniciam-se as discussões sobre as alternativas e garantias para a existência efetiva de um comércio justo e solidário. Em decorrência do amadurecimento da reflexão e dos resultados alcançados nas primeiras duas décadas, surge, em 1987, a International Fair Trade Association (IFAT), que, em 1989, passa a ser conhecida como World Fair Trade Organization (WFTO), a qual reúne organizações de toda a cadeia, da produção à comercialização, além de organismos multilaterais de cooperação que financiam iniciativas ligadas ao comércio justo.

Na conferência anual da International Federation of Alternative Trade, em 2001, o Comércio Justo foi definido da seguinte maneira:

Comércio Justo é uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável através de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados – principalmente do Sul (FACES, 2009).

O movimento pelo comércio justo no Brasil é bem mais recente que o movimento internacional, sendo que, em 2001, a articulação de importantes organizações de produtores e entidades de assessoria, juntamente com representantes governamentais, deu origem ao FACES do Brasil, “uma plataforma de entidades e atores do movimento do Comércio Justo e Solidário” (FACES, 2009).

Em 2006, um Grupo de Trabalho Interministerial, criado por iniciativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, e da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi designado para elaborar uma normativa pública de regulamentação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), a qual foi promulgada em 2008. Para o SNCJS, entende-se por comércio justo e solidário:

O fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia (FACES, 2009).



Portal de Comércio Justo e Solidário

Faces do Brasil

Notícias | Midiateca | Ponto de Vista | Álbum de Fotos | Links | Contato

PROJETO SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO - REGIÃO SUL - CHAPECÓ / SC

Em Destaque

- Vídeo e Cartilha do SNCJS
- Rifa Faces do Brasil
- Resultado do Sorteio da Rifa

Menu

- Conheça o Faces
- Grupos de Referência
- Comércio Justo no Brasil
- Comércio Justo no Mundo
- Mapa do site

Comércio Justo no Brasil

Conceito e Características

O conceito de comércio justo e solidário no Brasil é aquele reconhecido e consolidado pelo Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - o SNCJS.

Entende-se por comércio justo e solidário "o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia".

Visite o site *Faces do Brasil* e conheça um pouco mais sobre o movimento nacional pelo comércio justo, bem como sobre o recém-constituído Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.
O endereço é <http://www.facesdobrasil.org.br>.

Há muitas organizações espalhadas pelo mundo, discutindo e propondo alternativas de ação adequadas a uma mudança no padrão e no *modus operandi* do consumo na sociedade contemporânea, seja por meio de campanhas de conscientização do consumidor, seja promovendo a visibilidade e sustentabilidade de formas de produção/consumo mais justas e solidárias, e ao mesmo tempo menos agressivas ao meio ambiente e à sociedade como um todo.

CONCLUSÃO

A proposta central desta aula era revelar a nossa responsabilidade como consumidores, a qual só pode ser exercida plenamente se estivermos conscientes dos *impactos negativos* que os nossos atos de consumo podem gerar, tanto para o meio ambiente como para a sociedade. Por outro lado, o exercício de uma decisão consciente e responsável de consumo pode promover impactos positivos para a sociedade atual, bem como para as gerações futuras, na medida em que os atos de consumo coadunam-se com a perspectiva da sustentabilidade ambiental, econômica, política e social.

Se a ética consiste no domínio dos nossos impulsos por meio do exercício da vontade racional, orientada pela consciência a respeito dos meios e fins virtuosos, o consumo responsável traduz-se como a face ética do consumo.

Atividade Final

Da pesquisa realizada pelo Instituto Akatu em 2006, sobre “como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente”, extraímos uma tabela e um quadro, sendo que o segundo é apenas um excerto do relatório que destaca os principais valores de baixa e alta adesão, bem como os considerados polêmicos. Extraímos do gráfico apenas três valores que foram assimilados negativamente pela maioria da população brasileira, o que representa um cenário ainda refratário ao consumo consciente.

Tabela 10.1: Percentuais de adesão aos valores e comportamentos do consumo consciente

Valores		Comportamentos	
Positivos	31	Positivos	7
Negativos	4	Negativos	8
Indefinidos	3	Indefinidos	27
Total	38	Total	42

Comprando-se a assimilação de valores e as adesões a comportamentos de consumo consciente, constata-se que – confirmando o senso comum – as ideias são mais facilmente absorvidas do que os atos. Manifestar preferências e disposições quanto a valores tem um benefício simbólico imediato, de uma manifestação “politicamente correta”, enquanto o comportamento tem custos, exige escolha.

Fonte: Instituto Akatu (2006).

Quadro 10.1: Quadro resumo: principais destaques dos “valores”

Baixa adesão	Baixa adesão
(resposta negativa maior que 50%)	(resposta negativa maior que 50%)
Os requisitos mais importantes para garantir a saúde da população são a disponibilidade de remédios com baixo custo e as boas condições de atendimento nos hospitais e postos de saúde. Concordo=84%	Somente o governo tem condições de garantir o equilíbrio da sociedade e direcionar questões como eliminação da pobreza e proteção ao meio ambiente. Concordo=54%
O “consumo consciente” só é possível para pessoas acima de uma certa renda, pois os mais pobres não têm como ficar “escolhendo com consciência”. Concordo 58%	No mundo atual, uma pessoa se define em grande parte por aquilo que ela compra ou usa, e não há nada de errado nisso. Concordo=53%

Fonte: Instituto Akatu (2006).

Análise os quadros e comente a respeito dos três valores polêmicos destacados na **Tabela 10.1**, comparando com a divergência entre a assimilação de valores e o comportamento efetivo dos consumidores evidenciado no **Quadro 10.1**.

Resposta Comentada

A partir da **Tabela 10.1** podemos constatar que toda a discussão sobre consumo consciente vem refletindo positivamente na assimilação de valores que o embasam. No entanto, as decisões e atos de consumo não traduzem, na prática, essa consciência adquirida, ou seja, esses valores ainda não estão internalizados pela maioria da população a ponto de se configurar em exercício concreto de consumo responsável.

O **Quadro 10.1** revela algumas ideias arraigadas no senso comum, que indicam resistências a atitudes mais responsáveis por parte do consumidor brasileiro. A primeira apresentou baixa adesão mesmo entre consumidores mais conscientes, o que revela a visão hospitalocêntrica que temos da saúde, ou seja, uma visão que privilegia ações corretivas em detrimento das preventivas. A segunda revela, provavelmente, uma ideia restrita a respeito do consumo consciente como sendo,

eminentemente, a compra de produtos orgânicos ou fabricados com matérias-primas recicladas, que possuem um preço geralmente mais elevado que os similares industrializados. Quanto às duas últimas, elas indicam que “metade da população ainda não percebe que o enfrentamento dos desafios de toda a sociedade também é papel dos consumidores” (INSTITUTO, 2007, p. 34). Indicam, portanto, uma resistência por parte da população em assumir o papel de protagonistas no enfrentamento dos desafios socioambientais.

RESUMO

A *existência massificada* engloba tanto o tempo de trabalho como o tempo livre. No primeiro caso, a classificação e organização dos trabalhadores em grupos, submetidos a funções absolutamente determinadas, é o que configura essa existência massificada. Em relação ao tempo livre, o poder de subjugação de todo o aparato mercadológico, baseado na satisfação de necessidades, em grande parte, imputadas a nós por meio da mídia, é o que gera a massa num sentido mais radical, além de toda a institucionalização de nossas relações sociais.

A existência massificada, sobretudo a ligada ao consumo, está intimamente relacionada com a evolução do modo de produção capitalista, na medida em que este foi, com o passar do tempo, desabilitando os indivíduos a realizarem por eles próprios os objetos de uso e os serviços de que necessitavam. A autonomia foi dando lugar à alienação. Ou seja, o indivíduo foi sendo moldado pelo mercado, à medida que foi considerando como carência aquilo que os especialistas lançavam em sua conta como necessidade.

Sempre haverá, porém, aqueles que buscam escapar dessa existência massificada, lutando por uma maior autonomia na condução tanto de seu trabalho quanto de suas opções de consumo. Percebe-se, nesse sentido, um discurso mais organizado de conscientização a respeito do nosso papel de consumidores. Movimentos como o do *consumo consciente* ou *responsável* fazem pensar a respeito dos efeitos de nossa decisão e ato de consumo. Enquanto que outros, como é o caso do *comércio justo*, colocam luz sobre a dimensão política do consumo, lutando por condições mais favoráveis a produtores sem acesso a mercados.

Responsabilidade social corporativa

AULA

11

Meta da aula

Apresentar os princípios fundadores da responsabilidade social e a evolução do conceito de responsabilidade social corporativa.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



compreender os dilemas enfrentados pelas empresas e os motivos que levam à adoção de ações de responsabilidade social corporativa;



relacionar a necessidade de transparência nas ações de responsabilidade social para o seu reconhecimento junto aos grupos de interesse.

INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é um termo que entrou no mundo dos negócios e vem se consolidando nas últimas décadas com a adesão de muitas empresas. Mas, o que é RSC? Essa é uma pergunta que vamos procurar analisar nesta aula. A RSC ainda é um fato recente na história empresarial e tem sido utilizada em diversos contextos.

A RSC pressupõe ações empresariais que vão além do seu papel de gerar lucros na empresa. Sob essa ótica, as empresas também exercem uma função social. No entanto, há um grande número de iniciativas que são enquadradas como responsabilidade social, mas algumas são novas roupagens a velhas práticas empresariais e são utilizadas apenas com o intuito de passar uma imagem responsável junto ao consumidor para obtenção de ganhos econômicos, sem que produzam resultados significativos quanto aos problemas socioambientais. Assim, a compreensão sobre RSC vai além de promover o marketing empresarial e tem assumido uma postura de inclusão social, preservação do meio ambiente e estimulando o desenvolvimento socioambiental em muitas localidades.

Esse tipo de ambiguidade permeia, a todo o momento, os debates em torno da RSC; há quem defenda que o papel das empresas na sociedade seja apenas de produzir lucros aos acionistas, cabendo ao estado e à sociedade em geral desempenhar a função social, atendendo à demanda das populações mais pobres, desempregados etc. Por essa perspectiva, a RSC seria apenas uma fórmula de marketing das empresas para um maior incremento de renda e não se justificaria se não fosse para capitalizar essas ações em mais vendas ou agregar valor à imagem do produto ou da empresa.

Assim, vamos procurar evidenciar nesta aula as principais discussões em torno do tema e como a responsabilidade social corporativa vem sendo difundida pelas empresas.

PRINCÍPIOS E EVOLUÇÃO DA RSC

A compreensão sobre o papel das empresas na sociedade foi diferente do que hoje se apresenta. Hood (apud ASHLEY, 2006, p. 45) observa que até o século XIX, nos Estados Unidos e na Europa “o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da monarquia e não um interesse econômico privado”. Assim, a existência das empresas dependia da aprovação ou dos interesses do Estado e não somente da iniciativa privada.

Este fato demonstra que a regulação dos interesses empresariais pelo Estado dava-se em torno do lucro como em sua função pública. Ashley (2006, p. 45) destaca ainda que “as primeiras corporações nas colônias americanas foram fundadas para prestar serviços de construção, transporte e infraestrutura, sendo reguladas quanto ao tamanho, tipo de negócios e estrutura de capital”.

Assim, falar da responsabilidade social das empresas traz à tona o debate em torno do papel das empresas na sociedade. A determinação em gerar lucros, embora seja um dos papéis primordiais das organizações modernas, não quer dizer necessariamente que ela esteja promovendo melhores condições de vida à sociedade em geral.

A doutrina do liberalismo econômico que polarizou os debates a partir dos meados do século XX propunha o afastamento da intervenção do Estado na economia. Friedman (1977), um dos mais contundentes defensores da prática liberal, acreditava que:

Ultimamente, um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm ‘uma responsabilidade social’ para além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Esse ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter e da natureza de uma economia livre. Em tal economia, há uma e só uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude.

No entanto, as práticas nas empresas vêm demonstrando um crescente envolvimento com ações de responsabilidade social, a partir do reconhecimento de que as atividades econômicas trazem impactos irreversíveis ao meio ambiente e à vida humana. Assim, novas formas de ações são implementadas, não só pelo ambiente competitivo, mas também pelas mudanças nas tecnologias, numa maior conscientização dos consumidores e pelas próprias estratégias das empresas, o que pode contribuir para adoção de ações socialmente responsáveis.

As ações de RSC vêm se difundindo muito rapidamente por todo o mundo, mas nem sempre foi assim. Duarte e Torres (2005) identificam as primeiras manifestações sobre responsabilidade social no início do século XX, nos trabalhos de Charles Eliot (em 1906), Arthur Hakley (em

1907) e John Clarck (em 1916), e ressaltam que tais manifestações não receberam apoio, pois foram consideradas de cunho socialista.

As divergências entre o envolvimento das empresas em ações sociais é representada por Ashley (2006, p. 45) no caso da disputa judicial que a Dodge empreendeu sobre Ford:

DISCRICIONARIEDADE

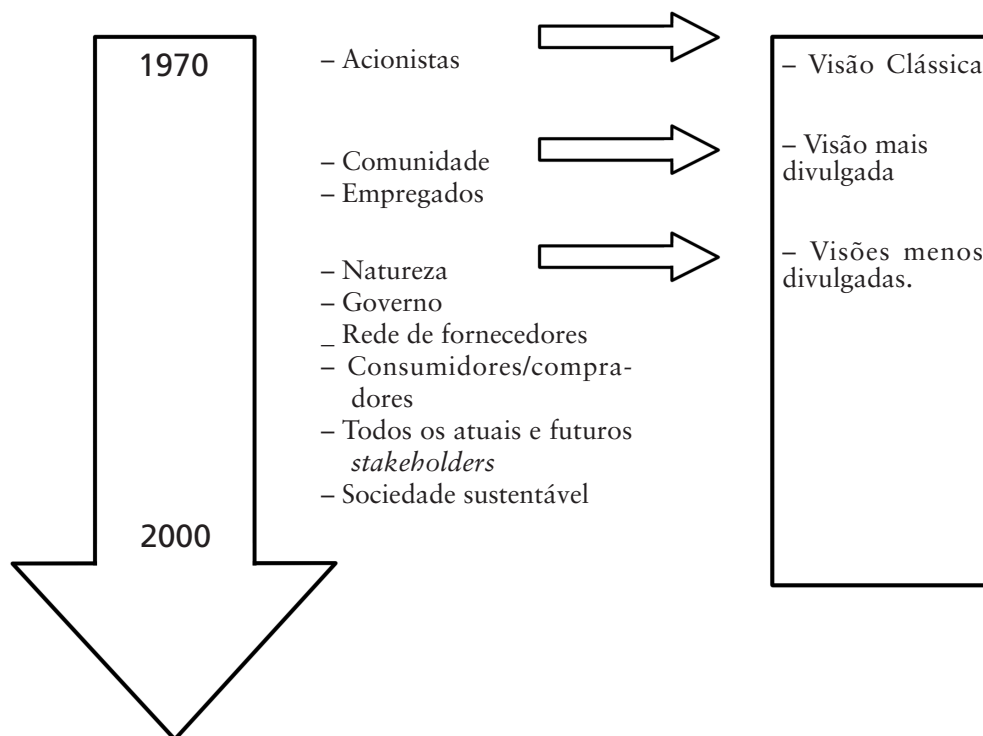
Qualidade ou natureza de discricionário. Que procede, ou se exerce, à discricção, sem restrições, sem condições; arbitrário, caprichoso (FERREIRA, 2006).

Em 1919, a questão da ética, da responsabilidade e da **DISCRICIONARIEDADE** dos dirigentes de empresas abertas veio a público com o julgamento do caso Dodge versus Ford, nos Estados Unidos, que tratava da competência de Henry Ford, presidente e acionista majoritário da empresa, para tomar decisões que contrariavam os interesses dos acionistas John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford, alegando objetivos sociais, decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para a redução esperada de receitas em função do corte nos preços do carros.

Curiosamente, na época, a Corte Suprema de Michigan foi favorável aos Dodges, entendendo que a empresa deveria beneficiar seus acionistas. Esta discussão ainda é passível de interpretações, mas percebem-se algumas mudanças quanto à compreensão mais ampla das empresas, as quais podem estender suas funções também para outras atividades que são estratégicas do ponto de vista social e também para os negócios da organização a médio e longo prazo.

No **Quadro 11.1** podemos observar as principais transformações com relação ao conceito de responsabilidade social desde a década de 1970 quando o debate ganha corpo e estende-se por toda a sociedade. Assim, podemos verificar que, até a década de 1970, havia uma forte influência na concepção de responsabilidade social a partir da visão clássica da economia, à qual reconhecia a existência das empresas apenas para prover lucros aos acionistas.

Quadro 11.1: Tendências históricas de ética e responsabilidade social corporativa



Fonte: Ashley (2006)

A partir dos anos 1970, a concepção predominante de responsabilidade social vai focar principalmente ações que envolvam as comunidades em torno das empresas ou em seu raio de influência e também os empregados. Apesar de essa visão ainda ser limitada, representa um grande avanço daquela restrita aos lucros.

Gradualmente, a visão sobre a responsabilidade das empresas vai incorporando ações que envolvem a preservação da natureza, articulações com esferas de governo, cobrança da responsabilidade de fornecedores, orientação aos consumidores e a preocupação com as gerações futuras, e a sustentabilidade da sociedade.

VISÃO CLÁSSICA: PERSPECTIVA ECONÔMICA

Para Friedman, a única responsabilidade social das empresas é o lucro, que vai garantir o pagamento dos salários dos empregados e também o pagamento de impostos ao Estado que, segundo ele, seria o único com legitimidade para operar ações nesse sentido.

**FORMA
INSTRUMENTAL E
FORMA MORAL**

A forma instrumental pode ser caracterizada pela adoção de ações de responsabilidade social, apenas dos critérios que venham a beneficiar estritamente sua produção ou sua lucratividade. Por sua vez a forma moral diz respeito à interiorização de valores que não necessariamente estejam restritos aos elementos de lucratividade e, sim, por convicções. Essas duas concepções não se dão de maneira isolada, entre elas há uma infinidade de iniciativas que incorporam ambos elementos, cada qual com suas características.

A postura de Friedman, embora controversa, apresenta um importante marco na discussão sobre responsabilidade social corporativa. Até onde as empresas estariam realmente interessadas em promover a RSC ou a utilizam apenas como um instrumento de valorização do capital da empresa?

Na verdade, as empresas vão conviver com essas duas realidades que são até certo ponto antagônicas. Além da função de produzir e gerar lucros, as empresas estão adotando também ações de RSC, seja de uma **FORMA INSTRUMENTAL OU MORAL** – as quais não são necessariamente excludentes.

A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL

Com a incorporação das discussões sobre o meio ambiente e o fortalecimento dos movimentos sociais ambientalistas, a partir da década de 1970, a ideia de responsabilidade social se expande também para um tipo de gestão da empresa que expressa as preocupações com o meio ambiente; tanto em relação a minimizar os próprios impactos da sua produção, como também no investimento para melhoria das condições ambientais de seu entorno.

Por uma perspectiva ambiental, são considerados todos os aspectos ligados à natureza (incluindo-se as pessoas), abrangendo-se desde a extração da matéria-prima até os impactos gerados pela produção, consumo e o destino final dos resíduos. Assim, as empresas são responsáveis pelos impactos ambientais e sociais gerados em toda a extensão da cadeia de produção. Ou seja, para se produzir um automóvel, é preciso do aço, que é proveniente do minério de ferro cujo processo degrada o meio ambiente. Além disso, o automóvel produzido vai consumir combustível, originado do petróleo e do álcool, que também irão gerar resíduos na natureza e, obviamente a sucata do automóvel que também irá gerar impactos na natureza.

Os problemas decorrentes da produção e o destino desses resíduos não são de responsabilidade exclusiva dos governos, dos cidadãos ou mesmo apenas das empresas, mas refere-se à sociedade como um todo. A cada um de nós cabe uma parte de responsabilidade em zelar pela manutenção da vida na terra. No entanto, a ação individual de cada

cidadão não é suficiente para compensar os danos causados à natureza, principalmente pela produção e consumo em larga escala pela sociedade moderna.

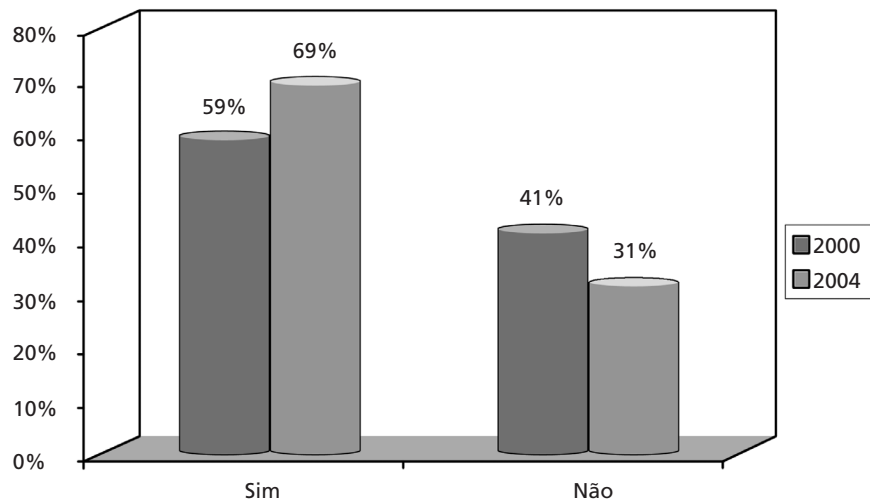
As ações socioambientais das empresas justificam-se também porque elas fazem parte de uma comunidade maior (a comunidade global) e dela também dependem para que continuem vivendo e gerando riquezas.

As consequências das ações que são produzidas hoje vão repercutir para toda a sociedade e influenciar a vida das gerações futuras; mas mudar o curso desse processo exige muito tempo de dedicação, investimentos e mudança de comportamento. Por isso, o Relatório Brundtland (veja na Aula 6) considerou o modo de vida sustentável uma precondição para a vida das gerações futuras.

Assim como o meio ambiente é fundamental para a sobrevivência do ser humano, as desigualdades sociais também têm sido foco das ações de responsabilidade social, principalmente se considerarmos que o meio ambiente e a sociedade fazem parte de um todo sob o qual estão interrelacionados. Numa sociedade na qual prevaleçam as injustiças sociais, é difícil imaginar a convivência harmoniosa entre suas populações. É por isso que muitas empresas optam também por iniciativas que procuram minimizar os prejuízos sociais produzidos pelo desenvolvimento da sociedade moderna.

Pelo lado do consumo, a sensibilização das pessoas às questões sociais e ambientais se amplia a cada dia, o que pressiona para que as empresas assumam responsabilidades das mais distintas formas. Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006, p. 11) observou-se um crescimento generalizado na proporção de empresas que declararam realizar algum tipo de ação social para a comunidade (por região, por setor de atividade econômica e por porte). Ao se analisar o conjunto de empresas brasileiras (**Gráfico 1**) nota-se que a participação empresarial na área social aumentou 10 pontos percentuais, passando de 59% em 2000, para 69% em 2004: “São aproximadamente 600 mil empresas que de alguma maneira atuam voluntariamente em prol das comunidades”, segundo aponta o relatório.

Gráfico 1: Comparativo da realização de ações sociais das empresas para a comunidade, Brasil 2000 e 2004.



Fonte: Ipea (2006)

Sem dúvida, há um momento de transformação nas ações das empresas. Embora não seja fácil mensurar o quanto efetivamente tem sido instrumental ou moral, este cenário de mudança exige do administrador maior sensibilidade às questões sociais e ambientais e o impacto das ações das empresas no ambiente em que está inserida.

Atividade 1

Faça uma pesquisa na Internet ou em alguma empresa próxima à sua residência que realize ações de responsabilidade social e procure analisar e compreender quais os motivos que a levou a empreender as ações de RSC.



Resposta Comentada

Você certamente encontrará diversas iniciativas de ações sociais, desenvolvidas por empresas e que são adotadas em diferentes contextos. Como poderá ser observado, as justificativas para a adoção das ações também podem ser as mais diversas, seja por sensibilidade do comerciante, seja por uma estratégia empresarial etc. Mas o mais interessante é conseguir captar o discurso que o empresário assume para conciliar seu 'negócio' com as ações de RSC. Como exemplo, podemos citar o caso do Banco Real, cuja instituição aposta num modelo de negócio sustentável por acreditar que "todos ganham". Assim, há ações que contemplam os clientes, a sociedade, os fornecedores, o meio ambiente e os funcionários.



DIFERENTES PERSPECTIVAS NA COMPREENSÃO DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A partir das discussões iniciais sobre o debate em torno da RSC, é possível perceber que a RSC pode comportar vários sentidos e objetivos para as empresas. Mas de uma forma geral, a RSC refere-se às ações que vão além daquelas obrigações previstas em leis tanto sobre as questões trabalhistas, como também as ambientais e sociais.

Para Ashley (2006), ao se pensar o conceito de RSC, as atitudes e atividades de uma organização precisam, desse ponto de vista, caracterizar-se por:

- preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/*stakeholders* envolvidos (entendidos da maneira mais ampla possível);
- promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania, e participação na sociedade;
- respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;
- maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente.

Este seria, então, um referencial para a responsabilidade social corporativa que responderia a um novo e mais abrangente papel das empresas dentro da sociedade (p. 7).

Para o Instituto Observatório Social (2003, p. 13), uma empresa socialmente responsável tem o seguinte perfil:

- estabelece relações saudáveis com as diferentes partes interessadas, levando em conta seus interesses através de mecanismos de consulta e participação;
- procura que o desenvolvimento dos negócios beneficie a todos, estendendo-se inclusive aos diferentes grupos que compõem a cadeia produtiva;
- procura na gestão do seu negócio gerar emprego estável, contribuir para a justa distribuição das riquezas e reduzir a exclusão de grandes grupos de cidadãos;
- mantém o vínculo do debate sobre a responsabilidade social com as discussões maiores sobre o comércio internacional;
- respeita as normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), as diretrizes da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- permite a livre organização do trabalhador e seu direito à negociação coletiva;
- contribui para o desenvolvimento da sociedade da qual faz parte, fortalecendo suas estruturas democráticas de participação;
- inova para a redução de impactos ambientais não-desejados através de uma gestão sustentável;
- possui uma atuação pró-ativa em relação à incorporação das expectativas da sociedade.

No entanto, segundo o Instituto do Observatório Social (2003), o grande problema embutido no discurso da responsabilidade social, adotado por diversas empresas, é que muitas vezes tais práticas não são aplicadas de verdade, fazem parte apenas das estratégias de marketing das companhias. Elas desejam conquistar consumidores cada vez mais exigentes e preocupados com a postura das empresas diante da sociedade.

Apesar da maximização dos lucros ainda ser o principal objetivo das empresas (como reforçam alguns economistas, como Friedman), a responsabilidade social se justifica também porque as empresas produzem impactos negativos (principalmente ao meio ambiente e na reprodução das desigualdades) que o sistema estatal não consegue absorver de maneira adequada, inclusive porque as demandas vêm crescendo a cada dia e, além disso, a lógica neoliberal na qual preceitua a redução do estado diminui também sua capacidade de atuação na área social e ambiental.

Mesmo considerando os impostos e taxas pagos pelas empresas, isso não tem sido suficiente para que se mantenha a harmonia entre o desenvolvimento econômico e as condições sociais e ambientais da sociedade. Assim, é preciso muito mais do que a ação isolada do estado para minimizar os efeitos produzidos pelo avanço de uma sociedade industrial que provoca, por exemplo, concentração populacional nos centros urbanos – inchados pela instalação de indústrias – e que vão demandar mais serviços de saúde pública, educação, saneamento básico, habitação, além da degradação do meio ambiente (poluição do ar, água, florestas etc.), entre outros problemas relacionados à produção industrial.

Esses problemas podem ser alvos de ações das empresas. Muitos consumidores já se manifestam em favor de ações mais responsáveis de produção e consumo como medidas para reduzir ou amenizar os processos de degradação ambiental e social. Pensar no desenvolvimento mais sustentável requer algumas mudanças importantes em toda a sociedade.

Uma sociedade acostumada a extrair da natureza os elementos como se fossem infinitos passa a reconhecer que sua sobrevivência está ameaçada se continuarem os mesmos níveis de exploração ambiental e social.

GRUPOS DE INTERESSE

São chamados grupos de interesse os atores sociais capazes de interferir no funcionamento das empresas ou que são afetados de alguma forma pelas suas ações. Dentre os mais comuns estão os fornecedores, distribuidores, trabalhadores, comunidades locais, acionistas, ongs (ativistas ambientais, por exemplo).

Assim, a RSC incorpora a preocupação em manter políticas para os mais diversos *stakeholders* (**GRUPOS DE INTERESSE**). O desafio dessas políticas é satisfazer as demandas desses grupos sem, no entanto, comprometer os investimentos, ou se possível, torná-los mais atraentes. Atualmente, se uma empresa não respeita requisitos ambientais e sociais mínimos, os próprios *stakeholders* farão pressão para que se implementem ações para minimizar os efeitos negativos na sociedade.

Certamente, ainda há muito para avançar nas práticas e respeito ao meio ambiente, mas algumas mudanças se fazem sentir e as empresas em geral estão se apercebendo desta nova realidade, aumentando sua capacidade empreendedora para as questões sócio-ambientais.

Esses grupos de interesse passam a receber um tratamento diferenciado em relação às propostas de responsabilidade social e ambiental. Mostrar suas ações para os grupos de interesse passa a ser uma das atribuições dos programas de RSC.

A participação e o diálogo com os grupos de interesse na definição de metas e acordos estão sendo valorizados nas ações estratégicas das empresas. As empresas que se articulam com os diversos grupos de interesse e trabalham com uma perspectiva mais transparente de suas ações podem gerar maior confiabilidade em suas relações comerciais, atraindo investimentos e garantindo a não interrupção de suas atividades por crimes ambientais ou prejuízos sociais, o que pode proporcionar, não necessariamente maiores lucros, mas pelo menos a segurança de que suas atividades terão continuidade no futuro.

A EXPANSÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social pode se manifestar em várias formas. Há um grande movimento no empresariado brasileiro quanto às possibilidades de investimentos nessa área e os retornos podem ir além da questão financeira.

A pesquisa realizada pelo IPEA (2006) demonstra que, além do aumento do número de empresas que desenvolvem ações sociais (como apresentado anteriormente), há paralelamente o aumento do investimento privado na área social. O volume dos investimentos sociais privados no Brasil foi estimado em R\$ 4,7 bilhões no ano de 2004. Em geral, as empresas realizam suas atividades sociais por meio de doações simultâneas de recursos, quer para pessoas ou comunidades carentes (54%) ou

para organizações que executam projetos sociais (67%). No entanto, no período analisado, cresce a proporção de empresas que apóiam organizações (comunitárias, filantrópicas ou religiosas), consolidando-se como o principal mecanismo de atuação das empresas privadas na área social. O percentual de empresas que informam doar recursos diretamente para pessoa ou comunidades carentes é alto e mantém-se estável ao longo dos anos. Por outro lado, apenas 3% das empresas atuaram, em 2004, por meio da criação e desenvolvimento de seus próprios projetos (IPEA, 2006, p. 24). Como se pode perceber com os dados da pesquisa, há um intenso e crescente movimento das empresas em investimentos sociais, seja em seus próprios projetos ou em projetos de terceiros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL *VERSUS* ASSISTENCIALISMO

É importante a diferenciação entre a concepção de responsabilidade social e ações assistenciais em momentos específicos. A prática das empresas em distribuir donativos foi muito comum num passado recente, onde as empresas reuniam donativos (alimentos, brinquedos) para serem doados em datas especiais como o Natal, dia das crianças etc., ou em casos de calamidade pública. Por mais que essas ações tenham se tornado sistemáticas, elas não correspondem necessariamente aos princípios de RSC. Muitas empresas confundem as ações de responsabilidade social com uma forma de assistencialismo. A responsabilidade social vai mais além do que as ações de cunho filantrópico e procura atuar num contexto de inclusão social, ou de alguma forma aliar princípios que preservem o meio ambiente com a participação da população (e/ou funcionários) em suas ações.

As ações assistencialistas (que podem ser importantes em determinados momentos) são ações mais pontuais, para resolver um problema eventual. A amplitude dessas ações torna-se limitada, pois não atacam as causas do problema. Mesmo efetuando ações assistenciais de forma contínua, este tipo de ação vai atingir apenas as consequências, ou a "ponta do iceberg", e funcionar como paliativos a problemas estruturais que têm suas raízes mais profundas.

A questão da fome, por exemplo, está ligada entre outros fatores a dimensões estruturais como o desemprego, falta ou dificuldade de recursos para produção de alimentos, educação etc. O simples ato de doar alimentos pelas empresas é insuficiente para atacar a causa do problema e não pode ser avaliado apenas em função da quantidade de alimentos distribuídos. Se a empresa adota uma política de salários abaixo da média do mercado ou que os rendimentos dos funcionários não permitam que ele adquira pelo menos os alimentos necessários ao seu bem-estar, não haveria coerência na distribuição de alimentos à população às custas de um achatamento salarial dos funcionários.

Assim, é preciso respeitar o princípio da coerência nas organizações. A responsabilidade social não é um ato isolado de uma empresa, nem uma atitude de benevolência junto a populações pobres. É preciso situar a RSC num contexto onde ela consiga ter um grau mais elevado de gestão com o desafio de compensar os impactos negativos (suas e de outros) à sociedade, sem que, com isso, ela perca recursos e sua competitividade no mercado.

Assim, empresas que promovem o plantio de árvores ou estimulam a produção de mudas em projetos comunitários, mas que não cuidam do destino de seu próprio lixo ou despejam seus resíduos em rios com alto teor de poluentes não estão, de fato, atuando de maneira coerente com a responsabilidade social.

Muitas empresas esforçam-se para adotar a RSC e desenvolver projetos que, aos olhos da maioria da população, trazem benefícios à comunidade ou ao meio ambiente, mas suas ações no cotidiano não correspondem a esses propósitos, pois em sua relação com os clientes, por exemplo, adotam práticas que não são compatíveis com um conceito mais amplo de RSC e, muitas vezes, atuam de forma a lesar o consumidor, cobrando taxas abusivas, ludibriando em cláusulas com duplo sentido etc.

Assim, o princípio da coerência torna-se um fator primordial para que as empresas assumam o engajamento a um movimento que vem ganhando credibilidade junto ao público consumidor, mas que ainda é visto com um certo receio por vários setores da sociedade.

Um dos requisitos principais para que as ações ganhem legitimidade junto à sociedade é a transparência com a qual a política de RSC é implementada.

TRANSPARÊNCIA

A transparência na implementação de uma política de RSC tem uma função precípua, pois os investimentos podem ser ‘mal gastos’ se não tiver um efeito multiplicador, esgotando-se rapidamente em ações pontuais. Há casos em que as empresas gastam mais no marketing do que nas ações propriamente ditas.

A partir do momento em que a empresa consegue implementar uma política de RSC e que garante transparência nas suas ações e nos resultados, consegue-se também credibilidade perante a sociedade. Essa credibilidade pode ser alcançada por meio de certificações (ABNT NBR 16.001, SA 8.000) que irão atestar aos *stakeholders* o reconhecimento público que as práticas de responsabilidade social efetuadas pelas empresas não são apenas marketing ou um tipo de ‘maquiagem’ para encobrir fraudes ou outros danos causados à sociedade.

Assim, o **ACCOUNTABILITY** das empresas significa que a empresa propõe-se a disponibilizar informações, utilizando-se de instrumentos formais para comunicação de suas ações, seus investimentos, procurando garantir uma comunicação mais transparente com seus grupos de interesse.

O balanço social é um dos instrumentos que tem sido adotado para transmitir informações aos diversos grupos de interesse, envolvidos com as empresas. Ele demonstra os resultados por meio de indicadores que avaliam a evolução das ações implementadas dentro da política de responsabilidade social das empresas. Esses balanços procuram demonstrar tanto elementos de eficácia, como também de efetividade das ações, ou seja, que os recursos estão sendo empregados de forma a promover o desenvolvimento social, inclusão, entre outras ações a que se destinam.

Para efeito de avaliação dos indicadores sociais do Instituto Ethos (2007), as empresas são classificadas em quatro estágios para caracterizar o avanço com relação às ações de RSC:

ACCOUNTABILITY

Apesar de não existir uma tradução similar para a língua portuguesa, a palavra *accountability* significa transparência, retorno para as partes interessadas e cumprimento da lei dos códigos de caráter voluntário (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004). Outros autores relacionam a palavra à ideia de responsabilização, ou seja, a obrigação de alguém responder por aquilo que faz. Neste sentido, se alguma empresa anuncia que está fazendo algo, mas não o faz, seria responsabilizada por seus atos.

– **Estágio 1:** Representa um estágio básico de ações da empresa, no qual ela ainda se encontra em nível reativo às exigências legais.

– **Estágio 2:** Representa um estágio intermediário de ações, no qual a empresa mantém uma postura defensiva sobre os temas, mas já começa a encaminhar mudanças e avanços em relação à conformidade de suas práticas.

– **Estágio 3:** Representa um estágio avançado de ações, no qual já são reconhecidos os benefícios de ir além da conformidade legal, preparando-se para novas pressões regulamentadoras no mercado, da sociedade etc. A responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável são tidos como estratégicos para o negócio.

– **Estágio 4:** Representa um estágio proativo, no qual a empresa atingiu padrões considerados de excelência em suas práticas, envolvendo fornecedores, consumidores, clientes, a comunidade e também influenciando políticas públicas de interesse da sociedade.

Outro tipo de balanço social disponível para as empresas de forma voluntária é oferecido pelo IBASE (pode ser acessado em www.balancosocial.org.br). A organização não governamental oferece uma certificação para as empresas que atenderem aos requisitos e preencherem os formulários com os indicadores que avaliam aspectos internos, a relação com o meio ambiente etc.



Instituto ETHOS – O Instituto ETHOS é uma organização social de interesse público, sem fins lucrativos, dedicada à mobilização e sensibilização das empresas para gestão socialmente responsável. Em seu *site* (www.ethos.org.br) são disponibilizadas informações sobre suas ações e também de outras iniciativas de responsabilidade social.



RESUMO

Nesta aula procuramos apresentar os dilemas e a complexidade que as empresas enfrentam para adotarem uma postura de responsabilidade social. Se, inicialmente a responsabilidade social era compreendida apenas como o cumprimento de suas obrigações (trabalhistas, fiscais etc.) e a geração de lucro; hoje em dia ela alcança uma perspectiva mais ampla, na qual as empresas investem em iniciativas de cunho social e ambiental, não apenas para melhoria de sua imagem ou aumentar o valor da empresa, mas também pela busca de melhoria nas condições de vida na sociedade como um todo.

Esse é um dos principais desafios em que as empresas se deparam quando decidem atuar de maneira socialmente responsável. Como vimos, uma das críticas é quando as empresas investem na divulgação de suas ações, mas continuam com práticas que prejudicam consumidores, comunidades, meio ambiente, ou até mesmo seus próprios funcionários, estabelecendo relações pautadas por conflitos e pela exploração do trabalho.

Assim, a responsabilidade social não é apenas um instrumento para divulgação junto aos *stakeholders*, mas compreende uma forma inovadora de gestão das empresas, propiciando relações mais éticas e transparentes entre funcionários, investidores, consumidores e a sociedade em geral.

Uma nova ética empresarial?

AULA

12

Meta da aula

Apresentar perspectivas que orientam o comportamento ético no ambiente empresarial.

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:



relacionar três perspectivas correntes que orientam o comportamento ético na prática de gestão das organizações;



reconhecer e discutir o papel das organizações na construção e difusão de uma conduta ética entre os colaboradores.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos visto um grande número de escândalos envolvendo o nome de empresas que, além dos danos econômicos, causam impactos significativos no comportamento do empresariado em geral.

Essas denúncias trazem à tona a discussão sobre o comportamento ético das organizações. Há uma crescente cobrança da sociedade por uma postura mais transparente e que as empresas não utilizem artifícios escusos nas negociações e transações comerciais. Nesse sentido, as organizações estão procurando adotar condutas que sejam eticamente condizentes com essas cobranças e pressões da sociedade, e que também não as exponham ou denigrem a imagem corporativa (não provoquem rejeição, quebras de contratos, etc.).

Além desses interesses, há também o desenvolvimento de uma consciência ética, pautada em atitudes e valores que respeitem o indivíduo, comunidades, meio ambiente, cultura etc. Seriam esses preceitos éticos uma prova de que estaríamos caminhando para uma nova ética ou essas atitudes são apenas em resposta às cobranças da sociedade?

Muito se tem avançado em termos de ética no mundo dos negócios, tanto entre empresas como também para o consumidor. Mas, por outro lado, as mudanças (tecnológicas, institucionais e organizacionais) criam novas situações nas quais ainda não se sabe, de forma clara, como irão interferir no cotidiano das pessoas, na sustentabilidade do planeta e mesmo no sistema econômico.

Assim, nesta aula, vamos procurar apresentar algumas transformações que afetam os valores éticos e com os quais as empresas passam a se preocupar, não só com relação aos aspectos internos da empresa, mas procurar também promover valores éticos, tanto como forma estratégica para a organização como também para contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável.

PERSPECTIVAS NA ADOÇÃO DO COMPORTAMENTO ÉTICO EMPRESARIAL

Bateman e Snell (2006) fazem uma distinção entre três tipos de condutas que poderiam ser identificados para orientar administradores e empresas na adoção de condutas consideradas éticas: a utilitarista, a relativista e a baseada na virtude.

Esses três tipos de comportamento não são encontrados na vida real de forma completamente independente uns dos outros (cada indivíduo não comporta apenas um tipo exclusivamente ou, ainda, nossas mentes não funcionam de maneira tão racional). Mas é um ponto de partida para compreensão ou diferenciação entre os modelos propostos.

A CONDUTA BASEADA NO PRINCÍPIO RELATIVISTA

Nos últimos anos, o destaque dado pela imprensa a denúncias e escândalos, envolvendo empresas em vários setores e países, como o caso da Enron (veja box explicativo), nos Estados Unidos, tem provocado reflexões éticas em vários setores econômicos e em suas organizações.

O escândalo da Enron

A Enron era considerada uma das gigantes no setor de energia e gás. A sétima maior empresa dos Estados Unidos, ela guardava sua imagem como uma das empresas mais admiradas do mundo. Possuía mais de 20 mil funcionários, e seu faturamento chegou aos 101 bilhões de dólares em 2000, antes da conturbada situação em que se envolveu.

Em 2001, foi descoberto que a Enron mascarava suas contas e ao invés de prejuízos reais, ela os encobria com o anúncio de vultosos lucros. Essa farsa pôs abaixo rapidamente a imagem de rentabilidade e poder em que a empresa se sustentava. Foram descobertas relações de seus diretores e presidentes com empresas de auditorias, as quais deviam atestar a capacidade financeira da empresa, mas que também se corromperam para burlar os dados. Dessa forma, milhares de funcionários foram lesados, além daqueles que tinham seus investimentos nos fundos de pensão e ações da empresa.

O escândalo só não foi maior por causa dos atentados de 11 de setembro, que dividiram a mídia e os noticiários.

Assim, muitos empresários procuram rever os padrões éticos de suas empresas com receio do envolvimento com fatos negativos. Muitos temas que antes eram ignorados dentro das empresas – como assédio moral e sexual, preconceitos (raciais, sociais e de gênero), discriminação de portadores de deficiência física, tráfico de influência – entram na agenda de muitos códigos de ética das organizações a partir das discussões geradas na mídia, o que os tornam conhecidos pela grande maioria da população.

A possibilidade de esses temas manifestarem-se em vários segmentos da sociedade coloca em debate valores que ela quer mudar, ou, pelo menos, não mais fazer vista grossa sobre esses acontecimentos.

Apesar das dificuldades em operar na prática as mudanças de comportamento das pessoas e organizações, o comportamento relativista também pode influenciar ou induzir a um comportamento mais ético, uma vez que a partir de constrangimentos (como os escândalos divulgados na grande mídia) ocorridos com outros as pessoas e organizações passam a se policiar cada vez mais para não se envolver nesse tipo de situação.

Assim, o comportamento relativista seria um tipo de comportamento baseado nas ações dos demais membros dos grupos sociais dos quais participam (família, trabalho, mercado etc.). Nesse sentido, o comportamento pode ser regulado em função de valores que um grupo compartilha e considera como “certos”, como também aqueles valores que um grupo repudia e cuja ocorrência procura evitar com normas, constrangimentos e outros aspectos.

Mas o comportamento relativista, baseado nas atitudes dos demais membros, pode levar a atitudes equivocadas. Isso pode ser observado em práticas corriqueiras em setores econômicos, em ramos de atividades ou em regiões onde se estabelecem acordos (formais ou informais) que são consideradas “normais”. Atitudes como o favorecimento de parentes em cargos públicos ou a venda de produtos de que o cliente não precisa poderiam ser consideradas práticas legitimadas no mercado em que seriam justificadas ações do tipo: “Eu fiz porque todos estavam fazendo”.

É o que chamamos de “efeito manada” ou comportamento de grupo, em que todos seguem o que o outro está fazendo. Mesmo que uma atitude ou comportamento seja comum para a grande maioria das

empresas, não quer dizer necessariamente que seja eticamente correto. É o caso em que muitas empresas fazem vendas que lesam o consumidor, mas que são justificadas por serem prática comum no mercado. Podemos exemplificar os casos em que o consumidor, para comprar determinado produto ou serviço, é “obrigado” a levar outro sem que tenha interesse, mas que faz parte de um pacote. A empresa livra-se daquilo que não está querendo, empurrando, às vezes, produtos encalhados para o consumidor.

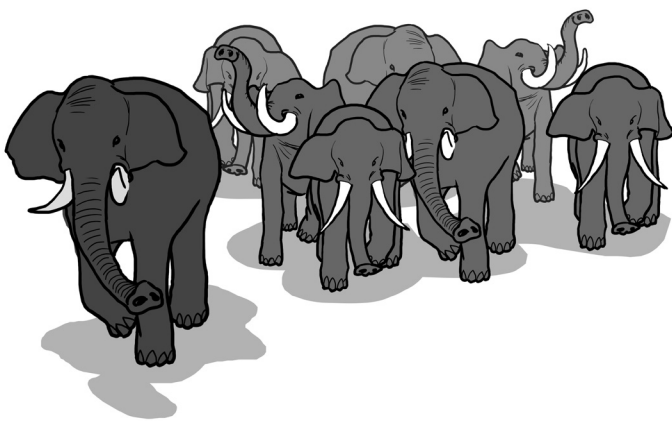


Figura 12.1: Efeito manada: ética baseada no comportamento do grupo.

Embora contestada de forma ampla, inclusive judicialmente, essa prática ainda persiste nas relações comerciais, assim como outras.

Outro exemplo que podemos citar é que, apesar de os direitos dos consumidores estarem garantidos em leis (Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal 8.078/90), as quais exigem contratos nas aquisições de produtos e serviços, muitas empresas ainda adotam aquelas cláusulas de letras minúsculas que impossibilitam qualquer consumidor de ter conhecimento do que está assinando e com o quê está se comprometendo. Pensar numa ética baseada apenas no comportamento de outros agentes do mercado não contribui para que efetivamente se alcance um novo patamar no relacionamento entre empresas e consumidores.

O simples fato de a maioria estar agindo de determinada maneira não é suficiente para que as empresas justifiquem suas ações, mesmo reconhecendo que isso possa ter um peso decisivo na concorrência, pois se as empresas assumem comportamentos antiéticos para induzir o consumidor a comprar seus produtos, podem interferir nas disputas de mercado com outras empresas, mas o diferencial de manter uma ação ética fará muita diferença se levarmos em consideração as consequências para as empresas quando o consumidor perceber que as ações podem ser lesivas a ele próprio e, ainda mais, se essas práticas lesivas alcançarem a mídia e influenciarem outros consumidores.

A justiça também tem exercido um papel fundamental na adesão de empresas a um tipo de comportamento mais ético, na medida em que tem condenado muitas empresas a ressarcirem seus clientes por prejuízos decorrentes da aquisição ou utilização de produtos ou serviços comercializados. Esses fatos demonstram que os padrões na sociedade estão mudando e exigindo que as empresas adotem um comportamento mais ético.

A ÉTICA PELA PERSPECTIVA UTILITARISTA

A conduta baseada na perspectiva utilitarista seria aquela tomada de acordo com seus objetivos finais. Nesse caso, a organização definiria o comportamento visando prioritariamente ao seu foco final, sem levar em consideração necessariamente os meios para atingir tal finalidade. Assim, a atitude ou comportamento se justificaria como certo se os meios utilizados fossem os mais apropriados para se chegar ao resultado final.

Entretanto, esse tipo de comportamento não seria necessariamente tomado em função de uma melhora geral da situação. Seu julgamento final seria o de avaliar se sua conduta ética possibilitou levá-lo até o que se tinha determinado. Se todos agissem dessa forma, para o utilitarista, grande parte da população estaria satisfeita, pois teria alcançado seus objetivos.

Mas, como vimos anteriormente, nem sempre os meios condizem com as finalidades éticas. Mesmo que se tenha algum objetivo que seja ético, os meios pelos quais são utilizados para se chegar àquela finalidade podem não estar dentro dos padrões considerados éticos.

Isso pode acontecer, por exemplo, quando o empresário beneficia-se de vantagens por meio de tráfico de influência, *lobbies* ou até mesmo no caso de propinas para o fechamento de determinados contratos, seja de instituição pública ou privada. Assim, os fins nem sempre podem justificar os meios, à medida que eles extrapolem as regras de condutas éticas, definidas na sociedade.

Para que uma atitude seja considerada ética, é preciso que haja mais reflexão sobre esse comportamento utilitarista, pois nem sempre são estabelecidas relações claras entre os objetivos finais e os meios para se chegar a eles.



Figura 12.2: Tentativa de alcançar os mesmos fins, em condições desleais.

Muitas empresas, para atingir suas metas de vendas, utilizam-se dos serviços de telemarketing, que se difundiu amplamente nas últimas décadas, mas nem sempre os operadores sabem respeitar os limites e muitas vezes invadem o espaço da família em horários inoportunos e, com a ânsia de resultados e fechar contratos, os operadores acabam excedendo na insistência e provocando constrangimentos para o consumidor.

Além disso, as condições e o ambiente de trabalho dos operadores elevam o estresse sofrido pelos trabalhadores, tanto em função das elevadas metas a serem cumpridas como também pelas reações dos clientes, que se irritam e reagem de forma agressiva à insistência dos operadores.

Outro exemplo de que fins éticos exigem meios éticos é que, embora os serviços de atendimento ao consumidor (SACs) tenham sido criados para solucionar os problemas dos consumidores, muitas empresas os adotam mais em função de agregar um valor ao produto do que propriamente com a intenção de solucionar realmente os problemas.



Figura 12.3: Serviços de telemarketing: técnicas de vendas abusivas prejudicam o serviço.

Nem sempre esse serviço é empregado para resolver os problemas com os consumidores, e, muitas vezes, eles são oferecidos para dar mais uma impressão de que o consumidor teria um suporte técnico ou um canal de comunicação, caso houvesse algum problema. Entretanto, há casos em que os SACs apenas captam as demandas dos consumidores mas não conseguem solucionar os problemas, e os atendentes ficam repassando as reclamações para outros departamentos sem que haja uma solução definitiva. A sensação que passam ao consumidor é que os atendentes são orientados para “enrolar” os clientes, como no caso de cancelamento de serviços ou quando a ligação não é de interesse da empresa.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Procon de São Paulo (veja box multimídia) – envolvendo 318 consumidores nas unidades da Sé, Santo Amaro e Itaquera –, revelou que 86,8% dos consumidores haviam procurado os serviços de atendimento ao consumidor antes de irem até o Procon. Além disso, 77% dos consumidores avaliaram como ruins os serviços dos SACs.

Na perspectiva utilitarista, esses seriam apenas alguns “detalhes” se seu objetivo final de venda de produtos ou serviços estiver sendo satisfatório.

No entanto, numa compreensão mais ampla de ética, entende-se que a implementação desses serviços pelas empresas não é apenas para mostrar ao cliente que elas possuem esse serviço e contribuir para o aumento das vendas, mas eles têm de funcionar quando os clientes os acionam. Esses serviços tornam-se um padrão de competitividade e um diferencial para o aumento das vendas. Assim, muitas empresas os adotam mais para não perderem vendas do que efetivamente para encontrar soluções para os consumidores.

A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) vem desempenhando uma importante função na defesa dos direitos dos consumidores, contribuindo para a divulgação de que muitas atitudes e comportamentos empresariais não podem ficar sem a devida punição.

O Procon procura primeiro verificar junto à empresa a possibilidade de um acordo que possa conciliar os interesses dos consumidores e das empresas. Se essa ação não produz resultados, o problema é encaminhado para a justiça comum.

Essa prática contribui para dar mais força aos consumidores, os quais, de forma dispersa, não têm muitas condições de reclamar sobre os problemas existentes quanto aos produtos ou serviços adquiridos. A partir dessas ações e da divulgação de pesquisas, o Procon também atua na conscientização de empresários e consumidores sobre seus direitos e deveres. Para saber mais, acesse o endereço www.procon.sp.gov.br.

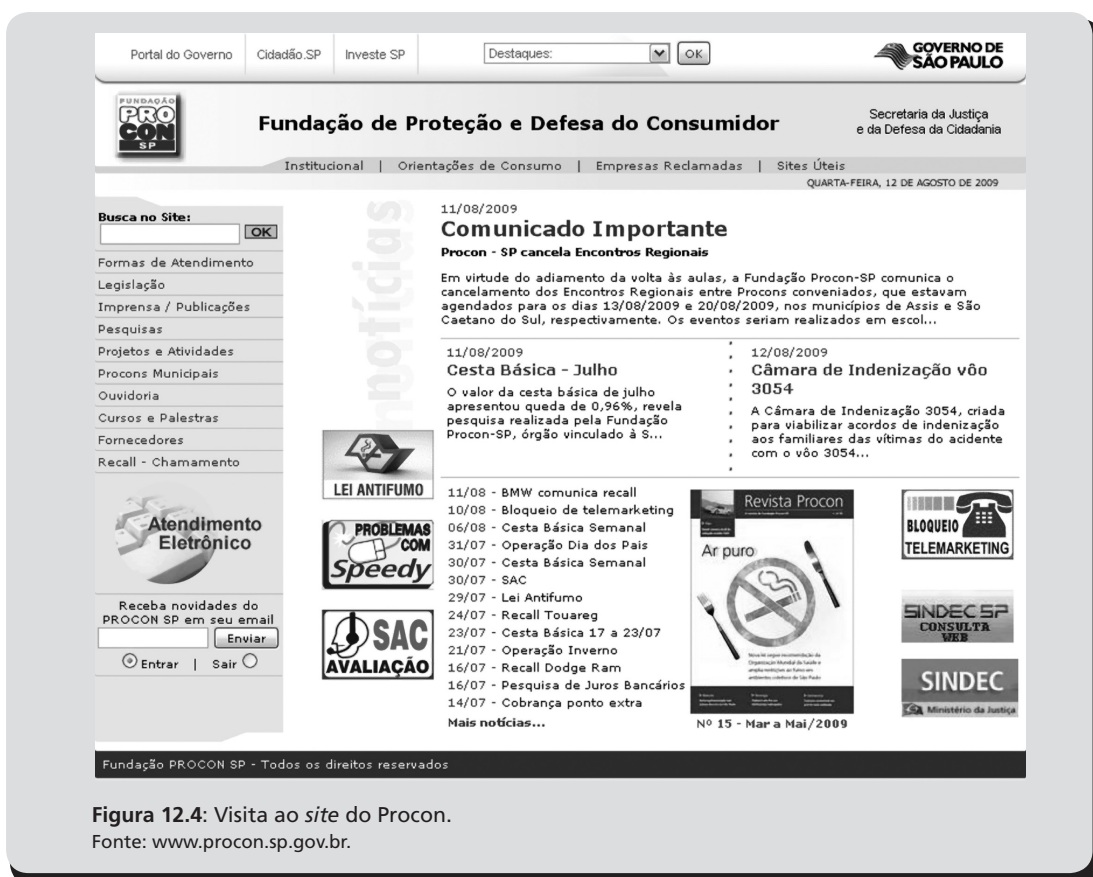


Figura 12.4: Visita ao site do Procon.
Fonte: www.procon.sp.gov.br.

O COMPORTAMENTO BASEADO NA ÉTICA DA VIRTUDE: UTOPIA OU ALTERNATIVA VIÁVEL PARA AS EMPRESAS?

A ética baseada na virtude vai além das regras convencionais da sociedade. São atitudes e comportamentos não apenas em função de uma racionalidade que preceitua aquilo que deve ser feito, mas principalmente agir de uma forma mais autônoma, reconhecendo no próximo os desejos e direitos semelhantes ao seu; ou seja, o seu bem-estar, a sua segurança, a sua idoneidade moral, transparência nas relações comerciais e informações sobre produtos etc., independentemente de que os outros estejam fazendo diferente, mesmo que isso possa significar abrir mão de obter certas vantagens comerciais.

Muito se fala sobre a ética da virtude, mas será viável sua aplicação prática no contexto empresarial? Nós vamos procurar mostrar que sim, e, mais do que isso, que pode se tornar um diferencial para as empresas, tanto no contexto de mercado como também no melhor envolvimento dos próprios funcionários.

A ÉTICA DA VIRTUDE E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS

A ética da virtude vai além do simples cumprimento das normas, mas possibilita você inovar em práticas cotidianas que podem contribuir para a convivência das pessoas, como não agredir o meio ambiente e, ainda assim, ter uma postura compatível com as exigências do cargo ou do mercado.

A ética da virtude é uma perspectiva segundo a qual o indivíduo agiria em função dos valores inseridos na própria sociedade, levando em consideração não apenas o apelo material, mas uma condição mais justa de distribuição dos ganhos, sem agressão ao meio ambiente, e o respeito às pessoas, entre outros valores que, muitas vezes, no ambiente profissional e no de mercado são deixados de lado em favor de um “ambiente competitivo”.

Mesmo reconhecendo que o mercado é um espaço onde as pessoas estão disputando a todo momento o seu lugar e a sua sobrevivência, isso não impede que elas tenham comportamentos que não firam seus princípios éticos. Aliás, se não fossem esses princípios, seria difícil pensar nas relações de mercado em que todos agissem sem nenhum tipo de regras e limites.

Assim como nas relações de mercado, há regras que são definidas em diferentes tipos de espaços, no interior da empresa ou em determinados setores econômicos, nas relações entre compradores e vendedores, entre os vendedores e os clientes e assim por diante. Fazendo uma referência em paralelo, o livro *A casa e a rua*, de Roberto DaMatta (1997), retrata como as pessoas agem no ambiente familiar e fora dele. É como se elas fizessem parte de mundos completamente diferentes; os valores que as pessoas procuram preservar dentro de casa nem sempre são condizentes com as atitudes e comportamentos que têm na rua.

De maneira similar, muitas pessoas têm um tipo de comportamento dentro das organizações que leva em consideração apenas o individualismo e os interesses particulares. Esse tipo de comportamento pode levar a atitudes que não sejam interessantes para as empresas ou para o próprio funcionário.

O espaço de trabalho pode comportar outros significados além do simples cumprimento de algumas horas diárias de dedicação. A ética da virtude pode contribuir e estimular que as pessoas possam realizar seus trabalhos com liberdade e criatividade, acrescentando à sua rotina elementos que lhes dêem prazer.

Como conseguir isso? Não é nada fácil, mesmo porque a ética não existe simplesmente para padronizar os comportamentos. No entanto, pensar e admitir a possibilidade de que se pode fazer algo melhor do que está sendo realizado permite-nos ampliar os horizontes para novas descobertas. Se, no entanto, apenas reproduzimos o que as outras pessoas ou empresas estão fazendo, ficamos limitados a um repertório que inibe a criatividade.

Muitas empresas estão adotando práticas que estimulam a ampliação da capacidade das pessoas de realizar atividades complementares aos serviços diários, como a participação em trabalhos comunitários (dentro e fora da empresa), a criação de espaços para as pessoas opinarem e dar sugestões sobre os processos de trabalho, o apoio a iniciativas de preservação do meio ambiente etc. Dessa forma, agem não apenas fazendo o que lhes é obrigado ou que está previsto na legislação, mas trabalhando conjuntamente com funcionários e comunidades na conscientização, e, ainda, levando para sua casa novos hábitos de vida (higiene, consumo, práticas de vida saudável, reciclagem etc.).

É comum ver esse tipo de consciência no ambiente empresarial? Certamente, não é o mais comum, mas pode-se perceber que há muita gente pensando dessa forma e tentando imprimir uma marca diferente daquilo que temos visto por aí.

Pequenos atos podem fazer muita diferença. Uma pequena mercearia da grande São Paulo passou a dar descontos para os clientes que levassem de suas casas sacolas para acondicionar as compras. Como se sabe, um dos grandes problemas nos lixões são os materiais não degradáveis, como os plásticos que encontramos na maioria das sacolinhas e nas garrafas de refrigerantes (tipo PET). Assim, mesmo não tendo a obrigação de diminuir o uso de sacolas plásticas, o proprietário da mercearia tomou uma atitude que agradou seus clientes. Aliás, muitos municípios estão entrando na luta pela conscientização quanto ao uso de sacolas retornáveis e estimulando os consumidores a levarem suas próprias sacolas, tal é o impacto desse material no meio ambiente, pois é de difícil decomposição.

Esse tipo de atitude é possível em grandes empresas? Algumas pessoas podem considerar um tipo de comportamento, baseado na virtude, distante da realidade de muitas empresas de maior porte, porém é importante que essas empresas criem um ambiente que estimule seus colaboradores a atuar de maneira pró-ativa na melhoria das condições de vida das pessoas, tanto pessoal como profissional.

Atividade 1



A terceirização (contratação de serviços de terceiros) tem sido uma prática recorrente para o enxugamento dos quadros de funcionários das empresas.

Entretanto, muitas empresas nesse ramo montam cooperativas de trabalhadores para baratear os custos da mão de obra. Mas, na verdade, o funcionamento da “cooperativa” não corresponde aos princípios que regem uma verdadeira cooperativa, em que os trabalhadores deveriam desenvolver suas atividades de cooperados na gestão do negócio e não apenas como empregado.

Isso provoca uma precarização nas relações de trabalho, uma vez que o empregador não arca mais com as despesas relativas aos direitos trabalhistas, pois as cooperativas são isentas de algumas tributações. Assim, os benefícios, como férias, décimo terceiro salário, aviso prévio e afastamentos por doenças não são mais responsabilidade dos empregadores, gerando a tal precarização das relações de trabalho.

Considerando-se esta ser uma prática comum na contratação dos serviços de limpeza, as empresas do ramo industrial se vêem numa situação na qual outras empresas poderiam levar vantagens sobre o montante gasto com a contratação e o registro da carteira assinada.

Dessa forma, o gestor precisa decidir se contrata os serviços da cooperativa (que na verdade é só para baratear os custos de mão de obra e provoca prejuízos aos trabalhadores terceirizados) ou se procede ao registro e à assinatura da carteira dos empregados.

A partir desse enunciado, como as três perspectivas (relativista, utilitarista e da virtude) podem orientar a conduta dos gestores?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

Resposta Comentada

A partir das discussões desenvolvidas neste capítulo, pode-se perceber que a conduta do gestor, orientada pela perspectiva relativista, analisaria se as outras empresas também estão adotando a prática de contratar esse tipo de serviço terceirizado. Se observasse que as outras empresas o fazem e que não existem outros impedimentos, ele também agiria conforme a grande maioria.

Pela perspectiva utilitarista, o gestor avaliaria se essa atitude iria contribuir para alcançar seus objetivos finais. Se em sua avaliação o gestor considerasse que a contratação da cooperativa poderia auxiliar a alcançar seus objetivos, provavelmente optaria pela contratação dos serviços.

E, por último, se considerarmos os casos em que o comportamento fosse baseado numa perspectiva da virtude, o comportamento do gestor seria considerar de que tipo de cooperativa se tratava e, constatando que era apenas uma camuflagem para empregar pessoas a baixo custo, descartaria a possibilidade de contratação de seus serviços, considerando o fato de que os funcionários estariam sendo prejudicados pela precarização nas relações de trabalho (como explicado anteriormente).

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA ÉTICO

A ética não corresponde apenas aos valores individuais ou da sociedade como um todo. As organizações têm um papel preponderante na adoção de um tipo de ética segundo a qual elas desejam que seus funcionários ajam ou cujos valores e regras de conduta eles compartilhem.

Os valores morais a que nos referimos no primeiro capítulo não são apenas individuais, mas compartilhados por uma coletividade. Nas organizações, isso não é diferente. Quando as pessoas se dirigem ao seu ambiente de trabalho, levam consigo uma série de valores que foram assimilados junto à convivência de sua família, seu círculo de amizades etc., e terão também como referência os valores morais e éticos estabelecidos pelo ambiente de trabalho.

Assim, os valores éticos não se exprimem apenas pelos valores individuais ou somente pelos da sociedade de forma mais ampla, mas referem-se principalmente aos valores que são construídos e compartilhados dentro das organizações. Nesse sentido, elas estabelecem, em variados níveis, as regras e o ambiente no qual se dão as relações entre os funcionários e interferem de maneira decisiva em como essas regras são estabelecidas e quais os aspectos que são mais valorizados.

Dessa forma, é possível compreender a importância que os gestores terão ao adotarem práticas que permitam a disseminação de valores éticos e morais, condizentes com a proposta da empresa junto aos consumidores, à comunidade e aos trabalhadores.

Atividade Final



No *ranking* das empresas mais reclamadas na Fundação Procon, em São Paulo, destacam-se as empresas do setor de telefonia (você pode encontrar a lista completa do *ranking* das empresas reclamadas em <http://www.procon.sp.gov.br/pdf/Kit%20Imprensa%202008.pdf>). Curiosamente, essas empresas estão entre as que mais lucraram no país no ano de 2007. Entretanto, muitas dessas empresas, situadas no topo das reclamações, divulgam seus serviços em propagandas como sendo empresas que prestam os melhores serviços, que estes são adaptados às necessidades dos clientes etc.

Muitas estratégias que visam a ludibriar o consumidor ainda são um problema que não tem sido de fácil solução. No setor de telefonia há inúmeras denúncias em que as operadoras se valem de contratos que não esclarecem suficientemente o consumidor, dificultando sua compreensão e até mesmo impossibilitando a comparação entre os preços e os serviços oferecidos pelas concorrentes. Além disso, ainda há contratos que amarram os clientes por longos períodos e vendas de produtos que não são adequados ao perfil do cliente.

Diante de situações como essas, qual estratégia você recomendaria para que uma empresa deste setor pudesse imprimir um diferencial em seus serviços de atendimento, uma vez que os incidentes citados se revelam uma prática comum?

Resposta Comentada

Há algumas iniciativas que têm sido utilizadas por empresas desses setores justamente na tentativa de explorar esses diferenciais no relacionamento com o cliente.

Entretanto, ainda que essas iniciativas sejam benéficas, o consumidor fica sem saber exatamente com o que está se comprometendo quando da assinatura dos contratos ou não sabe dos detalhes do setor, uma vez que a diversidade de planos, serviços e tecnologias disponíveis não fica clara na hora da contratação dos serviços.

Muitas vezes, dispõe-se de um plano em que os minutos são tarifados de maneira diferente de outro (ligações locais, roaming, ligações para telefones de mesma operadora, interurbanos para a mesma operadora e para operadoras diferentes etc.), e, até bem pouco tempo, depois que se assinava o contrato não se poderia migrar, se não gostasse do serviço.

Entretanto, uma operadora inovou e antecipou-se ao que agora é lei e estruturou seu marketing, defendendo que o consumidor não é obrigado a viver “preso” à operadora de origem e que estaria disposta a desbloquear o serviço, caso fosse de interesse do cliente.

Esse é apenas um caso específico em que podemos exemplificar que é possível imprimir um diferencial que permita esclarecer a relação entre o consumidor e a empresa contratada e, ainda assim, cativar o cliente com propostas inovadoras.

CONCLUSÃO

Se há realmente uma nova ética sendo praticada nas empresas, é difícil de se determinar com precisão. Mas novas abordagens permitem que haja um tratamento diferenciado na concepção e aplicação prática da ética. Cabe às empresas e funcionários dispor desses diferenciais e colocá-los em prática.

Isso quer dizer que a ética não cumpre apenas um papel reflexivo ou que ela caiba apenas aos acadêmicos ou filósofos, mas principalmente que pode ser empregada e exercida em diversos contextos organizacionais e de mercado.

A falta de um ambiente ético nas empresas pode provocar atitudes ou comportamentos de funcionários que comprometem não só a imagem externa da organização, mas também o próprio ambiente de trabalho. Por isso, é importante criar um “clima ético” dentro das organizações no qual os colaboradores conheçam as premissas ou pelo menos as “regras da casa”, normas oficiais ou mesmo aquelas informais, mas que tenham se tornado valores éticos compartilhados entre as pessoas.

A expansão das empresas em nível global pode levá-las a atuar em diversos países, provocando choques culturais entre os valores trazidos pela sua matriz e os valores e a cultura locais da região onde essas empresas se instalarão. Muitos desses valores são compatíveis e assimiláveis de forma fácil e natural, no entanto, em muitos casos eles passam por processos conflituosos.

Há também situações em que as empresas atuam como difusoras de valores éticos, de tal sorte que passam a ser reconhecidos por toda a sociedade por sua importância e cristalizam-se como leis oficiais, disseminadas em muitos países, como as leis contra todo tipo de preconceito.

RESUMO

Vimos nesta aula as três principais referências quanto aos comportamentos éticos nas empresas. O primeiro, com base nos princípios relativistas, incorpora os valores que são comuns no grupo da qual uma empresa ou indivíduo faz parte: pode ser a família, a empresa etc. O segundo comportamento fundamenta-se nos objetivos finais da organização, chamado de princípio utilitarista, segundo ao qual o comportamento se dará em função dos objetivos estabelecidos. O terceiro é um tipo de comportamento que vai além das regras convencionadas na sociedade e procura enxergar no indivíduo os mesmos desejos e direitos.

As organizações podem definir ou estimular determinados tipos de comportamento do indivíduo com a organização. O ambiente ético é extremamente importante para as organizações, pois estabelecem algumas regras compartilhadas pelas pessoas de um mesmo ambiente, como funcionários e colaboradores, e estas podem ser elaboradas não apenas para criar restrições e inibir a criatividade. Pelo contrário, podem contribuir para inovações e até para vantagens competitivas.

Método, Ideologia e Ética nas Organizações

Referências

Aula 1

BARBOSA, Wilmar do Valle. *Civilização e técnica na modernidade*. Material didático do curso de capacitação para gestores sociais. Brasília: SESI/DN; Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, 1998. mimeo.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

MEDEIROS, Carol; DARIANO, Daniela. Após noitada, jovens da Barra espancam doméstica. *O Dia*, Online. 25 Jun. 2007. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_106443.asp>. Acesso em: 26 maio 2008.

PASSOS, Elizete. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2007.

Aula 2

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2000.

CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento da energias utópicas. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 18, set. 1987.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MEDEIROS, Sílvio. *A ética protestante e o espírito do capitalismo, de Max Weber*. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/resenhasdelivros/268618>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

MULLER-GÓMEZ, Alfredo. A. *Alteridad y ética desde el descubrimiento de América*. Madrid: Akal Ediciones, 1997.

_____. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

PASSOS, Elizete. *Ética nas organizações*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ALONSO, Félix Ruiz.; LÓPEZ, Francisco G.; CASTRUCCI, Plínio L. *Curso de ética em administração*. São Paulo: Atlas, 2006.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Civilização e técnica na modernidade. In: BARTHOLO JUNIOR, Roberto dos Santos; FERREIRA, Geraldo de Souza. *Curso de capacitação para gestores de iniciativas sociais*. Brasília: SESI/DN; Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, 1998. Módulo 1. mimeo.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

GOLDIN, José Roberto. Eugenia. *Bioética e ética na ciência*. Porto Alegre: Goldin, 1998. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/eugenia.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOHNSON, A. G.; *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

REZENDE, Rodrigo. Doutores da agonia. *Revista Superinteressante*. São Paulo, Abr. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Nós que aqui estamos por vós esperamos*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/filmememoria/txt-nicolau.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

ZUBEN, Newton Aquiles Von. Meio Ambiente e tecnociências. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003. Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: ANPED, 2003.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Civilização e técnica na modernidade. In: BARTHOLO SANTOS JUNIOR, Roberto dos; FERRRIRA, Geraldo de Souza. *Curso de capacitação para gestores de iniciativas sociais*. Brasília: SESI/DN; Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, 1998. Módulo 1. mimeo.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Comissão Técnica Nacional de Biossegurança*. Disponível em: <<http://www.ctnbio.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em relação ao produto interno bruto (PIB), países selecionados, 2006*. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7978.html>>. Acesso em: 30 set. 2008.

CIÊNCIA HOJE. Disponível em: <<http://www.cienciahoje.pt>>. Acesso em: 1 mar. 2008.

EICHENBERG, F.; WASSERMANN, R.; BITTENCOUR, S. Comunidade Européia reage contra fuga de cérebros. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u786.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2008.

GOLDIM, J. R. Bioética: origens e complexidade. *Revista HCPA*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 86-92, 2006.

GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 4. ed. Tradução de Maria D. Alexandre, Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WILKINSON, J.; CASTELLI, P. G. *A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

Aula 5

BATE, Peter. Um novo consenso? BIDAMÉRICA. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=2231>>. Acesso em: 16 ago. 2003.

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan/fev. 2001.

JOHNSON, Alan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, Luiz. Carlos.Bresser; SPINK, Peter. K. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A (Org.). *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Aula 6

BURLANDY, L. *Comunidade solidária: engenharia institucional, focalização e parcerias no combate à fome, pobreza e à desnutrição*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Saúde pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

DALY, H. E. Desenvolvimento sustentável? Não, obrigado. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 7, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

ESCOBAR, A. *Antropologia y desarrollo*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics154/escobarspa.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2008.

HIRSCHMAN, A. O. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, out. 2000.

SEN, A. O. *Desenvolvimento como expansão de capacidades*. São Paulo: Lua Nova, 1993.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

THEODORO, Mário. A questão do desenvolvimento: uma releitura. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELLAS, M. H. (Org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

Aula 7

BARTHOLO JÚNIOR., R. S. A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PODER LOCAL, 1999, Recife. *Anais...* Recife: UNICAP/AUSJAL, 1999.

BETTO, FREI. *Humores do mercado*. Votairenet.org. Venezuela, 29 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article137230.html>>. Acesso em: 10 maio 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas de economia solidária no Brasil 2005*. Brasília, 2006.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 91 p. (Coleção Primeiros Passos; 278)

_____. *Admirável mundo atual: dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

FERRUCCI, Alberto. *Economia de comunhão na liberdade*. Movimento dos Focolares, nov. 1997. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/Page2edc.htm>>. Acesso em: 10 maio 2008.

FREYRE, Gilberto. *Homens, engenharias e rumos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

JONAS, H. Socio-economic knowledge and ignorance of goals. In: _____. *Philosophical essays: from ancient creed to technological man*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da inconfidência*. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

OU tudo ou nada. Direção: Peter Cattaneo. Intérpretes: Robert Carlyle; Mark Addy; William Snape; Steve Huison; Tom Wilkinson; Paul Barber; Hugo Speer; Lesley Sharp; Emily Woof; Deirdre Costello; Paul Butterworth; Dave Hill; Bruce Jones; Andrew Livingstone; Vinny Dhillon. Roteiro: Simon Beaufoy. Inglaterra: Abril Vídeo; 20th Century Fox, 1997. 1 DVD (91 min.), color.

SEN, Amartya K. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Aula 8

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

LA ROCHA, V. Você tem uma nova mensagem... *Você S/A*, São Paulo, Edição 123, set. 2008.

MARX, K. Da manufatura à fábrica automática. In: GORZ, André (Org.). *Divisão social do trabalho: ciência, técnica e modo de produção capitalista*. Porto: Publicações Escorpião: 1974.

_____. *O capital: edição popular*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 1979.

Aula 9

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Trabalho doméstico: assédio moral ou sexual*. Portal do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_assedio.asp>. Acesso em: 16 jul. 2009.

DIÁLOGOS contra o racismo: *pela igualdade racial*. Disponível em: <<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br>>. Acesso em 16 jul. 2009.

FREITAS, M. E. *A metáfora da guerra e da violência no mundo do trabalho*. Disponível em: <<http://ww.unicamp.br/fef/esp/hotsite/gqve/artigo>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

FREITAS, M. E. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? *RAE eletrônica: Pensata: Ensayo: Essays*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4544&Secao=PENSATA&Volume=6&Numero=1&Ano=2007>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

GIDDENS, ANTHONY. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IBGE. Teen. *O que é discriminação racial*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/oqueediscriminacao.html>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SUA Pesquisa. Com. Disponível em: <www.suapesquisa.com/historiadobrasil/abolicao.htm; pt.wikipedia.org/wiki/lei_aurea; maniadehistoria.wordpress.com/lei-aurea>.

Aula 10

AGUIAR, R. *Quando estética não rima com ética*. Brasil Medicina.com. Disponível em: <http://www.brasilmedicina.com.br/noticias/pgnoticias_det.asp?AreaSelect=3&Codigo=857>. Disponível em: 12 jan. 2009.

CAMPOS, G. W. S.; CHAKOUR, M.; SANTOS, R. C. Análise crítica sobre especialidades médicas e estratégias para integrá-las ao Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro; v. 13, n.1, jan./mar. 1997.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FREYER, H. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ILLICH, I. *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

_____. *O direito ao desemprego criador: a decadência da idade profissional*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1979.

INSTITUTO AKATU. *Pesquisa n. 7*, 2006: como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente? São Paulo: Instituto Akatu, 2007.

KOLAKOWSKI, L. *A presença do mito*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SANTOS JR., J. C. M. Avaliação médica: o consumo na medicina e a mercantilização da saúde. *Revista da Sociedade Brasileira de Coloproctologia*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, mar. 2006.

ASHLEY, P. A. (Coord). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CUSTÓDIO, Ana Lúcia de Melo; MOYA, Renato. (Coord.). *Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial: 2007*. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Arte Nova, 1977.

DUARTE, C. O. S.; TORRES, J. Q. R. Responsabilidade Social Empresarial: dimensões históricas e conceituais. In: INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2005. v. 4 . p. 13-43.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Responsabilidade social e empresarial: perspectivas para ação sindical*. Florianópolis: IOX, 2004. 132 p.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Observatório Social em Revista*. Florianópolis, ano 2, n. 4, out. 2003.

IPEA. *A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil*. Brasília, 2006.

BATEMAN, T. S.; SNELL, A. S. *Administração: novo cenário competitivo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CADASTRO de reclamações: período 2007. Fundação Procon/SP. Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/pdf/Kit%20Imprensa%202008.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ISBN 978-85-7648-638-1



9 788576 486381



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

